

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO DE MESQUITA FILHO”  
CAMPUS DE MARÍLIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS**

**SIMONE DA CONCEIÇÃO SILVA**

**A ATUALIDADE DA CRIMINALIZAÇÃO PRODUZIDA SOBRE O  
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO – MTST: O CASO DO  
ACAMPAMENTO CHICO MENDES**

Marília - SP  
2014

**SIMONE DA CONCEIÇÃO SILVA**

**A ATUALIDADE DA CRIMINALIZAÇÃO PRODUZIDA SOBRE O  
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO – MTST: O CASO DO  
ACAMPAMENTO CHICO MENDES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Ciências  
Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências  
da Universidade Estadual Paulista – UNESP,  
Campus de Marília.

Orientador: Prof. Dr. Jair Pinheiro

Marília – SP  
2014

Silva, Simone da Conceição.

S586a A atualidade da criminalização produzida sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST: o caso do acampamento Chico Mendes / Simone da Conceição Silva – Marília, 2014.

178 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2014.

Bibliografia: f. 171-178

Orientador: Jair Pinheiro.

1. Movimentos sociais urbanos. 2. Estado. 3. Pobreza. 4. Cidadania. 5. Crime – Aspectos sociais. I. Título.

CDD 301.153

**SIMONE DA CONCEIÇÃO SILVA**

**A ATUALIDADE DA CRIMINALIZAÇÃO PRODUZIDA SOBRE O  
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO – MTST: O CASO DO  
ACAMPAMENTO CHICO MENDES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – Unesp, Campus de Marília, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais. **Linha de Pesquisa:** Determinações do mundo do Trabalho: Sociabilidade, Política e Cultura.

Aprovada em 04 de fevereiro de 2014

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. Jair Pinheiro (Orientador)  
Universidade Estadual Paulista – FFC

---

Profa. Dra. Lúcia Arrais Morales  
Universidade Estadual Paulista – FFC

---

Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado  
Universidade Estadual de Londrina – Uel

**Suplentes**

---

Profa. Dra. Angélica Lovatto  
Universidade Estadual Paulista – FFC

---

Prof. Dra. Joana Aparecida Coutinho  
Universidade Federal do Maranhão

Marília – SP  
2014

## **Agradecimentos**

Meus sinceros agradecimentos às pessoas que me ajudaram na realização deste trabalho. Aos militantes Helena Silvestre, João Batista (Jota) e Guilherme Boulos que se dispuseram a me receber e a compartilhar a memória de um momento de luta. Ao Professor Jair Pinheiro por viabilizar esses contatos, pelos anos de orientação, conversas e presteza em esclarecer minhas dúvidas.

À Professora Lúcia Arrais Morales pela preocupação sincera com meu trabalho, pela leitura e conversas sobre o trabalho de pesquisa, observações e sugestões durante a banca de qualificação e banca de defesa.

Ao Professor Marcos Tadeu Del Roio pelas observações e sugestões durante a banca de qualificação.

Ao Professor Eliel Ribeiro Machado pelas observações e sugestões durante a banca de defesa.

À Professora Débora Cristina Goulart pela presteza e compreensão nos momentos em que alguns problemas, que fogem ao nosso controle, se apresentaram dificultando a conciliação das tarefas do trabalho no grupo PIBID - Ciências Sociais.

À minha amiga Luana Maria pelas conversas e carinho em todos esses anos.

À minha amiga Ivone pelo acolhimento, conversas e carinho.

Ao meu filho Pedro que não me deixa perder a esperança.

À Ingrid pela ajuda nas correções. À Perpetua e Laércio que me deram apoio para finalizar mais esta etapa.

À minha mãe Antônia que me dá inspiração.

E, finalmente, ao Esdras F. R. Selegrin pelo apoio, cuidado, observações críticas e, como ele disse em outro lugar, “por nosso tempo de formação para a vida”.

*Desconfiai do mais trivial,  
na aparência singelo.  
E examinai, sobretudo, o que parece  
habitual.  
Suplicamos expressamente:  
não aceiteis o que é de hábito  
como coisa natural.  
Pois em tempo de desordem sangrenta,  
de confusão organizada,  
de arbitrariedade consciente,  
de humanidade desumanizada,  
nada deve parecer natural.  
Nada deve parecer impossível de mudar.  
Bertolt Brecht*

## **RESUMO:**

O presente trabalho analisa a atual forma de produzir a criminalização sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), examinando, a partir de um de seus acampamentos, que ocorreu em 2005 e ficou conhecido como 'Chico Mendes', como esse processo também se articula com a criminalização da pobreza. Nesse sentido, ao focar a pesquisa em um dos acampamentos do MTST, busca contextualizar situações que envolvem agentes e mecanismos sociais criados para produzir o movimento e sua base social enquanto suspeitos potenciais de atentarem contra a ordem social vigente, assim, gerando elementos para que sejam julgados criminosos. A atualidade deste processo é contextualizada com o desenvolvimento do modelo neoliberal. Sendo assim, os elementos fornecidos sobre particularidades que incide sobre o MTST servem como suporte para entender aspectos mais gerais da atualidade da criminalização dos movimentos sociais. Alguns aspectos serão enfatizados; o primeiro diz sobre o Estado capitalista e as classes sociais, na perspectiva de como o Estado pode organizar/desorganizar diferentes classes sociais. O segundo é referente à 'reconstituição analítica' do MTST para destacarmos as dificuldades, avanços e desafios deste movimento que surgiu no contexto político-econômico de desenvolvimento do neoliberalismo. Englobando essa articulação, o trabalho sinaliza para um importante fato que diz respeito ao discurso utilizado gerador de um espectro da consonância entre pobreza e criminalidade.

**Palavras-chave:** Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto; Estado; Criminalização; Pobreza; Cidadania.

## **ABSTRACT:**

This paper analyzes the current way to producing the criminalization of the Homeless Workers Movement (MTST) examining from one of their camps which occurred in 2005 and became known as 'Chico Mendes', as this process also articulates with the criminalization of the poverty . In this sense, the focus on research in one of the camps MTST seeks to contextualize situations involving social agents and mechanisms created to produce movement and its social base of potential suspects while they go against the prevailing social order, thus it generating elements that are judging this group as criminals. The relevance of this process is in the context with the development of the neoliberal model. Thus, the evidence on particulars that focuses on MTST serve as support to understand more of the current criminalization's general aspects of social movements. Some aspects will be emphasize: the first is about the capitalist state and social classes, from the perspective of how the state can organize/ disrupt different social classes. The second is relate to the ' analytical reconstruction ' of MTST we deploy to the difficulties, progress and challenges of this movement that emerged in the political economic context of the development of neoliberalism. Encompassing this articulation, the work points to an important fact with regard to the discourse used in a spectrum of consistency between poverty and crime generator.

Keywords: Homeless Workers Movement, State ; Criminalization ; Poverty ; Citizenship

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
<b>CAPÍTULO 1</b>	
ESTADO E CLASSES SOCIAIS	20
1.1 Considerações preliminares acerca do conceito de Estado	21
1.2 O Estado Capitalista e as classes sociais	24
1.3 Estado, classe e cidadania	40
1.4. Ideologia e senso comum	51
Senso comum	51
Ideologia	56
<b>CAPÍTULO 2</b>	
O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO	68
2.1 A constituição do MTST	68
2.2 Algumas características das primeiras experiências: dificuldades e desafios do MTST	92
Acampamento Parque Oziel: a perda de militantes	93
Acampamento Anita Garibaldi: a perda de território para o tráfico de drogas	95
Acampamento Carlos Lamarca: despejos e violência policial	98
Acampamento Santo Dias: o MTST é declarado fora da lei	101
Acampamento Rosa Luxemburgo: na capital paulista	104
2.3 O caso do acampamento Chico Mendes	108
O avanço da estratégia territorial	109
A organização interna	112
Negociações e conflitos	114
<b>CAPÍTULO 3</b>	
O PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO NO PERÍODO NEOLIBERAL	126

3.1 A criminalização do trabalhador pobre	129
3.2 O discurso da criminalização	133
3.3 Um fio contínuo entre a pobreza e as lutas sociais	148
3.4 A fala dos acampados: desvendando a ordem	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
REFERÊNCIAS	171

## INTRODUÇÃO

Este trabalho visa a analisar em que consiste a criminalização produzida sobre um movimento social contemporâneo de base popular; buscando trazer elementos sobre o que há de atual no processo de criminalização dos movimentos sociais e sobre como esta atualidade se articula aos discursos que recaem sobre a condição de pobreza dos trabalhadores no período neoliberal. O campo de análise parte de um dos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) que atua fundamentalmente na Região Metropolitana de São Paulo. Este acampamento ocorreu de Setembro de 2005 a Julho de 2006 na cidade de Taboão da Serra-SP e ficou conhecido como acampamento Chico Mendes.

Para examinar o modo atual de criminalização e especificidades desse processo que incorre sobre o MTST, privilegamos os procedimentos discursivos utilizados por meio de categorias elaboradas em torno da concepção contemporânea de cidadania para julgar as ações do movimento. Entendemos esses procedimentos como elaborações operacionalizadas por meio da expansão do ramo judiciário na regulação das questões políticas e sociais. Nesse sentido, tais procedimentos são formulações que emergem do fortalecimento do ramo judiciário e ideológico do Estado para responder às demandas populares a partir do período neoliberal.

Outro ponto privilegiado para analisar o discurso da judicialização (termo intercorrente entre criminalização e possibilidade democrática) foi examinar por meio das fontes primárias, documentos escritos e audiovisuais produzidos pelo MTST e das entrevistas realizadas com alguns militantes do movimento, assim como outros relatos de militantes do movimento retirados de fontes secundárias; quais os procedimentos discursivos elaborados pelo próprio movimento para pensar sobre sua ação nesse contexto.

Assim, buscamos responder a duas necessidades que surgiram desde o início da pesquisa. A primeira, discutir como algumas formas de dominação são atualizadas; entre elas, discursos que inferiorizam o trabalhador pobre e o levam a se resignar com sua condição de pobreza. A segunda, entender, a partir de uma das formas de organização desses trabalhadores, as possibilidades de romper com essa resignação.

Desse modo, adotamos uma perspectiva teórica que nos possibilitasse analisar em primeiro lugar, sob um ponto de vista mais geral, como o Estado está organizado

para criar condições que mantêm formas de dominação. A partir dessa perspectiva, reduzimos o foco para as configurações que essa forma de organização assume no interior da dinâmica em que os movimentos sociais se inserem para lutar por suas reivindicações, ou seja, os direitos de cidadania cuja possibilidade de garantia recai sobre as condições de vida dos trabalhadores.

Nosso entendimento sobre os movimentos sociais se dá à luz do conceito de classes sociais. Assim, enquanto ação no campo da luta de classes, cujas demandas e reivindicações, por mais diversificadas que sejam e de diferentes perspectivas ideológicas, são, no plano imediato, por direitos. Direitos que são limitados, pois estão ancorados no ideal abstrato da categoria cidadão, como será analisado no primeiro capítulo, mas cuja ampliação é resultado da luta das classes trabalhadoras para assegurar a reprodução de sua capacidade de trabalho. Nesse sentido, Décio Saes (2003, p. 12) fornece uma análise que possibilita observar esta relação:

A produção capitalista tem um caráter infinito, gerando incessantemente novos produtos e novas necessidades. À vista disso, a maioria social, para poder reproduzir sua capacidade de trabalho e se manter destarte inserida no aparelho econômico, tem de incorporar sucessivamente novos produtos à sua pauta de consumo; o que implica a redefinição constante - *por ampliação* – da configuração dos seus interesses materiais. Assim, independentemente da dimensão simbólica ou ideológica de sua luta (por exemplo: a busca de reconhecimento, respeitabilidade ou dignidade no plano social), as classes trabalhadoras têm de usar a conquista de novos direitos universais como instrumento para a satisfação de interesses materiais em processo de permanente redefinição.

Contudo, como a luta por direitos é limitada, a dimensão ideológica de cada movimento social é importante na definição de seu projeto político que pode ou não pressupor o entendimento sobre o caráter imediato da luta reivindicatória. Assim, quando nos referimos a movimento social de base popular, ou mesmo, movimento popular, nossa referência são os movimentos que se organizam a partir das reivindicações das classes populares, portanto, enquanto espaço de luta das classes trabalhadoras. Essa diferenciação serve apenas para destacar que existe uma heterogeneidade da base social mobilizada no interior dos movimentos sociais, o que não elimina o caráter de classe dos movimentos.

Desse modo, Jair Pinheiro (2010, p.17) observa que existe uma dialética na relação trabalhador e cidadão nas lutas populares

[...] mediada pelo repertório cultural dos atores. Quando tais lutas tomam a condição de trabalhador para formular os direitos de cidadania elas tendem a ultrapassar os limites do sistema capitalista porque neste caso o produtor direto se posiciona como sujeito frente ao capital e, por conseguinte, projeta no e como horizonte da sua luta uma totalidade diferente da sociedade capitalista por que regida pelas necessidades do trabalhador. Por outro lado, quando se parte da condição de cidadão para formular os direitos do trabalhador, por mais que se avance, aqueles limites nunca são ultrapassados porque o Estado ao qual o cidadão deve lealdade é estruturalmente capitalista, o que o faz posicionar-se de modo subordinado ao capital, apesar das conquistas que se pode obter, mas também perder, como testemunham as últimas décadas de políticas neoliberais.

Essa relação sobre a dimensão ideológica dos movimentos possibilita apreender a particularidade do MTST e, ao mesmo tempo, abre para o entendimento da especificidade da criminalização produzida sobre ele. Esta particularidade reside, fundamentalmente, em seu projeto político, de perspectiva anticapitalista observada através de alguns princípios formulados para orientar a ação do movimento. Entre estes princípios podemos destacar: 1) organização dos trabalhadores a partir do lugar que ocupam territorialmente e nas relações sociais de produção; 2) “luta contra o capital e o Estado que representa os **interesses capitalistas**” (Cartilha de princípios do MTST, 2013, grifo no original); 3) definição de que a “luta é muito mais ampla do que a conquista de um pedaço de terra” (Idem) e; 4) posicionamento em manter sua autonomia política.

A autonomia política a primeira questão que o MTST precisou enfrentar, pois no momento em que ele se constituía os movimentos sociais passavam por uma relação de inversão da autonomia. Nesse sentido, sua autonomia tem uma importância que só pode ser compreendida quando contextualizamos o momento político em que o MTST emergiu, década de 1990, e com as reconfigurações que resultaram em uma nova concepção de cidadania as quais pressupõem uma dinâmica interna de participação popular. Sendo assim, a Constituição de 1988 representou um marco importante para as lutas sociais no Brasil, uma vez que possibilitou a ampliação dos direitos civis, políticos e sociais, além da incorporação da participação popular como um dos elementos importantes para construção de uma “sociedade democrática”. A partir deste momento, o direito à participação popular foi juridicamente reconhecido, e de tal modo, reconfigurou a atuação dos movimentos sociais que lutaram (e lutam) pela efetividade das suas demandas no âmbito das políticas públicas.

Contudo, no decorrer dos anos 1990, os debates públicos sobre a construção de uma “sociedade democrática” passaram a se concentrar na formulação de propostas para que os “cidadãos” se reconhecessem como tais e “aprendessem” a exercer sua cidadania de maneira plena. Esse exercício, dentro desses debates, implicava em romper com um passado recente que maculou a história do país pelas práticas de torturas, censuras e autoritarismo, além das sedimentações dessas práticas em outras formas de violência.

Por esse viés, o foco do debate se voltou à questão da participação mais ativa da “sociedade civil”, que diz respeito aos diversos setores organizados fora das instituições estatais, como as ONGs, movimentos sociais, associações de empresários, entre outros; cada um utilizando sua capacidade de influência no âmbito das políticas públicas para lutar por suas demandas (de classe) e garantir efetividade aos direitos assegurados constitucionalmente. Dentro dessa perspectiva, observou-se um otimismo em relação ao desenvolvimento e fortalecimento das instituições democráticas e das práticas “cidadãs”.

Nessas circunstâncias, houve um redirecionamento nas formas de organização dos movimentos sociais para lutar por suas reivindicações. Muitos movimentos sociais passaram a restringir sua atuação aos espaços políticos institucionalizados, como fóruns e conselhos de habitação, no caso dos movimentos por moradia. Dessa forma, não apenas perdendo sua autonomia como ficando restrito à “condição de cidadão para formular os direitos do trabalhador” conforme destacamos acima com a afirmação de Pinheiro.

Deste modo, ao mesmo tempo em que estes canais de participação foram abertos e representaram uma conquista, uma vez que fazia parte de uma reivindicação popular, passou a existir certa exigência de que somente através deles os movimentos deveriam atuar. De outra forma, atuar fora desses canais poderia significar infringir direitos de cidadania.

Sendo assim, a primeira hipótese com a qual estamos trabalhando é de que a atualidade da criminalização dos movimentos sociais é produzida no interior da própria dinâmica de entendimento da cidadania contemporânea. Esta produção é operacionalizada por categorias próprias da concepção de cidadania, que se reconfigurou a partir da década de 1990, centralizando-se no eixo dos direitos civis, com destaque da categoria dignidade humana.

Portanto, buscamos demonstrar que embora exista um processo geral de criminalização dos movimentos sociais na atualidade, as formas de efetivar este

processo tem uma variação que incide sobre como o movimento se organiza para pressionar por suas reivindicações. Dessa forma, o segundo momento deste trabalho, se dedica a esta diferença. Para tanto, focamos a análise no processo de constituição do MTST e das primeiras experiências de ocupação até aquela que se constitui como nosso campo de observação, a ocupação Chico Mendes.

Contextualizar o cenário urbano no qual o movimento se inseriu é importante para apreender seu processo de constituição. O MTST surgiu em 1997, na Região Metropolitana de Campinas, local onde realizou sua primeira experiência, e, em seguida, passou a atuar na Região Metropolitana de São Paulo. Durante a década de 1990, houve muitas mudanças no cenário urbano desencadeadas sob o impacto do modelo neoliberal que resultaram no aprofundamento da precarização das condições de vida dos trabalhadores.

O impacto da implementação das políticas-econômicas neoliberais pode ser dimensionado a partir do lugar privilegiado em que a cidade de São Paulo e sua Região Metropolitana ocupam para a acumulação do capital no Brasil. De acordo com Kowarick (2000, p. 19), a Região Metropolitana de São Paulo “[...] figura-se enquanto Metrôpole não só pela sua extensão territorial, mas também porque é a partir dela que se organiza a dinâmica do capitalismo no Brasil, pois aí se concentra a engrenagem produtiva essencial à economia do País”. Esta afirmação de Kowarick tem como referência os anos 1970 e 1980, e reporta-se ao fato de que, diferentemente de outras cidades brasileiras, as contradições que se desenvolveram na RMSP não foram resultado de uma urbanização que se expandiu no bojo de uma industrialização incipiente, mas decorreu, até os anos 1980, de intenso dinamismo econômico. Esse dinamismo se pautou em acentuado aumento da produtividade do trabalho acompanhado de deteriorização salarial, principalmente para os setores não-qualificados, “[...] o patamar mínimo de remuneração, entre 1959 e 1990 em São Paulo, decresceu em termos reais cerca de 70%” (KOWARICK, 2000, p.20). De acordo com o autor, esta redução não pode ser tratada como uma oscilação ocasional, como resultado de um momento recessivo, mas como característica estrutural do capitalismo brasileiro.

Paralelamente a esta redução salarial, outros dados complementam a dimensão das contradições urbanas em São Paulo. No período compreendido entre 1959 e 1990, na Capital houve aumento em mais de 150% no valor do metro quadrado do terreno. (Kowarick, 2000, p. 28-29). O tempo médio de trabalho necessário para obtenção da

cesta básica em 1959 era de cerca de 65 horas, em 1970, eram necessárias 105 horas trabalhadas, e em 1990, 203 horas (Kowarick, 1996, p.60).

Esses dados ilustram a razão do aumento de moradores nas periferias, favelas e cortiços durante a década de 1970 na RMSP, ao mesmo tempo em que chamam a atenção para o fato de que a favelização nesta Região foi um fenômeno que se desenvolveu de forma intensa. Até a década de 1980, a forma predominante de moradia popular (cerca de 63%) era de casas confeccionadas no modelo de autoconstrução em continuidade ao processo de periferação, que se iniciou a partir da década de 1940 com a alteração do sistema de transporte, viabilizada pela substituição do bonde pelo ônibus (Kowarick, 1996, 2000; Bonduki, 1998)<sup>1</sup>. Em 1987, a cidade de São Paulo contava com 813 mil favelados, em 1993 esse número chegava a 1,9 milhões (Kowarick, 2000, p.46).

Ao mesmo tempo em que o fim dos anos 80 e início dos anos 90 foi marcado por aumento demográfico nas periferias das franjas da cidade de São Paulo e sua Região Metropolitana, constatou-se diminuição do crescimento populacional em alguns núcleos centrais da cidade de São Paulo. De acordo com Taschner e Bógus (2001, p. 35) “A região entre as avenidas marginais perdeu quase 130 mil residentes nos anos 80 e 230 mil nos seis primeiros anos da década de 90. De outro lado, a periferia ganhou cerca de 1,3 milhão entre 1980 e 1991 e quase 505 mil entre 1991 e 1996”. Esses dados demonstram que durante a década de 1990 houve um aumento significativo de trabalhadores que se deslocaram para as periferias e favelas da Região Metropolitana de São Paulo.

Isso se explica por dois fatores articulados. Um deles, a intensificação da especulação imobiliária, cujo resultado mais imediato para os trabalhadores é o aumento do valor dos terrenos, aumento no preço dos aluguéis e aumento dos processos de despejos em lugares que representam interesse imobiliário. O outro fator se refere às mudanças na estrutura do emprego que, através de medidas flexibilizantes, resultou em grande impacto na relação capital-trabalho, tendo em vista que no Brasil grande parcela dos trabalhadores sempre esteve inserida em relações de trabalho precarizadas.

---

<sup>1</sup> O modelo de autoconstrução se refere a forma como os trabalhadores constroem suas casas. Na impossibilidade de pagar mão de obra especializada, levantam os cômodos ao longo de anos durante os períodos de folgas do emprego, contando com a ajuda de amigos e familiares, portanto, um modelo que aumenta a espoliação urbana dos trabalhadores. Sobre o conceito de espoliação urbana, consultar dois livros de Lúcio Kowarick, “A espoliação urbana” (1979) e “Escritos urbanos” (2000).

Destarte, um dos resultados dessas medidas flexibilizantes foi o aumento do desemprego que marcou a economia brasileira a partir da década de 1990. Esse aumento “foi agravado pela instabilidade e pelas transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro, pois essa massa de desempregados encontrou dificuldades de conseguir uma nova colocação” (Capelas *et al*, 2010, p.239-240). A taxa de desemprego total na RMSP em 1990 era de 10,3%, em 1999 essa taxa chegava a 19%, com uma pequena queda nos anos subsequentes, em 2006, essa taxa era de 15,8% (Idem).

Nesse sentido, a partir da década de 1990, o desemprego e, conseqüentemente, a insegurança da perda do emprego que serve para manter a precarização do trabalho piorou as condições de vida dos trabalhadores e gerou aumento da pobreza urbana. Nesse contexto, a insegurança da perda pode se configurar como um elemento crucial na desmobilização dos trabalhadores e em uma aceitação muito maior de um conjunto de valores em torno do individualismo, organizado sob a lógica da competição, em que impera a ideia do “cada um por si”.

É em torno dessas questões que levantamos nossa segunda hipótese, de que a resistência dos trabalhadores no MTST está articulada ao processo de construção de uma confiança que não se restringe a uma promessa de moradia, mas que se insere como possibilidade de romper com a ideia do “cada um por si”. Esta hipótese será desenvolvida a partir da problemática do caso do acampamento Chico Mendes, que constitui parte do segundo e terceiro momento deste trabalho.

A experiência do acampamento Chico Mendes foi fundamental na consolidação do projeto político do MTST e para o avanço nas formas de pensar a organização dos acampamentos. Neste acampamento, o movimento passou a pensar a forma de organização de maneira mais articulada aos aspectos da cultura urbana, portanto, a partir de elementos que diziam respeito ao vivido imediato das famílias acampadas. Nesse sentido, passou a atender a outras exigências, que não se restringiam a conquista da moradia, como organização de saraus, cirandas (espécie de creche para as crianças), espaços de discussão com as famílias, por meio de leituras da cartilha do militante para que as famílias tivessem clareza dos objetivos e propostas do movimento, e também para que elas tivessem instrumentos para discutir e participar de forma mais efetiva das assembleias, um importante espaço de formação de militantes. Esta foi ainda uma experiência em que não houve repressão policial ao movimento no interior do acampamento, assim como, processo de despejo das famílias.

Contudo, os mecanismos sociais criados para produzir a criminalização do movimento estiveram relacionados à condição de pobreza das famílias, sob o juízo de que a pobreza dessas famílias refletia falta de esforço individual, que também se relaciona a um tipo de concepção de cidadania, como buscamos demonstrar. Dessa maneira, esta experiência serviu de modelo para pensar nas experiências seguintes, ao mesmo tempo em que o avanço na forma de pensar sua organização territorial tem impactos sobre a ideologia do individualismo.

Para analisar as questões que nos propusemos, estruturamos o trabalho em três capítulos.

O primeiro capítulo, de caráter essencialmente teórico, está dividido em quatro momentos. No primeiro e segundo momento, realizamos uma reflexão sobre o conceito de modo de produção, Estado capitalista, classes sociais e frações de classes. O referencial teórico utilizado para esta discussão foi a obra *Poder Político e Classes sociais*, de Nicos Poulantzas, publicada em Paris em 1968. Além disso, alguns autores que utilizam este referencial e têm se dedicado ao tema do Estado capitalista e da relação entre este e as classes sociais.

A obra de Poulantzas oferece uma sistematização do conceito de Estado capitalista e demonstra os nexos de correspondência entre este Estado e o modo de produção capitalista, assim, demonstrando as condições ideológicas criadas para que as relações sociais de produção capitalista se reproduzam e, em que sentido, o Estado capitalista atua para organizar/desorganizar as classes sociais.

No terceiro momento deste capítulo, realizamos uma análise sobre o tema da cidadania, a partir do referido aporte teórico-metodológico. Assim, uma reflexão sobre o Estado, as classes sociais e a cidadania, para apreender o significado das configurações que a cidadania assumiu a partir da década de 1990 e de que maneira os movimentos sociais são interpelados a uma determinada ação.

No quarto momento, buscamos articular a discussão que diz a respeito das determinações materiais à questão da ideologia e do senso comum. Para tanto, analisamos algumas definições sobre o conceito de ideologia, com a finalidade de apreender como os sujeitos são interpelados a agirem de uma determinada forma, quais os recursos utilizados nessa interpelação e quais as possibilidades de os sujeitos interpelados, também interpelarem. Nesse sentido, foi fundamental para nós realizarmos uma discussão sobre o senso comum, uma vez que este, diferente da ideologia, se relaciona ao vivido imediato. Sendo assim, buscamos pensar nas articulações entre o

campo da ideologia e do senso comum, com as exigências impostas pelo modo de produção capitalista. Para tanto, utilizamos autores de diferentes perspectivas teóricas no campo das ciências sociais.

O segundo capítulo está dividido em três momentos. No primeiro, analisamos a constituição do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, com a intenção de discutir os avanços e dificuldades em termos de seu projeto político e formas de pensar a organização dos acampamentos. A partir desse processo de constituição, buscamos demonstrar as categorias que o movimento foi elaborando para pensar sobre sua ação no espaço urbano. Nesse sentido, privilegamos o período que vai desde sua emergência até a ocupação Chico Mendes, ou seja, analisamos as seis primeiras experiências. Neste segundo momento do capítulo, enfatizamos os principais elementos explorados para produzir a criminalização do MTST, assim, contextualizando algumas situações e os principais mecanismos utilizados para criminalizá-lo.

Dedicamos o terceiro momento, ao caso do acampamento Chico Mendes. Nele, analisamos o avanço da estratégia territorial do MTST, a organização interna do acampamento, as negociações e conflitos em torno do terreno ocupado. Com o estudo de caso, procuramos analisar as articulações entre diferentes agentes e os recursos mobilizados por esses para produzir a criminalização do MTST.

Neste capítulo, utilizamos fontes primárias e secundárias. As secundárias são relatos retirados de autores que realizaram pesquisas sobre o movimento, matérias jornalísticas divulgadas por meio impresso e via internet. As primárias são entrevistas com militantes do movimento, documentos escritos e audiovisuais produzidos pelo MTST.

As entrevistas fazem parte da pesquisa de campo que realizamos em julho de 2012, janeiro e julho de 2013. Contudo, o primeiro contato com o MTST ocorreu em setembro de 2009, quando participamos, durante quatro dias, da primeira reunião nacional do movimento e tivemos a oportunidade de conhecer suas principais lideranças. Ainda em 2009, participamos de outra reunião do movimento com as lideranças que atuam no Estado de São Paulo.

Esse primeiro contato facilitou os contatos posteriores com os militantes para a realização das entrevistas. Porém, não conseguimos encontrar dois militantes que tínhamos intenção de entrevistar. Assim, entrevistamos duas das principais lideranças do movimento e uma ex-dirigente do mesmo. Essas entrevistas foram realizadas em diferentes momentos e lugares. Os entrevistados foram: João Batista (39 anos),

conhecido como Jota, Guilherme Boulos (30 anos) e Helena Silvestre (28 anos). Jota é coordenador estadual do MTST de São Paulo, militava no MST e foi designado para formar o MTST. No momento da entrevista, Jota afirmou estar afastado do movimento por motivos pessoais, contudo, a entrevista foi realizada na Comunidade Carlos Lamarca em Osasco, onde ele mora e organiza. Guilherme, atualmente coordenador nacional do MTST por São Paulo e coordenador estadual do MTST em São Paulo. Helena foi uma das principais lideranças enquanto esteve à frente do MTST, atuou no movimento de 2003 (a partir da ocupação conhecida como Santo Dias em São Bernardo do Campo) até setembro de 2010, como coordenadora estadual e atuando no setor de formação, atualmente milita no movimento Luta Popular.

Também realizamos visitas ao local onde ocorreu a ocupação Chico Mendes em Taboão da Serra e tivemos a oportunidade de conversar com moradores e comerciantes do entorno do terreno em que ocorreu a ocupação. Essas conversas foram mediadas por uma moradora desta área, com quem já tínhamos proximidade há algum tempo e que nos acolheu em sua casa durante algumas semanas.

Por fim, no terceiro capítulo, organizado em quatro momentos, analisamos o processo de criminalização da pobreza e das lutas sociais no período neoliberal. Nele, o intuito é discutir os mecanismos sociais acionados para criminalizar o trabalhador pobre. Desse modo, as maneiras e condições criadas para aproximar pobreza e criminalidade ao ponto de gerar um entendimento comum de que estes são fatores relacionados.

Assim, discutimos como se configura a criminalização da pobreza sob o modelo neoliberal; a relação entre este processo e a criminalização das lutas sociais, neste período. Para finalizar, examinamos as possibilidades de rompimento com o discurso da criminalização. Nesse sentido, buscamos apreender a partir de uma perspectiva da base social (através da produção audiovisual do MTST) como o movimento vem dando respostas a este processo de criminalização. Nesse capítulo, utilizamos fontes primárias e secundárias já reportadas, assim como, bibliografia sobre o tema da pobreza e das lutas sociais no período neoliberal.

## CAPÍTULO 1

### ESTADO E CLASSES SOCIAIS

Este capítulo tem como objetivo analisar o conceito de Estado no interior das relações sociais de produção capitalista e, a partir da reflexão sobre a relação entre o Estado capitalista e as classes sociais, discutir o conceito de ideologia e senso comum.

Na primeira e segunda seção do capítulo, a principal referência teórica é a obra *Poder Político e Classes Sociais (PPCS)* de Nicos Poulantzas, publicada em Paris no ano de 1968<sup>2</sup>. Alguns autores brasileiros que utilizam este referencial teórico complementam e ampliam a discussão: Décio Saes (1998, 1998b), Jair Pinheiro (2012) e Boito Junior (2007).

Em *PPCS*, Poulantzas desenvolve uma concepção de Modo de Produção Capitalista em nível global e realiza uma sistematização do conceito de Estado capitalista. Nela, o autor desenvolve a tese da correspondência entre um tipo de Estado e o modo de produção dominante. Esta tese traz elementos importantes para analisar nossa hipótese sobre a atualidade do processo de criminalização dos movimentos sociais a partir da particularidade do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), na medida em que ao detectar os processos gerais que asseguram a reprodução das relações sociais capitalistas nos possibilita discutir as bases sobre as quais novos mecanismos são criados para ocultar a luta de classes.

Na terceira seção, analisamos a concepção de cidadania que se configurou a partir dos anos 1990, esta configuração é fundamental para entender o contexto político e ideológico em que o MTST emergiu. Para apreender a base sobre a qual se desenvolveu esta configuração, retomamos o ensaio *Cidadania e Classe Social* que faz parte da obra *Cidadania, classe social e status* de T. H. Marshall, uma das principais referências dentro da tradição liberal que influenciou grande parte do debate sobre o tema da cidadania.

Na quarta seção, a discussão se desloca para o campo da ideologia e do senso comum, sem perder de vista as determinações estruturais discutidas anteriormente. Para tanto, utilizamos autores de diferentes correntes teóricas no campo das Ciências Sociais. Esta reflexão amplia a discussão sobre a atualidade do processo de criminalização dos

---

<sup>2</sup> Ao longo do trabalho iremos utilizar *PPCS* quando fizermos referência à obra.

movimentos sociais e dá base para apreender as particularidades do MTST. Os elementos teóricos analisados nesta sessão serão fundamentais para refletir a respeito de nossa segunda hipótese sobre a permanência e vínculo dos trabalhadores no movimento.

### **1.1 Considerações preliminares acerca do conceito de Estado**

O conceito de Estado sistematizado por Poulantzas (1977) em *PPCS* se beneficiou das formulações de autores da corrente althusseriana<sup>3</sup>. Nessas formulações, está presente o conceito de todo estruturado desenvolvido pelo filósofo francês Louis Althusser. Tal conceito é importante porque se refere a um entendimento global do funcionamento de um modo de produção no interior de uma formação social e, assim, da organização do Estado à nível regional.

O conceito de Estado capitalista é localizado como o nível do político no interior do Modo de Produção Capitalista (MPC), de tal modo, a obra *PPCS* oferece uma delimitação da função que este Estado desempenha na totalidade social capitalista e a relação que estabelece com as classes sociais (SAES, 1998b).

Para analisar o conceito de todo estruturado podemos iniciar a reflexão a partir de uma formulação de Marx no *Prefácio à Crítica da Economia Política* (1977), que sintetiza a ideia de que a produção da vida é realizada de uma maneira particular, pressupondo uma base material histórica e social sobre a qual os homens atuam para realizarem sua existência. Diz Marx (1977, p. 135-136):

[...] na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas estas relações se

---

<sup>3</sup> De acordo com Décio Saes (1998), os principais autores que influenciaram a pesquisa teórica de Poulantzas são: Louis Althusser, Charles Bettelheim, Etienne Balibar e Jacques Rancière.

transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. Na consideração de tais transformações é necessário distinguir sempre entre a transformação material das condições econômicas de produção, que pode ser objeto de rigorosa verificação da ciência natural, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito e o conduzem até o fim. Assim, como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência; ao contrário, é preciso explicar esta consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio da mesma velha sociedade.

Nesta formulação Marx ressalta que a produção material e espiritual da vida se deve ao desenvolvimento histórico das relações sociais de produção. Assim, os homens estabelecem relações a partir da forma como se organizam para produzir sua existência (material e espiritual), produção que não se realiza de forma contingente, mas é resultado do desenvolvimento histórico das forças produtivas.

Nesse sentido, podemos apreender o desenvolvimento das relações sociais de produção em uma totalidade que demanda uma articulação de estruturas que possibilitam a reprodução dessas relações, ou, como destacado acima, “A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência” (MARX, 1977, p.135). Sendo assim, existem valores ou estruturas históricas e sociais que informam as ações para que os homens reproduzam um determinado modo de produção da vida.

A noção de estrutura indica que há uma base social e histórica sobre a qual os indivíduos se organizam para produzir sua existência material, sobre a qual estabelecem relações sociais de produção. Em outras palavras, em uma totalidade social existe uma articulação de estruturas, informadas, por um determinado modo de produção da vida. Nesse sentido, estruturas jurídicas, políticas e econômicas que se articulam em uma totalidade social.

Nesta perspectiva, o conceito de todo estruturado com determinação em última instância do econômico informa uma totalidade, ou seja, o modo de produção em uma formação social concreta “historicamente existente, e que é individualizada, portanto, distinta de suas contemporâneas e de seu próprio passado, pelo modo de produção que domina aí” (ALTHUSSER, 1999, p.42). Ou ainda, na medida em que Poulantzas, como Althusser, entende o todo estruturado com dominante em dois planos: o abstrato e o concreto. O primeiro se refere ao conceito de modo de produção, constituído pelos níveis econômico, jurídico-político e ideológico, com determinação em última instância do econômico. O segundo se refere às formações sociais concretas, nas quais coexistem diversos modos de produção com dominância de um deles, ou seja, uma formação social capitalista é aquela em que este modo de produção é predominante.

O modo de produção indica uma totalidade, na medida em que não designa apenas relações de produção em sentido estrito, mas uma articulação de estruturas e práticas, “diversos níveis ou instâncias, o econômico, o político, o ideológico e o teórico” (POULANTZAS, 1977, p. 13). Assim, Poulantzas (1977, p. 13) afirma que: “O tipo de unidade que caracteriza um modo de produção é o de um *todo complexo com dominância*, em última instância, do econômico: dominância em última instância para a qual reservaremos o termo de *determinação*”. E continua, com o objetivo de demonstrar que a combinação dessas estruturas e práticas não compõem uma totalidade circular em que a constituição das *partes totais* são tidas como expressão fenomenal de um princípio que lhes deu origem, mas que:

Trata-se, sim, de um tipo de relação, no interior do qual a estrutura com determinação do todo comanda a própria constituição – a natureza – das estruturas regionais, atribuindo-lhes o lugar respectivo e distribuindo-lhes funções: por conseguinte, as relações que constituem cada nível nunca são simples, mas antes *sobredeterminadas* pelas relações dos outros níveis. (POULANTZAS, 1977, p. 14).

Com estas afirmações Poulantzas (1977) sustenta que não se trata de uma totalidade em que haja uma instância central entendida como um sujeito que seja o propulsor da organização das instâncias regionais, mas que a distribuição das instâncias se desloca de acordo com o papel que o econômico desempenha no interior da totalidade social. Nesse sentido, o autor afirma que:

[...] de fato o econômico só é determinante na medida em que atribui a esta ou aquela instância o papel dominante, isto é, na medida em que

regula o deslocamento de dominância devido à descentralização das instâncias. É assim que Marx nos indica de que maneira, no modo de produção feudal, é a ideologia – na sua forma religiosa – que desempenha o papel dominante, o que é rigorosamente determinado pelo funcionamento do econômico neste modo de produção (POULANTZAS, 1977, p. 14).

Assim, no MPC é a forma econômica que desempenha o papel dominante, marcando o conjunto das relações sociais pelo critério do livre mercado de compra e venda da força de trabalho.

O todo estruturado se articula de um modo particular, porque é informado por uma matriz que marca todo o conjunto, a matriz é como se reflete no interior do todo a determinação em última instância do econômico. No caso do MPC, a forma mercantil é a matriz que marca o conjunto das relações sociais (POULANTZAS, 1977). No entanto, Poulantzas (1977, p. 16) adverte:

O econômico, o político, o ideológico, não constituem essências prévias que entrem em seguida em relações externas de acordo com o esquema ambíguo – se tomado à letra – da base e da superestrutura. A articulação, própria à estrutura do todo de um modo de produção, comanda a constituição das instâncias regionais.

No interior do todo estruturado, o Estado é localizado enquanto estrutura jurídico-política que se articula a outras estruturas. As estruturas, por sua vez, compreendem “conjuntos de valores que regulam e enquadram de modo durável as práticas sociais de um certo tipo (econômicas, políticas)” (SAES, 1998b)<sup>4</sup>.

## 1.2 O Estado capitalista e classes sociais

Como examinado na seção anterior, o conceito de Estado se refere a uma estrutura jurídico-política localizada no interior de um todo estruturado, esta estrutura se constitui sobre as relações de produção, não de modo simples e mecânico, mas à medida que possibilita a reprodução de determinadas relações de produção dominante ao constituir os agentes da produção em sujeitos de direito (POULANTZAS, 1977, SAES, 1998). Em outras palavras, a constituição de relações de produção dominante exige uma estrutura jurídico-política correspondente que assegure a previsibilidade e

---

<sup>4</sup> A definição do conceito de estrutura enquanto conjunto de valores foi realizada por Décio Saes em “A questão da autonomia relativa em Poulantzas” com base no texto “Préliminaires à l’étude de l’hégémonie dans l’État” (1965) de Poulantzas, anterior à publicação de *Poder Político e classes sociais*.

reprodução destas relações. Esta é a tese da correspondência entre o Estado e as relações de produção, ou seja, um tipo particular de Estado corresponde a um tipo particular de relações de produção, na medida em que o Estado organiza e condensa em seu interior contradições próprias às relações sociais de produção dominante.

Nesse sentido, o Estado desempenha a função global de manutenção da ordem no interior de uma formação social, pois tem a função política de manter a ordem e dar coesão aos interesses conflitantes, no caso das frações das classes dominantes, e, fundamentalmente àqueles contraditórios entre as classes sociais antagônicas.

Poulantzas (1977, p. 43) ressalta que as práticas políticas de classe têm por objetivo o Estado uma vez que este “para além de fator de coesão da unidade de uma formação, é também a estrutura na qual se *condensam* as contradições entre os diversos níveis de uma formação” (grifo do autor), ou seja, o Estado é o lugar que ao condensar as contradições dando-lhes coesão é alvo das disputas políticas de classe uma vez que estas objetivam que nele seus interesses de classe sejam atendidos.

De acordo com Poulantzas (1977), esta função do Estado – fator de coesão, de ordem e lugar de condensação das contradições – pode ser observada com maior clareza em períodos de transição, quando, em uma formação social, se superpõem diversos modos de produção, “caracterizado por uma não correspondência particular entre propriedade e apropriação real dos meios de produção” no qual o papel do Estado torna-se decisivo.

Nessa perspectiva, Décio Saes (2003) observa que as Revoluções políticas modernas, que derrubaram o Estado feudal-absolutista, também foram Revoluções jurídicas que antecederam “a implantação de uma estrutura econômica capitalista”, isso na medida em que, somente com a compatibilidade da forma - “universal” - sujeito de direito, tornou-se possível a circulação da força de trabalho como mercadoria, dando origem a um mercado de trabalho:

Ou melhor: a transformação revolucionária do direito criou as condições institucionais sem as quais seriam impossíveis a formação do mercado de trabalho, o assalariamento em massa dos trabalhadores despossuídos e, conseqüentemente, a instauração de relações sócio-econômicas especificamente capitalistas.(SAES, 2003, p. 23)

Assim, a transformação na estrutura jurídico-política foi uma condição sem a qual não seria possível estabelecer no capitalismo o mercado de compra e venda da força de trabalho como equivalente ao processo de troca de outras mercadorias.

A função de ordem global do Estado, “de organização em sentido lato - enquanto fator de coesão da unidade” é desempenhada nos conflitos políticos de classe, à medida que impede que as classes se aniquilem. Esta função pode ser entendida a partir do lugar que o Estado ocupa no interior de uma formação social, quando “um conjunto de estruturas têm como *efeito*, na sua unidade, a divisão de uma formação em classes e a dominação política de classe.” Assim, o Estado tem o papel global de ordem por manter, no interior de uma formação em que se estabelecem conflitos de classe, uma unidade contraditória, dando-lhe coesão (POULANTZAS, 1977).

De maneira mais direta, Saes (1998, p. 19) assim sintetiza o conceito de Estado:

[...] o Estado, em todas as sociedades divididas em classes (escravista, feudal ou capitalista), é a organização especializada (=o ‘poder *especial* de repressão’) na função de moderar a luta entre as classes antagônicas, garantindo por esse modo a conservação da dominação de classe; ou, por outra, o conjunto das instituições (mais ou menos diferenciadas, mais ou menos especializadas) que conservam a dominação de uma classe por outra.

Presente em todas as sociedades divididas em classes, o Estado surge com uma função organizativa de moderar o conflito entre as classes antagônicas, e tornar possível a conservação da dominação de uma classe sobre outra. Sendo assim, desempenha um papel simultaneamente organizador e unificador em relação às classes dominantes (SAES, 1998b).

A partir da tese da correspondência entre as relações de produção e as formas políticas Décio Saes (1998, p. 21) enuncia dois aspectos importantes para a análise do conceito de Estado burguês: “a) o Estado burguês organiza de um modo particular a dominação de classe; b) o Estado burguês corresponde a relações de produção capitalistas”. Estes aspectos enunciam e ao mesmo tempo eliminam uma questão. Enuncia que há uma correspondência específica entre o tipo particular de Estado burguês e o tipo particular de relações de produção capitalistas, particularidade que está na condição necessária de que somente determinada estrutura jurídico-política torna possível a reprodução dessas relações, e elimina a proposição de que o Estado burguês seja um efeito direto, o produto final das transformações nas relações de produção, ou seja, não é possível entender o Estado burguês como simples reflexo da base

econômica. Portanto, o Estado burguês é organizado de um modo específico ao dar condições para que as relações de produção capitalistas possam se reproduzir<sup>5</sup>.

De acordo com Althusser (1999) a natureza e existência da superestrutura deve ser pensada a partir da reprodução, que por sua vez se realiza a partir de uma matriz que articula o todo, logo, é importante detectar os aspectos fundamentais das relações de produção capitalistas para compreendermos como se opera essa articulação.

Nesse sentido, é relevante entender em que consiste a necessidade de uma estrutura específica para a reprodução das relações de produção capitalista, a partir daquilo que elas comportam de particular comparada a outras relações de produção.

Saes (1998, p. 23) define dois aspectos fundamentais das relações de produção capitalistas:

O primeiro deles consiste na relação entre o produtor direto – não proprietário dos meios de produção –, que extorque do primeiro sobre trabalho: é a relação de propriedade em sentido estrito. O segundo aspecto consiste na separação entre o produtor direto e os meios de produção; ou seja, no não-controle, pelo produtor direto, das condições naturais de trabalho.

O primeiro aspecto dessa relação está presente tanto no modo de produção capitalista, como em outros de caráter classista, como o feudal e o escravista. O segundo aspecto é específico às relações de produção capitalistas, uma vez que se realiza a partir da separação entre o produtor direto e os meios de produção, no entanto, para que essa separação se efetive, é necessário que exista uma estrutura jurídico-política que dê suporte não apenas para sua efetivação, mas para que essa relação se reproduza. Assim, é preciso delimitar a especificidade destes dois aspectos nas relações de produção capitalistas, tendo em vista, a extorsão do sobretrabalho, que também se apresenta em outros modos de produção, assume no M.P.C características específicas. Esses dois aspectos das relações de produção capitalistas se entrelaçam de uma maneira particular na medida em que um é condição de realização do outro.

A extorsão do sobretrabalho no capitalismo se realiza através da compra e venda da força de trabalho em troca de um salário, todavia, para que essa relação se efetive é

---

<sup>5</sup> Décio Saes (1998) ressalta que prefere “designar o tipo de Estado correspondente a relações de produção capitalistas através da expressão *Estado burguês*, ao invés da expressão *Estado capitalista*” utilizada por Poulantzas em *PPCS*. Saes observa que além da expressão *Estado burguês* ser mais utilizada por Marx e Engels, ela conota o caráter de classe do Estado, evitando a conotação de alguma “ação econômica estatal favorável ao capital”. Assim, de acordo com o autor, a natureza da correspondência com as relações de produção capitalista se deve ao fato de que o Estado burguês cria as condições ideológicas necessárias à reprodução das relações de produção capitalistas. Para nossa análise iremos utilizar as expressões de acordo com a sua utilização por cada um dos autores.

necessário que existam, no âmbito formal e abstrato do direito, indivíduos livres para realizarem no mercado essa troca. Nas palavras de Marx (2011, p. 2000) “Só aparece o capital quando o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre no mercado vendendo sua força de trabalho [...]”.

Nesta relação, a força de trabalho assume o caráter de mercadoria à medida que deve circular como objeto de compra e venda e, por ser a produtora das demais mercadorias, sua mercantilização leva à universalização da forma mercadoria. Marx (2011, p. 206) observa que, na esfera da circulação, essa troca se realiza em “um verdadeiro paraíso dos direitos inatos do homem” na qual “Contratam como pessoas livres, juridicamente iguais” e continua:

O contrato é o resultado final, a expressão jurídica comum de suas vontades. Igualmente, pois estabelecem relações mútuas apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade, pois cada um só dispõe do que é seu. [...]

Ao deixar a esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias, à qual o livre-cambista vulgar toma de empréstimo sua concepção, ideias e critérios para julgar a sociedade baseada no capital e no trabalho assalariado, parece-nos que algo se transforma na fisionomia dos personagens do nosso drama. O antigo dono do dinheiro marcha à frente, como capitalista; segue-o o proprietário da força de trabalho, como seu trabalhador. O primeiro, com um ar importante, sorriso velhaco e ávido de negócios; o segundo; tímido, contrafeito, como alguém que vendeu sua própria pele e apenas espera ser esfolado. (MARX, 2011, p. 206)

Como o princípio que rege a troca é o contrato como expressão da vontade de indivíduos juridicamente livres e iguais, e a força de trabalho é vendida como equivalente universal a outras mercadorias, essa troca se realiza como expressão de relações mútuas onde cada um troca a mercadoria que possui, não evidenciando a extração do sobretrabalho que se realiza na esfera da produção, a não ser, pela transformação na fisionomia dos personagens. Esse é um processo de abstração que desvincula esfera da circulação e esfera da produção, na qual a primeira se efetivaria apenas como dependente do ato de vontade de indivíduos livres, possuidores de mercadorias.

No entanto, a conciliação dessas duas esferas, é feita através de outra, fora da esfera econômica, qual seja, a esfera do direito que operacionaliza ideologicamente essa separação, através da categoria sujeito de direito (SAES, 1998).

No modo de produção capitalista, a categoria sujeito de direito é a matriz que articula um tratamento igual aos desiguais, na medida em que, tanto os produtores diretos como os proprietários dos meios de produção passam ao mesmo status jurídico.

Nesse sentido, Jair Pinheiro (2012, p. 268) afirma que:

[...] essa articulação do todo estruturado, no MPC, é operada pela categoria sujeito de direito, própria da estrutura jurídico-política, na medida em que a autonomia relativa adquirida pela estrutura econômica (como fruto do desenvolvimento das relações de produção capitalistas) estendeu o estatuto de sujeito de direito ao produtor direto através das revoluções burguesas, o que permite ao movimento de autovalorização operar como lei através da ação social de indivíduos isolados porque a articulação da força de trabalho (substância do valor) passa a ser regida por critérios econômicos como efeito da institucionalização jurídica. É esta matriz individualista, juridicamente institucionalizada, que faz da estrutura econômica ao mesmo tempo determinante em última instância no todo estruturado.

A categoria sujeito de direito é a matriz que operacionaliza a abstração que vincula o movimento de autovalorização à ação de indivíduos isolados, na medida em que o desvincula da força de trabalho (substância do valor). É através da estrutura jurídico-política, que se impõe, no modo de produção capitalista, a determinação em última instância do econômico, numa articulação que se realiza não diretamente pela estrutura econômica, mas na esfera do direito.

Pinheiro (2012, p. 274) ressalta que a troca de equivalentes na esfera da circulação, premissa para a extração do sobretrabalho na esfera da produção, se sustenta sob “o manto da igualdade”, demonstrando a força ideológica do direito burguês, uma vez que este não legitima diretamente a extração do sobretrabalho, mas encontra legitimação na relação de propriedade.

De acordo com Poulantzas (1977), diferentemente de outros tipos de Estado, o Estado capitalista se caracteriza justamente pela ausência da determinação de sujeitos enquanto agentes de produção, que ao contrário, são fixados como “pessoas políticas”, “indivíduos”, “cidadãos”.

Esse caráter fundamental do Estado capitalista marca outra forma de dominação, na medida em que a estrutura jurídico-política opera um descolamento entre o lugar que os agentes ocupam na esfera da produção e àquele ocupado na esfera pública. Diante da ausência de agentes da produção, o Estado capitalista torna-se a expressão política dos “indivíduos” juridicamente livres e iguais.

Como a esfera pública se torna a expressão política de “indivíduos” jurídicos livres e iguais, o principal aspecto ideológico de dominação de classe é o discurso de manutenção da ordem pública, uma vez que, quando a classe trabalhadora se organiza para apresentar demandas de classe não previstos em lei e, ou, em desacordo com o argumento geral de ordem pública, essa organização é deslegitimada sob o discurso de estar desorganizando a ordem pública, de tal modo, sua organização e ações podem ser enquadradas como fora da lei.

No Brasil a Constituição de 1988 prevê a atuação e organização de movimentos sociais, porém, suas ações devem estar dentro dos canais previstos em lei, assim, quando tais ações não encontram respaldo na letra da lei, podem ser reprimidos e criminalizados. Uma das formas de efetivar esta criminalização é por meio de processos judiciais movidos contra militantes – sujeitos de direito– a partir do argumento de que a ação do movimento infringiu a ordem pública que garante a igualdade, liberdade e propriedade a todos os “indivíduos”.

Segundo Poulantzas (1977), o Estado capitalista, que encontra legitimidade nos princípios de liberdade e igualdade, apresenta-se como *Estado-popular-de-classe*, representante do “povo”, este último identificado como massa de indivíduos, de cidadãos que expressam sua vontade por meio do sufrágio universal – soberania popular - em relação a um Estado laico que não representa particulares, mas o *povo-nação*.

A emergência de indivíduos “nus” indica, de modo descritivo, que os laços tradicionais que caracterizavam a presença dos agentes da produção nas instituições do modo de produção feudal através de uma dependência pessoal, foram substituídos por outros, uma vez que, as instituições que compõem o Estado capitalista se caracterizam pela ausência de dominação política de caráter pessoal. E, na medida em que esses laços são demarcados a partir da instância jurídico-política, de um relacionamento formal e abstrato dos “indivíduos” nessas instituições, passa a haver uma autonomia específica do político e do econômico no modo de produção capitalista (POULANTZAS, 1977). Poulantzas (1977, p.122) observa como emergência de indivíduos “nus” pode ser entendida:

O termo ‘indivíduo nu’ como condição histórica não indica, pois, de forma alguma, que certos agentes, anteriormente integrados ‘organicamente’ em unidades, apareçam na *realidade* como indivíduos atomizados – os quais, *em seguida*, se teriam inserido nas combinações das relações de produção capitalistas, ou que teriam, em seguida e progressivamente constituído classes sociais: o que esse

termo indica é que certas relações se desintegram – sich aufloesen -, o que, nos seus efeitos, aparece como uma ‘nudez’ e uma ‘libertação’, e mesmo uma ‘individualização’ - Vereinzelung- dos agentes.

Neste caso, o surgimento de “indivíduos nus” indica uma condição histórica que se desenvolveu a partir do surgimento da grande indústria e da produção alargada, e marcou a separação do produtor direto em relação aos meios de produção, quando, através de uma estrutura jurídico-política, o econômico e o político ganharam autonomia específica no interior do Modo de Produção Capitalista (POULANTZAS, 1977). Sobre essa separação Poulantzas (1977, p.123-124) afirma:

Esta separação entre o produtor direto e os meios de produção na combinação que regula e distribui os lugares específicos do econômico e do político, e que impõe os limites à intervenção de uma das estruturas regionais na outra, não tem rigorosamente nada a ver com o aparecimento real, nas relações de produção, dos agentes enquanto ‘indivíduos’; antes; pelo contrário, revela estes agentes como suportes das estruturas e abre assim o caminho para um exame científico da relação entre o Estado e o campo da luta de classes.

Esta separação caracteriza uma autonomia específica do político e do econômico na medida em que há um sistema jurídico normativo que impõe limites à intervenção de uma das esferas na outra, nesse sentido, o político e o econômico adquirem autonomia específica. De tal modo, o político aparece como se fosse composto por interesses acima das classes sociais, uma vez que, ao desaparecer os agentes da produção, entram em cena indivíduos abstratos que passam a se relacionar de acordo com um sistema de leis que funciona com independência relativa das relações de produção. Sendo assim, o Estado capitalista surge como o representante do povo-nação (POULANTZAS, 1977).

De acordo com Poulantzas (1977), esse processo ao instaurar os agentes da produção como sujeitos de direito, por meio da estrutura jurídica e ideológica, determinadas em última instância pela estrutura do processo de trabalho, desencadeia o que denomina de *efeito de isolamento*, que oculta aos agentes suas relações de classe. O efeito de isolamento resulta tanto em atomização dos agentes como na legitimação da concorrência, dificultando aos agentes membros da classe trabalhadora se reconhecerem enquanto agentes das relações sociais de produção.

Um segundo efeito atrelado ao primeiro é o efeito de representação da unidade, em que o Estado ao encarnar o interesse do corpo político – povo-nação - se apresenta como representante do interesse geral. Assim, Poulantzas (1977, p.130) afirma “o

Estado *representa a unidade de um isolamento o qual, em grande parte – dado o papel que o ideológico aí desempenha – é seu próprio efeito.*”

Com base nesta análise de Poulantzas, Saes (1998) observa em outros termos essa dupla função que o Estado desempenha ao representar esta unidade – formal e abstrata – “dos membros das classes sociais antagônicas no *Povo-Nação*”:

a) *individualizar os agentes da produção* (produtores diretos e proprietários dos meios de produção) mediante a sua conversão em pessoas jurídicas: isto é, sujeitos individuais aos quais se atribuem *direitos* e uma *vontade subjetiva*. Essa individualização confere à troca desigual entre o uso da força de trabalho e o salário a forma de um ato de vontade realizado por iguais: isto é, um contrato de compra e venda de força de trabalho. [...]

b) *neutralizar, no produtor direto, a tendência à ação coletiva*, decorrente do caráter socializado do processo de trabalho, e determinar, *por esse modo*, a predominância, no produtor direto, da tendência ao isolamento, decorrente do caráter privado assumido pelos trabalhos nesse processo. (SAES, 1998, p.30)

De acordo com Saes (1998) ao desempenhar essa dupla função – *individualizar e neutralizar* - o Estado burguês cria as condições ideológicas necessárias à reprodução das relações de produção capitalistas. O efeito de *neutralizar* no produtor direto a tendência à ação coletiva resulta do fato de o Estado organizar os agentes da produção na coletividade do *Povo-Nação*, diluindo assim a classe social.

Esses efeitos dão outra forma para a luta de classe à medida que o Estado por sua autonomia relativa em relação às relações de produção apresenta-se como um equilíbrio possível entre as classes, pois ao incorporar o interesse da unidade povo-nação o Estado oculta aos agentes a luta explícita de classe e mantém assim a estrutura de dominação/subordinação.

Assim, a unidade de classe da burguesia se constitui a partir do efeito de isolamento da luta econômica, pois sua unidade não é incompatível com a concorrência, mas o é para os trabalhadores. A prática política das classes dominantes em relação ao Estado capitalista se efetiva “na medida em que essa prática é especificada pelo fato de ter como objetivo a conservação desse Estado e visar, através dele, a manutenção das relações sociais existentes”. Mais ainda, à medida que os interesses políticos das classes politicamente dominantes funcionam ideologicamente como constitutivos do interesse geral do povo-nação (POULANTZAS, 1977, p. 133).

A partir do conceito de hegemonia desenvolvido por Antonio Gramsci, Poulantzas (1977) observa que o Estado capitalista é um Estado com direção hegemônica de classe, que se constitui a partir da autonomia relativa, destacada acima, quando os conflitos e luta de classes se desenvolvem a partir do funcionamento de um “bloco no poder” que comporta várias classes ou frações politicamente dominantes.

A classe hegemônica é aquela que em si concentra, ao nível político, a dupla função de representar o interesse geral do povo-nação e de manter uma dominância específica entre as classes e frações dominantes; e isto, na sua relação particular com o Estado capitalista (POULANTZAS, 1977, p. 137).

A participação e dominação política das várias classes ou frações dominantes em relação com a unidade de poder do Estado capitalista se constitui a partir de uma unidade contraditória, o bloco no poder. A constituição do bloco no poder se deve à forma específica com que as várias classes ou frações politicamente dominantes se inserem na relação com o Estado capitalista, cuja unidade de poder está inscrita na fixação de limites institucionais.

O conceito de bloco no poder se refere ao campo das práticas políticas e indica que existe uma unidade de poder exercido pelas classes politicamente dominantes, porém, esta unidade é contraditória porque comporta o interesse de diferentes frações dominantes e se constitui sob a égide de uma fração dominante que exerce hegemonia no interior do bloco. De tal modo, o bloco no poder não expressa uma totalidade com elementos equivalentes, já que se constitui como uma unidade contraditória com fração dominante e interesses conflitantes entre as frações que dele participam (POULANTZAS, 1977).

Ao definir o campo das práticas políticas o conceito de bloco no poder indica uma unidade contraditória, à medida que a participação das classes politicamente dominantes se constitui sob a égide de uma fração hegemônica no interior deste bloco, uma vez que não é possível constatar uma totalidade expressiva com elementos equivalentes (POULANTZAS, 1977).

A relação do Estado capitalista com as classes ou frações dominantes é regida pela autonomia relativa, devido à forma jurídica igualitária e ao burocratismo como critério de organização do aparelho de Estado, o que permite a unidade contraditória referida no parágrafo anterior.

A fração hegemônica polariza os interesses contraditórios das outras classes que fazem parte do bloco no poder ao fazer com que seus interesses econômicos apareçam como interesses políticos, na medida em que se apresenta como representante do interesse geral das classes ou frações que compõem o bloco no poder (POULANTZAS, 1977, p.234)<sup>6</sup>.

Assim, no interior do bloco no poder existe uma fração ou classe hegemônica que conserva seus interesses a partir de uma relação contraditória. “A luta de classe, a rivalidade dos interesses entre essas forças sociais, encontra-se nele constantemente presente, conservando esses interesses a sua especificidade antagônica” (POULANTZAS, 1977, p.233-234).

O interesse geral que esta fração representa em relação às outras classes dominantes, se sustenta, “em última análise, pelo lugar de exploração que ela ocupa no processo de produção” (POULANTZAS, 1977, p. 235). Segundo Poulantzas (1977) essa fração que detêm função de hegemonia no interior do bloco no poder, regra geral, é a mesma que exerce função hegemônica em relação ao conjunto da sociedade, portanto, em relação às classes dominadas, questão que dependerá da função ideológica desempenhada pela fração hegemônica.

De acordo com Pinheiro (2012) existe uma relação dialética entre política, economia e ideologia que irá definir as classes, ou seja, o lugar ocupado nas relações de produção é critério fundamental, mas insuficiente, uma vez que é no campo das lutas que as classes ganham contornos concretos através de outros critérios como o político e o ideológico:

Critérios políticos e ideológicos intervêm na formação das classes, razão pela qual elas são observadas apenas nas lutas efetivas, em movimento, não como dado empírico *a priori*. Lutas que, na configuração específica de cada situação determinada, expressam o grau de organização política e de formulação dos interesses de classe das classes em luta. (PINHEIRO, 2012, p.276)

---

<sup>6</sup> Podemos exemplificar citando o período de desenvolvimento das políticas neoliberais no Brasil que segundo Boito Junior (2006, p.275) se estabeleceu a partir de uma relação complexa e contraditória entre as frações da burguesia representadas pelo capital financeiro e as frações da burguesia representadas pelo capital industrial, pois a política de juros altos e de abertura comercial significaram custos para os industriais e a consequente retirada de mercado da indústria local. Ao mesmo tempo em que, a burguesia industrial apoiou ativamente “a política de privatização, a desregulamentação do mercado de trabalho e a redução dos direitos sociais.” O autor observa que os industriais repassaram “para as classes populares o prejuízo que lhes é imposto pelos bancos e pelo imperialismo.” Sendo assim, os maiores beneficiários da política econômica neoliberal foram as frações da burguesia representadas pelo capital financeiro.

Essa questão aponta a necessidade de analisar como em uma configuração específica outros critérios são impostos pelas classes em movimento, para formular seus interesses, principalmente no que se refere ao critério ideológico, que será analisado na última seção deste capítulo.

Boito Junior (2007) observa que há uma diferença, no que concerne à formação das classes, entre a formação da classe operária e a formação da burguesia, pois embora o critério último para a caracterização da classe sejam as relações de produção, esta última por sua condição de classe dominante tem no Estado burguês uma organização que atende a seus interesses. Isso na medida em que este Estado estabelece e legitima a “propriedade privada dos meios de produção, a exploração do trabalho assalariado, a desigualdade de riquezas e todas as demais condições necessárias para que o capitalismo possa se perpetuar” (BOITO JUNIOR, 2007, p.195).

Nesse sentido, o capitalista individual irá agir visando à garantia de seu interesse de classe, seja para garantir os interesses de sua empresa, seja para atender àqueles do ramo no qual atua, uma vez que ele conhece seus limites de atuação no interior do Estado: “Esse é o fenômeno da formação das frações burguesas – grande e média burguesia, burguesia industrial, comercial e financeira etc.”. (Idem).

De maneira diversa, ao considerar a divisão fundamental entre proprietários não-trabalhadores e trabalhadores não-proprietários, que coloca como possibilidade a organização de coletivos com interesses opostos, a classe operária, que potencialmente tem interesses antagônicos aos das classes dominantes, encontra outras dificuldades para consolidar sua formação de classe (Idem). Boito Junior (2007) destaca, por exemplo, que pode se formar um campo de interesse comum entre proprietários e trabalhadores, quando o trabalhador buscando a preservação de seu emprego, pode ter interesse na ampliação da empresa ou setor no qual trabalha desencadeando também uma concorrência entre os trabalhadores.

De acordo com Poulantzas (1977, p. 278) a relação do Estado capitalista com o campo da luta de classes pode ser entendida através da autonomia relativa do Estado e das classes:

O Estado capitalista, que não se encontra em relação direta com os interesses econômicos das classes dominantes, na medida em que a luta econômica se encontra ausente das suas instituições, na medida em que os agentes da produção distribuídos em classes aí se encontram presentes sob a forma de “povo-cidadão”, encontra-se em relação com seus interesses propriamente políticos, sendo relativamente autônomo dessas classes.

Como o Estado capitalista adquire autonomia relativa em relação à luta econômica, e também, em relação às classes politicamente dominantes, a unidade de poder do Estado se constitui através de suas instituições que se apresentam acima de interesses econômicos e de classe, na medida em que essa unidade de poder institucionalizado emerge como representante do interesse geral dos “cidadãos”. A soberania popular e a soberania do Estado se superpõem uma vez que, aquela, só pode se constituir em corpo político quando ligado à representação da unidade de poder do Estado. Em outras palavras, através da sua autonomia relativa o Estado capitalista apresenta-se como unidade que representa o “conjunto de cidadãos, de indivíduos formal e abstratamente livres e iguais, erigidos em pessoas políticas” (POULANTZAS, 1977, p. 273).

Devido à sua fragmentação interna e à sua incapacidade de fazer prevalecer diretamente seus interesses econômicos, a classe dominante “só pode dominar efetivamente se erigir os seus interesses econômicos em interesses políticos” (POULANTZAS, 1977, p.279). Esta incapacidade de se organizar hegemonicamente através de seus próprios partidos políticos, inclusive contra a classe dominada, se deve ao:

[...] fracionamento interno da classe burguesa; a permanência, nas formações capitalistas, das classes da pequena produção e o seu reflexo complexo ao nível político; a ascensão e a luta política organizada da classe operária; as instituições do Estado capitalista, entre outras o sufrágio universal, que lança para a cena política todas as classes ou frações da sociedade, etc. *Em suma, tudo se passa como se as coordenadas específicas da luta das classes dominante contribuíssem aqui, em conjunto, para uma incapacidade de organização política dessas classes.* (POULANTZAS, 1977, p. 281, grifos do autor)

Devido a esta incapacidade, o Estado toma a seu cargo o interesse político da burguesia, não de forma direta como um instrumento desta, mas através das políticas de Estado na medida em que tem autonomia relativa em relação à burguesia, e consegue selar compromissos com as classes dominadas, pois tais compromissos:

a longo prazo, se mostram úteis para os próprios interesses econômicos das classes e frações dominantes, mas também intervir, de acordo com a conjuntura concreta, contra os interesses a longo prazo desta ou daquela fração da classe dominante: compromissos e

sacrifícios por vezes necessários para a realização do seu interesse político de classe.(POULANTZAS, 1977, p.281)

Como os limites entre o Estado e o campo da luta de classes são fixados institucionalmente, sua autonomia relativa funciona de acordo com a relação concreta de forças, “como efeito de políticas formuladas segundo a condensação de contradições de forças que ele representa em determinada conjuntura” (PINHEIRO, 2012, p. 278).

Nessa perspectiva, isso significa que não se pode falar em uma repartição do poder institucionalizado do Estado, mas que em cada conjuntura as classes e frações presentes no campo da dominação política só podem assegurar sua dominação se conseguirem se unificar politicamente (POULANTZAS, 1977).

Nesse sentido, Pinheiro (2012) observa que a competição eleitoral é um mecanismo fundamental de luta entre as classes e frações, pois é nesse campo de disputa que as classes e frações dominantes buscam polarizar seus interesses tanto no interior do bloco no poder como através do apoio obtido das classes dominadas, desse modo, a competição eleitoral é “um mecanismo de construção da hegemonia, justamente por que nesse âmbito em que todos são indivíduos isolados, membros do povo-nação, o interesse geral pode ser convincentemente definido em termos normativo-abstratos” (PINHEIRO, 2012, p.292-293).

O autor ressalta ainda que o momento das eleições é quando se define a articulação interna do bloco no poder, através dos pactos que estabelecem “a classe ou fração hegemônica, a reinante, a detentora, suas aliadas e as classes-apoio”. Continuando o autor observa que:

como a vida cotidiana é feita de necessidades muito concretas, essa definição normativo-abstrata do interesse geral precisa de uma tradução concreta para o lugar que esses indivíduos ocupam na divisão social do trabalho, ou seja, na estrutura de classes. É aí que entram as políticas públicas como atenção do Estado aos problemas do eleitor-cidadão, ou seja, mais que a alocação de recursos na solução de problemas, tais políticas operam também como mecanismo de legitimação complementar ao processo eleitoral na medida em que ele articula as soluções implementadas para os problemas dos cidadãos àquele processo.” (PINHEIRO, 2012, p.293)

Portanto, se o critério para a definição de classe implica na análise de outros fatores além do econômico, é no espaço de formulação das políticas públicas que se pode observar um campo de disputas e de “produção ideológica, por isso, além de um

conjunto de medidas com vistas à solução de um problema, uma política também é um discurso sobre como este problema deve ser tratado” (PINHEIRO, 2012, p.290).

De acordo com Pinheiro (2012) a formulação das políticas públicas entendidas como política econômica e programas sociais demanda uma série de arranjos no interior do bloco no poder o que requer, também, a obtenção de apoio das classes dominadas. É através das disputas tanto no interior do bloco no poder como nas estabelecidas com as classes dominadas na formulação das políticas que as classes dominantes conseguem manter e expandir seus interesses.

A organização do aparelho de Estado também tem efeitos ideológicos importantes no campo da luta de classes. Esta organização se realiza a partir dos critérios do burocratismo que está separado e, ao mesmo tempo, interligado ao direito.

Segundo Saes (1998) o direito tem a função de criar as condições de previsibilidade e repetição das relações de produção, e apresenta no modo de produção capitalista um diferencial em relação às outras formas de direito, pois ao converter os agentes da produção em sujeitos individuais confere tratamento igual aos desiguais. Enquanto instituição o direito não se reduz à lei, mas se estende ao processo de aplicação da lei, de tal modo, que esta estrutura jurídica demanda “uma organização material e humana/coletiva que desempenha essa função: juízes e tribunais, processo entre partes”(SAES, 1998, p. 38). Esta estrutura jurídica está separada e ao mesmo tempo relacionada à estrutura política, ou seja, ao burocratismo do Estado.

O burocratismo, que funciona segundo o critério da competência, organiza os funcionários de maneira hierárquica, desencadeando uma espécie de ocultação do saber entre os funcionários, uma vez que, cada um devendo obediência ao seu superior imediato e, devendo guardar segredo de determinados conhecimentos, não consegue ter domínio do conjunto das operações.

De acordo com Saes (1998, p. 40), o burocratismo deriva de duas normas fundamentais:

I) *não-monopolização* das tarefas de Estado – forças armadas, forças coletoras – pela classe exploradora (proprietários dos meios de produção); ou *não proibição do acesso*, a essas tarefas, de membros da classe explorada (produtores diretos).

II) *hierarquização* das tarefas do Estado segundo o critério formalizado da competência, isto é, do nível de conhecimento ou saber exigido daqueles que se dispõem a desempenha-las. (grifos do autor)

Através da primeira norma, não-monopolização das tarefas de Estado, há uma separação entre os recursos materiais do Estado e os recursos dos proprietários dos meios de produção. Desta primeira norma deriva a segunda que possibilita o acesso dos trabalhadores a essas tarefas por meio do critério impessoal da competência, rompendo com o critério de filiação de classe.

Saes (1998) ressalta que a hierarquização das tarefas segundo o critério da competência está relacionada ao caráter despótico do desempenho destas funções, pois existe uma “ocultação do saber entre funcionários”.

De acordo com Pinheiro (2012, p. 297-298) no aparelho de Estado podem ser observadas mais três frações, além das duas ressaltadas por Saes (fração repressora e fração coletora), quais sejam, a fração gestora, cuja função é administrar o próprio aparelho de Estado, que embora não esteja centralizada em uma única agência estatal pode ser localizada em departamentos, seções ou agências que ao organizar os funcionários segundo o critério do burocratismo, administram a partir da “definição de setores de atuação e respectivas abrangências, criação/extinção e (re)organização de agências estatais e distribuição de competência”; a fração de planejamento que está ligada à função do Estado de coordenar a política econômica e de gestão do capital, pois mesmo que não exista uma agência estatal que realize esta função, as agências ou instituições privadas desempenham esta função de acordo com a política de Estado; e por fim, a fração assistencial, relacionada à função do Estado de gestão da força de trabalho, função que não necessariamente é desempenhada por agências estatais, mas “que podem ser prestados por instituições juridicamente privadas, mas também aqui em consonância com as políticas do Estado”.

A articulação dessas frações no aparelho de Estado depende da correlação de forças em cada conjuntura e, nesse sentido, pode-se observar, de acordo com Pinheiro (2012), a importância crescente da intervenção da função política de ordem tanto através do ramo judiciário quanto pela ideologia, questões que abordamos nas próximas seções.

### 1.3. Estado, classe e cidadania

O tema da cidadania remonta a uma longa tradição de pensadores liberais, entre estes, Thomas Marshall (1967) é um importante autor desta tradição, pois suas formulações expressam um período da política social engendrada no contexto do fordismo/taylorismo. Embora bastante discutida e criticada por sua visão bastante otimista quanto ao desenvolvimento dos chamados direitos de primeira, segunda e terceira geração, de certo modo, essas formulações continuam a ser predominantes nas análises que se debruçam sobre a cidadania a partir de uma perspectiva institucionalista.

Apesar de predominante quanto à forma, isto é, se analisada a partir de uma visão institucionalista, que concebe a cidadania como resultado do desenvolvimento das instituições democráticas, essa concepção, desde os anos 1990, vem passando por modificações que implicam uma nova concepção de cidadania, principalmente, com a Reforma do Estado no Brasil, período que provocou inúmeras mudanças de ordem política, econômica e social e que estiveram articuladas a dois processos: a reestruturação produtiva, sob o modelo toyotista, e a política neoliberal.

As formulações de Marshall (1967) são importantes porque possibilitam detectar os pressupostos sobre os quais se reconfigurou uma nova concepção de cidadania a partir dos anos 1990 no Brasil. O processo de reconfiguração da concepção de cidadania trouxe uma nova dinâmica de participação que delimita um campo para atuação dos movimentos sociais, portanto, modificações na relação entre Estado e movimentos sociais.

Na fórmula clássica desenvolvida por T.H. Marshall (1967), cidadania pode ser sintetizada como a participação integral de todos os indivíduos na comunidade, o termômetro para o nível desta participação seria o acesso dos indivíduos ao padrão de civilização convencionado e ao mínimo de bem-estar. As formas de efetivação dessa participação estão assentadas na corporificação do que Marshall (1967) chamou de três elementos da cidadania, ou seja, os direitos civis, políticos e sociais.

Para demonstrar o desenvolvimento e efetivação da cidadania Marshall (1967) recorreu a uma periodização desses direitos a partir da ideia de um duplo processo evolutivo, segundo o qual, tais direitos teriam evoluído através de uma fusão geográfica e de uma separação funcional.

Dentro do que chamou de análise histórica do caso Inglês, Marshall (1967) realizou uma classificação dos períodos em que cada um desses direitos se desenvolveu.

É importante ressaltar que, como o autor parte de uma análise evolutiva dos direitos individuais, o esquema traçado implica na ideia de que, conquistado cada um dos direitos, não seria possível regredir ou suprimir o que foi adquirido. Assim, seria a partir da conquista dos direitos civis que se chega à conquista dos direitos políticos e destes aos sociais.

Em seu esquema analítico, os direitos civis, base para a conquista dos outros direitos, teriam se desenvolvido durante o século XVIII, os políticos no século XIX e, os sociais no século XX.

Para Marshall (1967), os direitos civis seriam os garantidores da liberdade individual, liberdade de ir e vir, de expressão, de propriedade e de firmar contratos, assim como, o acesso a instrumentos jurídicos que garantem a efetivação de todos eles. A concretização da liberdade individual teria ocorrido, portanto, através da evolução dos tribunais de justiça.

Os direitos políticos são caracterizados pelo autor como o direito de participação no exercício do poder político, seja como membro eleito, ou como eleitor, que é assegurado através da evolução do sistema parlamentar e de conselhos do governo local. Por fim, os direitos sociais são definidos como o acesso a um mínimo de bem-estar e segurança de participação nos padrões vigentes na comunidade, garantia que se efetivaria por meio do sistema educacional e dos serviços sociais.

Ao analisar a emergência de quadros institucionais específicos, o autor buscou demonstrar que a concretização de cada um desses direitos, como destacado acima, se desenvolveu com a fusão geográfica que transformou as instituições locais em nacionais e a separação das instituições, dando a estas um caráter especializado.

De acordo com Marshall (1967), a cidadania desenvolveu-se em um processo contínuo de evolução com conseqüente incorporação de um status já existente, ou seja, de algum modo o status de cidadania já estaria presente nas sociedades medievais, ocorre que esse status teria sido paulatinamente estendido a todos os membros da comunidade. A defasagem na implementação dos direitos, que corporificam a cidadania, seria uma conseqüência da composição social e dinâmica acarretada pelo desenvolvimento do capitalismo inglês.

Uma vez que os direitos civis ligados ao status de liberdade adquiriram substância suficiente para se falar de status geral de cidadania, teria começado o período de formação dos direitos políticos no século XIX. Tais direitos não seriam novos, mas velhos direitos que teriam sido retomados e estendidos para outros setores da população.

Já existentes no século XVIII os direitos políticos apresentavam deficiência não no conteúdo, mas na distribuição.

Ao tratar da relação entre o desenvolvimento do capitalismo e a evolução da cidadania, Marshall (1967) afirma que num primeiro momento a cidadania não estava em conflito com a desigualdade da sociedade capitalista, mas, ao contrário, os direitos civis foram essenciais ao desenvolvimento de uma economia de mercado competitivo. Segundo o autor, mesmo que não tenham servido para minorar as desigualdades sociais, numa primeira fase, a cidadania presente no século XIX guiou o progresso que conduziu a uma segunda etapa rumo às políticas igualitárias.

Sendo assim, no momento posterior, a evolução da cidadania passou a entrar em conflito com o desenvolvimento do capitalismo, uma vez que teria avançado no sentido de reduzir o padrão de desigualdade com a respectiva instauração dos direitos políticos e sociais nos séculos XIX e XX.

Apesar de ser predominante, a concepção de Marshall acerca do desenvolvimento da cidadania apresenta muitos equívocos, que podem ser constatados através da crítica realizada por Décio Saes (2003). Este autor apresentou não apenas críticas contundentes à concepção marshalliana de cidadania, como também formulações que trazem elementos para analisarmos a nova concepção de cidadania que emergiu a partir dos anos 1990 no Brasil.

Em sua análise do esquema teórico de Marshall (1967), Saes (2003) retoma o que considera como críticas procedentes acerca da concepção marshalliana no que se refere à reconstituição da evolução da cidadania. Tais críticas incidem justamente no caráter evolucionista de cidadania que levou Marshall (1967) a uma concepção idílica e otimista a respeito da instauração da cidadania. Isso ocorre, em grande medida, por não ter considerado o papel específico que teve o ciclo da Revolução Puritana de 1640 e a Revolução Gloriosa de 1688, uma vez que esse ciclo provocou a remodelação meritocrática e anti-estamental do aparelho de Estado inglês, pois além de Revoluções Políticas, foram também Revoluções Jurídicas.

Por meio destas Revoluções foram instauradas uma determinada forma-sujeito de direito. Sendo assim, Marshall, por não considerar esses elementos, compreendeu o processo de constituição da cidadania por meio de um duplo processo de evolução institucional e, por esta razão, os diferentes tipos de direitos – civil, político e social – teriam sido implementados de modo defasado e não simultâneo (SAES, 2003).

Não é por acaso que Marshall divide o surgimento dos direitos em diferentes momentos, e, afirma que cada um deles alavanca, de maneira natural e irreversível, outro conjunto de direitos.

Outro ponto vulnerável da formulação marshalliana refere-se à falta de clareza quanto à distinção entre os papéis desempenhados pelas classes trabalhadoras e classes dominantes no processo de constituição da cidadania. Pois, de acordo com Saes (2003), Marshall superestima a iniciativa das classes dominantes e da burocracia estatal, e conseqüentemente, não apreende, devido ao seu déficit teórico, a resistência das classes dominantes e da burocracia estatal quanto à ampliação dos direitos individuais. Para Saes (2003), a postura das classes dominantes tende a ser estagnacionista e regressiva, ao passo que a postura das classes trabalhadoras tende a ser dinâmica e progressiva em relação à ampliação dos direitos.

Apesar das críticas empreendidas por Saes (2003), este aponta, por um lado, que Marshall (1967) acerta quando afirma que é necessário a cidadania civil para alcançar a etapa política, por outro lado, a referida condição embora seja necessária, não é suficiente para a instauração da liberdade política, tendo em vista que se observa o postergamento dos direitos políticos, reivindicado pelos trabalhadores ao longo do século XIX, em função da postura regressiva e estacionária das classes dominantes.

A criação dos direitos no capitalismo é um processo permeado por conflitos entre os interesses de classes, embora, não sejam contraditórios ao desenvolvimento do capitalismo, sua criação e ampliação são limitadas. Portanto, o processo de implantação dos direitos não é algo natural, tampouco, uma vez implantado, se tornam irreversíveis (SAES, 2003).

Nesse sentido, os problemas da análise de Marshall residiriam na indefinição da relação entre o processo de criação dos direitos individuais e o desenvolvimento da sociedade capitalista. Por isso, Saes (2003) reformula o conceito marshalliano de cidadania. Tal reformulação implica em considerar, como já mencionado acima, as Revoluções Políticas também como Revoluções Jurídicas, uma vez que, a transformação na estrutura jurídico-política do Estado possibilitou a criação de condições institucionais para a reprodução das relações de produção capitalistas.

O direito tem a função de criar as condições de previsibilidade e repetição das relações de produção, e apresenta no modo de produção capitalista um diferencial em relação às outras formas de direito, pois ao converter os agentes da produção em

sujeitos individuais confere tratamento igual aos desiguais, residindo aqui a importância fundamental da instauração dos direitos civis (SAES, 1998, 2003).

A partir desta reformulação, a cidadania civil passa a se constituir enquanto corporificação da forma-sujeito de direito, “figura genérica e altamente abstrata, em direitos específicos, legalmente consagrados, como liberdade de ir e vir, a liberdade de adquirir ou dispor da propriedade, e a liberdade de celebrar contratos: direitos esses indispensáveis à reprodução do capitalismo” (SAES, 2003, p.23). Os direitos civis são a condição de existência do capitalismo, ou seja, está intrinsecamente relacionado ao desenvolvimento da sociedade burguesa.

Como mencionado acima, a forma-sujeito de direito é um ponto central para apreender a importância do direito civil para o desenvolvimento do capitalismo, assim como, sua irreversibilidade, já que se torna condição fundamental à reprodução das relações de produção capitalistas.

Saes (1998) também observa que o direito, ao igualar todos os agentes da produção através da sua conversão, no plano formal e abstrato, em indivíduos-sujeitos de direito portadores de atos de vontade, tem efeitos ideológicos no escopo das lutas de classes. Esses efeitos ideológicos podem ser analisados por meio de dois processos articulados, ou seja, por um lado, pelas condições criadas sob a indústria moderna, que parcializando o trabalho dos produtores diretos abre uma tendência ao isolamento desses produtores, por outro, a estrutura jurídico-política do Estado desempenha a dupla função de individualizar e neutralizar esses agentes.

Esta dupla função é desempenhada à medida que o Estado burguês se apresenta como representante de um coletivo oposto à classe social, encarnando na unidade do povo-nação os interesses de indivíduos abstratamente livres, de tal modo, criando condições ideológicas para a reprodução das relações de produção capitalista, uma vez que oculta aos agentes sua vinculação à classe social (SAES, 1998). Como destacado na seção anterior, essa dupla função consiste no processo de individualização (atomização) dos produtores diretos e neutralização da tendência à ação coletiva.

Ao representar esta unidade (povo-nação) o Estado burguês atomiza os produtores diretos, conservando-os como massa indistinta, ou seja, em indivíduos iguais e livres para realizarem atos de vontades (SAES, 1998).

O burocratismo burguês, ou sua estrutura propriamente política, é uma base importante de sustentação ideológica à reprodução das relações de produção

capitalistas, através dos critérios de não monopolização das tarefas de Estado e hierarquização destas tarefas, como já discutidos.

De acordo com Saes (1998), é por meio do primeiro critério que se realiza o segundo, à medida que viabiliza a não identificação entre os recursos materiais do Estado e os recursos dos proprietários dos meios de produção, a segunda função torna-se, então, complementar ao estabelecer impessoalidade para o acesso a essas funções, que deve se efetivar através da competência pessoal.

O direito e o burocratismo burguês estabelecem uma relação mútua de existência, já que é a individualização dos agentes e a igualização jurídica que permitem acabar com o monopólio das tarefas do Estado, sendo também, o princípio abstrato do direito que atribui capacidade jurídica genérica a todos os agentes da produção (SAES, 1998).

De outro modo, os direitos políticos, não são fundamentais para a reprodução do capitalismo, uma vez que a legitimidade da sociedade capitalista se fundamenta na “vigência universal de liberdade civis, bem como da base nacional e da aparência universalista do Estado” (SAES, 2003, p.25).

A instauração e expansão dos direitos políticos decorrem das lutas travadas pelas classes trabalhadoras para garantir a sua própria sobrevivência, já que é por meio da organização política que se torna possível a ampliação dos direitos civis e a criação dos direitos sociais. Nesse sentido, os direitos sociais também são contingentes para as relações de produção capitalista, dado o fato de que em muitos momentos históricos esses direitos são quase ausentes, ou então, como no período neoliberal, são atacados, uma vez que constituem obstáculos para o desenvolvimento econômico.

Saes (2003) afirma que os direitos civis cumprem o que prometeu, porque conferem de fato aos trabalhadores liberdade de movimento, o que se evidencia quando se compara a condição de trabalhador assalariado com a do camponês feudal. Todavia, remetendo-se à expressão usada por Marx, essa liberdade cria uma “ilusão prática”, pois, ao mesmo tempo em que confere liberdade de movimento aos trabalhadores, instaura-se como procedimento a igualdade formal entre todos os homens. Porém, o capitalista e o trabalhador ocupam posição desigual na relação de produção capitalista. Sendo assim, Saes (2003) afirma que as classes trabalhadoras buscarão por meio da conquista de direitos a promessa que o direito civil não cumpriu, a saber, a igualdade econômica.

Os trabalhadores são impelidos constantemente a redefinirem seus interesses materiais, frente ao Estado, para atender às novas exigências da reprodução da força de trabalho com o propósito de atingir a igualdade econômica por meio da instauração dos direitos políticos, o que significa - outra ilusão prática - a participação nas decisões políticas (SAES, 2003). Cabe esclarecer que a ilusão prática se refere a um reforço da ideia de que todos os homens são iguais independentemente do lugar ocupado nas relações sociais de produção capitalistas.

Assim, Saes (2003, p. 28) afirma que:

Aqui também a defasagem entre aquilo que é proclamado e aquilo que é cumprido pelo Estado na aplicação da lei leva os trabalhadores à ação reivindicatória, de que pode resultar, por exemplo, a implantação de certos direitos sociais. E nessa nova situação-que podemos [...] caracterizar como a vigência de um Welfare State – a mesma defasagem tende a se manifestar. A nova corporificação da forma-sujeito de direito, por um lado, proclama a legitimidade e a possibilidade de realização do princípio da igualdade sócio-econômica. Por outro lado, ela só garante um padrão material mínimo a todos, acomodando-se, portanto, a processos capitalistas de concentração econômica que só fazem crescer a disparidade social.

Saes (2000) aponta para as limitações impostas pela dinâmica do capitalismo à participação política das classes trabalhadoras. Isso porque, em síntese, a possibilidade efetiva desta participação está diretamente relacionada à desigualdade econômica que cria diversos obstáculos para o envolvimento político dos trabalhadores na esfera do Estado, além do que, este é um Estado burguês, quer dizer, representa os interesses das classes dominantes e da burocracia estatal.

Conforme observa Pinheiro (2009), a democracia burguesa apresenta como paradoxo o fato de o desenvolvimento e aperfeiçoamento institucional ser impulsionado por lutas empreendidas pelas classes trabalhadoras, ao mesmo tempo, em que a burguesia busca frear esses avanços.

Neste aspecto, é ilustrativo o marco que a Constituição de 1988 representou para as lutas dos movimentos sociais, ao reconhecer o direito à participação, entretanto, no momento seguinte com o desenvolvimento da política econômica e ideológica neoliberal esse paradoxo, referido por Pinheiro, foi deflagrado a partir de uma reconfiguração da própria concepção de cidadania e, portanto, de participação dos movimentos sociais.

Antes do avanço da ideologia política neoliberal a noção de cidadania estava relacionada a ampliação dos direitos políticos e sociais, a Constituição de 1988 é um resultado e exemplo desta concepção, que pautou muitas lutas empreendidas pelas classes trabalhadoras durante os anos 70 e 80. No entanto, o avanço neoliberal remodelou essa concepção através da ideologia da necessidade de focalização das políticas sociais, ou seja, modificando o ideal de universalização destas políticas, sob o argumento de reduzir os custos mais onerosos para o Estado. No campo dos direitos políticos, essa remodelação operou através da descentralização das esferas de decisões, que na realidade não significou maior poder de decisão, uma vez que as decisões de políticas públicas emperravam em entraves burocráticos que não podem ser decididos em âmbito local. Esse processo deflagrou uma nova dinâmica de participação à medida que os movimentos sociais, para serem reconhecidos como tais passaram a carecer desses espaços institucionais para dirigir suas demandas.

De acordo com a análise de Boito Jr. (1999) as políticas públicas sob o modelo neoliberal passaram por transformações que se pautaram na descentralização, quando estados e municípios ganharam maior autonomia na administração local quanto à prestação de serviços.

Entretanto, é preciso observar que a descentralização foi uma reivindicação popular que significava transferir competências para a esfera local do Estado, visando ampliar os espaços de participação. A transferência dessas competências a organizações como as ONGs, por exemplo, é resultado de uma reconfiguração sob o modelo neoliberal. Evelina Dagnino (2004), em outra perspectiva teórica, denominou este processo de *confluência perversa*, ou seja, quando projetos antagônicos pareceram convergir no plano do discurso sobre a participação. Com esta expressão, a autora chama atenção para a diferenciação entre o projeto de participação popular reivindicado pelos movimentos, incorporado à Constituição de 1988, e à apropriação da noção de participação pelo discurso neoliberal.

Com a descentralização buscou-se aumentar a participação popular, ao retirar do Estado algumas atribuições, delegando responsabilidades a diversas associações como as ONGs, de tal modo, deslocou-se questões relativas a esfera pública para a esfera privada, e sob a justificativa de *focalização* (oferecer mais aos mais pobres), diminuiu ao mínimo possível a oferta por parte do Estado de serviços como saúde e educação. Para cortar “gastos desnecessários”, o resultado desse processo foi uma modificação do

sentido de universalidade das políticas sociais e dos serviços públicos. Desta maneira Boito Junior (1999, p.79) afirma que:

(...) todas essas propostas procuraram responder, de uma perspectiva neoliberal, a problemas colocados pelo próprio neoliberalismo na sua luta contra os direitos sociais. A descentralização e a desconcentração participativa apresentaram o “Estado mínimo” neoliberal.(...) Sintomaticamente, os neoliberais propõem a descentralização da administração da verba, mas não a democratização das decisões sobre o seu montante e destino. Já a focalização, recupera, de modo enviesado, a velha prática liberal da filantropia.

A descentralização trouxe a ideia (incorreta) de que as decisões políticas e econômicas também haviam sido transferidas para o âmbito local, ao alcance das reivindicações e participação popular. Este processo deu início ao desmantelamento das políticas sociais e a desmobilização da classe trabalhadora (BOITO JR., 1999).

A descentralização fiscal surgiu num contexto de transição (1980) em que a maioria dos países da América Latina saía de formas de governos autoritários para a democratização e passou a ser apontada como a melhor possibilidade de ampliar a participação e o poder decisório dos estados e municípios. Sendo assim, a Constituição de 1988 representou uma real conquista e aumento significativo da receita dos municípios, e apresentou na década de 1990, maior autonomia e “intensificação da vida política local” (ROLNIK; SOMEKH, 2000) <sup>7</sup>. No entanto, essas propostas foram encampadas pela agenda neoliberal e ganharam incrementos e incentivos do Banco Mundial e do FMI (ROLNIK; SOMEKH, 2000).

Desta maneira, o caráter radical que figuravam os movimentos sociais no processo de reabertura política, de conquista de direitos, de ampliação da participação popular, a partir dos anos 90, ganhou novas configurações.

A aproximação e a relação entre movimentos sociais e associações como as ONGs, que inicialmente foram interpretadas como canais que dariam maior peso e força para as reivindicações populares, se modificaram diante de um cenário em que as ONGs foram “convertidas, genericamente em *sociedade civil*”, ou seja, de espaços de apoio às lutas populares passam a negociar parcerias entre o setor privado com o público (GOMES; COUTINHO, 2008).

---

<sup>7</sup> Segundo Raquel Rolnik e Nadia Somekh, “A parcela dos municípios na receita total disponível aumentou de 9,5%, em 1980, para 16,9%, em 1992, enquanto para os estados passou de 24,3% para 31,0% no mesmo período. A receita tributária disponível (já contabilizando as transferências) dos municípios elevou-se de 2,5% em 1980, para 4,1% do PIB, em 1990” (Melo, 2000, Apud, Rolnik e Somekh, 2000, p.83)

Essas parcerias, no contexto de reforma do Estado foram apresentadas como atenuantes à crise econômica, quando “o capital se expandiu para áreas antes consideradas essencialmente públicas e de responsabilidade do Estado configurando um assalto às conquistas das classes populares” (GOMES; COUTINHO, 2008, p. 3).

De acordo com Pinheiro (2009), após o processo de constitucionalização da democracia no país, o campo das disputas políticas passou a ser circunscrito a disputas no campo estritamente jurídico, uma vez que as demandas das classes trabalhadoras surgidas após esse processo – sob o argumento de já terem sido incorporadas à Constituição de 1988 – passaram a carecer de uma tradução através de categorias jurídicas. Assim:

para que qualquer demanda dirigida ao Estado se torne um programa de ação estatal é preciso que ela sofra uma “tradução” para as categorias jurídico-administrativas próprias da gestão burocrática, exigência técnico-administrativa que opera como filtro político porque tem consequências diversas conforme a origem de classe da demanda” (PINHEIRO, 2009, p. 115)

No entanto, no campo do direito não existe a separação entre capitalistas e trabalhadores, já que o direito estabelece a categoria abstrata de indivíduos livres e iguais, fato este que encobre o paradoxo subjacente ao avanço da democracia burguesa.

Visto sob esse ângulo, a partir da década de 1990 as reivindicações, outrora constitucionalizadas, devem ser dirigidas apenas aos canais previstos dentro da lei, representando um entrave a novas demandas não previstas.

Nessa dinâmica de encobrir a luta de classe, a noção de cidadania assume outro caráter, diferente daquele de participação política, reivindicado entre os anos 1970 e 80, para assentar-se agora em uma noção abstrata de dignidade humana. Isso porque com a mudança de objetivos, como apontados acima, houve também um deslocamento de orientação política dos movimentos sociais, que antes estavam ancorados no lugar ocupado nas relações de produção (PINHEIRO, 2009, p. 117).

Pinheiro (2006) conclui que, neste período, houve um avanço dos direitos civis sobre os direitos sociais, já que o processo de privatização, desregulamentação e focalização confere, no sentido jurídico-político, à determinação econômica de proprietário proeminência sobre as demais determinações da categoria de cidadão (sujeito de direito e membro do povo-nação), em função disso o mercado tem se tornado o lócus privilegiado para a realização dos direitos.

Sendo assim, o otimismo da reflexão de Marshall é baseado na noção que o estatuto de sujeito de direito comanda (determina), através do aperfeiçoamento institucional, a conquista dos direitos de cidadania; a crítica aqui exposta, tomando Saes como principal ponto de apoio, demonstra que os direitos de cidadania são um efeito da luta de classes; daí por que, numa conjuntura de derrota da classe trabalhadora a categoria cidadão foi rebaixada à de agente de mercado.

Nessa perspectiva em que os direitos civis enquanto ideais abstratos são funcionais do ponto de vista da estrutura jurídica para ocultar a desigualdade econômica e social que dificultam aos trabalhadores mobilizarem seus interesses de classe, a categoria *dignidade humana* ancorada apenas nos direitos civis passa a ser pensada abstratamente. Assim, esta categoria se transforma em seu oposto, *indignidade*, uma vez que, operacionalizada através da ideologia jurídica, as determinações materiais necessárias à existência dos trabalhadores são deslocadas para um eixo individualista.

Em termos de direitos civis, a categoria *dignidade* assume o caráter de um ideal para a busca de efetividade da cidadania plena. Nesta dinâmica, de ampliação da cidadania a partir de categorias em que são abstraídas as determinações materiais, há implicações na forma de participação política dos movimentos sociais, uma vez que, a categoria *dignidade humana* se torna um procedimento conceitual central para criminalizar, pois caso a forma de atuação de um movimento, como é o caso do MTST, não se enquadre nesta dinâmica participativa, restrita aos espaços institucionalizados (conselhos de habitação e fóruns, por exemplo), ela pode ser enquadrada juridicamente como violadora de direitos essenciais à *dignidade humana*, como será ilustrado no terceiro capítulo.

Tendo em vista que as mudanças em torno da concepção de cidadania se processam em meio a deslocamentos ideológicos, é importante realizarmos uma reflexão sobre como a ideologia opera e, mais ainda, sobre como o campo da ideologia se articula ao sistema do senso comum. Isso porque, se faz necessário entendermos como as categorias enquanto discursos ideológicos ganham legitimidade e embasam os entendimentos sociais que derivam delas, como por exemplo, dignidade humana (indignidade), ordem (desordem, violência, baderna).

#### 1.4 Ideologia e senso comum

De maneira inicial, podemos dizer que a ideologia e o senso comum têm *modus operandi* que lhe são próprios. Embora não seja possível prever as combinações do senso comum, estas não são aleatórias, uma vez que se realizam a partir de representações simbólicas, sócio-culturais e que, de alguma forma, carecem de uma articulação com a produção material da vida. De outra maneira, a ideologia não é resultado de uma combinação sem previsão, pois é um discurso intencional sempre direcionado a alguma finalidade. Sendo assim, nesta seção, buscamos analisar de que maneira se realiza esta articulação entre senso comum e ideologia.

##### *Senso comum*

O senso comum faz parte de um processo de naturalização daquilo que é vivido no cotidiano, porque não é algo sobre o que se questiona, mas que é vivido de maneira prática de acordo com as regras e valores estabelecidos socialmente.

Em uma definição de senso comum, o antropólogo estadunidense Clifford Geertz (2002) observa que o mundo é a autoridade do senso comum, ou seja, a vida como um todo. Ao analisar diferentes formações sociais, o autor observa que o senso comum sempre opera, e que é possível delimitar características comuns sobre sua forma de operar em diferentes formações sociais<sup>8</sup>.

O senso comum, na definição de Geertz (2002, p.114), deve ser tratado como um “corpo organizado de pensamento deliberado”, e uma de suas características inerentes é justamente o de negar o caráter deliberado da reflexão, uma vez que, seus argumentos, têm como base de sustentação e demonstração a experiência.

O caráter empírico do senso comum está relacionado a saberes entendidos como óbvios, saber que a chuva molha e que o fogo queima, por exemplo, “são expandidos até abranger um território gigantesco de coisas que são consideradas como certas e inegáveis, um catálogo de realidades básicas da natureza e tão peremptórias que, sem dúvida, penetrarão em qualquer mente desanuviada o bastante para absorvê-las.” (GEERTZ, 2002, p. 114).

---

<sup>8</sup> Na análise de Geertz (2002) há uma vasta pesquisa empírica e teórica sobre organizações culturais distintas que não fizemos referência para não escapar à finalidade de nosso trabalho.

Como esses saberes têm caráter de obviedade, o senso comum parte do pressuposto do bom senso para lidar com a vida cotidiana, assim, se é óbvio que a chuva molha ter bom senso é não sair de casa sem guarda-chuva em dias nublados.

Quando dizemos que alguém demonstrou ter bom senso, queremos expressar algo mais que o simples fato de que essa pessoa tem olhos e ouvidos; o que estamos afirmando é que ela manteve seus olhos e ouvidos bem abertos e utilizou ambos – ou pelo menos tentou utilizá-los – com critério, inteligência, discernimento e reflexão prévia, e que esse alguém é capaz de lidar com os problemas cotidianos, de uma forma cotidiana, e com alguma eficácia. (GEERTZ, 2002, p. 115)

O senso comum classifica os saberes do cotidiano para lidar com os problemas cotidianos de maneira eficaz e prática, essa classificação tem como objetivo ‘não ser pego de surpresa’, e como estão relacionados a questões práticas da vida esses saberes são sedimentados como óbvios, como autoevidentes.

A expansão e classificação da obviedade característica ao senso comum é uma construção histórica, o que significa uma variação de padrões de juízo historicamente definidos (GEERTZ, 2002, p. 116). A explicação do senso comum está relacionada a uma tentativa de tornar o mundo mais previsível e menos ameaçador (FLORSHEIM E BERLINCK, s/d), de forma que, qualquer explicação que escape ao esgotamento da obviedade é “a escuridão, uma ofensa à razão”, uma vez que busca caracterizar e classificar o que é familiar e não o desconhecido. (GEERTZ, 2002, p. 130).

Geertz (2002) destaca cinco características, ou como denomina “quase-qualidades”, do senso comum: as de ser *natural, prático, leve, não-metódico e acessível*. Com base nessas características próprias ao saber do senso comum se produz a obviedade das coisas.

Assim, a *naturalização*, de acordo com o autor a característica mais essencial, é aquela que dá o ar de obviedade, uma vez que os temas selecionados, “alguns temas e não outros”, são apresentados como parte da natureza das coisas. Aquilo que escapa a natureza das coisas é explicado em termos de anomalia, de tal modo, um erro da natureza.

A segunda característica, a *praticabilidade* não está estritamente relacionada ao sentido “pragmático de ‘utilidade’”, mas sim, em um sentido mais amplo, aquilo que na filosofia popular, seria chamado de sagacidade.” (GEERTZ, 2002, p. 132)

A *leveza* é uma característica que tem um sentido de atribuição de literalidade à realidade, um tema ou assunto é apresentado exatamente como aquilo que parece ser,

nem mais nem menos. Buscar para além daquilo que parece ser seria tentar “negar a obviedade do óbvio”. “Como diz o provérbio holandês, a verdade é tão simples como a água é clara.” (GEERTZ, 2002, p. 135)

A quarta característica, *não-metodicidade*, se refere à falta de necessidade de uma consistência interna para uma explicação ou recomendação, o autor observa que os provérbios populares são paradigmáticos neste sentido.

A última característica, a *acessibilidade* “é simplesmente a presunção, na verdade a insistência, de que qualquer pessoa, com suas faculdades razoavelmente intactas, pode captar as conclusões do bom senso, e, se estas forem apresentadas de uma maneira suficientemente verossímil, até mesmo adotá-las”, neste sentido, está aberta a todos, não exige conhecimentos ou técnicas. O mundo é representado como um mundo familiar onde todos podem e devem se reconhecer. (GEERTZ, 2002, p. 138)

Organizado por essas cinco características que Geertz (2002) analisa, o senso comum compõe as explicações para temas correntes no cotidiano, e, uma vez que o bom senso é formulado para lidar com estes temas ele assume o caráter de obviedade. Para o senso comum só há perplexidade quando algo escapa à natureza das coisas, ou, quando aquilo que é entendido como fora da natureza das coisas se torna recorrente. É ilustrativa a observação do autor sobre o fato de que para os norte-americanos a intersexualidade (hermafroditismo) é encarada com horror, uma anomalia. Noutro sentido, para os navajo o hermafroditismo é uma benção divina, algo em que não veem possibilidade de serem destituídos, a ausência do hermafroditismo para eles pode significar a falta da benção divina. A tribo dos pokot do Leste Africano, assim como os norte-americanos, não valoriza a intersexualidade, mas como os navajo, não se sentem ofendidos ou horrorizados, entretanto, a consideram como um mero erro. Em todos os casos, a base sobre a qual assentam a explicação é a natureza das coisas, seja em termos de algo que foge a natureza, seja como algo que faz parte da natureza.

O autor ressalta que o senso comum deve ser entendido enquanto sistema cultural e histórico, portanto, constantemente reformulado. No entanto, o que se atualiza não são suas características, mas os temas selecionados e a explicação cujo pressuposto é a obviedade, uma vez que se torna constatável e praticável.

Assim, existe uma diversidade de temas selecionados e explicados pelo senso comum que variam de uma formação social para outra, e que, em uma formação social é constantemente reformulado e classificado. Porém, não há muita variedade quanto às características sobre as quais assentam e classificam as explicações, ou seja, o senso

comum, nas diversas formações sociais se organiza como algo *natural, prático, leve, não-metódico e acessível*. O que é óbvio é menos ameaçador porque demonstra a possibilidade de ser controlado. A tentativa de controle provém do fato de que sendo algo acessível a qualquer pessoa não depende de outros para que seja praticável, mas dos fatos constatados e, portanto, a cada um cabe o bom senso para saber lidar com tais fatos.

Os indivíduos são dotados pelo senso comum dos mecanismos para lidar com as questões do cotidiano, estar munido desses mecanismos é ter um fluxo praticável sobre o mundo, porque é ter uma apropriação da obviedade do mundo que o cerca. Entretanto, ainda nos resta saber, de que maneira se produz a factualidade dos temas e como são selecionados?

Geertz (2002) observa que:

a provisão de certos dados não significa que todo o demais é mera consequência. O bom senso não é aquilo que uma mente livre de artificialismo apreende espontaneamente; é aquilo que uma mente repleta de pressuposições – o sexo é uma força que desorganiza, ou um dom que regenera, ou um prazer prático – conclui.

As pressuposições norteiam previsões e conclusões, portanto, a obviedade dos fatos parte de noções anteriores, mas as provisões não são uma consequência necessária das pressuposições, entretanto, estas ao se sedimentarem podem dar a tônica para aquelas.

A análise de Geertz (2002) demonstra que o senso comum sempre opera em diferentes formações sociais, entretanto, cabe perguntar, o por quê das diferenças sobre a produção do óbvio? Por que um mesmo tema é explicado de maneira diferente pelo senso comum em organizações sociais distintas? O senso comum está relacionado à esfera sócio-cultural que têm combinações próprias, entretanto, esta esfera também se articula ao modo como cada formação social organiza a produção material da vida. A organização para esta produção da vida requer sempre certas exigências, pois não acontece de forma contingente, conforme observamos na primeira seção.

Nesse sentido, a análise de Gramsci sobre a formação do consenso pode contribuir para refletir sobre essas articulações. Em uma perspectiva diferente da de Geertz (2002), Gramsci demonstra que a formação do consenso “espontâneo” (espontâneo não no sentido analisado por Geertz, mas em um sentido de assimilação passiva ou ativa de uma concepção de mundo; ativa no sentido de contribuir ativamente para a reprodução do consenso e passiva no de assimilar sem contribuir com a formação

do consenso), está relacionada à dominação imposta por um grupo social, na medida em que este consegue assegurar sua hegemonia e subalternizar os diferentes grupos ou classes sociais no interior de uma formação social a partilhar uma concepção de mundo.

Em *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, o autor observa que todo homem “fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um ‘filosofo’, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar” (p.7-8). Existe um movimento dialético de permanência e possibilidade para o novo e todo grupo social pode contribuir para manter ou modificar uma concepção de mundo.

Entretanto, a formação de um consenso indica que existe um pensamento hegemônico, uma concepção de mundo hegemônica. A preocupação deste autor é o campo de lutas em que esta hegemonia se constitui, mais precisamente, na relação entre a função dos intelectuais na organização da cultura, analisada tanto a partir da organização escolar, enquanto espaço de formação disputado que ocupou um lugar de referência para dotar os grupos de mecanismos básicos para a vida, quanto pela capacidade de cada grupo de formar seus próprios intelectuais orgânicos, para disputar e impor uma concepção de mundo.

Poderíamos dizer, por exemplo, em relação à escola pública atual, que o tipo de formação precarizada oferecida está relacionado à afirmação de Loïc Wacquant (2001), autor apresentado no terceiro capítulo, de que o próprio tipo de emprego no período neoliberal é uma das causas da pobreza. Uma formação precária e compatível com o tipo de emprego que os futuros trabalhadores serão obrigados a aceitar. Arriscaríamos afirmar que houve um processo de naturalização acerca da falta de conhecimentos que deveriam ser adquiridos nessa fase da educação básica escolar. Observa-se não haver mais espanto com o fato de um estudante chegar ao final dessa fase sem ao menos saber em que parte do Globo habita. Assim, se desenvolve uma aprendizagem no sentido inverso à desnaturalização do senso comum, ou seja, uma aprendizagem em que se aprende a naturalizar o “não saber”, o “não questionar”. Um processo em que professores e estudantes precisam aprender a desenvolver mecanismos para lidar de maneira “natural” com a falta de condições de trabalho e para atividade de estudo.

O consenso, neste caso, se refere à predominância de concepções de mundo ordenadas ao modelo de organização social, política e econômica, que informa um *modus operandi* e um *modus vivendi* (Morales, 2013) através de comandos

hegemônicos que requerem o desenvolvimento de disposições compatíveis com aquele modelo. Nesse sentido, a questão é saber, como operam concepções que se insinuam com força hegemônica?

No senso comum o elemento de operação é o sistema de obviedade desenvolvido em um âmbito mais local, no sentido de proximidade com o vivido, contudo, existem sempre pressuposições como destacou Geertz (2002), isso significa que existem elementos preparatórios que operam em âmbito mais universal, essas operações em âmbito universal que requerem comandos hegemônicos são orientados pelo campo da ideologia, uma vez que, as concepções ideológicas informam um modo de ser e estar no mundo, como veremos adiante.

### *Ideologia*

Em uma caracterização introdutória do termo ideologia Marilena Chauí (2009) o define a partir de três procedimentos básicos sobre os quais opera: a *inversão*, no sentido de tomar os efeitos no lugar das causas; o *imaginário social* que recolhe imagens diretas e imediatas da experiência; e o *uso do silêncio*, pois nem tudo é dito, caso fosse perderia a coerência. O sentido atribuído por Chauí ao termo está relacionado ao discurso produzido para silenciar algum tipo de conhecimento sobre um dado objeto, para tanto opera sob uma inversão da realidade daquele objeto.

Em uma análise interpretativa do conceito, John Thompson (1999) na obra *Ideologia e Cultura Moderna* desenvolve um estudo que remonta aos contornos históricos do termo, demonstrando que, desde a sua origem, o termo oscilou entre uma conotação positiva e negativa. Originariamente, o termo ideologia foi introduzido pelo filósofo francês Destutt de Tracy em 1796, como uma disciplina que seria a “ciência das ideias” e, na esteira do Iluminismo, o termo tornou-se rápida e abusivamente utilizado. De uma conotação positiva atribuída por de Tracy, para quem a “ciência das ideias” deveria buscar conhecer as “ideias e sensações de maneira sistemática”, para uma conotação negativa com Napoleão Bonaparte, que atribuiu ao termo a noção de “doutrina especulativa abstrata” (Thompson, 1999, p.46). Historicamente, a utilização do conceito ganhou variações que desempenharam papel importante “nas batalhas políticas da vida cotidiana” (Idem:43).

A partir da análise dos diferentes sentidos atribuídos historicamente à ideologia, Thompson (1999) propõe uma concepção hermenêutica para o conceito, pois para ele a

ideologia deve ser estudada a partir dos *modus* em que as formas simbólicas se articulam às relações de dominação, assim, analisar a ideologia é analisar como o sentido atribuído a formas simbólicas pode ou não servir para respaldar relações de dominação.

Para Thompson (1999) a ideologia não pode ser analisada como um conceito já dado, pois afirma que nem todos os fenômenos simbólicos significativos servem para sustentar relações de dominação, e somente aqueles que sustentam tais relações podem ser designados como ideológicos. Detectar, se são ou não ideológicos, irá depender de uma análise do sentido das formas simbólicas significativas em circunstâncias particulares.

Segundo o autor, a ideologia serve para sustentar relações de dominação, porém, dizer se as formas simbólicas são ideológicas dependerá do sentido a elas atribuído. Para demonstrar alguns dos *modus* em que a ideologia pode operar, Thompson (1999) destaca cinco *modus* gerais e algumas estratégias respectivas de construção simbólica, ou seja, o sentido atribuído a formas simbólicas significativas que podem ser ilustrativas de como relações de dominação são sustentadas.

A seguir reproduzimos uma tabela elaborada por Jair Pinheiro (2000, p. 56) que exemplifica esquematicamente cinco *modus operandi* e algumas estratégias<sup>9</sup>:

<i>Modus Operandi</i>	Algumas Estratégias típicas de Construção Simbólicas
Legitimação	Racionalização: produção “de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações ou instituições sociais.” Universalização: “(...) acordos institucionais que servem aos interesses de alguns são representados como servindo a todos, e como estando abertos, em princípio, a qualquer um (...) Narrativização: (...) histórias que contam o passado e tratam o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável.
Dissimulação	Deslocamento: termo usado para transferir conotações positivas ou negativas de objeto ou pessoa para outros. Eufemização: ações, instituições ou relações sociais são descritas ou redescritas de modo a despertar uma valorização positiva. Tropo: “(...) o uso figurativo da linguagem ou, mais em geral, das formas simbólicas. (...) Entre as formas mais comuns de tropo estão a sinédoque, a metonímia e a metáfora.”
Unificação	Padronização: “Formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão, que é proposto como um fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica. Simbolização da unidade: “Essa estratégia envolve a construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas, que são difundidas através de um grupo, ou de uma pluralidade de grupos.”
Fragmentação	Diferenciação: “isto é, a ênfase que é dada às distinções, diferenças e divisões entre pessoas e grupos, apoiando as características que os desunem e os impedem de constituir um desafio efetivo (...)” Expurgo do outro : “(...) construção de um inimigo, seja ele interno ou externo, (...) contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou expurgá-lo.”
Reificação	Naturalização: “Um estado de coisas que é uma criação social e histórica pode ser tratado como um acontecimento natural ou como um resultado inevitável de características naturais (...)” Eternalização: “fenômenos sócio-históricos são esvaziados de seu caráter histórico ao serem apresentados como permanentes, imutáveis e recorrentes.” Nominalização: “acontece quando sentenças, ou partes delas, descrições ou da ação e dos

<sup>9</sup> Tabela elaborada por Pinheiro a partir do quadro construído por Thompson (1999).

	participantes nelas envolvidos, são transformados em nomes (...)" Passivização: “quando verbos são colocados na voz passiva, como quando dizemos que ‘o suspeito está sendo investigado’, ao invés de ‘os policiais estão investigando o suspeito’.”
--	---

Fonte: Thompson (1999, p. 82) apud Pinheiro (2000, p. 56)

Thompson (1999) ressalta, porém, que essas não são as únicas maneiras através das quais a ideologia opera, tampouco, suas respectivas estratégias estariam relacionadas unicamente a esses *modus*. Assim, por exemplo, relações de dominação podem ser estabelecidas por serem apresentadas como legítimas e ter como característica a universalidade, ou seja, determinadas relações de dominação são representadas como legítimas, dignas de apoio e a partir de um encadeamento lógico representam um sentido de universalidade, daquilo que serve ao interesse de todos.

As estratégias do *modus operandi* da *reificação*, por exemplo, são pertinentes para refletirmos sobre a difusão de discursos pela mídia impressa, eletrônica e televisiva sobre a ação dos movimentos sociais. Os vários recursos gramaticais e sintáticos, como a *nominalização* e a *passivização* são estratégias que demonstram o papel desempenhado pela mídia na difusão de determinados discursos, pois estas estratégias concentram a atenção do ouvinte e do leitor em alguns temas em prejuízo de outros. “Elas apagam os atores e a ação e tendem a representar processos como coisas e acontecimentos que ocorrem na ausência de um sujeito que produza essas coisas” (THOMPSON, 1999, p. 88).

De acordo com Thompson (1999, p.88) essas estratégias eliminam referências, contextos espaciais e temporais, através da eliminação de construções verbais, ou ancorando estas construções num gerúndio.

De acordo com Pinheiro (2000, p. 50) o *modus operandi* da ideologia desenvolvido por Thompson pode ser descrito como uma relação de transmissão/recepção, o efeito de conhecimento seria a atribuição de significado, e o efeito social seria contribuir ou não para garantir relações de dominação.

Sendo assim, Thompson (1999) discute a ideologia enquanto operação que serve para garantir relações de dominação na medida em que atribui significados a formas simbólicas com o objetivo de legitimar um determinado poder.

Em outra perspectiva teórica, Louis Althusser (2010, p. 96) desenvolveu a tese da materialidade da ideologia, ou seja, da ideologia enquanto prática material inscrita na ação. O autor afirma que “toda ideologia interpela os indivíduos concretos enquanto sujeitos concretos, através do funcionamento da categoria de sujeito”.

O *modus operandi* da ideologia desenvolvido por Althusser (2010) é o da interpelação-reconhecimento, ou seja, a ideologia opera interpelando os indivíduos concretos, constituindo-os enquanto sujeitos concretos, estes por sua vez ao se reconhecerem na ação da interpelação, agem enquanto sujeitos constituídos para tal, nesse sentido, a ideologia torna-se uma prática material.

O autor propõe um quádruplo sistema para o entendimento do modo de funcionamento da ideologia:

- 1) a interpelação dos ‘indivíduos’ como sujeitos; 2) sua submissão ao Sujeito; 3) o reconhecimento mútuo entre os sujeitos e o Sujeito e entre os próprios sujeitos, e finalmente o reconhecimento de cada sujeito por si mesmo; 4) a garantia absoluta de que tudo está bem assim, e sob a condição de que se os sujeitos reconhecerem o que são e se conduzirem de acordo tudo irá bem. (Althusser, 2010, p.102-103).

O exemplo utilizado pelo autor para ilustrar o funcionamento da interpelação é o da religião Judaico - Cristã, neste caso, o Sujeito, com S maiúsculo, é a figura de Deus, o Outro Sujeito, em nome do qual a ideologia religiosa interpela os indivíduos. Neste caso, o indivíduo é chamado por um nome, em sentido passivo, pois nunca é ele que se atribuí um nome: *“Tu és Pedro, e sobre ti edificarei a minha igreja”*. O indivíduo é interpelado *por* um Sujeito que o nomeia, *para* realizar uma ação. O Outro (figura de Deus), base sobre a qual os indivíduos se constituem enquanto sujeitos, é aquilo que *é*, o indivíduo é interpelado por um nome que tem como referência outro Nome; interpelado por uma identidade pessoal já dada o indivíduo torna-se um sujeito livre para obedecer ou desobedecer ao chamado. Obedecer ou desobedecer implicam em ações que tem como pressuposto uma referência.

Assim, os indivíduos concretos são constituídos como sujeitos, pois somente enquanto sujeitos podem estar aptos para agir; sua constituição, porém, tem como referência outro Sujeito, no qual os sujeitos se reconhecem; uma vez constituídos, os sujeitos reconhecem a si mesmos enquanto sujeitos, e a partir desse momento os sujeitos caminham “por si mesmos”, ou seja, sua prática material é orientada pelo reconhecimento de que são sujeitos dotados de uma subjetividade.

De acordo com Althusser (2010, p. 104) a ambiguidade da interpelação reside no fato de que os indivíduos são constituídos de uma subjetividade chamada a ser livre, um centro de iniciativas para que possa ser submetida a uma autoridade superior. Nesse sentido, “o indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para livremente submeter-se às

ordens do Sujeito, para aceitar, portanto (livremente) sua submissão, para que ele ‘realize por si mesmo’ os gestos e atos de sua submissão”.

Pinheiro (2000) observa que em Althusser o efeito de conhecimento da ideologia é uma ocultação/falseamento e o efeito social uma sujeição/garantia. Ou seja, na perspectiva desenvolvida por Althusser, a ideologia ao interpelar os indivíduos enquanto sujeitos, tem como efeito de conhecimento para estes, ocultar/falsear uma relação de dominação, seu efeito social é uma sujeição-garantida, que possibilita a reprodução destas relações.

Göran Therborn (1996), que tem como principal referência a análise desenvolvida por Althusser, realiza uma abordagem geral dos processos de constituição ideológica dos seres humanos como sujeitos pertencentes a um determinado mundo histórico, mas, observa que o problema do quádruplo sistema proposto por Althusser para o funcionamento geral da ideologia é que ele não explorou a dialética da ideologia. Porém, afirma que esta dialética já está inserida na ambiguidade da palavra “sujeito”, que indica tanto sujeitado *a*, quanto sujeito *de*.

Therborn (1996) propõe uma abordagem dialética do conceito de ideologia como processo de constituição dos seres humanos enquanto sujeitos inseridos em um mundo histórico determinado. Para o autor, a dialética geral da ideologia envolve tanto a constituição, quanto a padronização dos seres humanos como atores conscientes e reflexivos em um mundo estruturado e significativo. Nesse sentido, a dialética da ideologia já está indicada nos sentidos opostos da palavra sujeito, que se refere tanto a alguém que está subjugado a uma força ou ordem, quanto ao criador de alguma coisa.

O autor mantém a dualidade *interpelação-reconhecimento* proposto por Althusser, porém, ressalta que a sujeição-garantia deve ser substituída pela *sujeição-qualificação*, uma vez que toda ideologia, seja ela, por exemplo, conservadora ou revolucionária, envolve um processo simultâneo de sujeição e qualificação, ou seja, embora sujeitados a uma força, os sujeitos foram qualificados para ‘qualificar’. Assim, ao mesmo tempo em que são interpelados para agirem de uma determinada maneira, também podem modificar o sentido daquilo a que foram chamados a se reconhecerem e criar outras possibilidades de ação. De acordo com o autor, a reprodução de qualquer organização social implica em uma correspondência entre sujeição e qualificação, e destaca que:

Aqueles que foram sujeitados a uma padronização particular das suas capacidades, para uma disciplina particular, são qualificados para

dados papéis e capazes de levá-los a efeito. Mas, sempre há uma possibilidade inerente de que uma contradição possa se desenvolver entre essas qualificações. (Therborn 1996, s/p.)

Nesse sentido, pode haver tanto um processo no qual os sujeitos aprendem a se resignar com sua situação, quanto diante do desenvolvimento de contradições, nas quais se chocam “formas tradicionais de sujeição” e novas habilidades, requerer novos tipos de qualificação.

De acordo com o autor, o processo de sujeição e qualificação “envolve interpelação *por*, e reconhecimento *em* um Sujeito central – seja ele Deus, pai, razão, classe ou algo mais difuso – que modela o superego dos sujeitos e fornece-lhes ego-ideais”. Therborn (1996) não desenvolve os processos linguísticos e psicanalíticos desse processo, mas propõe três *modos fundamentais de interpelação ideológica*, através dos quais a ideologia sujeita e qualifica os sujeitos:

- 1) o que existe, e seu corolário, o que não existe: isto é, quem somos o que é o mundo, a natureza, a sociedade; e como são os homens e as mulheres. Desta maneira adquirimos um sentido de identidade, tornando-nos conscientes do que é real e verdadeiro; assim a visibilidade do mundo é estruturada pela distribuição de luzes, sombras e escuridão.
- 2) o que é bom, certo, justo, bonito, atraente, agradável e seus opostos. Desta maneira nossos desejos tornam-se estruturados e normatizados.
- 3) o que é possível e impossível. Nosso sentido de mutabilidade de nosso ser-no-mundo e as consequências das mudanças são modelados e se confirmam nossas esperanças, ambições e medos. (Idem)

O autor analisa esses modos de interpelação de maneira temporal e espacial, na formação da subjetividade humana. A subjetividade humana, neste caso, designa uma intersecção entre as formas psíquicas e sociais, observáveis através de aspectos mais exteriores, conscientes e socialmente mutáveis dos indivíduos. Essa observação é importante porque Therborn (1996) faz uma distinção entre subjetividade e personalidade, a última designa aspectos psicodinâmicos, que fazem parte do campo de pesquisa da psicanálise e das teorias psicológicas, portanto, fogem à competência das Ciências Sociais, uma vez que o material sobre a qual operam são os mecanismos do inconsciente. Assim, embora subjetividade e personalidade tenham efeitos recíprocos, o autor afirma ser possível tratar da particularidade de cada uma, pois “a personalidade tem sua temporalidade própria, com estágios cruciais de desenvolvimento psíquico e efeitos duradouros, dependendo de como esses estágios foram vividos”.

Continuando o autor ressalta que: “Uma pessoa age, vive sua personalidade como um sujeito, em diferentes formas de subjetividade que jamais chegam a exauri-la. Sob certas condições, as duas podem mesmo entrar em tensão ou conflito” (THERBORN, 1996, s/p).

Nessa perspectiva, Therborn (1996) faz uma análise do modo de operar da ideologia enquanto parte constituinte da subjetividade humana, a partir dos três aspectos destacados acima, de maneira articulada a uma relação temporal e espacial. Para tanto, o autor faz uma distinção entre duas dimensões do “ser-no-mundo como um sujeito consciente”. A primeira dimensão esta relacionada ao “ser”, a outra a “no mundo”. A partir dessas duas dimensões ele realiza um desdobramento de quatro dimensões do “ser-no mundo”.

“ser” um sujeito humano no mundo é algo existencial – ser um indivíduo sexuado, em um ponto particular do seu ciclo de vida, relacionando-se com outros indivíduos sexuados de diferentes gerações, em certo ponto do ciclo de vida deles, (existencial parece mais adequado do que biológico para designar o primeiro aspecto do ser, desde que estejamos preocupados com o lado significativo da sua subjetividade). É, também, algo histórico – ser uma pessoa que existe somente em certas sociedades, em certo ponto da história humana; dizer-se um xamã, um arrecadador de impostos, um ferreiro, um futebolista. Ser “no mundo” é tanto *inclusivo* (ser um membro de um mundo significativo) quanto *posicional* (ter um lugar particular no mundo, uma ocupação, uma etnia, e assim por diante). (Idem, grifos do autor)

Essas quatro dimensões, *existencial*, *temporal*, *inclusivo* e *posicional*, dizem respeito à formação da subjetividade do “ser” que está “no mundo” e é sobre elas que a interpelação da ideologia se estrutura. O autor constrói um quadro analítico de quatro tipos de ideologia: ideologias *inclusivo-existenciais*, ideologias *inclusivo-históricas*, ideologias *posicional-existenciais* e ideologias *posicional-históricas*.

As *ideologias inclusivo-existenciais* interpelam os indivíduos fornecendo-lhes um significado relacionado ao de ser um membro do mundo, o significado da vida, da morte, do sofrimento, etc.

Estes discursos podem variar enormemente, não apenas no conteúdo, mas também na elaboração desde os grandes sistemas religiosos e mitológicos às muito frequentes e difusas concepções e um propósito para a vida apresentadas nas sociedades secularizadas do capitalismo contemporâneo avançado. (Therborn, 1996, s/p)

As *inclusivo-históricas* interpelam os indivíduos ao constituí-los através do pertencimento a um “mundo social e histórico”, assim, enquanto membros de

organizações como, por exemplo, igreja, Estado, nação, etc., fornecendo-lhes o significado do que é (bom ou ruim), o que é possível e impossível. De tal modo, ao lhes fornecer um significado de pertencimento, “delineiam uma demarcação entre o pertencimento ou não” (Idem).

No caso das ideologias *posicional-existenciais* o indivíduo também é “‘sujeito-a’ e ‘qualificado-para’ posições no mundo existencial” (THERBORN, 1996 *apud* PINHEIRO, 2000, p. 54), há um delineamento na distinção entre o “eu” e o “outro”, que “constituem formas de sujeitos de individualidades masculinas e femininas, de idade e de envelhecimento. A partir daí, essas ideologias dizem ao indivíduo o que ele é, em contraste com outros, o que é bom e possível para ele”. (THERBORN, 1996, s/p)

Na quarta dimensão da ideologia, as *posicional-históricas*, os indivíduos são interpelados a ocuparem posições no mundo social e histórico, neste caso, são constituídos enquanto “membros de uma família na estrutura de famílias e linguagens, os habitantes de uma localidade particular numa região geográfica mais ampla, os ocupantes de um status educacional particular, os praticantes de uma ocupação ou um estilo de vida particulares”. (Idem)

As quatro dimensões da ideologia, conforme o autor ressalta, são distinções analíticas e não representam as ideologias tal como aparecem na linguagem cotidiana, pois podem variar com tempo e contexto e, também, surgirem de maneira interligada. Sendo assim, as ideologias podem estar diluídas no senso comum de maneiras diversificadas e o universo ideológico não pode ser reduzido a uma única ideologia, pois segundo Therborn (1996):

Mesmo na maioria das sociedades de classes polarizadas e com forte consciência de classe, as outras formas fundamentais de subjetividade humana coexistem com as subjetividades de classe. Inescapavelmente, o sexo e a idade são especialidades dos indivíduos humanos ideologicamente constituídos por ideologias existencial-posicional. E o sentido da vida de uma pessoa e do mundo é uma questão existencial, não inteiramente explicável por relações de produção, mas, preferencialmente, orientado por ideologias inclusivo-existenciais da religião e moralidade secular. (idem)

A ressalva de Therborn (1996) demonstra que a subjetividade humana não se constitui por uma única estrutura ideológica, mas que os indivíduos podem se mover orientados por diferentes concepções que se articulam informando o que *são* e como *estão* no mundo em um sentido temporal e espacial, de maneira diluída na linguagem cotidiana.

Preocupado com o exame da ação política, Pinheiro (2000, p. 55) observa que as formas de interpelação desenvolvidas por Therborn e a articulação entre elas permitem “detectar a relação entre diversos interesses mobilizados no curso da ação, sem que haja necessariamente continuidade ou complementaridade entre eles”<sup>10</sup>.

De acordo com Pinheiro (2000, p.55)

os indivíduos, como parece plausível, enquanto agentes sociais interpelam, são interpelados e, a partir daí, tomam decisões ou se posicionam quanto aos acontecimentos conforme a apresentação (estruturas cognitivas) destes lhes pareça corresponder às estruturas objetivas ou, compatível com elas (Cf. Bourdieu, 1996), o que permite a formação de juízos quanto ao que existe, é bom ou possível (Cf. Therborn, 1980).

Assim, os indivíduos são interpelados e interpelam enquanto agentes sociais, ou seja, a partir de um lugar no mundo. A formação de juízos resulta de uma relação entre a apresentação das estruturas cognitivas, aquelas que informam como se deve conhecer, e as estruturas objetivas, porém não há necessariamente compatibilidade entre estas estruturas.

Uma observação importante que Pinheiro (2000, p.57) faz é que todo debate sobre a ideologia tem como premissa um sujeito, mas que este nem sempre é “chamado a comparecer”. O autor ressalta que embora a categoria sujeito seja multifacetada, quando referida sempre diz respeito a uma “dimensão particular dessa categoria”. No campo das Ciências Sociais, diz o autor, “a referência à categoria sujeito é sempre ao sujeito de uma relação social particular” (Idem: p.60). Continuando Pinheiro (2000, p. 60) destaca alguns exemplos dessas relações:

comprador e vendedor, cidadão e governo, funcionário e chefe e assim por diante. Tais relações, para serem estáveis, principalmente as que apresentam assimetria de poder, precisam de justificativa subjetiva, pois a ameaça representada pela força não basta. (Idem: p.60)

A partir desses exemplos, o autor chama atenção para três aspectos. Primeiro, a categoria sujeito sempre diz respeito a uma relação social particular; segundo, uma relação social apresenta estabilidade e certa durabilidade; terceiro, sua durabilidade requer uma justificativa subjetiva, ou seja, os indivíduos precisam se reconhecer

---

<sup>10</sup> A ação política que Pinheiro (2000) examina está relacionada a disputas ideológicas e interesses envolvidos no município de São Paulo durante as gestões do período entre 1989 e 1996, em que estiveram à frente do Executivo municipal Luiza Erundina (PT), nos primeiros quatro anos, e Paulo Maluf nos anos seguintes (PDS).

enquanto sujeitos no interior desta relação. Entretanto, embora os indivíduos sejam interpelados e qualificados para se reconhecerem enquanto sujeitos em uma relação social particular, não significa que exista compatibilidade necessária entre este reconhecimento e o lugar que ocupam enquanto agentes no interior das relações sociais.

Assim, o autor afirma que o método de análise da categoria sujeito não pode obscurecer as determinações materiais sobre as quais o sujeito se constitui e sobre o exercício do poder. Portanto, a categoria sujeito, por se configurar em uma relação social particular, deve ser localizada a partir das determinações materiais que indicam tanto como este sujeito se constitui quanto as relações de dominação a que está submetido. Para tanto, na análise desta categoria cabe ao pesquisador informar a compatibilidade entre a utilização da categoria com a base empírica ou quando não está trabalhando com uma base empírica, informar os registros dos quais extraiu a categoria e a qual base empírica se referem (PINHEIRO, 2000, p. 58).

Isso porque, todo discurso se dirige a indivíduos concretos e só tem efeito de conhecimento à medida que estes se reconhecem enquanto sujeitos para desempenharem ações no interior de relações sociais determinadas, e, embora os agentes sociais se interpelem mutuamente, eles o fazem em “condições desiguais de controle e posse de recursos materiais bem como da autoridade para enunciar”. (PINHEIRO, 2000, p. 65)

De acordo com Pinheiro (2000, p. 68) a ideologia deve ser analisada como um dos efeitos do discurso cujo objetivo é gerar um *tipo* de conhecimento, o falseamento ou ocultação sobre o objeto a que se dirige são efeitos do discurso que opera ideologicamente, pois seu procedimento é desconsiderar elementos que devem permanecer ocultos, ou, evidenciar alguns elementos secundarizando outros. Sendo assim, todo discurso gera desconhecimento e um tipo de conhecimento sobre o que enuncia. O autor ressalta que o diferencial do discurso científico é que este é o único discurso que tem a possibilidade intrínseca de gerar conhecimento sobre o desconhecimento que produz, pois para que seja intitulado como tal tem como princípio estar aberto à verificação e a novas elaborações.

Para finalizar, vamos retomar alguns pontos importantes para análise de nosso objeto. O primeiro se refere à diferenciação inicial entre senso comum e ideologia. Conforme Geertz analisou, o senso comum funciona através de um sistema de obviedade, que deve ser entendido enquanto corpo estabelecido de pensamento organizado a partir do vivido imediato, no interior de um sistema cultural. Disto,

podemos concluir não ser possível prever as combinações do senso comum, mas é possível afirmar que o sistema cultural a partir do qual o senso comum se organiza de alguma maneira se articula ao modo de produção material e espiritual da vida, conforme a formulação de Marx que destacamos na primeira seção, “na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade”. Um modo de produção particular, por sua vez, tem certas exigências históricas e sociais, pois não se realiza de forma contingente, nesse sentido, é que podemos entender a reflexão do início do capítulo, sobre a articulação entre estruturas que possibilitam a existência e reprodução de relações sociais de produção determinadas.

A análise que Gramsci realizou sobre os intelectuais e a organização da cultura demonstra um campo de disputas entre os diferentes grupos ou classes sociais, para tentar impor uma concepção de mundo. Quando uma concepção de mundo torna-se consenso espontâneo significa que os demais grupos podem contribuir para sua própria subalternização, de maneira ativa ou passiva para manter a dominação do grupo que se faz hegemônico. Gramsci demonstra no âmbito da organização da cultura, que existem espaços legitimados socialmente para dotar os grupos de mecanismos básicos para a vida, exatamente por isso, se tornam espaços de disputa. Assim, adverte que todo grupo social, pode contribuir para promover novas maneiras de pensar uma vez que têm a capacidade de formar seus próprios intelectuais orgânicos.

Sendo assim, na luta política e ideológica, os grupos dominantes procuram articular às exigências da produção ao sistema do senso comum. Esta articulação, entretanto, pode aparecer no senso comum através da combinação entre diferentes tipos de ideologia, conforme as afirmações de Therborn (1996) sobre como a subjetividade humana é constituída por diferentes estruturas ideológicas, que dão sentidos existenciais e posicionais aos sujeitos.

É no campo de disputas que reside a importância da ideologia, enquanto discurso elaborado que se dirige à indivíduos concretos interpelando-os para uma ação no mundo. Conforme observou Pinheiro (2000), enquanto agentes sociais, os indivíduos são interpelados e interpelam, sendo neste processo de interpelação que mobilizam diversos recursos materiais, jurídicos e simbólicos para orientar sua ação, a partir da formação de juízos sobre o que é justo e praticável. Contudo, os agentes sociais não possuem os mesmos recursos materiais e a mesma autoridade para enunciar.

Mas, na medida em que a ideologia é o efeito de um discurso que gera um tipo de conhecimento sobre o que enuncia e um tipo de desconhecimento ao ocultar ou secundarizar elementos, os sujeitos qualificados para qualificar podem requerer novas qualificações e criar novos sentidos para sua ação (PINHEIRO, 2000; THERBORN, 1996; THOMPSON, 1999).

De acordo com a reflexão das primeiras seções do capítulo, o discurso da ordem, quando dirigido à ação dos movimentos sociais na atualidade, é elaborado em termos de garantia dos direitos civis, com ênfase na categoria *dignidade humana* que dá sustentação à estrutura jurídica ao enunciar que está a serviço de todos, na garantia da *dignidade humana*, ocultando as contradições das quais emergem os movimentos sociais que reclamam as determinações materiais para que sua base social possa existir, como a moradia, por exemplo.

A interpelação para responder ao comando hegemônico da ordem do “Estado democrático de direito”, neste caso, opera através da concepção atual de ampliação do *status* de cidadania, em termos de direitos civis. Esse *status* visto pela perspectiva dos direitos civis, ganha uma conotação moral, na medida em que operando com uma matriz individualista, se sobrepõe às determinações materiais de existência, de natureza estrutural, e assim, obscurece as questões sociais, políticas e econômicas no tocante às causas da pobreza, por exemplo.

No senso comum, a obviedade da necessidade de manutenção da ordem, aparece sob os juízos de desordem, baderna, violência e criminalidade e, no que se refere à pobreza, bordeja uma questão moral, com juízo de que a pobreza reflete a falta de esforço individual.

Nesse sentido, torna-se fundamental, ao ter como objeto um movimento social particular, analisar no curso de sua ação as categorias que utiliza, para detectar em que medida este movimento têm conseguido romper com categorias de pensamento hegemônicas e elaborar outras que possibilite à sua base social criar outros sentidos para projetar sua ação no espaço.

## **CAPÍTULO 2**

### **O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO (MTST)**

Este capítulo está organizado em três eixos: 1) Analisar o processo de constituição do MTST, demonstrando a particularidade do acampamento conhecido como Chico Mendes; 2) a partir de uma análise das primeiras experiências de ocupação, detectar os mecanismos sociais criados para produzir a criminalização do MTST; 3) explicitar as categorias produzidas pelo movimento.

As fontes primárias utilizadas são: entrevistas e relatos coletados durante pesquisa de campo em Janeiro e Julho de 2013, com Guilherme, coordenador nacional do MTST; Jota, coordenador estadual do MTST (militava no Movimento Sem Terra – MST, e foi designado para formar o MTST)<sup>11</sup>; Helena, ex-dirigente do MTST, atualmente militante do Luta Popular. Além das entrevistas gravadas com os militantes, realizamos pesquisa de campo no local onde ocorreu a ocupação conhecida como Chico Mendes, por meio de conversas com moradores e comerciantes da área. Também compõem estas fontes os documentos escritos e audiovisuais produzidos pelo MTST.

As fontes secundárias são: relatos retirados de trabalhos de pesquisadores sobre o tema e matérias jornalísticas sobre o movimento. Algumas das entrevistas dos pesquisadores aqui utilizados foram realizadas com os militantes que também entrevistamos, assim, indicaremos em nota de rodapé se a fonte é primária ou secundária.

#### **2.1 A constituição do MTST**

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto surgiu em meados dos anos 1990, na região de Campinas – SP, a partir de iniciativas do Movimento Sem Terra (MST). Nas fontes pesquisadas, a constituição do MTST aparece como uma preocupação do MST em estender sua atuação para as cidades. Esta iniciativa começou a se consolidar no ano de 1997 durante a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça organizada pelo MST, quando teria se tornado possível maior aproximação com os movimentos sociais urbanos.

---

<sup>11</sup> Quando realizamos a entrevista com Jota, ele afirmou estar um pouco afastado do movimento por motivos pessoais, contudo, a entrevista foi realizada na comunidade Carlos Lamarca, onde Jota mora e organiza as famílias que esperam a liberação de moradias.

A Marcha deu grande visibilidade nacional e internacional ao MST com o tema da Reforma Agrária, e fazia referência à memória dos trabalhadores rurais assassinados no massacre em Eldorado dos Carajás – PA que completava um ano<sup>12</sup>. Esta referência à memória dos trabalhadores que morreram em luta, nomes vinculados a lutas históricas ou nomes que ficaram conhecidos como símbolos ou ‘mártires’ dessas lutas são utilizados para batizar os acampamentos do MST e também do MTST, como por exemplo, Che Guevara, Carlos Lamarca, Chico Mendes e Oziel Pereira, além desses nomes, o MTST escolheu nomes de mulheres que se tornaram símbolo de lutas históricas, como Anita Garibaldi e Rosa Luxemburgo.

A partir da Marcha, o MST começou a investir em um trabalho de aproximação com os movimentos urbanos e liberou alguns militantes para atuarem nas cidades:

Foi assim que, na marcha nacional que o MST realiza todos os anos, no ano de 1997 este movimento resolveu liberar militantes comprometidos com a transformação da sociedade para criar um movimento urbano. Estes militantes começaram a estudar os problemas que os trabalhadores viviam com mais dificuldade e perceberam que, naquele momento, dois eram os mais preocupantes: Moradia e Trabalho. (CARTILHA DO MILITANTE, 2005)

Este documento data de maneira muito específica o surgimento do MTST, o final dos anos 1990. Este foi um momento em que a cidade de São Paulo e sua Região Metropolitana estavam passando por rápidas transformações que reconfiguraram o cenário urbano dessas duas regiões. Além do mais, é importante observar que o MST designou militantes, como é o caso de Jota, identificado no início do capítulo, para atuar em uma realidade totalmente diferente daquela a que estavam acostumados, pois sair do cenário rural para o urbano exigiria destes militantes apreender um modo de vida muito específico, no qual os trabalhadores ali inseridos estão num sistema cultural distinto e sob outras necessidades, portanto, isto colocava a necessidade de elaborar estratégias de lutas compatíveis com esse modo de vida.

Esse vínculo inicial entre o MTST e o MST também fica evidente no relato de Helena, ex-dirigente do MTST:

O MTST nasceu em 1997 naquela marcha que o Movimento Sem Terra (MST) fez e que foi até Brasília. No interior desse processo, que foram de alguns meses, se fez à reflexão da necessidade da construção

---

<sup>12</sup> A Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça ocorreu em 1997. Organizada pelo MST, a Marcha saiu de diversas regiões do país em fevereiro e chegou à Brasília em abril, data que completava um ano do massacre em Eldorado dos Carajás, onde foram assassinados 19 trabalhadores rurais.

de um instrumento de mobilização de massa no interior do meio urbano. Essa discussão começou inicialmente por parte de um grupo do setor da direção nacional e estadual do MST e, a partir daí, começaram a pensar no que poderia ser feito, no que poderia ser construído<sup>13</sup>.

A formação do MTST é relacionada, por Helena, à construção de um instrumento de mobilização no meio urbano, portanto, inicialmente sua constituição tinha o objetivo de ampliar o espaço de lutas do MST, por meio do apoio de trabalhadores que estavam na cidade. De acordo com Helena, esta é uma preocupação que surge por um setor de direção nacional e estadual do MST, que procurava a melhor forma de desenvolver lutas nas cidades.

Helena também observa que naquele momento a definição do campo de atuação se pautou em duas propostas iniciais, a partir do que mais mobilizaria os trabalhadores a se organizarem, que eram moradia e emprego:

Saíram 2 propostas, do que mais mobilizaria, do que mais seria interessante enquanto pauta reivindicatória para iniciar a construção desse instrumento: a primeira era a questão da moradia e a segunda a possibilidade de organização dos desempregados. Quando a discussão chegou nesse ponto existiu uma certa divisão, não pela divergência mas por acreditar que as condições no momento eram propícias pra um ou pra outro. Aí tem um grupo que vai colocar esforços na construção do MTD (Movimento dos Trabalhadores Desempregados, que existe no Sul do país só) e um grupo que vai colocar, depositar mais esforços na construção do MTST [...].<sup>14</sup>

A construção de um novo instrumento de luta foi proposta inicialmente sob duas perspectivas, como meio de obter apoio e organização dos trabalhadores: uma delas, a organização de trabalhadores desempregados e, outra, pela organização de trabalhadores atingidos pela questão habitacional. Entretanto, essas duas perspectivas aparecem articuladas sob a bandeira do MTST já consolidado e pensando o problema como uma questão urbana.

O surgimento destas duas propostas de organização pode ser analisado à luz de alguns dados sobre a situação dos trabalhadores na Região Metropolitana de São Paulo no início dos anos 1990. O início desta década foi marcado pelo aumento do número de

---

<sup>13</sup> Relato de Helena, ex-militante do MTST, em entrevista concedida a Jair Pinheiro, pesquisador e professor da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” - Faculdade de Filosofia e Ciências. Note-se que no momento da entrevista, Helena era uma das principais lideranças do MTST. Atualmente Helena milita no movimento Luta Popular em São Paulo.

<sup>14</sup> Idem.

desempregados somado à deteriorização salarial que teve início na década anterior. Entre 1981 e 1983, o desemprego já atingia 20% da população economicamente ativa da RMSP, e em 1991 “a remuneração real dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, onde se concentra a indústria automobilística, sede do sindicato de maior tradição de luta do país, equivalia [...] a 30% da imperante em 1983”, somado a isso a categoria perdeu cerca de um terço de postos de trabalho (KOWARICK; CAMPANÁRIO, 1994, p.63).

De acordo com Kowarick e Campanário (1994, p. 64), no início de 1991, na Grande São Paulo havia<sup>15</sup>:

cerca de 1,2 milhão de desempregados, 12,3% da população economicamente ativa. À diferença dos anos anteriores, o desemprego não atinge principalmente a força de trabalho jovem e feminina. O dispensado é aquele que pode ser designado de ‘força de trabalho primária’: pessoas de maior qualificação profissional, possivelmente aqueles que auferem maior nível de remuneração.

No entanto, esses números retratam apenas a situação dos trabalhadores integrados ao mercado formal de trabalho, ligados principalmente à atividade industrial, muitos dos quais, passaram a ser absorvidos pelo setor terciário (LEME, 2003). Eles não dão conta de mensurar um contingente significativo de migrantes que nunca se integrou ao mercado formal de trabalho, que se inseriu em diversas atividades, muitas destas sem qualquer tipo de direito trabalhista assegurado. Entre estas atividades podemos citar o ramo da construção civil (é importante observar que este ramo inclui tanto trabalhadores formalizados, com carteira de trabalho assinada, quanto aqueles informais, como pedreiros, ajudantes, por exemplo, que prestam serviços sem contratos de trabalho), camelôs, vigias, empregadas domésticas, diaristas, entre outras, que sempre foram as principais atividades que a população considerada pobre esteve inserida.

É essencialmente esta população que se assentou em loteamentos totalmente destituídos de infraestrutura e em favelas, nas zonas limítrofes da cidade de São Paulo e na Região Metropolitana. Uma vez que com a consolidação do padrão periférico do crescimento urbano nos anos 1970, a aquisição da casa própria autoconstruída na cidade de São Paulo já não era uma opção para os setores populares (KOWARICK, BONDUKI, 1994).

---

<sup>15</sup> De acordo com os autores, em 1959 os trabalhadores precisavam dispensar em média 65 horas de trabalho para obter a cesta básica, em 1991 a quantidade de horas dispensadas para obter a cesta básica subiu para 177 horas.

Somado ao quadro de insegurança do emprego, que se caracterizou pelo aumento significativo de desempregados, rebaixamento salarial, precarização das relações de trabalho e ampliação do setor informal que se refere a diversas atividades precarizadas sem garantias trabalhistas, o período dos anos 1990 também foi marcado pelo aprofundamento do problema habitacional na cidade de São Paulo e na Região Metropolitana. De 1,1% em 1973 a população moradora de favela aumentou para 7,7% em 1987 (KOWARICK, BONDUKI, 1994, p. 162).

É importante observar que atualmente, esse trabalhador fora do mercado formal de trabalho ou mesmo desenvolvendo atividades no mercado formal de maneira precarizada, não é mais o migrante, mas trabalhadores (filhos e netos de migrantes) nascidos em São Paulo e na Região Metropolitana.

Nos anos 1990 o agravamento do problema habitacional pode ser observado pelo significativo crescimento populacional na RMSP:

A região do Estado que mais cresceu nos últimos anos foi o cinturão de municípios da Grande São Paulo, com saldo migratório positivo de 440 mil moradores. Guarulhos foi a cidade paulista que mais cresceu nos anos 90, com taxa anual de 4,31% e crescimento absoluto de 185 mil pessoas, das quais 100 mil por crescimento migratório. Aliado à periferização do crescimento populacional na metrópole, o seu município central, apesar do crescimento mais reduzido, deve seu aumento de população também ao crescimento periférico. (TASCHENER; BOGUS, 2001, s/p)

Além desses dois fatores, insegurança do emprego e agravamento do problema habitacional, que contribuíram para o surgimento das duas propostas, que Helena faz referência no relato transcrito anteriormente, é importante observar que existia outro fator, que se deve à intensidade das ocupações de terra organizadas e as mobilizações populares que surgiram durante a década de 1980, impulsionadas principalmente pela ação das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base). De acordo com Kowarick e Bonduki (1994, p.171) o período dos anos 1980 foi marcado por grande impulso de ocupações organizadas e revelaram “um grau de mobilização e organização popular anteriormente desconhecido nas lutas urbanas de São Paulo [...]”. Esses fatores associados a outros, demonstram que o MTST já vinha observando que a questão habitacional era uma questão urbana.

No entanto, a natureza do vínculo inicial com o MST demonstra que ainda havia uma ausência sobre o significado da dinâmica urbana. Uma ausência que foi sendo superada à medida que o MTST, ao enfrentar uma série problemas, precisou construir suas próprias perguntas sobre esta dinâmica.

Nesse sentido, podemos entender algumas dificuldades sobre questões preliminares no tocante à organização interna nos primeiros acampamentos, que se referem a um modo de vida urbano que demanda outras necessidades, como a provisão de sanitários, energia elétrica, acesso a vias de circulação de transporte público, espaços apropriados para descarte e coleta de lixo. Essas dificuldades demonstram que o MTST ainda não havia constituído seu próprio problema sobre as formas de organização compatíveis com a vida urbana e com aspectos da cultura urbana. Conforme desenvolvemos no primeiro capítulo, o senso comum se constitui a partir do vivido imediato, de maneira que é neste sistema de obviedade que as diferentes ideologias se articulam, sendo assim, ter uma apreensão dos aspectos da cultura urbana tornava-se uma questão fundamental para o movimento organizar internamente os acampamentos. Uma apreensão que o movimento só pôde elaborar no interior das experiências, em que os problemas que precisou enfrentar exigiram constantes elaborações, levando-o a produzir sua própria pergunta sobre o que significa uma moradia no contexto urbano da cidade de São Paulo e sua Região Metropolitana. Neste aspecto, como veremos adiante, o caso do Chico Mendes é ilustrativo, pois ao elaborar as estratégias para esta experiência, o MTST enfrentou os problemas encontrados nas experiências anteriores e constitui seu próprio problema.

Para ilustrar podemos refletir sobre a proposta do “assentamento rururbano” que, de acordo com a entrevista de Camila, coordenadora estadual do MTST, à Revista Democracia Viva em 2003, deveria ser organizado em:

[...] uma área grande que resolvesse não só a questão da moradia, mas que permitisse às pessoas uma horta de subsistência. E também que, dentro dessas habitações urbanas, houvesse uma área social, escola, projeto de farmácia viva, secretaria, galpão de formação de cultura e tudo o mais que a comunidade achar necessário e que o espaço permita fazer. No Anita, já temos uma hortinha; não é uma grande produção. Mas, minimamente, nos permite ter essa vinculação com a agricultura<sup>16</sup>.

O relato de Camila demonstra um tipo de resposta muito próxima às formas de solução do MST. Contudo, na medida em que o trabalhador urbano está inserido em outro ritmo de trabalho e em condições incompatíveis com aquelas de quem vive no campo e de tal modo pode se organizar, pensar em uma forma de organização a partir de

---

<sup>16</sup> Camila Alves (2003). Disponível em: <<http://www.ibase.br/site-antigo/modules.php?name=Conteudo&pid=892>> Acesso em 27/03/2013.

parâmetros de outro espaço, demonstra que ainda faltava uma produção de seu próprio problema, ou seja, produzir suas próprias perguntas sobre o modo de vida urbano.

Sobre essa relação de vínculo com MST nas primeiras experiências, Lima (2004, p.214) elabora outra explicação, a de que seria uma concepção que aciona valores tradicionais de uma vida idealizada no campo, em que “não ocorre o reconhecimento de que o campo e a cidade conformam um todo organicamente articulado, uma vez que esta articulação corresponde à divisão social e técnica do trabalho”. De acordo com Lima (2004) os traços dessa idealização estavam relacionados à influência do MST no MTST ao designar militantes para organizar este movimento. Isso se explicaria, pois segundo a autora, o MST tem forte influência do pensamento anticapitalista da Teologia da Libertação através dos militantes das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)<sup>17</sup>. Entretanto, é importante observar que esta análise da autora foi realizada a partir das duas primeiras experiências do MTST, de forma que representaram o primeiro momento de sua trajetória, de maneira que atualmente não é possível observar o que a autora chama de idealização proveniente do MST.

No entanto, como já observamos, essa vinculação diz sobre a falta de construção de seu próprio problema, pois a partir da experiência Chico Mendes em 2005 já é possível observar que há um desligamento desse vínculo inicial com o MST, uma vez que o MTST constituiu o seu problema sobre o que é a casa e o morar na RMSP.

A primeira experiência do MTST aconteceu na cidade de Campinas-SP, com o acampamento que ficou conhecido como Parque Oziel. Após essa primeira experiência o movimento estendeu sua organização às periferias da Região Metropolitana de São Paulo.

De acordo com Débora Goulart (2011), que realizou uma pesquisa detalhada sobre o processo de constituição do MTST, as informações oferecidas sobre a relação MST e MTST não permitem a reconstituição de uma cronologia em que se possa ordenar essa ligação de maneira precisa, a partir da primeira ocupação e da Marcha Nacional. Isso porque, segundo a autora, as “informações oferecidas pelos entrevistados, sobre as datas das ações no Parque Oziel e sua relação com o MST/MTST, são desconstruídas”, e não foi possível a partir do levantamento da

---

<sup>17</sup> De acordo com Lima (2004, p. 217), “Na perspectiva da Teologia da Libertação, a concepção de futuro é construída pelo passado, pois, nela se articula a análise marxista dos fundamentos da exploração e da opressão, com uma noção de que a transformação virá por meio da ação redentora da Igreja, não concebida como instituição, mas como povo de Deus – os oprimidos – que, uma vez organizados e sob o impulso da luta forjarão o porvir.”

documentação escrita e das entrevistas reconstruir uma cronologia precisa (GOULART, 2001, p. 18). Entretanto, a autora ressalta ser inegável a estreita relação entre os dois movimentos antes da Marcha para impulsionar a organização do MTST, no sentido deste construir sua autonomia. Para sustentar esta hipótese a autora afirma:

[...] destacamos a presença do MTST na região de Campinas desde o ano de 1996, quando militantes do MST auxiliaram na organização de ocupações de terrenos realizadas de maneira espontânea. É o caso da Vila San Martin, que chegou a agregar 3.500 famílias, mas, segundo Wendel Alves da Silva, coordenador regional do MST no período, “os trabalhadores estavam desorganizados, e eu fui chamado para ajudar” (GOULART, 2011, p. 18, *apud* INVASÕES..., 2003, p. 2)

Contudo, podemos observar não ser possível uma cronologia precisa porque se trata de informações produzidas em situações distintas, nas quais cada entrevistado irá informar a partir de uma perspectiva particular o que vivenciou naquele momento. Acontece que agentes políticos pouco expressivos talvez tivessem encaminhado o processo de formação para instâncias de movimentos sociais convergentes e daí para projetos de atuação em maior escala, como disse “Wendel”, “fui chamado para ajudar”.

O fundamental é detectar que o MTST emergiu nos anos 1990, pois esse foi um momento de mudanças importantes no cenário urbano em que o movimento estava se constituindo, além do mais, o cenário político em que os movimentos populares atuavam vinha passando por reconfigurações paradigmáticas, em que uma dinâmica de participação característica deste período estava se estruturando. Este era um momento um pouco confuso, quanto à dinâmica participativa, se observamos sob o dilema da institucionalização dos movimentos sociais. Esse processo de institucionalização acabava dificultando a manutenção da autonomia dos movimentos sociais; nesse sentido, o MTST precisava resistir à institucionalização.

Nos documentos e relatos dos militantes do MTST o termo *autonomia* tem uma centralidade decisiva para explicar sua organização, objetivos e método de luta. Neste aspecto, é reveladora a pesquisa realizada por Oliveira (2010) sobre os movimentos dos Sem-Teto na Grande São Paulo do período de 1995 a 2009, em que observa, a partir dos três movimentos mais expressivos do período (MTST, Movimento de Moradia do Centro e Movimento de Sem-Teto do Centro), que

[...] com exceção do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, os outros dois movimentos dos sem-teto citados, o Moradia do Centro e o Sem-Teto do Centro, quando comparados com o início de suas organizações em meados da década de noventa e início dos anos 2000,

se encontram hoje com um perfil mais propositivo, no sentido de que têm priorizado o diálogo com o governo via institucional e buscado possibilidades de formular e controlar as políticas habitacionais, deixando como uma segunda opção a luta combativa e a realização de ocupações, principalmente as do tipo estratégicas.

A adoção deste método de luta reflete a orientação político-ideológica que os movimentos possuem, ou seja, tanto o Movimento Sem-Teto do Centro quanto o Movimento de Moradia do Centro objetivam influenciar o poder para se ter políticas habitacionais que atendam a população de baixa renda. E, ambos os movimentos acreditam que é possível alcançar estes objetivos através dos mecanismos institucionais de participação disponíveis. (OLIVEIRA, 2010, p. 244-245)

A recusa do MTST em aderir ao processo de institucionalização, ao mesmo tempo em que informa sobre sua orientação político-ideológica, também diz sobre as implicações que esta recusa traz para que sua criminalização seja produzida. O fato de o movimento estar fora dos canais previstos (como são os Conselhos Municipais de Habitação, Fóruns, etc.) por esta forma de participação, faz com que nos processos de negociação sobre uma área ocupada, diversos mecanismos sejam acionados para produzir o discurso da criminalização sobre ele, uma vez que, no sentido assumido pela cidadania em termos de direitos civis, a ação do movimento quando julgada juridicamente bordejia no campo da efetivação ou não da categoria abstrata da dignidade humana.

A escolha de organização dos trabalhadores nas periferias da RMSP não se deve ao acaso. Por um lado, havia condições propícias de organização em torno de uma demanda candente como moradia, o que se explica devido ao crescimento do déficit habitacional na RMSP no período dos anos 1990 decorrente do processo de intensificação de especulação imobiliária e do aumento do trabalho informal, como observado anteriormente.<sup>18</sup> Por outro lado, embora houvesse movimentos nas periferias,

---

<sup>18</sup> O aumento demográfico nas periferias das franjas da cidade de São Paulo e sua Região Metropolitana nos anos 1990, também é explicado pela intensificação do processo de especulação imobiliária na cidade, através do aumento do número de escritórios de prestação de serviços, cada vez mais concentrados em pontos estratégicos que buscaram compor centros empresariais, como é o caso dos arredores da via expressa marginal Pinheiros. Houve também a supervalorização das áreas mais centrais, através de uma forte atuação de empresários que buscavam dar outros usos a áreas outrora desvalorizadas, por meio de mudanças nas leis de zoneamento da cidade. Ao mesmo tempo em que a população era despejada dessas áreas e se deslocava para as franjas da cidade e outros municípios da Região Metropolitana, ocorria a desconcentração de empregos industriais. Esta desconcentração estava relacionada, entre outros fatores, às guerras fiscais entre os municípios quando as indústrias passaram a se deslocar para cidades do interior do estado em busca de diminuição de impostos. Neste momento, houve a ampliação da oferta de empregos em serviços terceirizados, cujos escritórios, centros de decisões, permaneciam na cidade de São Paulo e abriam cada vez mais corredores e vias de circulação onde pudessem estar interligados. (LEME, 2003; FIX, 2009; ARANTES, s/d)

estes não apresentavam a mesma organização dos movimentos que atuavam na região central de São Paulo, questão que em parte explica a opção pelas periferias e não pelo centro. Além disso, essa opção também nos parece estar relacionada à influência do MST na forma de organizar os trabalhadores em áreas de grande extensão que só é possível encontrar nas periferias da cidade.

No caso das periferias de São Paulo os movimentos mais organizados atualmente é o Periferia Ativa (organizado por representantes das comunidades de bairros na Zona Sul, e que mantém diálogo com o MTST) e o Luta Popular (2010), mas são movimentos recentíssimos. Estes dois movimentos, por exemplo, já podem ser vistos como uma geração de movimentos que se organizaram sob a influência da atuação política do MTST, e que além de terem elaborado cartilhas para militantes com modelo similar ao do MTST, destacam autonomia política, independência financeira e construção de poder popular. Tanto que, Helena, ex-dirigente do MTST é uma das principais lideranças do Luta Popular.

Os movimentos populares organizados nas periferias tiveram grande visibilidade durante as décadas de 1970 e 1980, como, por exemplo, o Movimento do Custo de Vida, Movimento Popular de Saúde, Movimento dos Transportes Coletivos, Movimento das favelas, esses movimentos tiveram forte impulso das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)<sup>19</sup>. O final dos anos 80 foi marcado pelo crescimento dos movimentos por moradia em diversas regiões da cidade de São Paulo, principalmente, na região central e na zona Leste da cidade. De acordo com Oliveira (2010) é emblemático neste aspecto a fundação em 1987 da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMMSP) que pode ser considerada a ‘entidade mãe’ de grande parte dos movimentos por moradia. A “União”, de acordo com a autora, se estrutura em “forma de rede articulando movimentos populares de moradia, em suas diversas expressões – movimentos dos sem-teto, cortiços, favelas, loteamentos, mutirões, ocupações – no estado de São Paulo” (OLIVEIRA, 2010, p. 15).

No caso da região central da cidade de São Paulo, os principais movimentos são: União dos Movimentos de Moradia (UMM), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto da Região Central (MTSTRC), Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC), Movimento de Moradia do Centro (MMC), Fórum dos Cortiços e Sem teto de São Paulo. Esses são movimentos que surgiram entre o fim da década de 80 e início da

---

<sup>19</sup> O livro de Ana Maria Doimo *A vez e a voz do popular* publicado em 1995 traz uma rica pesquisa sobre os movimentos desse período.

década de 90. De acordo com Oliveira (2010, p.16) foi a partir deste momento que se fortalecem as ocupações de prédios vazios na região central, dando origem aos movimentos dos sem teto<sup>20</sup>. Os movimentos da região central ganharam maior visibilidade pública em relação aos movimentos organizados nas regiões periféricas, isso se explica em parte, pela própria localização onde atuam, pois além de ser a região central da cidade, os prédios vazios representam grandes interesses imobiliários<sup>21</sup>.

Um ponto de diferenciação do MTST em relação aos movimentos que atuam na região central da cidade é que os movimentos da região central estão vinculados a entidades maiores, como a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), União de Movimento de Moradia de São Paulo, Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), e as fontes de financiamentos destas entidades são a base social de cada um dos movimentos filiados, como destaca Oliveira (2010, p. 18):

A fonte de financiamento de muitas dessas entidades maiores vem das contribuições dos movimentos filiados. Essa contribuição possui um critério de proporcionalidade que pode ser exemplificado da seguinte maneira: uma entidade com até 300 integrantes contribui com 25% de salário mínimo por mês; já um movimento de 300 a 500 integrantes, paga meio salário mínimo e entidades com mais de 500 associados contribuem com 75% do salário mínimo<sup>13</sup>. Assim parte da arrecadação vem diretamente da “da base”, no entanto, em muitas ocasiões este dinheiro não é suficiente e as entidades buscam auxílio entre ONGs, partidos políticos e entidades religiosas.

Diferente dos movimentos de sem teto do centro, o MTST não conta com a colaboração financeira da base social, mas com o apoio financeiro de sindicatos como o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP).

Em 2009 quando participamos da primeira reunião nacional do movimento um dos pontos mais enfatizados foi justamente o fato de que a busca de apoio dos sindicatos não poderia significar quebra de sua *autonomia*. Estavam presentes nesse encontro representantes do Conlutas e da Intersindical (Sindicato dos químicos).

---

<sup>20</sup> Para um estudo sobre os movimentos sem-teto da atualidade, podemos citar as pesquisas de Oliveira (2010); Hirata (2010), A luta pela moradia em São Paulo; Miagusko (2008); Goulart (2011); Lima (2004).

<sup>21</sup> Existe um processo muito forte impulsionado por empresários vinculados à Associação Viva o Centro que busca revalorizar as áreas centrais da cidade através de projetos de requalificação de regiões deterioradas com o objetivo atrair um público de investidores e consumidores seletos. Mariana Fix e Pedro Arantes realizaram uma análise crítica sobre este processo no artigo *Notas sobre a sala São Paulo e a nova fronteira urbana da cultura*.

Outro ponto em que o MTST se diferencia é em sua proposta de se tornar um grande movimento de *massa*, ao se definir como um movimento que diferentemente dos demais, não luta apenas por moradia, mas por uma “nova sociedade”:

Nosso objetivo é combater a máquina de produção da miséria nos centros urbanos, formar militantes e acumular forças no sentido de construir uma nova sociedade. A ocupação de terra, trabalho de organização popular, é a principal forma de ação do movimento. Quando ocupamos um latifúndio urbano ocioso, provamos que não é natural nascer, viver e morrer pobre e oprimido. Não aceitamos a espoliação que muitos chamam de sina.<sup>22</sup>

Uma questão importante é que organização popular para o movimento está relacionada ao que o movimento denomina de construção do “poder popular”, que significa auto-organização dos trabalhadores a partir do lugar em que vivem e do lugar que ocupam nas relações sociais de produção. A proposta de se tornar um grande movimento de *massa* não está relacionado a um processo de homogeneização, mas a uma ideia de *heterogeneidade*, de discutir de forma ampla as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores na cidade e ter a possibilidade de organizá-los em diferentes frentes, para discutir a questão urbana.

A atribuição do sentido de *heterogeneidade* ao termo *massificação* é de fundamental importância, principalmente, se analisada da perspectiva da noção de ordem pública que está atrelada a um sentido de homogeneidade utilizada para “reprimir ou transformar tudo que se diferencia da ‘ordem’ social”, produzindo, assim, a figura do pobre “marginal” (ROLNIK, 1994, p. 96). De acordo com Rolnik (1994, p.98) “Esta ordem é antes de mais nada um modelo que a classe dominante estabelece para si mesma e que pressupõe e propõe uma absoluta homogeneidade social. Assim, a diferença é considerada desvio e transforma-se em “objeto de intervenção”.

A preocupação com um projeto político para além da conquista de moradias e a proposta de uma “transformação social radical” também é ilustrada no relato de Helena:

Pois bem, então o MTST nasce dessa maneira e com algumas perspectivas, no sentido de não fazer uma luta que esgote na reivindicação que ele realiza e por isso elege uma consigna que conta com 3 fatores fundamentais: moradia, que é o primeiro passo que aglutina as pessoas, que explora a contradição; depois a reforma urbana, que é um projeto muito mais amplo, que põe em discussão não só a questão da moradia mas todos os problemas do meio urbano, do uso da cidade e que também consegue interagir com outros setores,

---

<sup>22</sup> Quem somos. Disponível em <[www.mtst.org](http://www.mtst.org)>

com o setor municipal, com o setor de outras reivindicações pontuais num único projeto, que é esse de reforma urbana; e por último a proposta de transformação da sociedade, porque o MTST tem uma orientação política que não se pretende corporativista nem reformista, a gente compreende que só através de uma transformação radical, de uma reconfiguração das coisas, da construção de uma nova forma de organização social e de reprodução social é que essas duas outras conquistas podem se sustentar<sup>23</sup>

Helena pontua a bandeira do MTST a partir de três eixos para ação: moradia com o objetivo de reunir os trabalhadores num plano mais imediato; reforma urbana que visa abranger uma série de dificuldades enfrentadas no meio urbano; e a transformação da sociedade através da formação de militantes. E continua, com o objetivo de esclarecer o tipo de vinculação entre o MTST e o MST:

E, por nascer a partir de um diagnóstico feito no interior de um outro movimento popular (que é o MST), o MTST sempre teve uma vinculação muito forte com o MST. Não uma vinculação que seja de submissão, o MTST se pretende e hoje se consolidou enquanto movimento autônomo, tanto na análise política que faz das coisas quanto nas ações que programa, quanto organizativamente, tá numa direção própria, uma linha própria. Mas é um movimento que tem um diálogo muito próximo com o MST, também por compreender que na construção de um instrumento urbano é fundamental a interação com este, que é um movimento maior e muito mais organizado da América Latina hoje.<sup>24</sup>

O “diagnóstico” a que Helena faz alusão é revelador de uma perspectiva sobre a necessidade de articulação entre campo e cidade. Ela ressalta como a formulação de um projeto político dessa dimensão só é possível a partir da relação com outros movimentos, como o MST que se organiza em termos nacionais. Sendo assim, destaca a importância do diálogo entre o MTST e o MST que envolve a relação entre cidade e campo e a compreensão da especificidade de cada realidade.

A necessidade de um ‘diagnóstico’ ou estratégia apropriada embasa um pensamento e um agir que pode ser observado no documento *Dificuldades e Desafios do MTST*. Neste documento é pontuada uma preocupação de superar o “diagnóstico” realizado a partir de uma perspectiva do MST sobre a cidade, e demonstra que o diagnóstico sobre a dinâmica urbana foi se constituindo na medida em que o movimento precisou enfrentar as dificuldades que se apresentaram em seus primeiros anos de emergência.

---

<sup>23</sup> Relato de Helena em entrevista concedida à Jair Pinheiro.

<sup>24</sup> Idem.

O documento é uma reavaliação de estratégia, métodos, avanços e perspectivas. Nele, o MTST afirma ter realizado uma “transferência quase mecânica das formas do MST, próprias do espaço rural.” (DIFICULDADES E DESAFIOS DO MTST, s/ano). Além disso, existe o reconhecimento dos limites de uma luta pautada apenas em reivindicações, e a necessidade de articulação com outros setores e organizações na cidade. As reflexões deste documento demonstram uma preocupação do movimento em se articular territorialmente, questão que surge ao passo que ele constrói suas próprias perguntas sobre sua atuação no espaço urbano.

De acordo com o documento a transferência de métodos trouxe alguns problemas, pois nos primeiros momentos de sua organização não foram identificadas as diferenças fundamentais entre o campo e a cidade, o que dificultou um diagnóstico aprofundado sobre a realidade onde se começava a atuar.

A forma de luta principal do MTST para atingir seus objetivos, a ocupação de grandes terrenos, tem se deparado com importantes limitações. Antes de tudo é necessário reconhecer que a maneira como o Movimento concebeu e realizou as ocupações urbanas resultou de uma transferência quase mecânica das formas do MST, próprias ao espaço rural. Pouco se considerou as complexidades do ambiente urbano e os diversos agentes sociais que nele estão presentes; pretendeu-se um nível de domínio territorial que é incompatível com a dinâmica das periferias metropolitanas (poderes existentes, mobilidade do ser social, cultura da violência). Isso produziu consequências negativas na experiência. E o desenvolvimento empírico das ocupações trouxe ainda limitações importantes e novas. (DIFICULDADES E DESAFIOS DO MTST)

O documento traz algumas categorias de pensamento importantes para a reflexão. Ao se referir à aspiração a um *domínio territorial* podemos avaliar que aquele ‘diagnóstico’ a partir do MST não foi uma solução compatível com a dinâmica do espaço urbano, é por isso que os *agentes sociais* e a *mobilidade do ser social* foram pouco considerados, conforme o documento. Considerar a possibilidade de um *domínio territorial* sem considerar os agentes e a dinâmica na qual estão inseridos demonstra que uma das dificuldades iniciais de ação esteve relacionada à falta de constituir o seu problema, de tal maneira, quando o MTST problematiza sua atuação no urbano ele se desliga das questões levantadas inicialmente pelo MST.

A elaboração deste documento demonstra o processo de consolidação do MTST como movimento autônomo, no sentido mencionado por Helena, e, mais ainda, demonstra a construção de categorias para orientar sua ação na disputa de poder territorial. Nele, é possível observar que o MTST buscou elaborar uma estratégia

própria para sua ação na cidade. Nesse sentido, a expressão “*domínio territorial*” é uma categoria elaborada pelo movimento, pois é gerador de uma explicação sobre a ação do MTST na dinâmica urbana. Esta categoria designa uma relação de disputas com diferentes *agentes sociais* em âmbito local, onde o movimento levanta sua bandeira e lonas pretas, tais disputas não estão necessariamente relacionadas a um enfrentamento direto, mas principalmente a uma tensão constante para que o movimento consiga manter os trabalhadores organizados. A presença e atuação dos diferentes *agentes sociais* variam de um lugar para outro, e se referem a prefeitos, vereadores e respectivas articulações partidárias, à possível presença de outros movimentos sociais em uma região, à presença ou não de tráfico de drogas, à recepção que moradores e comerciantes estabelecem com o movimento (recepção que se relaciona a atuação dos diferentes agentes, inclusive ao trabalho de base realizado pelo movimento). Sendo assim, é uma categoria que possibilita entender de que modo o MTST buscou elaborar estratégias de ação no espaço urbano, e também entender sobre a relação desta ação com a dinâmica que a criminaliza.

O trecho abaixo é revelador desta relação:

Em primeiro lugar os sucessivos despejos; formou-se uma espécie de ciclo que se consolidou sem que o MTST tenha sido capaz de quebrá-lo: ocupação – projeção política – despejo. Durante o período em que o acampamento permanece no terreno ocupado, o Movimento consegue realizar o trabalho de organização interna e mobilizações massivas, por vezes com potencial importante de intervenção numa conjuntura (como no caso do acampamento Santo Dias em 2003). Mas com o despejo há uma dispersão da base social e a minoria que permanece organizada desgasta-se na dura convivência em alojamentos provisórios sendo um período igualmente desgastante para a militância. Depois da ocupação Anita Garibaldi (2001) todas as outras experiências do MTST na Grande São Paulo exemplificaram este ciclo, com períodos cada vez menores entre a ocupação e o despejo: acampamento Carlos Lamarca (quatro despejos entre 2002 e 2003), acampamento Santo Dias (despejado em menos de um mês) e o acampamento Rosa Luxemburgo (despejado após onze dias, em 2004). (DIFICULDADES E DESAFIOS DO MTST)

No documento, os sucessivos despejos foram avaliados a partir de um “ciclo” que se refere a três momentos: 1) *ocupação* do terreno; 2) *projeção política*, um momento de articulação e de *territorialização*. A *territorialização* envolve uma disputa territorial com diferentes *agentes sociais*, como políticos locais, outros movimentos sociais, tráfico de drogas, entre outros agentes, que tornam dificultosa a organização do movimento nos acampamentos, e envolve a capacidade organizativa do movimento em

dialogar com os moradores do entorno; 3) o *despejo*, saída do movimento do terreno, geralmente com dispersão da base.

A *territorialização* é um processo fundamental para que o movimento leve adiante seu *projeto político* de pensar na “*transformação radical da sociedade*”, pois sua tática é movimentar e organizar os trabalhadores a partir da disputa de espaço para moradia e com esse ensejo formar novos militantes. Outra forma distinta de territorialização do MTST é o bloqueio de rodovias e avenidas importantes, que tem o objetivo de parar a circulação de mercadorias para pressionar pelo atendimento de sua demanda.

De acordo com Souza e Teixeira (2009, p. 33) o conceito de território se refere a um espaço definido por e a partir de relações de poder, “como se fosse um ‘campo de força’, definido pelas relações de poder entre os agentes e tendo como referência um substrato espacial”. A territorialização é a busca de controle espacial com o propósito essencialmente político, mesmo considerando situações com propósitos imediatamente identificados como econômicos ou culturais, pois o conceito de território está intrinsecamente relacionado a uma dimensão do poder.

A partir desta definição e da análise do documento citado acima, podemos depreender que a categoria *territorialização* é uma estratégia política do movimento, que está relacionada a outras categorias que também envolvem relações de poder e cuja referência também é um substrato espacial.

O termo *ocupação* é uma categoria utilizada pelos movimentos de sem-teto para marcar um embate ideológico contra o termo *invasão*, pois esta última acepção mistificaria a função social atribuída constitucionalmente à propriedade, que os movimentos buscam dar efetividade. Ao lutar pela efetividade da função social da propriedade e ao direito à moradia, os movimentos buscam explorar a contradição entre um direito consagrado na legislação e as dificuldades de sua efetivação.

Nesse sentido, a categoria *ocupar* designa a luta por condições materiais indispensáveis à estabilidade e existência dos trabalhadores no espaço urbano, sendo assim, pressupõe que a disputa não é somente por moradia, mas por uma apropriação do espaço que lhes possibilite outro uso da cidade, de modo que ao lutar pela efetividade da função social da propriedade o MTST questiona o uso que a especulação imobiliária atribui ao espaço. Assim, o movimento não ocupa terrenos vazios, pois todo terreno é marcado pela lógica da especulação imobiliária, mas ocupa imóveis vazios de função social.

De acordo com Souza e Teixeira (2009, p.47) no léxico espacial do movimento sem-teto<sup>25</sup>:

*Ocupar* é a ação básica por meio da qual o movimento territorializa alguns espaços das cidades, espaços nos quais e através dos quais os ativistas se organizam, configurando tanto um *meio* (uma estratégia para abrir cais de interlocução com o Estado), quanto um *fim* em si (são as moradias das famílias que ali “ocuparam”)

Os autores observam que o léxico espacial dos movimentos sem teto está relacionado às concepções sobre as estratégias espaciais. Neste caso, ocupar está relacionado a uma forma de organização espacial e política, pois é diferente de uma ocupação espontânea, como ocorre nas periferias. Neste caso, uma ocupação espontânea designa a ausência de uma organização político-espacial.

Sendo assim, a categoria *ocupar* está articulada à *disputa territorial*, na medida em que a ação do movimento está inserida em uma relação de forças entre diferentes agentes que buscam o domínio sobre a utilização do espaço para diferentes fins, estes não necessariamente incompatíveis.

O resultado malsucedido de uma ocupação é o *despejo*, uma categoria que significa expulsar judicialmente, quando não se consegue por negociação política e argumentos jurídicos garantir a permanência em uma moradia ou a efetividade do direito reivindicado. A categoria *despejo* indica uma ‘derrota’ do movimento na disputa territorial, mas não uma derrota em sentido mais amplo de seu projeto político. O *despejo* indica um momento delicado para o movimento, pois a partir de então é preciso encontrar meios para que os sem-teto não se desorganizem. O *despejo* pode ser entendido como um momento de *desterritorialização* do movimento.

De outra maneira, o termo *invasão* designa uma ocupação forçada, ilegal e, judicialmente, a resposta para este tipo de ação é a *desocupação*, este termo se refere à evacuação de uma área, ao esvaziamento pela remoção de pessoas. Geralmente, nas sentenças judiciais, como será ilustrado na terceira seção do terceiro capítulo, o termo *desocupação* é utilizada para efetivar aquilo que o movimento chama de *despejo*.

Sobre o termo *invasão*, Souza e Teixeira (2009) observam que este é:

---

<sup>25</sup>Os autores analisaram o léxico espacial do MTST de São Paulo e de outros movimentos de sem-teto da cidade do Rio de Janeiro: Ocupação Quilombo das Guerreiras, Frente Luta Popular, Ocupação Zumbi dos Palmares e Ocupação Chiquinha Gonzaga; a partir de relatos coletados durante pesquisa de campo. No léxico espacial elaborado pelos autores estão os termos: *acampamento*, *assentamento*, *ocupação*, *invasão*, *favela*, *reforma urbana* e *revitalização*.

[...] um termo explicitamente pejorativo, cuja carga de negatividade vem a reboque da intransigente defesa da propriedade privada em detrimento de outros direitos (constitucionalmente flanqueados, aliás), como o direito a moradia e, mais amplamente, o direito à vida. O seu emprego pode denotar, contudo tanto uma postura conservadora e tendente a criminalizar a ação dos ativismos sociais, ou, ainda, ser utilizado de maneira pouco refletida, significando uma apropriação acrítica de uma palavra/ideia.

Demonstrar as categorias elaboradas pelo movimento para dar sentido a sua ação é importante, porque nos possibilita analisar um campo ideológico em disputa, que está relacionado à criação de mecanismos sociais para criminalizar a ação do movimento. Esses mecanismos estão relacionados à produção de discursos que geram um tipo de conhecimento sobre como os movimentos sociais atuam e um desconhecimento sobre o campo da luta de classes em que estas ações estão inseridas.

Nesse sentido, é fundamental apreender neste campo ideológico como o discurso da ordem ao ditar as regras para a atual dinâmica de participação dos movimentos sociais, busca acomodar a ação dos movimentos ao ideal de ordem. Sendo assim, a categoria jurídica *dignidade humana* muito utilizada para julgar a ação dos movimentos quando estes fogem às regras abstratas do jogo da participação, precisa ser analisada no interior destas disputas ideológicas. Esta categoria precisa ser entendida como um mecanismo utilizado no interior do *modus operandi* da *universalização*, conforme a reflexão sobre ideologia do primeiro capítulo a partir de Thompson (1999). Este sentido de universalização é utilizado no campo jurídico-ideológico para descontextualizar a ação do movimento, pois ao se reportar ao ideal de *dignidade humana* o que resta é julgar o quanto a ação do movimento está infringindo o princípio dos indivíduos livres e iguais que resguarda e assegura a posse do *bem propriedade*.

Assim, os mecanismos sociais criados para criminalizar o MTST são produzidos a partir do discurso da *participação* e do discurso da *universalidade* que pressupõe a categoria (abstrata) *dignidade humana*. A descontextualização da ação do movimento é um dos principais mecanismos utilizados para criminalizá-lo, pois ao extrair o contexto (que se refere a uma ação e uma interação em momento particular) mobiliza-se o sentido de desordem, violência, invasão, etc., para julgar o movimento como se sua ação fosse um ato deslocado, portanto, fora do lugar. Neste sentido, a *dignidade humana*, se transforma em seu oposto, *indignidade*.

Estes aspectos demonstram o quanto é essencial para o movimento elaborar uma categoria como a de *territorialização*, pois esta categoria possibilita ao movimento

mapear situações específicas que podem vir a ser exploradas para sua criminalização. A formulação de categorias é fundamental para que o movimento mobilize outros sentidos que se contraponham à dinâmica que o criminaliza.

Voltando ao documento *Dificuldades e Desafios*, podemos perceber que ele fornece outras informações importantes sobre o processo de consolidação do MTST. Embora não conste a data de elaboração, pensamos que tenha sido elaborado no período de preparação para o acampamento conhecido como Chico Mendes que ocorreu no Município de Taboão da Serra-RMSP em 30/09/2005, isso porque, as experiências citadas datam até 2004<sup>26</sup>.

O período de 2004 a 2005 foi um momento importante para a consolidação do MTST, pois como observamos, a partir do balanço realizado no documento, o movimento estava formulando novas estratégias e métodos. Em 2005, o movimento já tinha uma *Cartilha do Militante* direcionado à formação da base social e de novos militantes, na qual pontuou propostas e objetivos. A *Cartilha do Militante*, assim como o documento *Dificuldades e Desafios do MTST* evidenciam um processo de amadurecimento do trabalho organizativo, cujo resultado foi a realização da experiência conhecida como Chico Mendes que, segundo relatos orais obtidos no trabalho de campo, conseguiu avançar no trabalho permanente de formação de militantes e no trabalho de organização interna ao acampamento.

O documento *Cartilha do Militante* foi divulgado pelo MTST em 2005 em sua página de internet e teve circulação impressa interna, e tinha não apenas função informativa sobre o surgimento e propostas do movimento, mas também a função de abrir possibilidade para formação de novos militantes a partir da base social, como nos relatou Helena ao afirmar que havia um momento no interior do acampamento Chico Mendes para realizar a leitura e discussão do documento em grupo com as famílias acampadas.

Este é um momento que consideramos como uma guinada significativa para o MTST, pois ele aperfeiçoou a concepção de domínio territorial, posta em prática no acampamento Chico Mendes. Nesse sentido, a análise da particularidade da experiência conhecida como Chico Mendes é importante para demonstrar como se desenvolveu a reformulação das estratégias e métodos a partir do avanço organizativo. Como nos

---

<sup>26</sup> O nome do acampamento é uma referência a Francisco Alves Mendes Filho, conhecido como Chico Mendes, ativista ambiental, que viveu de 1944-1988. Chico Mendes foi assassinado por sua intensa atividade política em defesa da preservação da floresta Amazônica.

relatou Helena, no interior do acampamento Chico Mendes, não havia interferência de agentes externos, era o movimento que exercia o *domínio territorial*.

O relato de Helena também ilustra a importância que teve experiência Chico Mendes para o processo de consolidação do MTST <sup>27</sup>:

nós estávamos sofrendo também uma dificuldade muito grande, que era de reencontrar um caminho de reconstrução nossa sabe, e nossa de maneira independente também do Movimento Sem Terra, a quem a gente estava muito vinculado até 2003, comecinho de 2004. [...] Então, a gente estava numa situação de encruzilhada assim mesmo, de redefinir por onde a gente ia construir o Movimento, em que jogar nossas forças. Também a gente tinha perdido muitos militantes, porque também não é todo mundo que suporta, eu acho, essas derrotas de despejo. Tudo isso além de ser difícil politicamente de lidar, também abala muito as pessoas emocionalmente. Então, nós estávamos muito frágeis, mas ao mesmo tempo com muita disposição de pensar, de estudar, de elaborar, de reinventar o jeito de agir na nossa luta, no nosso trabalho de base, na nossa forma organizativa. Eu acho, isso é o que eu acho, que o Chico Mendes é o acampamento mais fundamental na construção da história do MTST. Porque ali era um acampamento que nós ficamos um tempo estudando, pensando, “*bom agora nós temos que testar isso tudo para ver se funciona. E nós dependemos disso funcionar pra esse movimento continuar existindo*”. Era quase isso! “*Precisamos ter uma capacidade de formar e organizar as pessoas a ponto de sair daqui novos militantes, porque se a gente fracassar nisso esse movimento não vai sobreviver*”. Então, na minha avaliação o Chico Mendes é o acampamento que tenha talvez a importância de um renascimento do MTST, para essa organização que é hoje, um movimento nacional, com um programa político, com acúmulo de debates sobre a cidade, com uma determinada forma de organização interna. Na minha avaliação o Chico Mendes foi esse acampamento.

De acordo com Helena, havia uma necessidade de que o MTST encontrasse um caminho próprio, pois até o início de 2004 ainda estava muito vinculado ao MST, ou seja, ainda não havia constituído seu próprio problema. Uma questão importante para entender a experiência Chico Mendes se relaciona ao processo de desgastes que Helena atribui às ‘derrotas’, que ilustra um pensar e um agir já presente no documento *Dificuldades e Desafios*, expresso por meio de fatores como a ação de diferentes *agentes sociais, disputa territorial, ciclo de despejos*, e, a dificuldade de organização no interior do acampamento. Helena atribuiu à experiência do Chico Mendes o sentido de

---

<sup>27</sup> Entrevista que nos foi concedida por Helena em Julho de 2013. Helena foi uma das principais lideranças do MTST, atualmente milita no Luta Popular.

um avanço político do MTST a partir daquilo que entende como primordial, ou seja, “*capacidade de formar e organizar (...) novos militantes*”.

A organização interna se articula ao enfrentamento dos fatores externos, porque é a partir dessa organização que há possibilidade de formação de militantes, que por sua vez, só será possível à medida que o movimento for capaz de construir vínculos de confiança que tencionem o processo de resignação a que nos referimos na terceira seção do primeiro capítulo. Entretanto, tencionar esse processo só é possível a partir de outras formulações que interpele os sujeitos a partir de categorias de pensamento que lhes dê sentido para outra ação, diferente daquela para a qual são chamados a agir através das categorias abstratas formuladas pela estrutura jurídico-política. Esta questão demonstra a importância em analisar as categorias formuladas pelo movimento, pois elas nos fornecem um entendimento sobre sentidos atribuídos a formas simbólicas, conforme a reflexão do primeiro capítulo, e, assim, nos possibilita pensar em nossa segunda hipótese que se refere às questões que envolvem a permanência ou não dos trabalhadores sem-teto no MTST.

É fundamental perceber que um projeto político que se articula a partir de um processo de *territorialização*, imerso em *disputas territoriais*, está lidando com a disposição dos trabalhadores do entorno em manter ou não aproximação com o movimento, isso porque, enquanto indivíduos concretos eles se movimentam de acordo com o que lhes pareça justo e praticável, conforme analisamos no primeiro capítulo. Esta disposição foi um fator que contribuiu na experiência Chico Mendes, pois como veremos adiante, nesta experiência houve um significativo envolvimento do entorno com o movimento.

No documento *Quem somos*, publicado na página de internet do movimento em 2005, o MTST explicita mais um de seus objetivos: “combater a máquina de produção da miséria nos centros urbanos”. Esse objetivo está relacionado ao critério para escolha do terreno: regiões periféricas mais afetadas pelo processo de especulação imobiliária. Conforme sinaliza Guilherme, coordenador nacional do MTST, os terrenos abandonados de regiões que apresentam crescente especulação imobiliária contam com infraestrutura no entorno. Isso é importante em primeiro lugar, porque a infraestrutura é um elemento importante para prover algumas necessidades básicas das famílias, em

segundo, para trazer ao debate público a discussão sobre o problema habitacional, que envolve a questão urbana<sup>28</sup>.

[...] processo de especulação imobiliária, uma região de valorização, esse é um dos critérios do MTST. A lógica da expansão urbana capitalista é jogar o pobre pra cada vez mais longe, então a gente busca pegar aquelas áreas que tem uma infraestrutura no entorno, que tem condições das pessoas viverem dignamente. (Relato de Guilherme)<sup>29</sup>

A necessidade e preocupação com o tipo de infraestrutura no entorno também demonstra uma das características distintivas entre campo e cidade, por isso não é possível uma transposição das formas do MST, pois são modos de vida diferentes, com demandas muito específicas. É importante destacar, que a categoria *dignidade* utilizada por Guilherme tem um sentido diferente daquele atribuído pela ideologia jurídica sobre a dignidade da pessoa humana, nesta última acepção, a categoria dignidade é uma abstração que serve para sustentar relações de dominação na medida em que impossibilita detectar o lugar ocupado pelos agentes nas estruturas objetivas. Diferentemente, Guilherme atribui ao termo *dignidade* o sentido de compatibilidade entre condições objetivas que viabilizem a organização dos acampados.

O trabalho de preparação para uma ocupação é mantido em sigilo para que não haja vazamento de informações que impossibilitem sua efetivação. O estudo da área é feito através de mapeamento do local, que envolve conhecimento sobre a concentração de famílias atingidas pela falta de moradia, sobre a situação jurídica do terreno e trabalho de base, realizado durante algum tempo na região.

Nesse momento de preparação, além da escolha do terreno que deve cumprir os critérios destacados por Guilherme (uma área com concentração de déficit habitacional), há um trabalho de diálogo do MTST com movimentos que eventualmente atuem na região, e com a população do entorno, quando são realizadas reuniões para esclarecer a proposta do movimento, além disso, também se realiza o cadastramento das famílias que futuramente irão compor a base social do acampamento.

De acordo com os relatos, o MTST também procura cumprir alguns critérios internos na organização dos acampamentos, conforme observa Helena referindo-se ao processo no acampamento Santo Dias em São Bernardo:

---

<sup>28</sup> A partir deste momento faremos referência apenas ao nome de quem forneceu a entrevista sem atribuir da função do entrevistado no movimento, tendo em vista que já destacamos no início do capítulo e na introdução.

<sup>29</sup> Entrevista que nos foi concedida por Guilherme em Janeiro de 2013.

No interior do acampamento a gente se organizou [...] como se organiza de maneira geral, em todos os acampamentos, construindo setores (de saúde, educação, formação política, de cultura, higiene e limpeza)<sup>30</sup>

Essa organização em setores é feita através da divisão de grupos grandes que contam com um coordenador para cada setor.

Guilherme justifica essa necessidade de organização:

[...] internamente o MTST tem uma metodologia de organizar o acampamento que tem a ver com o fato de que essas ocupações são em geral muito massificadas. Pela opção do movimento de ocupar terrenos grandes usados pela especulação na periferia, junta isso com muita gente precisando de moradia, morando de aluguel sem poder pagar, morando de favor em casa de parentes, as ocupações se massificam muito rápido. [...] por conta dessa massificação a gente divide a ocupação em grupos. Não dá pra você tomar definições coletivas, numa assembleia com 1200 pessoas, não tem como! Então, a gente divide em grupos. (Relato de Guilherme)<sup>31</sup>

Como já nos referimos, o termo *massificação* na linguagem do movimento tem um sentido de heterogeneidade, de atender ao maior número possível de famílias necessitadas, diferentemente do sentido atribuído pelo senso comum que se relaciona a um processo de homogeneização. Por contar com essa heterogeneidade o movimento precisa de uma organização em grupos e setores atuando de diferentes formas, como limpeza e higiene, saúde, educação, formação política, cultura, assim como, de uma divisão da área em lotes e ruas.

A organização da área também conta com o apoio de estudantes universitários, que dão assessoria técnica para que os lotes sejam divididos de maneira igualitária, como ilustra a fala de Camila, coordenadora estadual do MTST, em entrevista concedida à revista Democracia Viva.

[...] fazemos um planejamento da divisão dos lotes em padrões iguais para todos. Temos conseguido uma assessoria da FAU/USP [Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo] para fazer alguns projetos. No Anita, eles ajudaram um pouco. E estão ajudando no Lamarca também.<sup>32</sup>

<sup>30</sup> Relato de Helena em entrevista concedida a Jair Pinheiro.

<sup>31</sup> Entrevista que nos foi concedida por Guilherme janeiro de 2013.

<sup>32</sup> Camila Alves (2003). Disponível em: <<http://www.ibase.br/site-antigo/modules.php?name=Conteudo&pid=892>> Acesso em 27/03/2013.

Outra particularidade do MTST é que grande parte dos militantes que compõem a coordenação são jovens, na faixa entre 20 e 30 anos, que aderiram ao movimento a partir de experiências de participação nos acampamentos.

Com o maior acúmulo de experiências no estado de São Paulo, o MTST expandiu sua organização a outros estados: Amazonas, Roraima, Pará, Distrito Federal, Pernambuco e Rio de Janeiro. Contudo, a composição do MTST em outros estados não foi realizada de maneira simultânea a que ocorreu no estado de São Paulo, desde 1997, mas em momentos diferentes, e pelo menos as primeiras experiências fora do estado de São Paulo, também estiveram vinculadas a iniciativas do MST, caso do Rio de Janeiro e Pernambuco, por exemplo. Em 2009, o MTST começou a efetivar o processo de nacionalização, a partir do fortalecimento das experiências de São Paulo, ampliando assim sua bandeira e buscando apoio de outros movimentos urbanos fora do estado de São Paulo.

Em setembro de 2009 ocorreu a primeira reunião com o objetivo de nacionalizar o movimento. Nessa reunião, estiveram presentes militantes de cada um dos estados em que há atuação do MTST. Nela, observamos que as discussões se desenvolveram no sentido de esclarecer os eixos de luta, estreitar o diálogo, trocar informações sobre a situação em cada um dos estados e construir instrumentos que viabilizassem essas trocas, como por exemplo, a construção de uma página na internet com informações das lutas do MTST em todos os estados<sup>33</sup>.

É importante destacar também que nesta reunião houve um segundo momento para articulação com outros movimentos. Nela, estiveram presentes militantes representando outros movimentos populares, como por exemplo, o Movimento de Trabalhadores Sem Teto da Bahia (MSTB), Movimento Passe Livre de São Paulo, Frente dos Movimentos Urbanos do Pará, Movimento Popular de Pernambuco; e também representantes da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) e Intersindical (sindicato dos químicos). A presença destes movimentos tinha o objetivo de organizar uma Frente Nacional dos Movimentos Urbanos, com a construção de princípios, plataforma e métodos de luta. Em relação à presença dos sindicatos, discutiu-se a possibilidade de pensar a organização de uma central para articular movimentos e sindicatos no sentido de agregar a essa central trabalhadores informais e/ou aqueles que não estão filiados a sindicatos. Como observamos nas discussões, os sindicatos que

---

<sup>33</sup> Esta reunião ocorreu de 04 a 07 de setembro de 2009.

viriam a compor essa central seriam aqueles mais combativos, que não foram cooptados por alianças partidárias.

## **2.2 Algumas características das primeiras experiências: dificuldades e desafios do MTST<sup>34</sup>.**

As primeiras experiências de atuação do MTST são reveladoras das dificuldades e desafios enfrentados pelo movimento para conseguir se consolidar enquanto movimento autônomo. Essas experiências demonstram as principais questões avaliadas pelo movimento no processo de amadurecimento de seu projeto político, que se particularizou na experiência do acampamento conhecido como Chico Mendes, em que o movimento aperfeiçoou métodos de organização, a estratégia territorial e a formação de novos militantes.

Além disso, essas experiências abrem um campo visual sobre dinâmica que envolve o processo de criminalização do movimento. A análise da especificidade de cada uma dessas primeiras experiências traz elementos que demonstram aquilo que o movimento denominou de *agentes sociais* que dificultam o processo de *territorialização*. No caso da experiência Chico Mendes, o movimento consegue, a partir do acúmulo das experiências anteriores, dar um salto qualitativo na estratégia de *territorialização* e diminuir a interferência destes agentes no interior do acampamento.

Para entender a particularidade do acampamento conhecido como Chico Mendes, cabe ressaltar alguns aspectos relacionados às dificuldades do MTST em fazer seu projeto político avançar nos primeiros anos de sua trajetória. Esses aspectos estavam relacionados ao “ciclo: ocupação – projeção política – despejo”. Em primeiro lugar, porque nesses ‘desfechos’ havia dispersão da base ou mesmo perda do controle *territorial* para outros *agentes*, como veremos adiante; em segundo lugar, e relacionado ao primeiro, o movimento não estava conseguindo garantir um ponto essencial de seu projeto, que era formação de militantes, chegando a perdê-los, caso da primeira experiência; em terceiro lugar, o movimento ainda não havia construído uma alternativa para manter os sem-teto organizados em caso de despejo, cuja solução passou a ser pensada a partir do Chico Mendes, através dos núcleos, como veremos. O acampamento

---

<sup>34</sup> Este subtítulo tem inspiração no documento Dificuldades e desafios do MTST, mas não se trata de uma análise do documento.

Chico Mendes simboliza o resgate dessas dificuldades e a concretização de uma alternativa para o avanço de seu projeto político.

Além disso, é fundamental perceber que a caracterização de cada experiência será realizada a partir da relação com o entorno, esta relação revela uma dinâmica territorial específica e coloca em relevo os elementos explorados na produção de mecanismos sociais para criminalizar o MTST. Esses elementos demonstram como os mecanismos sociais são produzidos a partir de um *modus operandi* próprio da ideologia jurídica burguesa atual, por meio de articulações no senso comum, para produzir uma obviedade sobre o movimento e sobre as famílias sem-teto, sendo por meio deste processo que esta ideologia oculta a luta de classes. Assim, não iremos tratar dessas experiências em detalhes, mas destacar os principais aspectos que impossibilitaram que o movimento desse prosseguimento ao processo de *territorialização*, e, os elementos explorados para criminalizá-lo.

#### *Acampamento Parque Oziel: a perda de militantes*

A primeira experiência do MTST, denominada como ocupação Parque Oziel, ocorreu na cidade de Campinas-SP em 1997, em uma fazenda conhecida como Taubaté que contava com 1.135 lotes e onde 144 pessoas reclamavam posse.

As dificuldades preliminares que o movimento enfrentou neste acampamento estavam relacionadas à falta de infraestrutura da própria área e do entorno, que não contava com água, esgoto, luz e serviço de coleta de lixo. Essa experiência contou com ajuda da Pastoral da Terra que buscou sensibilizar o debate público para o grave problema enfrentado pelas famílias do Parque Oziel. (GOULART, 2011)

No entanto, a principal dificuldade que o movimento enfrentou foi a violência desencadeada pelas constantes ações policiais e a presença do tráfico de drogas na região. O clima de tensão desses conflitos pode ser explicado pelo alto índice de violência urbana, pelas ações policiais e ações de despejos constantemente aprovados pela Justiça (GOULART, 2011, p.25) que desencadeou uma situação de grande desgaste para o movimento. Além disso, a presença do tráfico de drogas acabou se tornando um mote para constantes intervenções policiais no interior do acampamento, e também um elemento explorado para atribuir o clima de violência à atuação do MTST.

Esta foi a única experiência em que houve perda de militantes por assassinatos, que ocorram em meio aos diversos conflitos de *disputa territorial* no período em que o

MTST permaneceu na área <sup>35</sup>. Em 1998 ocorreu o assassinato de quatro militantes: Gentil Ribeiro, em quatro de abril; Expedito Souza Silva, em primeiro de julho e Mauro Filho Garcia e sua esposa Sonia Nunes, apenas oito dias depois (GOULART, 2011, p. 23).

De acordo com Goulart (2011) após os assassinatos dos militantes:

A tensão entre os acampados e a policia aumentou, sobretudo após a declaração do delegado responsável pela apuração das mortes, que classificou a ocupação como ‘cangaço’ e ‘terra de ninguém’, e afirmou que as motivações dos assassinatos iriam de “uma suposta ligação ao tráfico de drogas à luta pelo poder local e a existência de alguma ‘rixa’ entre os envolvidos (PM Monta..., 1998, p. 1 in Goulart, 2011, p. 23)

Esta citação ilustra o nível de violência que as famílias e os militantes tiveram que suportar no acampamento Parque Oziel. Quando o delegado classificou a área como ‘terra de ninguém’ e ‘cangaço’, ele expressou uma tentativa de justificar a repressão policial sem se responsabilizar por qualquer tipo de violência que as pessoas ali viessem a sofrer. Ao utilizar como recurso o termo ‘cangaço’ o delegado tira de foco a relação entre tráfico de drogas e ação policial como componentes da violência urbana e co-responsabiliza o movimento pelos assassinatos.

Em abril de 1999, devido aos diversos conflitos e à situação de precariedade das condições de vida das famílias, o prefeito Francisco Amaral declarou a área como utilidade pública, e ainda no mesmo mês, declarou a “área de interesse social e autorizou a desapropriação de todas as áreas questionadas em processos judiciais” (GOULART, 2011, p.24)

Outro agravante nesta experiência esteve relacionado ao fato de a área ocupada ser muito extensa, 1 milhão de m<sup>2</sup>, que chegou a reunir uma média de 6000 famílias (GOULART, 2011). De acordo com Goulart (2011) esses foram fatores que levaram ao afastamento do MTST de sua primeira experiência de ocupação, e em 2001 o movimento já não aparecia como mediador nas negociações com o poder público.

Sendo assim, as dificuldades dessa primeira experiência estiveram relacionadas a seis fatores articulados: 1) a extensão da área e o número de famílias, que trouxe limites objetivos ao movimento para manter uma organização territorial; 2) a falta de

---

<sup>35</sup> Marcelo Lopes de Souza (2008, p. 126-127) afirma que embora seja muito difícil obter dados abrangentes sobre assassinatos de líderes comunitários decorrente da violência do tráfico de drogas, pode-se afirmar com segurança que muitas associações comunitárias sofrem diversas formas de interferência por parte de traficantes de drogas, “[...] sendo que muitos líderes associativos já foram intimidados, expulsos e até assassinados ao se recusarem a aceitar essas ingerências.”

infraestrutura necessária às condições de vida urbana; 3) a presença do tráfico de drogas, *agentes* que representam um entrave à organização do movimento, uma vez que o tráfico de drogas também se organiza através da disputa territorial; 4) às constantes intervenções policiais no interior do acampamento, fator que desencadeou grande clima de tensão; 5) os constantes despejos aprovados pela Justiça e; 6) morte de militantes.

*Acampamento Anita Garibaldi: a perda de território para o tráfico de drogas.*

O acampamento Anita Garibaldi foi a segunda experiência do MTST e ocorreu em 2001 no município de Guarulhos, também em uma área extensa, 250.000 m<sup>2</sup>, que chegou a reunir em algumas semanas cerca de 12.000 pessoas (LIMA, 2004). Com este acampamento o movimento iniciou sua atuação na Região Metropolitana de São Paulo.

De acordo com Goulart (2011, p. 31) o trabalho de preparação para entrar no terreno foi realizado através de contatos entre as lideranças do MTST com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), os movimentos sociais da região e com a população dos bairros pobres no entorno.

Este foi o único acampamento que não sofreu ação de despejo, fato que segundo Lima (2004) pode ser explicado por três fatores articulados. Em primeiro lugar, pelo expressivo crescimento populacional durante a década de 1990, que aumentou a pressão da demanda por emprego, equipamentos públicos e habitação. Em segundo lugar, devido ao número expressivo de loteamentos clandestinos, alguns, segundo Lima (2004), liderados pelo prefeito da época Elói Pietá do Partido dos Trabalhadores (PT), que era muito próximo aos movimentos sociais. Em terceiro lugar, havia o interesse do proprietário do imóvel na venda do terreno, o que se explica pelo receio da perda da valorização imobiliária na área devido ao número de ocupações no município (LIMA, 2004, p. 193-194).

Embora esta tenha sido a única experiência que se manteve sem fechar o ciclo com despejo, o MTST também teve dificuldades em lidar com a violência urbana, relacionada à presença do tráfico de drogas. A disputa territorial com o tráfico de drogas fez com que o Movimento perdesse o controle organizativo de toda a área ocupada, fato que o levou a se afastar por algum tempo do acampamento. De acordo com Goulart (2011) somente em 2008 o Movimento buscou retomar a organização de uma parte da área.

Edson Miagusko (2008) observa, a partir de entrevista realizada com um dirigente do MTST em 2006, que além do tráfico de drogas presente na região, outro fator que explica a perda do que chama de “hegemonia” do MTST no acampamento Anita Garibaldi, foi a venda e comercialização dos barracos, através de uma associação entre tráfico de drogas e políticos locais que se aproveitavam da situação:

A violência começou a vencer no mundo da política. O comércio de barracos começou a se estabelecer e aqueles que deixavam seu barraco fechado durante o dia, à noite eram obrigados a sair da ocupação. Os barracos eram vendidos a trezentos, quatrocentos reais para quem podia pagar. Uma aliança entre o tráfico e os políticos locais impunha esse comércio e passou a ditar as regras de justiça local. Gente que não havia participado da história anterior do Anita Garibaldi comprava o seu lote. Muitos que participaram foram obrigados a sair. O movimento não vendia, nem comercializava e não conseguia impor sua ordem. Chegaram os políticos, associaram os interesses. O movimento perdeu o controle. Foram obrigados a sair. (Relato oral concedido a MIAGUSKO, 2008, p. 212)

De acordo com o relato, além do tráfico também houve a interferência de políticos locais que se aproveitaram da situação para comercializar barracos. A situação estabelecida no acampamento desfavoreceu o trabalho de organização do MTST uma vez que se apresentou de maneira diametralmente oposta ao seu projeto político que a partir da luta por moradia, buscava estender-se a “formas de organização, produção de consciência de classe e de militantes” (DIFICULDADES E DESAFIOS DO MTST).

Essas tensões geraram a perda de predomínio territorial do MTST levando a seu afastamento durante alguns anos. Embora, como afirma o relato acima, o tráfico de drogas exista em muitas partes da periferia, sua existência ganha outros contornos e tensões quando esta presença procura se aproveitar de uma situação em que exista outra “organização” através da disputa de território como um movimento popular. Nesse sentido, a presença de um movimento popular cuja organização procura desenvolver “formas de produção de consciência e de militantes” como o MTST, a *disputa territorial* certamente se torna mais complicada e difícil.

Marcelo Lopes de Souza, pesquisador do tema violência urbana, afirma que esta situação além de muito prejudicial para os movimentos sociais, tem levado a perseguições, afastamento e até mesmo assassinato de líderes comunitários que se recusam a colaborar com a ação de “organizações” do tráfico de drogas. Fato que pode ser verificado no caso da primeira experiência (Parque Oziel) do MTST em Campinas.

Ao analisar o caso específico do acampamento Anita Garibaldi, o autor afirma que “A essência do problema é semelhante ao que ocorreu com aqueles vários líderes de associações [...] que não quiseram se submeter à tirania dos traficantes.” (SOUZA, 2008, p.128)

Souza (2008, p. 129) observa ainda que

No caso ocorrido com o MTST em Guarulhos, pelo que se depreende de um depoimento prestado ao autor destas linhas pela pesquisadora Sonia Lúcio Rodrigues Lima, é lícito especular sobre se talvez o próprio estilo de organização política e territorial não teria colaborado para tornar a ocupação mais vulnerável. Segundo a pesquisadora, que redigiu uma tese de doutorado sobre a ocupação Anita Garibaldi (LIMA, 2004), os atritos com o tráfico de drogas começaram cedo e, sem que a coordenação da ocupação percebesse, os traficantes – inicialmente circunscritos a uma pequena área, onde exerciam o seu negócio – foram-se expandindo. Adaptando-se ao próprio formato de organização territorial do MTST (coordenações por rua – coordenação da ocupação – coordenação estadual), os traficantes foram “comendo o mingau pelas bordas”, cooptando líderes menores (de rua) e chegando, depois inclusive a mudar moradores, substituindo-os por gente da sua confiança e com eles alinhada. Percebe-se, aí, uma verdadeira *estratégia territorial*. A coordenação da ocupação tentava dialogar com os traficantes e “contê-los”, mas isso de nada adiantou, como tampouco tentar enfrentá-los, a não ser para adiar o desfecho que foi, em 2004, a expulsão dos militantes do MTST pelos criminosos. (SOUZA, 2008, p.129)

A estratégia de *desterritorializar* o MTST neste caso foi o de “comer o mingau pelas bordas” buscando impor uma ordem diferente daquela proposta pelo movimento. A análise do autor revela um tipo de estratégia territorial utilizada pelos traficantes, de se adaptar ao próprio formato de organização territorial do MTST. Souza (2008) chama atenção ainda para o fato de que, diferentemente do que eventualmente se possa pensar, a perspectiva do tráfico de drogas organizado, que ele denomina de “capitalismo criminal-informal”, não fere em nenhum ponto o sistema capitalista, ao contrário, se apresenta como fator de manutenção da ordem:

A violência utilizada pelos atores do “capitalismo criminal-informal” não é “programática”, não tem por objetivo ferir o sistema capitalista, estando, isso sim, a serviço de objetivos programáticos e parasitários no interior do *status quo*. A meta é *ordenhar* o *status quo*, não eliminá-los. A possibilidade de “negociação”, nesses marcos, parece bem restrita. (SOUZA, 2008, p. 130-131)

É interessante observar, conforme Souza (2008) a função de ordem do tráfico de drogas, o que demonstra uma dinâmica muito complexa para a organização do MTST, mesmo porque, por vezes, a justificativa utilizada para realizar uma investida policial no interior de um acampamento é a possível presença do tráfico de drogas, ou seja, o discurso de manutenção da ordem pública para conter a “desordem”, que na realidade acaba sendo funcional para desestabilizar a organização dos sem-teto, mas não do tráfico de drogas. Nesse sentido, o movimento sofre duplamente formas de violência que na realidade fazem parte da mesma órbita.

No entanto, esta situação não passou despercebida pelo MTST que em sua trajetória se colocou a necessidade de uma reflexão sobre a complexidade dessas questões.

Precisamos compreender com maior exatidão a função do tráfico de drogas na economia capitalista, seu modo de relação com o Estado e seus graus e formas de organização, isto é, em que medida é articulado e centralizado; um tal entendimento é determinante na construção de uma linha de atuação eficiente diante deste poder social. [...] Isto implica uma recusa do modo militar de solução do problema, pois, embora cada conjuntura exija saídas particulares, esse modo de ação parece hoje gerar mais problemas do que ser uma efetiva solução. (DIFICULDADES E DESAFIOS DO MTST)

Detectar os agentes envolvidos e os interesses que estão na órbita de uma ocupação de terrenos urbanos, significa constatar que não se trata apenas de recorrer a argumentos que comprovem uma legitimidade legal à mobilização dos sem-teto para fazer cumprir função social de terrenos urbanos ociosos, ter ou não função social é resultado de um campo de lutas, cujos agentes não aparecem, se forem observados apenas da perspectiva da ordem pública.

Assim, no caso desta experiência o *entorno* tráfico de drogas foi o principal elemento que dificultou a organização do MTST, levando a perda do controle de território.

#### *Acampamento Carlos Lamarca: despejos e violência policial.*

Em julho de 2002 o MTST realizou o acampamento que ficou conhecido como Carlos Lamarca no município de Osasco. Nesta experiência o movimento sofreu pela primeira vez o ciclo de *despejos* e deslocamentos das famílias, que veio acompanhado de forte violência policial.

O Carlos Lamarca é uma experiência em que o movimento enfrentou cinco ações de despejos que forçou o deslocamento das famílias para cinco áreas diferentes até conseguirem se fixar na área em que estão há onze anos à espera da transferência das famílias para um conjunto habitacional.

A primeira ação de despejo ocorreu quando o movimento decidiu ocupar o terreno abandonado no Parque dos Príncipes cuja posse jurídica foi reclamada pela família das Indústrias Matarazzo, a quem o poder judiciário concedeu reintegração. Após as pressões exercidas pelo movimento ao governo estadual, o governador Geraldo Alckimin propôs a transferência das cerca de 1000 famílias para terreno de propriedade da CDHU em Guarulhos (GOULART, 2011, p. 34). De acordo com Goulart (2011) um mês após terem se deslocado para este terreno o Ministério Público alegou contaminação da área e novamente as famílias foram despejadas. Ao saírem da área as famílias foram acolhidas provisoriamente no acampamento Anita Garibaldi em Guarulhos por um período de 3 meses.

Após este período, o movimento retornou à Osasco e levantou acampamento em uma nova área, onde a posse do terreno foi reclamada por Sérgio Naya. As famílias permaneceram no terreno durante 6 meses até sofrerem com o despejo, que dessa vez veio acompanhado de forte violência policial. De acordo com Guilherme, coordenador nacional do MTST, esse foi um dos piores casos de violência sofrida pelo movimento (GOULART, 2011, p. 35),

prenderam uma criança de 12 anos, porque três policiais estavam espancando a mãe desse menino, no meio do despejo. Mesmo porque ela estava gritando, porque tinham quebrado as coisas dela no barraco...três policiais estavam espancando ela. Aí, o menino foi desesperado tentar fazer alguma coisa. Bateram no menino de 12 anos e algemaram e prenderam o menino. Esse foi um dos episódios desse despejo. (Entrevista concedida à Goulart, 2011, p. 35)

Esta ação policial foi realizada de surpresa e não houve tempo para que o movimento pudesse reagir, as famílias foram arrancadas à força dos barracos e seus pertences jogados em caminhões. De acordo com Goulart (2011, p.35) os pertences que não foram jogados nos caminhões, foram juntados e queimados pela polícia militar.

Ao saírem do terreno, o movimento anunciou que iria para a prefeitura de Osasco e conseguiu desviar a polícia para aquele local. Quando os ônibus estavam no Rodoanel, em direção a São Paulo, as famílias pararam os ônibus e acamparam na beira da rodovia. Não demorou

muito para que a polícia aparecesse, e espancando os ativistas, colocou-os em caminhões. A seguir, assim que atravessaram a divisa entre Osasco e São Paulo, as famílias foram deixadas na pista da conhecida via expressa de São Paulo, a Marginal Tietê. (GOULART, 2011, p. 36)

Ao resistirem a estas tentativas da polícia de *eliminar* os sem-teto, as famílias se deslocaram durante 3 meses por locais improvisados. Após este período, em dezembro de 2003, as cerca de 200 famílias que permaneceram no movimento conseguiram encontrar o terreno de uma creche pública abandonada, onde permanecem há 10 anos..

Em 2006, as famílias ainda sofreram uma forte repressão policial nesta área. Após algumas idas e vindas durante o processo de negociação com a Prefeitura Municipal de Osasco, o movimento foi mais uma vez apanhado de surpresa por uma investida policial que invadiu a área da ocupação sem aviso. Segundo o documento intitulado “*Relatório da violência sofrida por integrantes do MTST, moradores da comunidade Carlos Lamarca, agredidos por policiais militares da polícia militar do estado de São Paulo*” elaborado em 2006, quando aconteceu a operação policial, cerca de 30 integrantes do movimento comemoravam em um bar da comunidade Carlos Lamarca o apoio obtido dos políticos locais, após um ato realizado na Câmara dos Vereadores, quando três viaturas se aproximaram do bar informando que haviam recebido denúncia de que ali havia pessoas portando armas de fogo.<sup>36</sup>

Durante a revista os policiais agrediram física e verbalmente a população da área. De acordo com o documento, nesta operação policial as pessoas foram violentamente agredidas, incluindo uma criança de 11 anos que levou uma coronhada de um policial abaixo do olho. A operação contou com uma estimativa de 20 policiais em “diversas viaturas da Polícia Militar, duas da Polícia Rodoviária e quatro motos”<sup>37</sup>.

Sem identificar o nome dos envolvidos por medo de sofrer represálias, o movimento relata no documento que após esta criança de 11 anos ter sido agredida:

[...] um tenente da Polícia Militar que havia chegado ao local disse a G. que se ele se entregasse à polícia a violência acabaria. G. se entregou e, ao sair, foi bruscamente agredido por um dos policiais com tapas na cabeça, sendo levado para dentro de uma viatura policial. G. foi também ameaçado de morte pelo policial que o agrediu, identificado como Soldado PM \*\*\*. O mesmo policial

<sup>36</sup> Disponível em: < <http://www.mtst.info> > Acesso em: 2009.

<sup>37</sup> Relatório da violência sofrida por integrantes do MTST, moradores da comunidade Carlos Lamarca, agredidos por policiais militares da polícia militar do estado de São Paulo. Disponível em: < <http://www.mtst.info> > Acesso em: 2009.

também disse que iria matar todas as lideranças do movimento. (RELATÓRIO DA VIOLÊNCIA SOFRIDA..., 2006)

Podemos notar que mais uma vez a ação policial foi realizada para *eliminar os sem-teto*, neste episódio, através de uma *caça* às lideranças. Em meio a este episódio de terror, as famílias desesperadas atiraram pedras nos policiais, que por sua vez reagiram fazendo uma mulher de 45 anos refém e ameaçando “‘estourar seus miolos’ caso mais uma pedra fosse jogada contra eles”. Ao final da operação policial cinco pessoas da comunidade Carlos Lamarca foram presas.

Na delegacia, o delegado se recusou a registrar boletim de ocorrência de agressão policial, sendo apenas formalizados termos circunstanciados em face das pessoas do movimento, que foram posteriormente liberadas. Por volta das 23:30 horas, mais quatro pessoas da comunidade foram à delegacia na tentativa de registrar a agressão sofrida pelos policiais, sendo novamente negado. (RELATÓRIO DA VIOLÊNCIA..., 2006)

Atualmente as cerca de 200 famílias do Carlos Lamarca que resistiram aos desgastes e violência, permanecem neste terreno, em uma área periférica de Osasco a espera da construção de moradias, cujo termo de compromisso foi assinado em 2008 pelo prefeito Emídio de Souza (PT) (GOULART, 2011)<sup>38</sup>.

No acampamento Carlos Lamarca, o movimento iniciou o ciclo de despejos e precisou resistir a uma forte tentativa de eliminação de sua organização, através de ações ostensivas e violentas da polícia do estado de São Paulo. Assim, foram dois fatores principais que marcaram esta experiência e geraram grande desgaste ao movimento: 1) duas ações violentas da polícia, em 2003 e em 2006, e; 2) os cinco despejos que obrigaram as famílias a grandes deslocamentos em um período curto de dois anos.

*Acampamento Santo Dias: o MTST é declarado fora da lei.*

O acampamento Santo Dias apesar de ter sofrido rapidamente o processo de despejo, pois permaneceu na área por apenas 21 dias, também significou um momento importante na trajetória do MTST. Essa ocupação que ocorreu em São Bernardo do Campo (em julho de 2003), em um terreno que a Volkswagen reclamava posse, e

---

<sup>38</sup> Em janeiro de 2013 estivemos no bairro Novo Osasco onde as famílias do Carlos Lamarca estão e um rapaz nos relatou ter sofrido agressões no dia anterior por policiais que estiveram no bairro realizando uma batida policial. Informação confirmada por Jota, coordenador do MTST, que milita na área.

ganhou grande repercussão na imprensa, por dois fatores que acabaram se articulando. Primeiro, pelo fato de ter sido realizada em um grande terreno onde uma montadora transnacional reclamava posse. Naquele momento, a Volks de acordo com o relato de Helena, completava “50 anos, [e] estava com uma propaganda muito forte de que tinha contribuído com o crescimento do Brasil e com o desenvolvimento nacional”<sup>39</sup>. Em segundo lugar, porque ocorreu um assalto próximo ao acampamento e os assaltantes fugiram em direção a ele e, lá, ocorreu o assassinato de um fotógrafo da revista *Época*, fato que pouco tempo depois ficou comprovado não ter nenhuma relação com as pessoas que estavam acampadas, mas que foi muito explorado pela imprensa como recurso para deslegitimar o Movimento. De acordo com Helena, este fato trouxe “grande prejuízo pra nós [pois] onde a imprensa chegou pra dizer que foi a gente ela não chegou pra desmentir.”<sup>40</sup>.

Em reportagens da revista *Época* sobre o incidente com o fotógrafo observamos que a suposta relação do fato com o MTST não apenas não foi desmentida, como, de alguma forma, continuou sendo explorada. Só para exemplificar, em uma reportagem feita uma semana após a morte do fotógrafo, em que se afirma que o caso havia sido solucionado, há uma relação muito sutil entre duas imagens e o corpo do texto. Sob o título: “Último clique”, segue texto relatando a vida pessoal e profissional do fotógrafo, seguido de duas imagens, a do fotógrafo no começo do texto e ao final seu “último clique”, imagem dos pés dos sem-teto, em que observamos a legenda “O Golpe: Esta foi sua foto derradeira, quando já havia sido baleado pelo assassino”<sup>41</sup>.

Embora o caso já tivesse sido solucionado, como afirmava a revista, as imagens ainda o exploravam como “um dos resultados da ação dos sem-teto”.

De acordo com Goulart (2011, p.38) a relação entre o MTST e MST também foi bastante explorada pelos jornais que “insistiam na afirmação de que o MTST seria o ‘braço urbano do MST’, diferenciando-se dos demais movimentos de moradia, porque ‘não faz invasões com a intenção de discutir alternativas’”.

Esta diferenciação pontuada pela mídia em relação aos demais movimentos de moradia é ilustrativa da particularidade do processo de criminalização sobre o MTST, neste momento o movimento é declarado como aquele que está fora da ordem que legitima a dinâmica de participação.

---

<sup>39</sup> Entrevista concedida a Jair Pinheiro.

<sup>40</sup> *Idem*.

<sup>41</sup> < <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI39099-15228,00-ULTIMO+CLIQUE.html> >

De acordo com Miagusko (2008, p.34), no caso deste acampamento, não houve acordos ou possibilidades de negociação com o movimento, e em 6 de agosto a reintegração de posse foi concedida à Volks que “afirmava que o exercício da posse seria comprovado pelo ‘cercamento da área e pela vigilância do terreno por guardas armados’”.

Antes da ação de reintegração, a CDHU iniciou o cadastramento das famílias na área, entretanto, este cadastramento não tinha o objetivo de incluí-las em programas habitacionais.

Em entrevista à rádio CBN, o Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Saulo Abreu de Castro, revelou o sentido da ação: a realização de cadastramento na área pelos funcionários da CDHU, no dia anterior à reintegração de posse, teria apenas a finalidade de “enganar as famílias”, aproveitando a ilusão da integração em demanda de programa habitacional, identificar as lideranças e facilitar o despejo pela Polícia Militar. (MIAGUSKO, 2008, p. 35)

Um dia após esta ação de ‘identificação’, “oitocentos homens da Tropa de Choque, setenta da cavalaria, trinta cães, dois helicópteros e cento e quarenta veículos” (Idem, p.35) foram mobilizados para despejar os quatro mil sem teto. Após o despejo, as famílias foram deslocadas em caminhões e passaram a procurar um local para permanecer provisoriamente (GOULART, 2011, p.41). Ao acampar em frente à prefeitura de São Bernardo, o movimento tentou acordo com o Secretário Municipal de Habitação e Meio ambiente, Oscar Mendonça, “de quem receberam insultos” (Idem, p.41). No mesmo dia, a prefeitura conseguiu uma liminar de reintegração de posse da praça pública, e mais uma vez o movimento foi despejado.

De acordo com Goulart (2011, p. 42), em 10 de agosto as famílias conseguiram “permissão de abrigo na quadra da escola de samba Gaviões da Fiel” em São Paulo. A partir desse momento, as famílias ficaram a espera de atendimento em programas habitacionais do governo federal.

A partir do caso ‘Santo Dias’ a mídia e o governo do estado de São Paulo explicitaram as regras do jogo, declarando o MTST como aquele que age *fora da ordem*. Em reportagem ao jornal Folha de São Paulo o governador Geraldo Alckim (2003) declarou: “*Se você não cumpre determinação judicial, uma reintegração de posse, está indiretamente estimulando esse tipo de conduta, de não respeitar a lei, rompendo a ordem democrática. Em São Paulo, reintegração de posse é cumprida.*”. (GOULART, 2011, p.38)

Nesse sentido, podemos dizer que no caso ‘Santo Dias’ todos os fatores que dificultaram a organização do movimento estiveram relacionados diretamente à ideia explorada de que o movimento estava fora da ordem.

*Acampamento Rosa Luxemburgo: na capital paulista.*

O acampamento que ficou conhecido como Rosa Luxemburgo (2004) foi o único realizado na capital paulista, e sofreu o processo de despejo em tempo ainda mais curto, 11 dias. De acordo com Goulart (2011) o terreno pertencia “ao grupo de investimentos norte-americano Hicks, Muse, Tate & Furst (HTMF)”, informação também confirmada por Helena, ex-dirigente do MTST, ressaltando também que,

O Rosa Luxemburgo foi o acampamento do MTST que teve menor duração (foram 10 dias), foram 10 dias – na nossa opinião – porque o estado, os proprietários de terra, a classe dominante de maneira geral tem percebido que o tempo é muito importante para a organização dos trabalhadores, para a formação, porque num eventual despejo tem duas possibilidades: ou eles estão mais preparados para a resistência ou eles saem e aí em vez de se perder o movimento, muito pelo contrário, se criam diversos focos dele, porque aonde as pessoas vão elas levam aquela forma de organização e aquela perspectiva.<sup>42</sup>

O tempo é destacado por Helena como um elemento importante de organização e de construção de um trabalho de resistência. Não apenas pela possibilidade de uma construção permanente no mesmo local ocupado, mas principalmente porque as pessoas passam por uma experiência organizativa que irão levar como perspectiva futura, mesmo em casos de despejos e possível dispersão da base social do movimento. Quando Helena destaca a possibilidade de uma perspectiva futura e a relaciona à criação de “diversos focos”, ela aponta um elemento importante de estratégia territorial do movimento.

De acordo com Goulart (2011, p. 42) houve uma polêmica em relação à posse do terreno no caso da ocupação conhecida como Rosa Luxemburgo, pois o movimento ocupou o terreno acreditando que a área era de posse da Editora Paulinas, “ligada ao grupo católico Filhas de São Paulo”. Entretanto, dois dias após a ocupação, a Editora negou ser proprietária, e quatro dias após a ocupação, “o proprietário apresentou-se já com uma liminar de reintegração de posse autorizada”. O movimento não conseguiu

---

<sup>42</sup> Entrevista de Helena à Jair Pinheiro.

suspender a liminar e também não conseguiu negociar com a prefeitura de São Paulo a possibilidade de outra área para abrigar as famílias removidas. Em 25 de maio, com apenas 11 dias de ocupação, as famílias foram despejadas.

Sobre o fator tempo de organização o MTST elabora no documento Dificuldades e desafios a seguinte reflexão:

O problema dos despejos depende sempre de fatores conjunturais e locais, mas é possível diminuir o risco de desocupação rápida por meio de uma melhor articulação de forças previamente e de um trabalho mais profissional na escolha das áreas; uma possibilidade é a opção por terrenos um pouco menores e de proprietários com menor poder de manobra. (DIFICULDADES E DESAFIOS DO MTST)

Esse documento fornece elementos importantes para entendermos o que foi levado em consideração para a realização da ocupação seguinte, objeto de nossa análise, o acampamento Chico Mendes, em que além daqueles fatores que foram considerados para a realização das ocupações anteriores, como a capacidade de aglutinação dos trabalhadores devido ao déficit habitacional de uma região; realização de trabalho de base através do cadastramento de famílias; o risco de despejo; a partir desse momento, o movimento passou a articular a possibilidade de ganhar mais tempo de organização buscando diminuir o risco de despejo, através da escolha de área em que houvesse menor influência de agentes externos que dificultassem o controle territorial do movimento no interior do acampamento.

O fator tempo de permanência articulado à diminuição da influência de agentes externos, que envolve o menor “poder de manobra do proprietário”, como destacado no documento, são elementos importantes a serem observados, embora não possam ser relacionados de uma forma simples, pois “depende sempre de fatores conjunturais e locais”, como o próprio movimento destaca.

Abaixo organizamos uma tabela com as ocupações realizadas pelo MTST nos últimos 16 anos com o objetivo de destacar a relação entre o tempo de permanência de uma ocupação e o fator proprietário do terreno.

Estamos considerando como tempo de duração apenas o período em que a área está organizada sob a bandeira do MTST, pois, em alguns casos, o acampamento toma dimensões de um bairro (caso do Parque Oziel), e o MTST deixa de ser o agente negociador das reivindicações da população.

**Tabela 1 Ocupações realizadas no estado de São Paulo no período de 1997 a 2013, considerando o tempo de duração de cada ocupação.**

Ano	Nome da ocupação	Tipo de terreno/Quem reclamou posse	Município	Tempo de permanência em um mesmo terreno
1997	Parque Oziel	Privado/Fazenda Taubaté (144 proprietários reclamaram posse)	Campinas	4 anos de atuação
2001	*Anita Garibaldi	Privado	Guarulhos	3 a 4 anos
2002	Carlos Lamarca	Privado/ Indústrias Matarazzo	Osasco	5 meses
		Permanência provisória no acampamento Anita Garibaldi	Guarulhos	3 meses
		** Privado/Sergio Naya		6 meses
		Permanência provisória em galpão de paróquia do município e no Sindicato dos Petroleiros	Osasco	3 meses
		Público/Creche abandonada	Osasco	10 anos e 2 meses
2003	Santo Dias	Privado/ Volkswagen	São Bernardo do Campo	21 dias
2004	Rosa Luxemburgo	Privado/ Hicks Muse	Osasco	11 dias
2005	Chico Mendes	Privado/ Cooperativa habitacional Paulicoop	Taboão da Serra	8 meses
2007	João Candido	Privado/ Frigorífico Eder	Itapeperica da Serra	2 meses
2008	Frei Tito	Privado	Campinas	4 meses
2008	Silvério de Jesus	Privado	Embu das Artes	
2008	Terra e Liberdade Nova Mauá	Privado/Petrobrás	Mauá	3 meses
2008	Zumbi dos Palmares	Privado	Sumaré	3 anos
2010	Che Guevara	Privado/ Cooperativa	Taboão da Serra	1 ano

		habitacional Paulicoop		
2010	Nova Palestina	Público/Prefeitura de Santo André	Santo André	5 dias
2010	Nova Palestina	Privado	Santo André	3 anos
2012	Novo Pinheirinho	Público/ CDHU	Embu das Artes	1 e 4 meses
2012	Novo Pinheirinho	Privado	Santo André	1 ano e 4 meses

Tabela organizada com base em dados obtidos em Miagusko (2008); Goulart (2011); [www.mtst.org](http://www.mtst.org) e matérias jornalísticas sobre as ocupações.

\*Embora ainda exista atuação do MTST na área, relativizamos o tempo da ocupação, pois até 2004 o acampamento ainda era integralmente organizado pelo MTST, no entanto, o movimento perdeu território, e atualmente, pelas informações que obtivemos, atua no bairro em um espaço bastante reduzido tentando não perder o vínculo com a população.

\*\* De acordo com Goulart (2011) Sérgio Naya foi deputado pelo PPB-MG, também proprietário da Sersan (Sociedade Empresas Reunidas Sérgio Augusto Naya).

Na tabela acima destacamos as ocupações realizadas e o tipo de terreno (privado ou público) e quem reclamou posse, nos casos em que obtivemos dados a respeito. Mesmo sem dados a respeito de quem reclamou posse do terreno em todas as ocupações, podemos observar que os casos mais emblemáticos de violência nos processos de despejos ocorreram quando quem reclamou posse foram empresas de grande porte, como as Indústrias Matarazzo (Ocup. Carlos Lamarca), Volkswagen (Ocup. Santo Dias), Hicks Muse (Ocup. Rosa Luxemburgo), ou cujo proprietário tinha poder de influência, como Sergio Naya (Ocup. Carlos Lamarca) que foi deputado pelo PPB-MG e dono da Sersan. Sendo assim, podemos notar que o tempo de permanência também se relaciona ao poder de influência de quem reclama posse do terreno, indicando inclusive o nível de truculência policial nos processos de despejos.

Entretanto, uma visão do conjunto dessas primeiras experiências do MTST demonstra que outros fatores, além do proprietário do terreno, foram fundamentais para desarticular o movimento. A principal questão relacionada a esses fatores se refere a *disputa territorial* que envolve diferentes *agentes*, problema que o movimento detecta a partir de uma análise das dificuldades enfrentadas em suas primeiras experiências. Após a experiência do acampamento Rosa Luxemburgo em 2004, o movimento precisou repensar novas estratégias e testar uma nova forma de organização que culminou na ocupação conhecida como Chico Mendes.

### 2.3 O caso do acampamento Chico Mendes

A ocupação que ficou conhecida como Chico Mendes foi realizada em setembro de 2005 no município de Taboão da Serra –SP, e permaneceu na mesma área até julho de 2006. Esta foi a 6ª ocupação do MTST e marcou outro patamar de organização.

Como já observamos, este acampamento representou um momento importante na construção de algumas diretrizes do MTST. Neste acampamento, o movimento conseguiu manter-se por um tempo maior na mesma área, o que possibilitou desenvolver diversas atividades culturais que envolveram além das famílias acampadas, a comunidade do entorno.

Ao analisarmos esta experiência, podemos notar de maneira mais clara que além da relação tempo/proprietário, a relação tempo de permanência e entorno foi um ponto fundamental para que o movimento conseguisse se fortalecer e avançar em termos organizativos. Pois o envolvimento do movimento com o entorno ao possibilitar o fortalecimento do trabalho de organização, ampliou a possibilidade de formação de militantes e estreitar o vínculo entre os trabalhadores que estavam fora do acampamento com os trabalhadores sem-teto do interior da ocupação.

Sobre a relação com o entorno no caso do Chico Mendes, é ilustrativo o relato de Guilherme sobre a importância das atividades culturais:

[...] tinha os saraus do Chico Mendes, acho que foi o acampamento que mais teve uma vida cultural, todo sábado eram saraus grandes, que atraíam inclusive poetas populares, gente da região que não era do acampamento [...]. (Relato de Guilherme)<sup>43</sup>

A “vida cultural” do Chico Mendes tornou-se um modelo para o movimento ao expandir o leque de possibilidades de organizar os trabalhadores. Pois, estas atividades culturais abriram espaço para que os sem-teto pudessem se expressar de outras formas podendo estreitar os laços de coletividade.

O avanço organizativo do MTST a partir da experiência Chico Mendes, também é ilustrado no relato de Jota,

[...] o acampamento Chico Mendes, como a maioria das ocupações do MTST mais recente, porque as primeiras ocupações foram em Campinas, depois Guarulhos, São Bernardo, na verdade ainda tinha um pouco mais de dificuldade de organização pela falta de maturidade

---

<sup>43</sup> Entrevista que nos foi concedida por Guilherme em Janeiro de 2013.

política, inclusive da militância que organizava. Como a coisa foi se desenvolvendo a coisa foi ganhando mais experiência e ai vai se tornando mais fácil o trabalho organizativo. Não que tenha que ter uma forma pronta, pra isso, praquilo, mas você vai adquirindo experiência e vai se tornando mais fácil. No caso do Chico Mendes, já tinha um acúmulo de experiência anterior da militância, que estava à frente do processo pensando a ocupação. (Relato de Jota)<sup>44</sup>

Este avanço organizativo possibilitou ao movimento expandir a estratégia de territorialização, no sentido de atenuar as interferências de alguns *agentes sociais*, como o tráfico de drogas, fator que por sua vez, diminui a frequência da intervenção policial no interior de um acampamento. A expansão da estratégia territorial, no entanto, só foi possível devido ao maior tempo de estudo sobre a área que seria ocupada e melhor articulação com o entorno.

No Chico Mendes, conforme nos relatou Guilherme, coordenador nacional do MTST, ocorreu apenas uma entrada da polícia, que utilizou o argumento de que ali haveria pessoas com porte de arma no acampamento, porém nesta intervenção policial não houve violência contra os sem-teto. Embora na experiência do acampamento Chico Mendes não tenha ocorrido repressão policial no interior do acampamento, os mecanismos criados para criminalizar o movimento continuaram a ser explorados, como veremos adiante.

Um aspecto importante relacionado à questão da disputa territorial e que ficou mais evidente com a experiência Chico Mendes se refere à especulação imobiliária, que é central na produção do espaço urbano capitalista e sempre esteve presente em todas as ocupações. Entretanto, neste caso, esta disputa foi marcada pela luta que o movimento empreendeu para pressionar pela ampliação e aprovação das áreas de ZEIS (Zona Especial de Interesse Social).

### *O avanço da estratégia territorial*

Como já destacamos, com as experiências das ocupações anteriores o movimento realizou reflexões sobre as dificuldades e buscou elaborar estratégias para superá-las, tanto em relação ao rápido ciclo de despejo sofrido nos últimos acampamentos, quanto em relação aos processos de negociações e permanência nos conflitos que envolviam a *disputa territorial*.

---

<sup>44</sup> Entrevista que nos foi concedida por Jota em Janeiro de 2013.

Após essas últimas experiências e em preparação do acampamento que ficou conhecido como Chico Mendes, o MTST elaborou documentos que demonstram esse processo de reflexão. Foi nesse período que o movimento elaborou a *Cartilha do Militante*, o documento *Dificuldades e Desafios do MTST* e uma página na internet divulgando sua proposta de trabalho e as atividades realizadas, com registro de fotografias, e deu início também a uma produção audiovisual organizada pela *Brigada de Guerrilha Cultural* ligada ao setor de formação.<sup>45</sup>

Uma preocupação que aparece no documento a *Cartilha do Militante (2005)* se relaciona à possibilidade de realização de um trabalho no entorno da ocupação, este ponto se articula tanto a questão do domínio territorial no interior do acampamento, quanto à expansão da disputa territorial que está para além da ocupação. Nesse sentido, demonstra uma visão mais ampla do movimento sobre territorialidade, não mais restrito à área ocupada, mas também abrindo possibilidades de conseguir maior apoio da população, e colocar em debate outro uso do espaço urbano. Assim, o MTST buscava cumprir ao objetivo de “construção de uma identidade coletiva” com os moradores do entorno (CARTILHA DO MILITANTE, 2005):

A construção de um trabalho permanente em comunidades já estabelecidas, com mobilização entorno de reivindicações específicas, a criação de espaços de convivência e ação comunitários e o desenvolvimento de uma relação orgânica com as referências locais é uma forma de luta que, embora limitada, pode gerar uma referência de organização e consciência coletiva mais a longo prazo. (DIFICULDADES E DESAFIOS DO MTST)

Essas reflexões demonstram outro patamar de uma organização que resultou na ocupação Chico Mendes. Nesta ocupação, o MTST conseguiu assegurar atividades culturais contínuas que envolveram além das famílias acampadas, pessoas da comunidade e da região. A partir dessa experiência, algumas pessoas que compunham a base social se tornaram militantes do MTST, demonstrando que, diferentemente do que afirma o documento, a busca de uma “relação orgânica” com o entorno não é uma forma

---

<sup>45</sup> A Brigada de Guerrilha Cultural teve início em 2004 e durou até 2007, era composta por um grupo ligado ao setor de formação do MTST e estava encarregado, entre outras atividades, da produção audiovisual dentro do movimento. Esta produção era realizada de maneira amadora, isto é, sem recursos profissionais. Participavam da produção audiovisual militantes do setor de formação que juntos decidiam a escolha e forma de abordagem dos temas, mas a edição era realizada por estudantes de filosofia e cinema que militavam no movimento. Para um estudo sobre a produção audiovisual do MTST ver: “A contribuição do cinema militante em processos de construção de identidades e territórios no contexto da Metrópole: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto na periferia de São Paulo” de Marina Cavalcante Tedesco (2009) da Universidade Federal Fluminense.

limitada de luta, mas ao contrário, é através dessas relações que o movimento consegue alcançar um de seus principais objetivos que é a formação de novos militantes e a expansão territorial.

A área escolhida para a ocupação era de propriedade de uma cooperativa falida chamada Paulicoop, cujo terreno estava abandonado há cerca de 10 anos, contando com dois esqueletos de prédios inacabados<sup>46</sup>. As construções haviam sido embargadas e o proprietário tinha uma dívida de impostos em IPTU com a prefeitura.

A ocupação, inicialmente realizada com 500 famílias, chegou a contar com uma média de 1.200 famílias, logo nas primeiras semanas, conforme relata Guilherme:

É, escolhemos essa área, fizemos um trabalho no entorno, muitas famílias precisando de moradia, e ocupamos com essas 500 famílias. Poucos dias depois, o acampamento já tava com 1.200 famílias, que é o que a gente chama do próprio processo do déficit habitacional (Relato de Guilherme)<sup>47</sup>

Esse processo de aumento rápido do número de famílias, é chamado pelo movimento de *massificação*, e já é esperado, uma vez que antes da ocupação o MTST realiza um trabalho de estudo sobre o déficit habitacional da região, como fator que possibilite reunir número considerável de famílias sem-teto, para dar legitimidade à ocupação. Além do cadastramento prévio, outra forma de chamar a atenção das famílias para a ocupação é a divulgação feita pelo movimento, por meio de carros de som nas ruas do bairro.

O município de Taboão da Serra está situado no lado oeste da Região Metropolitana de São Paulo, e faz divisa com a capital paulista, com Embu, Cotia e Osasco, a população residente no município no ano 2000 era de 197.644 habitantes.

A ocupação foi realizada no bairro Jardim Helena, próximo ao Shopping Center Taboão, próximo à Rodovia Regis Bittencourt. A escolha da área não foi aleatória e também estava dentro de um dos critérios do MTST:

[...] uma região que construíram um Shopping Center, então tava num processo de valorização imobiliária. A escolha do terreno se deveu tanto ao fato de que lá tava havendo uma especulação imobiliária muito grande, naquele terreno abandonado já há muito tempo. Ali, iniciou-se a construção com uma cooperativa, que era a Paulicoop,

---

<sup>46</sup> De acordo com Goulart (2011) a área do terreno era de 120.000 m<sup>2</sup>, de acordo com o jornal da cidade “O taboanense”, a área era de 80.000 m<sup>2</sup>.

<sup>47</sup> Entrevista que nos foi concedida por Guilherme em Janeiro de 2013

que faliu. Até hoje no terreno ainda tem dois esqueletos de prédio.  
(Relato de Guilherme)<sup>48</sup>

Como observamos no relato de Guilherme, um fator importante para o MTST era que a área escolhida fosse provida de infraestrutura básica, para que as famílias cadastradas tivessem condições de ocupar, sem necessariamente, terem que reproduzir um padrão de ocupação, próprio da maioria das periferias que estão em áreas de difícil acesso e desprovidas de equipamentos básicos. Esta preocupação demonstra um salto do movimento quando observamos que a falta de infraestrutura foi um grande problema enfrentado na primeira ocupação (Parque Oziel), e, principalmente, demonstra que ele passou a pensar na solução do problema a partir de uma perspectiva própria, considerando o modo de vida urbano.

Mas esse não era o único objetivo, conforme nos foi relatado em algumas conversas com militantes, outro critério importante para o movimento é que as ocupações estivessem próximas a vias de circulação de mercadorias, onde podem realizar atos públicos que bloqueie esta circulação.

De acordo com Guilherme durante os meses em que estiveram na ocupação foram realizadas mais de 20 mobilizações em frente à prefeitura, à câmara municipal; incluindo fechamentos da rodovia Regis Bittencourt, 5 marchas ao palácio do governo do estado, 1 acorrentamento de 15 dias em frente ao palácio do governo e uma greve de fome de 4 dias em frente a casa do presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT). Entre as reivindicações que o movimento fazia estavam a desapropriação do terreno e a ampliação do perímetro das áreas de ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), pois havia naquele momento uma discussão tramitando na Câmara Municipal de Taboão da Serra sobre o Plano Diretor.

### *A organização interna*

Internamente as ocupações do MTST cumprem alguns critérios organizativos, isso devido ao fato de que além de os terrenos serem de grande extensão também costumam contar com número expressivo de famílias.

Em cada ocupação existe a divisão de grupos por setores, e cada setor conta com um coordenador geral que leva as decisões coletivas para outros setores. No caso do

---

<sup>48</sup> Idem

Chico Mendes, esses setores foram organizados em grupos com média de 50 pessoas, que estavam divididas em setor de cozinha, atividades culturais, segurança e disciplina e o setor da ciranda, espécie de creche que funcionava no interior da ocupação, como nos relatou Guilherme,

No Chico Mendes, se eu não me engano, foram grupos de 50 famílias, cada grupo tinham os seus coordenadores, e se discutiam as questões nos grupos. Nos grupos, formavam cozinhas coletivas, tinham uma série de equipamentos coletivos no interior da ocupação. Tinha ciranda, que funcionou como uma creche durante vários meses na ocupação, uma creche voluntária, as pessoas iam trabalhar e deixavam os filhos na ciranda. [...]<sup>49</sup>

Em todos os relatos, a intensidade das atividades culturais no Chico Mendes aparece como as mais significativas quando comparada com o conjunto das outras experiências de ocupação. Estas atividades incluíam apresentações teatrais, incluindo peças infantis; apresentação de filmes em telão; saraus, com participação de artistas da região; e, a mais importante dessas atividades, a ciranda, onde eram realizadas atividades culturais e pedagógicas com as crianças da ocupação.

O relato de Helena, ex-dirigente do MTST, também é ilustrativo neste aspecto:

Olha, eu saí do MTST em 2010, no finalzinho de 2010 em setembro. Então eu vou falar até esse período, porque depois disso eu posso estar falando bobagem. Mas na minha avaliação, aquela ciranda foi a melhor experiência de ciranda que nós tivemos. Porque nós fizemos um negócio que não existia nem numa creche pública.<sup>50</sup>

De acordo com Helena, as cirandas eram organizadas por grupos de mulheres que estavam na ocupação e por um grupo de estudantes da Universidade para ajudar. As atividades com as crianças contavam com programação de segunda à sexta-feira nos turnos da manhã e tarde.

A experiência das cirandas no Chico Mendes demonstra alto nível de organização do movimento, porque com essa experiência ele conseguiu abarcar uma necessidade muito importante das famílias acampadas, pois proporcionou condições concretas para que as famílias, não apenas pudessem participar de maneira mais efetiva da construção da ocupação, como também demonstra a construção de uma confiança no movimento, aumentando as possibilidades de interação. O relato de Helena é ilustrativo neste aspecto:

<sup>49</sup> Entrevista que nos foi concedida por Guilherme em janeiro de 2013.

<sup>50</sup> Entrevista que nos foi concedida por Helena em Julho de 2013.

[...] algumas mães que trabalhavam deixavam lá suas crianças, mas também tinham muitas mães do acampamento que levavam suas crianças pra lá. Isso permitia que elas assumissem tarefas nos seus grupos, tarefas políticas, de educação ou mesmo que melhorassem a qualidade de seus barracos, enfim, que ficasse livre um pouco pra se desenvolver também enquanto gente (Relato de Helena)<sup>51</sup>.

Em relação ao setor de segurança e disciplina, Guilherme, justifica a necessidade desse setor, ressaltando que uma ocupação não é uma “ilha” na periferia, e realiza uma crítica às visões idealizadas sobre o movimento:

Ao mesmo tempo, tinha a questão de segurança. Então, nós montamos um setor de disciplina na época que cumpria papel de fazer, ficar na portaria, de resolver problemas internos. Numa ocupação, é porque muitas vezes as pessoas formam, é, uma visão meio idealizada da ocupação, que por ser organizado por um Movimento de esquerda, por ter uma perspectiva de trabalho e socialista, são homens novos e mulheres novas na ocupação. Não se trata disso né, a ocupação tá no meio da periferia, não é uma ilha, todo ciclo de problemas e violência, de violência doméstica, que existe nos bairros, existe na ocupação também. A diferença é que na ocupação existe um grupo político que tem de algum modo hegemonia sobre o território, que busca se contrapor à lógica dominante (Relato de Guilherme)<sup>52</sup>.

É interessante a crítica de Guilherme, pelo fato de que, essas visões idealizadas também corroboram para facilitar o processo deslegitimação do movimento, na medida em que, se a visão formada não corresponde ao esperado, abrem-se brechas para que se descaracterize um conjunto de ações coletivas.

Os conflitos e tensões fazem parte de um processo que envolve muitas questões, tanto os militantes, quanto as famílias, têm que lidar com situações, por vezes, complexas, mas que exigem respostas rápidas. Conseguir manter a organização interna com menor impacto possível nas tensões está relacionado a assegurar estabilidade em um momento de intensa instabilidade para as pessoas envolvidas, e também diz respeito à legitimidade pública do movimento. As famílias que participam deste processo têm a clara percepção de como podem ser tratadas pela comunidade do entorno e pelas autoridades públicas, elas sabem da necessidade de continuar provando que também são trabalhadoras e que sua pobreza não está relacionada à criminalidade.

Assim, não é viável generalizar situações localizadas que obviamente aparecerão em uma ocupação, porque as pessoas não se desfazem de si para adentrarem no

---

<sup>51</sup> Entrevista que nos foi concedida por Helena em Julho de 2013.

<sup>52</sup> Entrevista que nos foi concedida por Guilherme em Janeiro de 2013.

movimento, existe sim, dispositivos que são acionados e que tencionam a possibilidade de uma sociabilidade mais solidária, que tenta se contrapor à lógica do cada um por “si”.

A visão idealizada convive lado a lado, com a lógica que ordena uma batida policial em uma ocupação. Neste caso, ou, se prova que ali existem “homens novos e mulheres novas”, ou, se generaliza a visão desconfiada sobre o pobre.

### *Negociações e conflitos*

Diferente das experiências anteriores, a ocupação Chico Mendes não é considerada pelos militantes como a ocupação mais exemplar no que se refere ao processo de criminalização contra o MTST. Isso porque, durante as entrevistas, quando nos reportávamos a esse processo, os exemplos citados se referiam muito mais a outras experiências, como o caso do Carlos Lamarca em Osasco - SP, do João Candido em Itapeverica da Serra - SP e a ocupação mais recente conhecida como Novo Pinheirinho, que foi realizada em Embu das Artes – SP. O nome desta última ocupação é uma forma de homenagem à luta da comunidade Pinheirinho em São José dos Campos-SP, que sofreu grande violência policial durante o processo de despejo em 2012<sup>53</sup>.

Observamos que quando a criminalização do MTST é destacada pelos militantes ela se refere a fatores como, violência sofrida pelo deslocamento de efetivo policial contra as famílias acampadas; aos processos jurídicos movidos contra os militantes e a divulgação de informações falaciosas sobre o movimento nos meios de comunicação.

Contudo, não é possível restringir a criminalização produzida sobre o movimento apenas à violência física e aos processos jurídicos, uma vez que este processo abrange uma disputa ideológica que envolve a mobilização de recursos materiais, jurídicos e simbólicos para produzir o discurso da criminalização sobre o movimento e sobre a pobreza dos sem-teto, a partir da concepção atual de cidadania, como estamos demonstrando ao longo do trabalho. Sendo assim, embora todas as formas de repressão contra o movimento sejam exemplares do processo de

---

<sup>53</sup> A reintegração de posse no bairro Pinheirinho, município de São José dos Campos - SP, foi realizada em 22 de janeiro de 2012. No terreno, cuja posse foi requerida pela massa falida da empresa Selecta S/A, residiam mais de 1.700 famílias que sofreram a reintegração de posse mais violenta do ano em todo o país. De acordo com o CONDEPE -Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana-SP “milhares de policiais militares reunidos de todas as regiões do estado e guardas municipais de São José dos Campos, sob comando de um juiz de direito, assessor da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, efetuavam com violência inaudita a mais vexaminosa ação de reintegração de posse e violação coletiva e individual de direitos humanos do ano de 2012 em todo o país.”

criminalização, o eixo articulador deste processo na atualidade é a própria forma como a cidadania está posta para ocultar a luta de classes. Neste sentido, a criminalização sobre o MTST é produzida mesmo em casos em que exista ação violenta em menor grau, uma vez que o movimento se organiza fora dos aparatos institucionais que estabelecem as regras para a participação.

Quando analisamos o vídeo intitulado *Chico Mendes: a dignidade não se rende*, que foi a primeira produção audiovisual do MTST, realizada pela Brigada de Guerrilha Cultural, como um registro dos primeiros momentos da ocupação, notamos que embora existisse ali um clima de tensão, ainda havia “diálogo” com as autoridades públicas, de maneira que não houve uma repressão direta ao movimento, através de truculência policial.

Antes de analisar alguns trechos do vídeo gostaríamos de refletir sobre o nome dado ao vídeo: “*a dignidade não se rende*”. Embora pareça óbvio que a *dignidade* referida seja a dos sem-teto, cabe perguntar, se esta categoria, que dá título ao vídeo, foi ressignificada pelo MTST ou se expressa uma categoria de pensamento que opera no centro da ideologia jurídica? Como já observamos a categoria *dignidade* tornou-se central no discurso da ordem para ocultar a luta de classes, de maneira que a concepção de cidadania em termos de direitos civis passou a se assentar na noção abstrata da dignidade. Para refletir sobre a questão é importante destacarmos o contexto de sua edição. Este vídeo foi produzido pelo Setor da Brigada de Guerrilha Cultural, que iniciou sua atuação em 2004 e durou até 2007. A formação deste Setor, entretanto, não foi uma ideia vinda de militantes do movimento, mas uma proposta de estudantes de filosofia e cinema levada ao movimento.

De acordo com Tedesco (2009, p. 42), que pesquisou sobre o cinema militante a partir das produções realizadas pelo MTST, “O fato de não ser uma ideia vinda da base acompanhou toda a trajetória da Brigada”, embora alguns militantes do movimento tenham se envolvido no Setor da Brigada para ajudar na produção dos vídeos:

Apesar de muitas pessoas que não eram prioritariamente da área do audiovisual terem se aproximado, e para alguns filmes a orientação de militantes da base ter sido fundamental, a barreira entre pessoas oriundas da classe média/meio artístico e os demais integrantes, ao menos nesta parte do Setor, não pôde ser superada.” (TEDESCO, 2009, p.42-43)

Tedesco (2009) chama atenção para uma barreira que não foi superada neste Setor, no que se refere ao processo de edição dos filmes, pois de acordo com relatos que a autora colheu em pesquisa de campo, a edição estava a cargo de “pessoas oriundas da classe média/meio artístico”:

[...] Nicolau [estudante de filosofia que trouxe a proposta para o movimento], o próprio esclarece, que embora tenha sido o único do grupo que começou a participar também de outras esferas do movimento, havia outras pessoas com ele nessa primeira empreitada. Além de H. (primeira militante do MTST a fazer parte do “processo da Brigada”), eles eram principalmente estudantes de Filosofia e Cinema, a maioria amigos ou conhecidos. (TEDESCO, 2009, p. 43)

Além dos estudantes de Filosofia e Cinema a maioria que ajudava no processo eram amigos e conhecidos. O relato de Nicolau é ilustrativo neste aspecto:

[...] o que me incomodava, eu acho, é essa coisa da gente não construir algo que é efetivamente coletivo. Quer dizer, ficar essa coisa do tipo você faz o que a coletividade manda, mas a coletividade não participa integralmente do dilema do processo de montagem, né? Então, quer dizer, você pensar, vou cortar aqui ou vou cortar ali? No fundo, no fundo a decisão é tua e você tem que ficar imaginando o que o outro está pensando, muito mais do que um processo efetivamente coletivo. (Nicolau em entrevista, 2008, apud TEDESCO, 2009, p. 43)

Neste relato, Nicolau expressa um dilema, o de “ficar imaginando o que o outro está pensando”, ou seja, o de como atender às expectativas que estivessem articuladas à proposta do MTST. Um dilema que os indivíduos enfrentam a partir das categorias de pensamento que lhes são possíveis.

Pensamos que a categoria *dignidade*, neste caso, não foi ressignificada pelo movimento, mas se aproxima da atual concepção de cidadania, e não apenas porque faz referência a uma categoria central desta cidadania, mas essencialmente, porque quando analisamos o conteúdo do filme e o relacionamos a algumas das questões exploradas pelo discurso público para criminalizar o movimento, foi justamente o de que os sem-teto do MTST não eram cidadãos do município de Taboão.

Isso ficará mais claro quando transcrevermos alguns trechos do vídeo, em que perceberemos que um dos principais argumentos da prefeitura de Taboão da Serra e da Secretária de habitação para se negar a negociar com o MTST era o de que as famílias não eram *cidadãs* do município. Nesse sentido, o título expressa uma relação estabelecida pelos editores do vídeo com aquilo que mais lhes chamou a atenção no processo de gravação e com o contexto do acampamento, sendo a partir desta relação

que intitularam o vídeo. Nesse sentido, embora baseado em outra intencionalidade, o título do vídeo expressa uma relação com a concepção de cidadania atual.

Este dilema, no entanto, não descaracteriza o caráter militante dos filmes produzidos pela Brigada neste período, ao contrário, a atuação da Brigada foi fundamental para promover as atividades culturais do acampamento Chico Mendes.

Ao analisarmos alguns trechos do vídeo, podemos notar o início daquele “diálogo”, ao qual no referimos nos parágrafos iniciais, ao destacar a fala de um policial e da Secretária de habitação do município, transcritos respectivamente:

[...] a comunidade aqui revoltada com a situação dessa área... [comunicação com outros policiais, provavelmente via rádio]. Não sei de quem é esse prédio, esse prédio tá embargado por causa do local ai. Começaram a construção, começou a erodir. Então é até perigoso pra esse pessoal, se eles entrarem no prédio ai, certo. Agora, sua cabeça é seu guia, você tem uma cerca delimitando o espaço particular e o espaço público, que é a via. Está de noite, não sei o que tem ai dentro, não sei se nós entrarmos e invadirmos ou coisa parecida o que vamos encontrar, tá. As atitudes podem ocorrer de acordo com a agressão de partir pra cima da gente. (Fala do Policial)

[...] porque assim, da coisa da legitimidade, que é importante ter legitimidade desse movimento, tudo. não ter essa coisa de gente que pega carona e tal. Quem mais que é da liderança? Vocês dois estão muito bem vestidos pra ser líder de movimento sem-teto. Desculpa... não, não é preconceito, eu quero [...] mas é que eu quero conversar com gente que seja representante mesmo, pra gente num ... eu queria só saber com quem que eu converso (Fala da Secretária de Habitação)

Na fala da secretária de habitação, que estava acompanhada também pelo proprietário do terreno, é que se iniciaram as negociações. Há um elemento interessante nesta fala, o fator “bem vestido pra ser líder de movimento sem-teto”.

Ainda que o caso do acampamento Chico Mendes não seja considerado como o mais ilustrativo em termos da criminalização do MTST, o processo de criminalização não pode ser analisado somente em termos de fenômenos que exemplifiquem um tratamento explícito de enquadramento criminal, mas a partir de elementos que demonstram um modo de operar para criminalizar.

A relação com o entorno no processo de criminalização é importante, uma vez que, a partir dessa relação é que em seguida serão explorados os estereótipos, estigmas, boatos, qualificações, que acabam por ser instrumentalizados em mecanismos de aproximação entre pobreza e criminalidade.

O principal argumento da prefeitura e da Secretária de habitação era de que as famílias que estavam participando da ocupação não eram *cidadãs* de Taboão da Serra, argumento imediatamente rebatido por um dos acampados:

[...] eu mesmo to aqui acompanhando, moro há 20 anos no Taboão [...] com a senhora mesmo, procura lá Eliane de Fatima Nicolau, deve te umas três daquele papel que faz, reunião todos os dias, e eu continuo pagando R\$ 410,00 de aluguel e num vou sair, vou ficar com eles aqui. E todos políticos eu já conheço, certo, Evilasio já foi na minha casa, Fernando, Arlete, todos me conhecem [...] (Fala do morador de Taboão da Serra)

Apesar desta fala negar a afirmação das autoridades, este indício foi bastante explorado pelo jornal local O Taboanense, sob o argumento de que as famílias do acampamento não residiam no município<sup>54</sup>. Esta é uma fala ilustrativa para pensarmos sobre o termo *dignidade* atribuído ao vídeo.

Em 07 de Outubro de 2005 o MTST publicou uma “carta-resposta” ao Jornal local O Taboanense na qual rebatia acusações do jornal ao movimento<sup>55</sup>. Nesta publicação, aparece um dos elementos explorados pelo jornal, de que as famílias que participavam da ocupação eram forasteiras, sugerindo a ideia de não exercício da cidadania:

Portal O Taboanense: Ela está totalmente ocupada por famílias que vieram principalmente de São Paulo e de outras cidades da Região Metropolitana. Segundo levantamento da prefeitura, quase não existem pessoas de Taboão da Serra na invasão. (Portal O Taboanense)

Resposta do MTST: Esta informação é absolutamente falsa. Em primeiro lugar, porque a Prefeitura não fez nenhum levantamento na ocupação. Em segundo, porque estamos realizando um cadastramento das famílias que comprovará que a maioria absoluta dos acampados é cidadão de Taboão da Serra. O repórter responsável pela matéria deveria se informar melhor antes de divulgar falsas afirmações como essa (na mesma matéria, o jornalista confessa que não conversou com ninguém do MTST)<sup>56</sup>.

Esse elemento forasteiro já havia ficado implicitamente enunciado na fala da Secretária de habitação no dia da ocupação, quando se refere aos “bem vestidos”. E notamos que em todas as matérias sobre a ocupação, alguns dos leitores que se

<sup>54</sup> O Jornal O Taboanense faz divulgações somente via internet, não há divulgação impressa.

<sup>55</sup> No sitio do Jornal O Taboanense a matéria não está mais disponível para acesso. Disponível em: <<http://midiaindependente.org/pt/blue/2005/10/331891.shtml>>

<sup>56</sup> Disponível em: <<http://midiaindependente.org/pt/blue/2005/10/331891.shtml>> Acesso em: Dez./2012.

posicionavam contra a ocupação utilizavam-se desse argumento. Só para citar um exemplo, destacamos abaixo um dos comentários na parte de opiniões de uma das matérias sobre a ocupação no período:

### **O MOVIMENTO DE VAGABUNDOS SEM TERRAS**

12/10/2005 04:58

É um absurdo o que esta acontecendo em Taboão da Serra, porque esses bandos de vagabundos e aproveitadores não invadem a área do Amazonas? Por que não deixam a população de Taboão da Serra em paz? Espero que a tropa de choque da polícia militar compareça e retire todos esses vagabundos desta área, já não basta os bandidos que temos aqui, o trafico de drogas? E vêm mais calhordas de outra cidade. Por que esses canalhas não acordam cedo e vão trabalhar como a maioria faz? Onde está escrito na Constituição que o governo é obrigado a dar alguma coisa de graça? É injusto muitos trabalharem pra conquistar seu espaço e os vagabundos invadirem as áreas que não lhes pertencem, espero que esses sanguessugas desapareçam dessa cidade!! (Opinião do leitor)<sup>57</sup>

A tentativa de deslegitimar a ocupação tinha como elemento central o fato de se tratar de possíveis “forasteiros oportunistas”. Tratamento recusado pelo MTST que realizou diversas denúncias através de publicações em mídias alternativas. Uma das denúncias se referia ao fato de que as famílias da ocupação tinham dificuldades para terem acesso aos serviços públicos da cidade, uma vez que quando citavam o endereço da ocupação lhes eram negadas matrículas de seus filhos nas escolas e até mesmo socorro nas unidades básicas de saúde. Segundo o MTST, houve inclusive o caso de uma mulher grávida da ocupação a quem teria sido negado socorro quando entrou em trabalho de parto<sup>58</sup>.

Dessa maneira, podemos observar que o processo de criminalização esteve articulado a aspectos que diziam respeito à condição de pobreza das famílias acampadas, por meio dos quais se atribuiu um sentido moral de falta de esforço (vagabundagem) e de perigo. Mas, não apenas, este sentido moral, se articulou à noção de não cidadania conferida aos sem-teto, que pudemos observar tanto no discurso da prefeitura e do jornal local quanto pelas denúncias do MTST sobre a negação de atendimento nos serviços públicos do município. Sendo assim, podemos afirmar mais uma vez que a categoria dignidade humana que operacionaliza o status de cidadania por ser pensada abstratamente se transforma em seu oposto, indignidade.

<sup>57</sup> Disponível em: <www.midiaindependente.org > Acesso em: Jan./2013.

<sup>58</sup> “Só parando a rua mesmo!” publicado em 22/02/2006. Disponível em: <www.mtst.org.br> Acesso em: Agosto de 2011.

No caso do Chico Mendes, não houve o deslocamento de efetivo policial para realizar reintegração de posse, mas foi realizada uma operação policial dentro do acampamento. De acordo com Guilherme,

Houve inquéritos, [...] numa tentativa de associar o movimento com o narcotráfico. Porque a polícia numa ocasião fez uma operação lá dentro e prendeu um traficante. E aí depois intimaram lideranças do movimento, no intuito de estabelecer uma relação, mas isso não foi adiante.<sup>59</sup>

Conforme nos relatou Guilherme, no Chico Mendes não houve processo criminal movido contra militantes, mas a prefeitura entrou com uma ação de interdito proibitório. Esta ação judicial visava impedir que o movimento ocupasse outros terrenos no município de Taboão sob pena de pagar multa diária<sup>60</sup>.

O que foi mais grave do ponto de vista da criminalização do processo Chico Mendes, não foi nem um processo criminal, propriamente dito, foi uma ação, que depois se tornou modelo, que é a ação da prefeitura do Taboão de entrar com interdito proibitório. Então, como o movimento fez uma série de marchas na prefeitura, a prefeitura entrou, e o que é pior, o judiciário validou, com uma ação de interdito proibitório, pedindo que o movimento não fizesse manifestações na prefeitura. Um negócio disparatado, que fere a Constituição, e ganharam, essa ação esta vigorando até hoje! Esses dias nós fomos fazer manifestação na prefeitura e eles ficaram ameaçando sempre de prender aqueles que tão nomeados na ação, alguns dirigentes do movimento que tão nomeados na ação do interdito proibitório. Isso depois se alastrou de uma forma incrível! Nós, hoje, o MTST esta judicialmente impedido de fazer manifestações em 7 prefeituras do Estado de São Paulo<sup>61</sup>. (Relato de Guilherme, 2013)

As ações da prefeitura de Taboão da Serra contra o MTST foram articuladas no sentido de impedir que o movimento realizasse outras ocupações no município e de vincular o movimento ao tráfico de drogas. No entanto, a ação do judiciário não poderia ser diferente, pois como parte do aparelho de Estado, o judiciário tem a função de legitimar a ideologia da ordem. Sendo assim, a ação de interdito proibitório é um instrumento jurídico que atua no centro da criminalização do MTST, tendo em vista que é utilizado sob o argumento de manutenção da ordem.

---

<sup>59</sup> Entrevista que nos foi concedida por Guilherme em Janeiro de 2013

<sup>60</sup> Interdito proibitório é uma ação judicial que visa proteger a posse contra ameaças de réu identificado.

<sup>61</sup> Entrevista que nos foi concedida por Guilherme em Janeiro de 2013.

Guilherme também nos relatou um episódio em que o prefeito do município Evilásio Farias (PSB) fez provocações durante uma manifestação realizada pelo movimento em frente à prefeitura, numa tentativa de gerar tumulto, conseqüentemente criando um fato para que Guarda Civil Municipal (CGM) atuasse de maneira violenta contra os sem-teto:

[...] uma [...] questão que ocorreu no processo da ocupação Chico Mendes, foi quando nós fizemos uma manifestação na prefeitura. Houve uma provocação da parte do prefeito. Então prefeito, que chegou lá, tal, deu tchauzinho pro pessoal que tava do lado de fora. [...] o que ocorreu com isso foi que uma turma tentou ocupar a prefeitura e a guarda municipal reagiu de forma violentíssima, brutal! Vários companheiros agredidos! Um, teve traumatismo craniano, três ficaram hospitalizados, alguns companheiros detidos. Foi um processo também de violência da Guarda Municipal do Taboão contra o movimento<sup>62</sup>.

Esse tipo de tensão foi bastante divulgada pelo jornal da cidade O Taboanense explorando a ideia de baderna, confusão e vandalismo para qualificar as ações do movimento, como pode ser observado abaixo:

#### **Protesto do MTST termina em quebra-quebra na Câmara Municipal**

Terror. Com essa palavra é possível definir o final trágico da sessão da Câmara Municipal de Taboão [...]. Uma manifestação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto terminou com um enorme quebra-quebra dentro do plenário. As cadeiras foram arrancadas e jogadas em direção aos vereadores, as portas de vidros ficaram destruídas. A GCM precisou usar gás de pimenta para conter os manifestantes<sup>63</sup>.

A principal causa do vandalismo registrado na noite desta terça-feira foi a não votação de um projeto enviado pelo prefeito Evilásio Farias, em regime de urgência, que transforma duas áreas residenciais, uma no Jd. Helena e outra no Pq. Laguna, em Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis), o que permite a desapropriação a baixo custo para a construção de moradias para famílias carentes<sup>64</sup>.

A descrição feita pelo jornal traz a ideia de um clima de terror supostamente criado pelo movimento em função de entraves nas negociações. Nessa descrição, os manifestantes são qualificados como menos civilizados e com menor capacidade cognitiva para negociar. É uma descrição que explora a ideia de brutalidade e violência

<sup>62</sup> Idem

<sup>63</sup> CGM – Guarda Civil Municipal.

<sup>64</sup> Disponível em: <<http://www.otaboanense.com.br/noticia/8182/>> Acesso em: 31/05/2013.

dos quais os manifestantes seriam portadores, utilizando como estratégias a descontextualização do longo processo de negociações com a prefeitura e obscurecendo o fato de que a prefeitura criou uma série de dificuldades e entraves nas negociações com o movimento. A estratégia utilizada pelo jornal para atribuir o sentido de violência à ação dos sem-teto e justificar a ação repressiva da Guarda Civil Municipal foi a de eliminar o contexto das dificuldades criadas pela prefeitura nas negociações.

De acordo com Guilherme, as negociações só começaram a avançar após a greve de fome que o movimento fez em frente à casa de Lula, presidente no período. A partir deste momento o governo federal entrou nas negociações:

A gente tem uma reunião com a mediação do Ministro Gilberto Carvalho, na época ele era chefe de gabinete, não era Ministro, com o Ministro das Cidades, a Secretária nacional de habitação aqui em São Paulo, a partir dessa reunião se constrói um acordo pra construção de moradia. [...] nesse processo a gente conseguiu fazer com que a prefeitura de Taboão, pressionada pelo Governo Federal, flexibilizasse e começou a discussão sobre bolsa aluguel.<sup>65</sup>

Após 8 meses de negociações foi firmado um acordo com as esferas do governo federal, estadual e municipal prevendo a “liberação de recursos da Caixa Econômica Federal para a compra de um terreno e construção das casas, porém o terreno em que estavam acampados não seria alvo de compra, por desinteresse do proprietário” (GOULART, 2011, p. 48). Para que as famílias desocupassem a área e aguardassem a compra do terreno e construção das moradias, foram liberadas 250 bolsas-aluguel, que eram insuficientes para as famílias que haviam permanecido na ocupação, mas que o movimento teve que selecionar entre aqueles que não tinham onde se alojar, como casas de parentes, por exemplo.

De acordo com Goulart (2011, p.49) a partir deste momento o movimento passou a conviver

com os meandros das negociações com o poder executivo e legislativo, que devolveu ao movimento parte das responsabilidades pela viabilização dos projetos habitacionais, como a localização de terrenos, o cadastramento das famílias e mostrou a morosidade dos entraves “técnicos” para aprovação de cada parte do processo, como laudos das áreas, liberação dos recursos, etc.

---

<sup>65</sup> Entrevista que nos foi concedida por Guilherme em Janeiro de 2013.

Esta era uma situação delicada para o movimento, uma vez que o próprio movimento deveria estipular critérios de seleção entre os “mais necessitados” e assumir funções que deveriam ser desempenhadas pelo poder público.

No entanto, Jota nos relatou que diante da situação de despejo iminente e para não expor as famílias à violência policial, o movimento resolveu aceitar a bolsa-aluguel pela primeira vez:

[...] enfim, conseguimos colocar o pessoal no bolsa aluguel. A gente conseguiu o bolsa aluguel, que também não é o que a gente quer [...] Mas é o que tem. Então se não aceita, vem a borracha, vem o despejo. Porque a tendência é o governo jogar o problema no colo da gente, e a polícia no colo do juiz e o juiz devolver pra polícia e falar *vai lá e arrebenta os caras*. Não tem saída. Então, se aparece alguma coisa, você pega. Com o bolsa aluguel o pessoal do Chico Mendes estão alojados, alugaram casas. Tem uma bolsa de R\$300,00 por família. Que aqui em São Paulo é pouco, é verdade que não garante. O aluguel hoje aqui é no mínimo R\$500. Famílias que têm bastante filhos é difícil inclusive de ser aceito, porque quando você tem muitos filhos, você vai em algum lugar, a pessoa não quer com muito filho, pra não ter barulho, enfim [...] E com R\$300,00 quem dirá! [Alugar] um cômodo pra aguentar um tempo, até que a gente fizesse outras lutas e conseguisse algo mais consistente que é o que saiu agora pras famílias que estão lá.<sup>66</sup>

Como relata Jota, embora esta não fosse a solução ideal, pois o objetivo do movimento era conseguir a desapropriação da área para construção das moradias, foi preciso responder a situação de maneira imediata para que pudesse continuar desenvolvendo outras lutas. Mesmo porque, se não há resposta de alguma conquista material para as famílias, existe maior probabilidade de esvaziamento da ocupação, dificultando a construção de um trabalho em longo prazo de fortalecimento do movimento.

Ao descrever esta dinâmica, o relato de Jota demonstra uma ideia totalmente contrária àquela relatada pelo jornal O Taboanense através da matéria que destacamos anteriormente, em que o jornal retratou as pessoas que faziam o ato na Câmara Municipal como violentas, incivilizadas e sem controle para aguardar trâmites de negociações legais.

Através da fala de Jota observamos que paciência para esperar trâmites políticos e burocráticos é o que não faltou às famílias, pois, apesar de terem muitos “filhos [o que] é difícil inclusive de ser aceito” pelos locadores, as famílias aceitaram a “bolsa

---

<sup>66</sup> Entrevista que nos foi concedida por Jota em janeiro de 2013.

aluguel” (Relato de Jota, 2003) mesmo sabendo que esta era uma medida provisória que não resolveria a questão. É importante observar, que não são pessoas solteiras e sem filhos, cujo deslocamento e aluguel de cômodo são soluções mais rápidas, mas famílias que se deslocam com muito custo e em condições adversas levando tudo o que têm: filhos e pertences.

De acordo com Goulart (2011) ao saírem da área ocupada as famílias foram organizadas em núcleos territoriais pelo movimento. Atualmente as famílias aguardam a liberação de 896 apartamentos que estão sendo construídos no Jardim Salete em Taboão da Serra.

Senso assim, no caso do acampamento Chico Mendes as dificuldades no processo de negociação foram desencadeadas pelo poder político local. Por um lado, a prefeitura de Taboão da Serra dificultou as negociações com o movimento e encontrou maneiras de incitar e justificar a ação violenta da Guarda Civil Municipal contra as manifestações do movimento sob o argumento de manutenção da ordem, respaldado no judiciário para tentar impedir que o movimento expandisse sua atuação dentro da cidade. Por outro, a câmara dos vereadores que buscou inviabilizar a aprovação da expansão das áreas de ZEIS, uma vez que essa expansão ao facilitar a compra e desapropriação de terrenos por interesse social fere os interesses da especulação imobiliária.

De forma compatível com os interesses do poder político local o jornal do município O Taboanense buscou incitar os moradores da cidade a se colocarem contra a ocupação e às ações do movimento através de matérias jornalísticas enviesadas, em que exploravam a ideia de que as pessoas da ocupação além de não serem do município, não cidadãs, estavam ali para causar baderna, violência e desordem.

Podemos observar assim, que o discurso da criminalização sobre o MTST no caso do Chico Mendes operou principalmente através de associações entre a condição de pobreza das famílias acampadas e seu não *status de cidadania* com a representação de perigo e violência, para produzir um sentido de desconfiança.

### CAPÍTULO 3

#### O PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO NO PERÍODO NEOLIBERAL

O caso do acampamento Chico Mendes é ilustrativo de como os mecanismos sociais produzidos para criminalizar o MTST estão articulados à criminalização da pobreza. Contudo, esta particularidade só pode ser entendida em um contexto mais amplo que envolve um discurso sobre o pobre e as lutas sociais, que são de longa data, mas que ganharam atualidade no período neoliberal.

O discurso que o jornal local de Taboão da Serra-SP explorou em alguns momentos para retratar a ação dos sem-teto esteve vinculado à ideia de violência, de causadores de desordem no sentido de gerar uma desconfiança sobre a origem-não-cidadã das famílias acampadas. Este discurso está relacionado à produção de um “nós” e um “eles”, um tipo de separação opera para construir uma diferenciação interna da pobreza, se constituindo em um mecanismo social para representar aqueles que devem ser vistos como perigosos.

Entretanto, este discurso sobre o pobre impera no Brasil desde a Primeira República (1889-1930) quando a força de trabalho tornada livre (o negro, mas também o caipira que era livre e não proprietário de escravos), não ocupou imediatamente o lugar do novo trabalhador (ROLNIK, 1994, p.96). De acordo com Rolnik (1994, p. 96), a opção pela mão de obra europeia era antes de tudo uma razão econômica, no entanto, utilizar esta mão de obra “civilizada” também se relacionou ao fato de que “não era possível romper repentinamente com todo o arcabouço ético-político da escravidão, montado mediante identificação ‘selvagem-inumano-cativo’”.

Nesse sentido, o discurso da classe dominante operou diferenciando “internamente a pobreza, produzindo ao mesmo tempo a figura do ‘marginal’, usando para isso uma estigmatização racial” para justificar ações repressivas e “definir os lugares que cada grupo ocuparia na hierarquia do espaço social” (Idem).

A vasta produção de discursos sobre o pobre sempre esteve atrelada ao discurso de manutenção da ordem. Esses discursos construídos como forma de manter um controle social e político sempre estiveram pautados no que Kowarick (1994, p. 167) denominou de “vistoria da vida privada [...] o mundo da desordem, potencialmente delinquente”, que é “jovem, de tez morena ou escura, mal vestido, de aparência subnutrida”. Alguns exemplos são elucidativos desta vistoria, que se refere a um

juízo moral e estigmatizante sobre os arranjos familiares e o modo de vida do pobre que não se encaixa na padronização idealizada pelas classes dominantes: *desorganização familiar, moralidade duvidosa, hábitos perniciosos*, entre outros, utilizados para construir o diagnóstico da periculosidade (KOWARICK, 1994, p. 167).

Entretanto, existe uma atualidade do discurso sobre o pobre que também se relaciona ao discurso sobre as lutas sociais, não apenas para que ações repressivas sejam justificadas, mas, sobretudo, para reforçar mecanismos criados para produzir o pobre como infrator, sempre que este ameaça romper com a resignação da pobreza e, assim, com discurso da ordem.

A atualidade deste discurso ocorreu em um momento em que no debate público houve um deslocamento de eixo do debate sobre a pobreza e o grande problema social a ser resolvido se tornou o da criminalidade. Contudo, a história sobre a vida privada das pessoas permanece, entretanto, nenhum pobre pode ser enquadrado como criminoso por *desorganização familiar, moralidade duvidosa, hábitos perniciosos* ou *vadiagem*, mas mantido sob vigilância uma vez que seus hábitos são vistos como geradores de atividades criminosas.

De outra forma, foi no momento em que a criminalidade se tornou central no debate público e no meio acadêmico, que a ampliação dos mecanismos jurídicos de punição ao crime ganhou centralidade.

A década de 1990 foi um momento de mudanças paradigmáticas no Brasil. Por um lado, a consolidação da Constituição de 1988 representou um momento importante de abertura política e de ampliação da cidadania. Nesse ínterim, a ampliação dos direitos civis relacionados à ideia de dignidade e direitos humanos ganhou um lugar importante na agenda pública, uma vez que se vinculava à ideia de que com a abertura democrática o país pudesse se livrar da mácula de uma história recente de autoritarismo.

De acordo com Kowarick e Campanário (1994, p.65), apesar do caráter progressista da Constituição de 1988, a recessão econômica da década de 1980, que resultou em um surto de concentração de renda, continuou acentuada na década seguinte agudizando a precariedade das condições de vida da população em São Paulo e na região metropolitana. Assim, a década de 1990 despontou com uma crise urbana em São Paulo e sua região metropolitana, o que pode ser constatado pelo aumento do número de favelas, aumento das áreas periféricas na região metropolitana, aumento da pobreza e da violência urbana. Segundo os autores, havia “mais de 800 mil favelados, inúmeros aglomerados em áreas de risco”.

Em meio à crise urbana, o problema da violência e da criminalidade ganhou destaque nos debates públicos e no meio acadêmico. De acordo com Barros (2012, p. 85),

Ao final da década de 1990, as Ciências Sociais no Brasil, ao realizarem uma retrospectiva de sua produção e de suas temáticas no período da redemocratização, passaram a considerar o campo da Violência, Criminalidade, Justiça Criminal, Direitos Humanos e afins, como uma área suficientemente consolidada de investigações e de acúmulo de conhecimento. Grupos de pesquisa, institutos, organizações não-governamentais e entidades acadêmicas, dentre outros, concentraram, sobretudo, nos grandes centros urbanos – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre, por exemplo – pesquisas, produção de informações e tentativas de compreensão de fenômenos novos na sociedade brasileira, tais como o aumento da criminalidade violenta, da delinquência urbana, do funcionamento problemático do sistema da Justiça Criminal, da permanência de uma cultura política autoritária e seus obstáculos a uma sociedade democrática, bem como estudos voltados para as dinâmicas das Políticas Públicas direcionadas a administração destes problemas.

O autor ressalta que havia diversos vieses teóricos dessas pesquisas, entretanto, para nós, é revelador que a maior parte delas buscava “incluir uma agenda de reconstrução da experiência democrática” (Idem: 90), articulando essa reconstrução ao melhor funcionamento do modelo de justiça. Para ilustrar um dos pontos desse debate, vamos destacar, conforme a análise de Barros (2012), a crítica realizada por Alba Zaluar às pesquisas que, naquele momento, vinculavam o tema criminalidade e violência ao tema da pobreza.

A visão comum que aproxima os problemas de criminalidade e violência às questões de crescimento de pobreza, miséria e marginalização levavam os cientistas sociais a dilemas éticos teóricos, pois os pobres ocupavam, ao mesmo tempo, os papéis de protagonistas dessas novas criminalidades violentas que se expandiam nas metrópoles brasileiras, mas eram também as vítimas preferenciais de toda esta construção social que incorporavam as concepções tradicionais de controle do crime (Zaluar, 1999). Era necessário, portanto, não apenas dissecar analiticamente os processos de criminalização das classes populares, seus efeitos discriminatórios, mas também o modo como esse modelo de justiça criminal bloqueava as expectativas democráticas, uma vez que lidava com diferentes status de cidadania e representava as classes populares como indivíduos desprovidos de direitos e passíveis de controles violentos e discriminatórios. (BARROS, 2012, p. 91)

É fundamental notar que a crítica exposta acima buscava direcionar o debate para a relação entre o modelo de justiça criminal e às expectativas democráticas, apontando como um dos problemas das classes populares a necessidade de elevação de

seu status de cidadania. Se analisarmos por esse viés, uma das soluções ao problema seria encontrar formas de aperfeiçoamento do modelo de justiça criminal, e, por outro, encontrar mecanismos para assegurar a ampliação dos direitos civis.

Em sua análise Barros (2012) destaca outras pesquisas que contribuíram para o desenvolvimento deste debate acerca da relação entre os déficits de cidadania (em termos de direitos civis) e as práticas autoritárias como, por exemplo, a obra de Caldeira (2000) “*Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*” que se tornou uma referência nas pesquisas.

De acordo com Barros (2012, p. 93), nesta pesquisa um dos principais focos era articular de que maneira a experiência da violência e da criminalidade na cidade de São Paulo influenciou nos padrões de organização e ocupação da cidade. O autor observa que, ao dedicar um capítulo à permanência das práticas autoritárias em instituições de justiça criminal na área de segurança pública, “Caldeira (2000) oferece um interessante argumento, mostrando como os discursos e os valores associados aos direitos humanos não foram capazes de serem incorporados na experiência social e política da sociedade brasileira.” (Idem:93).

Este argumento se sustentaria devido ao fato de que a restituição dos direitos políticos (eleições diretas) e os avanços nos direitos sociais (direitos trabalhistas, por exemplo), “não foram acompanhadas pelo avanço dos direitos civis de grandes parcelas da população, que permaneceram sem reconhecimento social e ocupando posições marginalizadas no arranjo marcadamente desigual da sociedade brasileira” (Idem:94)

Podemos perceber a forte ênfase desta abordagem nos direitos civis, ao mesmo tempo em que há um enfraquecimento da perspectiva sobre os direitos sociais. Entendemos a necessidade de um exame aprofundado sobre o desenvolvimento desses debates; contudo, podemos notar que o debate acadêmico contribuiu indiretamente para a disseminação da ideologia jurídica a partir do eixo cidadania (em termos de direitos civis) e violência, tanto para discutir o aperfeiçoamento do modelo de justiça, quanto para ampliação desta cidadania às camadas populares.

### **3.1 O processo de criminalização do trabalhador pobre**

Olímpico de Jesus trabalhava de operário numa metalúrgica e ela nem notou que ele não se chamava de “operário” e sim de “metalúrgico”. Macabéa ficava contente com a posição social dele porque também

tinha orgulho de ser datilógrafa, embora ganhasse menos que o salário mínimo. Mas ela e Olímpico eram alguém no mundo. “Metalúrgico e datilógrafa” formavam um casal de classe. A tarefa de Olímpico tinha o gosto que se sente quando se fuma um cigarro acendendo-o do lado errado, na ponta da cortiça. O trabalho consistia em pegar as barras de metal que vinham deslizando de cima da máquina para colocá-las embaixo, sobre uma placa deslizante. Nunca se perguntara por que colocava a barra embaixo. A vida não lhe era má e ele até economizava um pouco de dinheiro: dormia de graça numa guarita em obras de demolição por camaradagem do vigia.

Macábea disse:

- As boas maneiras são a melhor herança.

- Pois para mim a melhor herança é mesmo muito dinheiro. Mas um dia vou ser muito rico, disse ele que tinha uma grandeza demoníaca: sua força sangrava.

Uma coisa que tinha vontade era ser toureiro. Uma vez fora ao cinema e estremeceu da cabeça aos pés quando vira a capa vermelha. Não tinha pena do touro. Gostava era de ver sangue.

No Nordeste tinha juntado salários e salários para arrancar um canino perfeito e trocá-lo por um dente de ouro faiscante. Este dente lhe dava posição na vida. (Clarice Lispector, *A hora da Estrela*, p. 45-46).

Os dois personagens descritos no trecho retirado do livro “A hora da Estrela”, estão situados no período entre as décadas de 1960 e 1970, quando ocorria grande fluxo migratório da região Nordeste em direção à região Sudeste do país, principalmente para as cidades de Rio de Janeiro e São Paulo. Na década de 1970, o padrão de metropolização-periférica se consolidou na cidade de São Paulo e o crescimento urbano já transbordava os limites da capital (KOWARICK, 1994, p. 151). Desta maneira, os migrantes que chegaram a partir deste período tiveram maior dificuldade para ter acesso à moradia na capital no modelo da casa própria autoconstruída<sup>67</sup>. Já na segunda metade dos anos 1970 houve um aumento do número de moradores de cortiços e favelas na capital paulista e na região metropolitana.

Nas décadas seguintes, o espaço urbano ganhou outras configurações, assim como as relações de trabalho. Trabalhadores migrantes, como os personagens “Macabea” e “Olímpico”, passavam cada vez mais a serem entendidos como pobres urbanos, no caso de São Paulo, de moradores de cortiços na região central a moradores de favelas.

---

<sup>67</sup> “Confeccionada mediante técnicas rudimentares, este tipo de produção de moradias supõe, de um lado, a ampliação da já normalmente extensa jornada de trabalho, bem como a venda de férias, ‘bicos’ e outros expedientes necessários para obter recursos, a fim de levar adiante a sua construção. Mas, além disto, implica também um tempo de trabalho suplementar na construção da moradia, na sua ampliação e constante reparação.” Esta é a opção de quem pode “escapar dos cortiços e favelas”. (KOWARICK, BONDUKI, 1994, p. 161)

Em uma entrevista concedida à TV Cultura em 1977, a autora de “A hora da estrela”, Clarice Lispector afirmou que a personagem principal da obra era de uma “inocência pisada” e uma “miséria anônima”<sup>68</sup>. Alguns estudos no meio acadêmico deram visibilidade a esta “miséria anônima”, apontando a relação entre a exploração dessa força de trabalho e o processo de espoliação urbana capitalista<sup>69</sup>.

Para trabalhadores, como os personagens descritos, que nunca estiveram articulados a sindicatos e às lutas sindicais, as discussões e entendimentos sobre as relações de trabalho não são realizadas em termos de *intensificação da precarização do trabalho e perdas de direitos sociais*, mas a partir de noções cotidianas sobre sua própria condição de vida nos espaços da cidade.

São trabalhadores que se entendem como pobres, favelados, que fazem parte de um contingente significativo da força de trabalho que sempre esteve numa condição de subemprego; diferente do perfil do trabalhador formal, sindicalizado, estes discutem os avanços e retrocessos nas políticas sociais a partir do entendimento sobre as dificuldades que têm para pagar a “condução” (transporte público), comprar material para construção de suas casas, pagar o aluguel e manter os filhos. De tal modo, se verifica que é desta posição que assistem a intensificação da precarização das condições de trabalho.

Esses trabalhadores, considerados genericamente como os pobres urbanos, encontram-se numa linha tênue, entre serem considerados como os párias ou como necessitados de “ajuda” assistencialista. A configuração de tal designação é resultado dos tipos de políticas públicas destinadas a essa parcela populacional, que pressupõe (de outra forma, objetiva) garantir a ordem e encontrar soluções para diminuir os indicadores de pobreza.

Porém, quando esses trabalhadores são organizados sob a bandeira de um movimento social e demonstram capacidade de desafiar a noção abstrata da ordem, a

---

<sup>68</sup> Entrevista concedida pela autora à TV Cultura em 1977. Disponível em: <[http://www.youtube.com/watch?v=djj\\_gdxUrPI](http://www.youtube.com/watch?v=djj_gdxUrPI)>

<sup>69</sup> Ver os estudos de KOWARICK, 1979; MARICATO, 1982; BONDUKI, 1982; BOLAFFI, 1982; SINGER, 1985. Kowarick (1979, p.59) analisou a dinâmica do crescimento desordenado da cidade, como fenômeno intrinsecamente relacionado ao acirramento da exploração do trabalho e da espoliação urbana. Nesta obra, o autor denominou o processo de espoliação urbana como: “[...] o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho.” O conceito foi reformulado pelo autor, na obra, “Escritos urbanos” de 2000.

designação também é tênue. As formas de criminalizar variam, mas o argumento básico é o mesmo: manter a ordem.

Assim, a discussão sobre criminalização de um movimento social passa pelo entendimento de quem esse movimento representa e como ele se organiza. Pois, para cada tipo de circunstância, o Estado busca apresentar uma resposta, seja através da formulação de políticas públicas, seja encontrando formas de enquadramento nas quais o movimento tenha ou não legitimidade.

Ao se colocarem na arena política, como indivíduos concretos, os trabalhadores organizados em um movimento social rompem o discurso abstrato que os delimitam como indivíduos livres e iguais, ou, como pobres em sentido genérico. Isso porque, se tratada de forma genérica, sua condição de pobreza é naturalizada e as causas para ela passam a ser explicadas por meio de variáveis, como por exemplo, escolhas e oportunidades, o que implica na atribuição (do sentido) da falta de esforço individual.

Portanto, a criminalização do MTST passa pelo viés da criminalização da pobreza, buscando levar os trabalhadores pobres a uma espécie de inferiorização e resignação com sua situação. A nosso ver, tal inferiorização e resignação não se articula de maneira simples e clara, porque não se trata de criminalizar diretamente o trabalhador. Pois, não seria adequado criminalizar o trabalhador em uma formação organizada por um *Estado democrático de direito*, na qual ser trabalhador e cidadão é indicativo de boa conduta e bom comportamento.

Contudo, o trabalhador, entendido como *o pobre*, não é considerado como um cidadão integral, já que, sob a perspectiva que o criminaliza, ainda não adquiriu o status civilizatório da cidadania plena, ou seja, o de gerir suas próprias necessidades.

Sendo assim, o diálogo estabelecido com esses trabalhadores está direcionado às tentativas de adequação de seu comportamento ao que se espera de um cidadão, na impossibilidade dessa adequação, abrem-se brechas para a sua criminalização.

Como dissemos, esses trabalhadores são a base social do MTST, em sua maioria desempregados, trabalhadores do setor informal, subempregados; moradores de periferias urbanas e favelas.

Essa questão é importante, pois, uma vez que estamos tratando dos mecanismos sociais de criminalização de um determinado movimento social, os quais operam através de classificação da conduta dos trabalhadores que o compõem; é preciso considerar que criminalização não se restringe a um modelo formal de enquadramento, segundo o qual, criminoso é quem comete infrações. Caso contrário, como explicar que

mesmo agindo dentro da lei, os trabalhadores pobres correm sempre o risco de serem considerados suspeitos potenciais de atentarem contra a ordem pública?

### **3.2 O discurso da criminalização**

Como já observamos, o Estado tem a função geral de ordem (coesão) no interior de uma formação social marcada pela relação antagônica de classes e com a presença de outros modos de produção, garantindo um equilíbrio possível para que nesta formação haja certa estabilidade entre as classes e o modo de produção dominante.

Para fazê-lo, o Estado assume a função política de conservar a ordem frente aos interesses não somente conflitantes, no caso das frações de uma mesma classe, como fundamentalmente aos interesses contraditórios, do ponto de vista das classes sociais antagônicas. Nesse sentido, o Estado capitalista opera no interior de uma contradição permanente.

O Estado capitalista, diferente de outros tipos de Estado, não define o sujeito de direito pelo lugar ocupado na estrutura das relações sociais de produção, mas fixa esses agentes de forma abstrata, através da estrutura jurídico-política, como cidadãos, indivíduos juridicamente livres e iguais. Essa lógica abstrata que constitui os agentes da produção como pessoas genéricas é um princípio que rege as relações sociais.

Nesse sentido, a manutenção da ordem pública é regida pelo princípio abstrato dos indivíduos juridicamente livres e iguais, cuja função política é desempenhada pelo Estado. Assim, existe uma contradição entre o caráter abstrato do princípio que rege a ordem e as condições materiais daqueles que representam uma ameaça à ordem. Logo, ordem pública é o imperativo, também abstrato, que conduz as regras para lidar com os conflitos sociais, entre indivíduos que, no plano concreto, são portadores das contradições inerentes às relações sociais de produção. É sobre este imperativo político e ideológico que opera e se justifica uma ação policial, um processo judicial, uma matéria jornalística enviesada.

Contudo, para que o discurso da ordem seja representado como legítimo, existem mecanismos sociais que produzem o pobre como infrator. Estes mecanismos funcionam através da mobilização de instrumentos simbólicos para obscurecer a distinção entre a categoria pobreza e criminalidade.

Para entender como esses mecanismos são criados, podemos retomar algumas reflexões do primeiro capítulo. De acordo com Thompson (1999, p.84-85), a ideologia

como dissimulação das relações sociais opera através de diferentes estratégias. A eufemização é uma estratégia que facilita a dissimulação ao descrever ou redescrever ações, instituições ou relações sociais de modo a despertar uma valoração positiva. Um exemplo de valoração positiva é quando “[...] a supressão violenta do protesto é descrita como a ‘restauração da ordem’; a prisão ou campo de concentração é descrito como um ‘centro de reabilitação’” (Idem: 85).

Entretanto, o autor ressalta que o processo de eufemização pode ser muito mais sutil do que sugerem exemplos já muito conhecidos. “Existe um espaço vago, aberto e indeterminado em muitas palavras que nós usamos, de tal modo que a eufemização pode se dar através de uma mudança de sentido pequena ou mesmo imperceptível.” (THOMPSON, 1999, p. 84). Neste caso, a produção do pobre como infrator aparece, por exemplo, no espaço vago, aberto e indeterminado daquilo que nas políticas públicas de segurança é chamado de *ações preventivas* contra a criminalidade<sup>70</sup>.

Outro grupo de estratégias da ideologia como dissimulação é que o Thompson (1999, p. 84) denomina de tropo, que se refere ao uso figurativo da linguagem. Entre as formas mais comuns de tropo, o autor diz que estão a sinédoque, a metonímia e a metáfora.

A estratégia da sinédoque “envolve a junção semântica da parte e do todo: alguém usa um termo que está no lugar de uma parte, a fim de se referir ao todo, ou usa um termo que se refere ao todo a fim de se referir a uma parte.” Essa técnica dissimula as relações sociais “através da confusão ou da inversão das relações entre coletividades e suas partes” (Idem: 84). Thompson (1999) diz que um exemplo dessa estratégia são os termos genéricos que passam a ser utilizados para se referir a grupos particulares.

Podemos ilustrar esta confusão através da associação entre categorias distintas como pobreza e criminalidade que é realizada a partir da utilização de termos genéricos como “*os suspeitos*”, “*os elementos*”, “*os menores infratores*”, “*os fora da lei*”, que

---

<sup>70</sup> Entre essas ações podemos destacar o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), uma adaptação brasileira do programa noteramericano Drug Abuse Resistance Education (D.A.R.E) que passou a ser implementado pela polícia militar do estado do Rio de Janeiro desde 1992 e atualmente é adotado em todo o país. No site do PROERD há um histórico explicitando as razões de implementação do programa nos Estados Unidos visando justificar sua implementação no Brasil. Entre as preocupações do programa estariam “[...] parar o ciclo gerador do abuso de drogas, das condutas criminosas e das prisões relacionadas ao abuso de drogas.”. Tendo em vista que “[...] estavam lidando com cidadãos infratores cujos pais e avós haviam sido julgados na esfera criminal, repetidas vezes, [...] foi designada uma força tarefa, composta por integrantes do L.A.P.D.(Departamento de Polícia de Los Angeles) e do L.A.U.S.D. (Distrito Escolar Unificado de Los Angeles) para desenvolver um programa de prevenção ao abuso de drogas destinado às crianças do Ensino Fundamental.” Fonte: <http://www.proerdbrasil.com.br/oproerd/oprograma.htm>. Acesso em 2013.

passam a ser utilizados para se referir àqueles que são identificados através de vestimentas, características físicas e hábitos, por exemplo, como os “suspeitos em potencial”.

Outra estratégia da dissimulação é a metonímia que “envolve o uso de um termo que toma o lugar de um atributo, de um conjunto, ou de uma característica relacionada a algo para se referir à própria coisa, embora não exista conexão necessária entre o termo e a coisa à qual alguém possa estar se referindo” (Idem: 85).

Neste caso, por exemplo, podemos destacar a expressão “*o perfil do criminoso*”, quando o termo *perfil* é utilizado para retratar as características básicas que tem aquele que comete crimes. Assim, embora não exista conexão necessária entre quem está em uma condição de pobreza e quem comete um crime, o dito *perfil do criminoso* é traçado a partir características que remetem às marcas deixadas por uma condição de pobreza e relacionadas a traços de personalidade. Nesse sentido, podemos entender a observação de Thompson (1999, p. 85) de que através do uso da metonímia “o referente pode estar suposto sem que isso seja dito explicitamente, ou pode ser avaliado valorativamente, de maneira positiva ou negativa, através da associação com algo”. No exemplo que estamos tratando, a associação é entre *pobreza e criminalidade*, entre *sem-teto e os fora da lei*.

O uso da metáfora, de acordo com Thompson (1999, p. 85),

implica a aplicação de um termo ou frase a um objeto ou ação à qual ele, literalmente, não pode ser aplicado. Expressões metafóricas levantam uma tensão dentro de uma sentença, através da combinação de termos extraídos de campos semânticos diferentes, tensão essa que, se bem sucedida, gera um sentido novo e duradouro.

Quando os sentidos se tornam duradouros eles acabam se articulando ao senso comum, na medida em que adquirirem *leveza e naturalidade*, e ganham ar de obviedade, conforme reflexão do primeiro capítulo. Esta durabilidade, por sua vez, requerer procedimentos atualizados para que a dissimulação possa estar sempre articulada à produção do óbvio.

A atualização desses procedimentos dá fluxo para que as causas da pobreza permaneçam ocultas, na medida em que a questão social é convertida em questão moral, reforçando a produção de um “nós” e um “eles”, através de uma mistura de sentimentos em que, por vezes, se tem pena, em outras, ódio e medo.

Uma vez que, a necessidade de manutenção da ordem se torna uma questão de bom senso, novas formas e significados de como mantê-la se cristalizam. Nesse sentido,

os trabalhadores, considerados pobres urbanos, que não conseguiram se enquadrar no mercado de trabalho formal, e garantir certa estabilidade econômica e social, compõem parte da representação sobre um “perigo” iminente.

Esta percepção de perigo iminente resulta do fato de que o “diálogo” com esses trabalhadores não pode ser realizado somente a partir de possibilidades, ou não, de aumento salarial, jornada de trabalho e outros direitos; afinal de contas, estão fora do jogo de negociação, pois são trabalhadores informais, precarizados, desempregados, muitos sem perspectivas de retornar ao mercado de trabalho, ou mesmo nunca fizeram parte deste de modo pleno. Então, o “diálogo” se estabelece nas brechas das relações informais ou como objeto de gestão do Estado.

O sociólogo francês Loïc Wacquant (2001; 2005) realizou análises importantes sobre a nova forma de gerir a pobreza e demonstrou como um novo “senso comum” punitivo passou a ser formulado nos Estados Unidos de maneira paralela à política-econômica neoliberal internacionalizando-se como modelo, inclusive para a América Latina.

Com base nas reflexões que desenvolvemos no primeiro capítulo, podemos dizer que o que o autor denomina de ‘novo senso comum punitivo’ pode ser entendido como um novo discurso punitivo, uma vez que, o “senso comum penal” ao qual Wacquant (2001) se refere é um discurso elaborado para gerar um desconhecimento sobre as causas da pobreza em um período específico, o neoliberal, e de outra forma gerar um tipo de conhecimento sobre modalidades para conter a criminalidade.

O autor constata haver um modelo de criminalização dos pobres por uma via que denomina de passagem de um “menos Estado”, em referência a diminuição dos gastos estatais com políticas sociais, para um “mais Estado penal”, que diz respeito ao aumento dos gastos estatais voltados ao combate da criminalidade. A ideia de “menos Estado” e “mais Estado penal” não se refere ao conceito de Estado, conforme desenvolvemos no primeiro capítulo, mas ao modelo de política econômica adotada pelos governos neoliberais.

Assim, diante do contexto de implementação das políticas neoliberais, o Estado, que outrora destinava maiores investimentos para as políticas sociais, passou a diminuir esses investimentos se eximindo cada vez mais dos gastos com políticas sociais, desencadeando um “menos Estado”.

Diante das consequências desse “menos Estado”, intensificação das péssimas condições de vida dos trabalhadores, precarização e diminuição dos direitos trabalhistas, desenvolveu-se um “mais Estado penal”, para dar respostas ao aumento da pobreza.

Wacquant (2001) observa que o crescimento do número de unidades carcerárias, nos EUA, não tem relação direta com a suposta escalada da criminalidade, sustentada pelo que denomina de novo “senso comum” penal, mas antes se configura como uma resposta ao aumento da pobreza.

Nesse sentido, se desenvolveu uma nova concepção de criminalidade que ao exigir maior rigidez às penas aplicadas contra pequenos delitos, na realidade se configurou como tentativas de encarceramento dos pobres. No caso brasileiro, por exemplo, podemos observar o desenvolvimento desse processo através dos debates atuais sobre a diminuição da maioria penal<sup>71</sup>. É elucidativo sobre este aspecto a pesquisa de Barros (2012, p.123) que demonstra haver no caso do estado de São Paulo um “processo de interiorização do sistema prisional como uma política de construir pequenas e numerosas unidades prisionais” na região oeste do estado<sup>72</sup>.

Sendo assim, podemos observar que uma ausência pode se constituir também como presença, pois, um “menos Estado” não significa ausência do Estado, já que, a falta de política social faz parte de uma política de Estado. A política social e econômica que o Estado adota depende da correlação de forças entre as classes e frações de classe.

Portanto, a falta de investimento em políticas sociais, no contexto neoliberal no Brasil foi uma política de Estado adotada pelos governos neoliberais que realizou cortes de gastos nas políticas sociais e trabalhistas, além de uma política de privatizações que atendeu de modo diferenciado os interesses das frações da burguesia, mas essencialmente aos da fração financeira, conforme analisou Boito Junior (2006, p. 272),

---

<sup>71</sup> Marcelo Lopes de Souza (2008, p. 156, apud ADORNO e SALLA, 2007:21) traz alguns dados sobre o aumento da população carcerária brasileira: “1969: 28.538 presos, taxa de 30 por 100 mil habitantes; 1988: 88.041 presos, taxa de 65,2 por cem mil habitantes; 2000: 211.953 presos, taxa de 134,9 por cem mil habitantes; 2006: 401.236 presos, taxa de 214, 8 por cem mil habitantes.”. O autor observa haver uma função similar desempenhada pelas prisões brasileiras.

<sup>72</sup> Na página da internet do governo do Estado de São Paulo há dados sobre o número das unidades carcerárias no estado, espalhadas principalmente na região oeste, interior do estado. De acordo com esses dados, atualmente existem 157 unidades prisionais no estado de São Paulo, divididas em Centros de Progressão Penitenciária (14 unidades), Centros de Detenção Provisória (40 unidades), Centros de Ressocialização (22 unidades), Unidade de Regime Disciplinar Diferenciado (1 unidade), Penitenciárias (77 unidades) e Hospitais (3 unidades). Ainda de acordo com os dados fornecidos nesta página, podemos observar o número de unidades inauguradas por ano, deste de 1933 a 2013. No decorrer dos anos 1990, 35 unidades foram inauguradas, dos anos 2000 a 2013, foram 103 unidades inauguradas, totalizando no período dos anos 1990 a 2013, 138 unidades inauguradas no estado de São Paulo. Fonte: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/infograficos/segurancapublica/>. Acesso em: 2013.

[...] a política econômica e social do Estado brasileiro ao longo das décadas de 1990 e 2000, atende, prioritariamente, os interesses dos investidores internacionais e dos bancos e fundos de investimentos nacionais, articulando e subordinando os interesses das demais frações burguesas aos interesses das finanças.

De acordo com Boito Junior (2006, p.275), houve neste período uma relação complexa e contraditória entre as frações da burguesia representadas pelo capital financeiro e as frações da burguesia representadas pelo capital industrial, pois, a política de juros altos e de abertura comercial significaram custos para os industriais e a consequente retirada de mercado da indústria local. Ao mesmo tempo, a burguesia industrial apoiou ativamente “a política de privatização, a desregulamentação do mercado de trabalho e a redução dos direitos sociais”. O autor observa que os industriais repassaram “para as classes populares o prejuízo que lhes é imposto pelos bancos e pelo imperialismo.” Sendo assim, os maiores beneficiários da política econômica neoliberal foram as frações da burguesia representadas pelo capital financeiro<sup>73</sup>.

Segundo Boito Junior (2006, p.272-273),

Um elemento geral e permanente da política neoliberal que atende ao interesse do conjunto da burguesia e do imperialismo é a política de desregulamentação do mercado de trabalho, de redução de salários e de redução ou supressão de gastos e direitos sociais.

No Brasil, nunca houve Estado de bem-estar social, o que favoreceu o ideário econômico neoliberal se configurar de maneira mais brutal contra os setores mais precarizados da classe trabalhadora. No entanto, tirar ou fazer com que se perca não se refere tão somente a direitos e garantias, mas também, e, sobremaneira a expectativa e a confiança no futuro, como num exemplo típico, de um dia ingressar no mercado de trabalho formal e ter renda fixa para financiar uma moradia.

Como contrapartida, houve uma ampliação de programas de bolsas e auxílios sociais, sem os quais muitos não conseguiriam sobreviver, mas que se tornam

---

<sup>73</sup> Boito Junior observa também que: “Ao longo da década de 1990, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) desenvolveu várias campanhas de protesto contra a política de juros e a abertura comercial “exagerada” dos governos neoliberais. O ano de 1996 foi particularmente marcado por ações dos industriais contra os juros altos e os exageros da abertura comercial. No mês de maio daquele ano, a FIESP e a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) organizaram uma grande manifestação nacional dos industriais em Brasília e a diretoria da FIESP aprovou por unanimidade o apoio da entidade à greve geral de protesto contra o desemprego que estava sendo organizada pela CUT e pela Força Sindical para o mês de junho” (BOITO JUNIOR, 2002, p.62 apud BOITO JUNIOR, 2006, p. 275). Nesse sentido, podemos observar a unidade contraditória da composição do bloco no poder, desenvolvido por Poulantzas, que indica como o campo das práticas políticas se desenvolve sob a égide de uma fração hegemônica, mas comporta interesses conflitantes entre as frações que participam do bloco no poder.

minúsculas migalhas que buscam compensar perdas irreparáveis. A ampliação desses programas faz parte das políticas compensatórias de caráter focalizado, pois são destinadas à população considerada pobre e abaixo da linha da pobreza. O desenvolvimento das políticas compensatórias está relacionado a uma ideia de justiça social, que significa destinar mais aos mais pobres<sup>74</sup>.

Nesse sentido, as políticas compensatórias e focalizadas de transferência de renda geram uma ideia de diminuição das desigualdades sociais, no sentido de dar mais para quem tem menos, ou seja, uma perspectiva equivocada de que reduzir gastos com políticas de caráter universal seja uma forma de cortar privilégios (BOITO JUNIOR, 2006). Dessa maneira, o que está em questão é a gestão das novas formas de pobreza que se desencadeia nos Estados que adotaram o modelo capitalista neoliberal.

Wacquant (2005) observa que a nova forma da pobreza no período neoliberal não resulta de um suposto atraso econômico, como sugerido no período fordista de 1945-1975, mas que, diferentemente, o aumento da pobreza é resultado de um tipo de crescimento econômico que significa uma regressão para os setores mais precarizados da classe trabalhadora.

De acordo com Wacquant (2001), no período fordista/taylorista a solução para sanar o suposto atraso econômico era apresentada a partir da geração de empregos, ocorre que, no período seguinte, esta solução já não é apresentada da mesma forma, ou mesmo, quando ela se apresenta pela via do emprego, o próprio emprego se torna um problema. Isso porque o emprego deixou de ser uma garantia de estabilidade social e econômica, pois, se tornou mais instável e ocasional.

Essas mudanças significaram perda de direitos e precarização das condições de trabalho, impondo aos setores da classe trabalhadora que estão fora do mercado de trabalho formal a condição de terem que aceitar trabalhos ocasionais e inseguros, uma vez que é preciso fugir à situação de miséria (WACQUANT, 2005).

Esse processo de ‘aceitação’ de trabalhos precários está articulado a um discurso que busca responsabilizar esses setores da classe trabalhadora por seu suposto comportamento inadequado, uma vez que ‘gerenciar’ e ‘controlar’ a pobreza torna-se tanto parte do comportamento dos pobres, quanto do controle exercido por todos os

---

<sup>74</sup> Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso foram criadas a bolsa escola, bolsa renda e bolsa alimentação, durante o governo Lula essas bolsas foram unificadas no programa Bolsa Família e houve a criação do Programa Fome Zero. (BOITO JUNIOR, 2006, p.293) No governo Dilma houve a continuidade do Programa Bolsa Família, destinado às famílias abaixo da linha de pobreza e o Benefício de Prestação Continuada destinado a idosos e pessoas com deficiência. (BOITO JUNIOR, 2012, p. s/n)

‘cidadãos de bem’. Nessa perspectiva, todos os ‘cidadãos’ devem gerenciar o comportamento dos ‘elementos suspeitos’ colaborando para o bom funcionamento do exercício da cidadania.

Nesse aspecto, é ilustrativa a observação de Wacquant (2005, p.10), muito semelhante ao caso brasileiro, sobre como a questão do pobre vem sendo tratada nos Estados Unidos:

Había un dicho, en los Estados Unidos del siglo XIX, con respecto a la cuestión de los indios, que decía que un buen indio era un indio muerto. Y en los Estados Unidos de hoy, podemos decir que un buen pobre es un pobre invisible. Es decir, un pobre que acepta el más bajo de los empleos para poder sobrevivir, o bien no hace ningún reclamo a la comunidad – por ejemplo al Estado de Bienestar – y desaparece de la escena pública.

Tornar-se um pobre invisível significa não incomodar, e, para assim fazer, é necessário um comportamento adequado. Um exemplo de como manter esse comportamento, pode ser observado nos critérios promovidos pelos programas de assistência social. No caso do programa nacional Bolsa Família, existem termos de condicionalidades que expressam deveres sob eixos de educação e saúde, conforme dispostos na página de internet do Ministério do Desenvolvimento Social<sup>75</sup>:

### **Condicionalidades do Bolsa Família**

#### **O que são as Condicionalidades do Programa Bolsa Família?**

As condicionalidades são compromissos que devem ser cumpridos pela família, na área de educação e saúde, para que possa permanecer recebendo o benefício.

#### **Quais são as condicionalidades na área de educação?**

- Matricular as crianças e adolescentes de 6 a 15 anos em estabelecimento regular de ensino;
- Garantir a frequência escolar de no mínimo 85% da carga horária mensal do ano letivo, informando sempre à escola em casos de impossibilidade do comparecimento do aluno à aula e apresentando a devida justificativa;
- Informar de imediato ao setor responsável pelo PBF no município, sempre que ocorrer mudança de escola e de série dos dependentes de 6 a 15 anos, para que seja viabilizado e garantido o efetivo acompanhamento da frequência escolar.

#### **Quais são as Condicionalidades na área da saúde?**

Para gestantes e nutrízes:

<sup>75</sup> Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>> Acesso em: 2013

- Inscrever-se no pré-natal e comparecer às consultas na unidade de saúde mais próxima da residência, portando o cartão da gestante, de acordo com o calendário mínimo do Ministério da Saúde;
- Participar das atividades educativas ofertadas pelas equipes de saúde sobre aleitamento materno e promoção da alimentação saudável.

Para os responsáveis pelas crianças menores de 7 anos:

- Levar a criança às unidades de saúde ou aos locais de vacinação e manter atualizado o calendário de imunização, conforme diretrizes do Ministério da Saúde;
- Levar a criança às unidades de saúde, portando o cartão de saúde da criança, para a realização do acompanhamento do estado nutricional e do desenvolvimento e outras ações, conforme calendário mínimo do Ministério da Saúde.

### **O que acontece à família quando ela descumpre as condicionalidades do PBF?**

- Advertência, no primeiro registro de descumprimento;
- A partir da segunda ocorrência de descumprimento, a família fica sujeita às seguintes sanções:
  - Bloqueio do benefício por um mês, no segundo registro de descumprimento;
  - Suspensão do benefício por dois meses a partir do terceiro registro de descumprimento, e, reiteradamente, a partir da ocorrência de novos efeitos no benefício por descumprimento;
  - Cancelamento do benefício somente após registro no Sistema de Condicionalidades – SICON de que a família foi inserida em serviço socioassistencial de acompanhamento familiar do município e, cumulativamente:
    - a) permaneça em situação de suspensão durante 12 meses, contados a partir da data de coexistência do acompanhamento familiar e da fase de suspensão; e
    - b) se, após 12 meses, apresentou novo descumprimento com efeito no benefício nas repercussões posteriores, respeitando os 6 meses para reinício dos efeitos gradativos.

Essas condicionalidades são critérios que visam vincular o recebimento do benefício ao acesso à educação e saúde básicas. Contudo, o descumprimento dessas condicionalidades leva a sanções que em última instância acarretam na suspensão do benefício, antes desta, porém, há um acompanhamento destas famílias por meio do serviço de assistência social como forma de prestação de contas (de sua conduta social). A questão é o que significa acompanhar o comportamento de famílias que estão em situação de desemprego constante ou em relações de trabalho extremamente precarizadas? Quais são os critérios avaliados nesses acompanhamentos? Essas condicionalidades têm efeitos sutis no sentido de legitimar uma produção discursiva sobre o comportamento do pobre.

Essas formas de controle do comportamento se tornam uma tentativa de produzir um silêncio sobre as causas de produção da pobreza, uma vez que há um descolamento entre o que se atribui ao comportamento indesejável e a situação de desemprego (WACQUANT, 2001), já que existiria uma alternativa para o ‘bom’ pobre.

Para respaldar a ideia do ‘bom’ pobre é necessário, por efeito, caracterizar um “mau” pobre, assim, toda uma produção discursiva “[...] sobre o crime, a violência, a justiça, a desigualdade e a responsabilidade – do indivíduo, da “comunidade”, da coletividade nacional – que pouco a pouco se insinuaram no debate público [...]” alimentando a sensação de insegurança e incômodo sobre as desordens no espaço público como resultado de ‘mau’ comportamento e personalidade (WACQUANT, 2001, p. 17).

Por esse viés, a pobreza poderia ser mais bem controlada a partir do que se caracteriza como ‘bom’ comportamento e ‘boa’ personalidade já que, com o discurso da responsabilização, se transfere aos “indivíduos”, aos “cidadãos” um controle mais direto e efetivo sobre os párias.

Desta maneira, as lutas sociais são diluídas através do discurso da garantia dos espaços democráticos, tendendo a apagar a noção de luta de classes, uma vez que não haveria um combate direto para a desarticulação da classe trabalhadora, mas sim, contra aqueles que não conseguem se adequar, devido a seu suposto comportamento, diante das exigências do mercado.

Como já discutimos, as instituições estatais se apresentam como se estivessem acima de interesses econômicos e particulares, nelas o poder do Estado se consubstancia como representante do interesse geral dos cidadãos. A formulação das políticas públicas, nível das disputas entre as diferentes classes para fazer prevalecer seus interesses, se apresenta como resultado do comum acordo para o bem geral.

Nesse sentido, conforme observa Pinheiro (2012), a fração assistencial do Estado, mesmo que não seja necessariamente desempenhada por agências estatais, está sempre em consonância com a política global de Estado, pois está diretamente relacionada à sua função de gerir a força de trabalho.

Suzanne de Brunhoff (1985) analisou a relação entre a assistência social, seguridade social e a necessidade de gerir a força de trabalho que está fora do mercado, como exército de reserva. De acordo com a autora, a necessidade de gestão estatal da força de trabalho pode ser detectada sob dois aspectos centrais: a disciplina do trabalho e a insegurança do emprego.

Esses dois aspectos estão articulados, na medida em que a insegurança do emprego mantém a disciplina do trabalhador. Como o mercado de trabalho é regulado pela manutenção de um exército de reserva, que pode aumentar ou diminuir de acordo com as políticas de Estado para atender às necessidades da acumulação capitalista, sem ser absorvido inteiramente, existe a necessidade de prover minimamente esse exército de reserva.

Para mantê-lo torna-se necessária a intervenção da fração assistencial, através de instituições não-capitalistas, estatais ou não, haja visto que este custo jamais é pago pelo capitalista, e sem o qual não seria possível assegurar a reprodução dessa força de trabalho que está fora do mercado de trabalho formal (BRUNHOFF, 1985, p. 8).

É imprescindível que os trabalhadores não assalariados tenham condições de existir, pois, mesmo que eles nunca sejam absorvidos pelo mercado de trabalho formal, sua manutenção é condição para que a insegurança do emprego seja conservada, conforme observa Brunhoff:

A insegurança do emprego, condição da disciplina operária, contradiz, no entanto, a necessidade capitalista de um estoque indefinido de mão-de-obra para assalariar. Pois se os não-assalariados são desprovidos de todos os meios de existência, deixam de ser a reserva indispensável a um provisão contínuo do mercado de trabalho. Ora, seu sustento não está incluído na “fórmula geral do capital” D-M-D’. [...] É então indispensável a existência de instituições não-capitalistas, para assegurar a gestão do “estoque” de força de trabalho de que o capitalista necessita, mas que não pode por si assegurar diretamente.” (BRUNHOFF, 1985, p. 8)<sup>76</sup>

Assim, a existência dessas instituições é fundamental do ponto de vista da manutenção da disciplina do trabalho e insegurança do emprego, pois dão provisão para um estoque de mão-de-obra, que não podendo ser absorvido, garantirá que o trabalhador se mantenha disciplinado e aceite as condições de trabalho que lhes são impostas. Conforme prossegue Brunhoff (1985, p.9):

Disciplina do trabalho, insegurança do emprego, permanência do provisão de força de trabalho proletário ao menor custo possível: a combinação desses aspectos implica uma intervenção estatal imanente ao processo de acumulação capitalista, ao mesmo

---

<sup>76</sup> A fórmula D-M-D’ (D = dinheiro; M = mercadoria) se refere seguinte circuito: “[...] com uma quantia de dinheiro D, o capitalista compra a utilização da mercadoria M, que compreende a força de trabalho operária, que gera mais-valia ao produzir valor superior ao seu próprio; depois da venda das mercadorias fabricadas com trabalho vivo criador de valor e de mais-valia, o capitalista recupera mais do que colocara antes, ou seja, D’ é maior que D.” (BRUNHOFF, 1985, p. 2)

tempo que fundamentalmente exterior a esse processo. A exterioridade da gestão estatal da força de trabalho é a própria condição de sua imanência.

Ou seja, a gestão estatal da força de trabalho é um processo exterior, e, ao mesmo tempo, imanente ao processo de acumulação capitalista, pois garante esta acumulação através de uma combinação de dois aspectos fundamentais à reprodução dessas relações.

Brunhoff (1985, p. 9) também afirma que

Essa gestão acompanha todas as fases do capitalismo. É por isso que a assistência aos pobres do início do século XIX, esse arcaísmo, permanece ainda hoje como uma forma viva que permeia as instituições mais modernas do Seguro Social <sup>77</sup>, principalmente nos Estados Unidos. As modificações da acumulação capitalista, as da luta de classes, transformam as condições da gestão estatal da força de trabalho, mas subsistem elementos de períodos diferentes de forma permanente.

Esse ponto é importante também quando observamos a análise de Wacquant (2005) sobre o fato de o novo regime do trabalho, no contexto neoliberal, ter se tornado um dos problemas do aumento da pobreza. Quer dizer, diante da intensificação da precarização das relações de trabalho o fator insegurança do emprego se torna ainda maior.

No campo da ampliação dos direitos sociais conquistados ao longo do século XX pelos trabalhadores, o direito ao trabalho não se constituiu como um direito assegurado, uma vez que se tornaria incompatível com a dominação assegurada pela insegurança do emprego.

No entanto, ao mesmo tempo em que os direitos sociais representam conquistas no que se refere às condições de trabalho e de vida, eles reafirmam a necessidade da gestão estatal da força de trabalho de assegurar em alguma medida a reprodução da reserva que transita entre a classe trabalhadora constituída e integrada ao mercado de trabalho e aqueles que estão fora.

De acordo com Brunhoff (1985), durante o século XX houve a instauração de uma fronteira da pobreza delimitada pelos direitos trabalhistas assegurados àqueles que estavam integrados ao mercado de trabalho e a assistência ao pobre realizada de

---

<sup>77</sup> No caso brasileiro, Previdência Social.

maneira episódica, para que os beneficiários se convencessem da superioridade do trabalho frente à ociosidade.

A fronteira de pobreza tende a instaurar uma certa descontinuidade entre os operários e os pobres, apesar do vaivém que continua a existir entre uns e outros. A substituição do mínimo de subsistência por uma norma de consumo médio estimula a grande demarcação que vai ser instaurada pela prática burguesa durante o século XX entre os trabalhadores normais e os “outros”. A gestão pública da força de trabalho vai ao mesmo tempo mudar de forma e dividir-se segundo dois eixos principais: o ressurgimento episódico da assistência em uma nova escala, como é o caso da “guerra contra a pobreza” nos Estados Unidos, nos anos 1960; o desenvolvimento de instituições como a do Seguro Social, relacionada a direitos operários novos. (BRUNHOFF, 1985, p.25)

Podemos retomar as análises de Wacquant (2001; 2005) que se referem à passagem da “guerra contra a pobreza” para a “guerra contra a criminalidade” e notar que esta passagem se deu em um período de estabelecimento de uma nova fronteira entre os trabalhadores inseridos no mercado de trabalho formal e os pobres. Uma fronteira que se atualiza a partir de uma questão moral delimitando os trabalhadores normais e os ‘outros’, é desses ‘outros’ que hora se tem pena, ódio e medo.

Essa linha de demarcação entre os trabalhadores “normais e os outros” continua a existir, mesmo considerando, conforme a observação de Wacquant (2005), que com o processo de precarização do trabalho, o próprio trabalho deixa de ser garantia contra a situação de pobreza, pois, mesmo aqueles que estão integrados ao mercado de trabalho, diante da situação de grande instabilidade e redução salarial, nem sempre conseguem se manter dentro dos padrões médios de consumo.

Nessa nova fronteira da pobreza é que passam a se constituir novas formas de controle e criminalização da pobreza. Na medida em que há uma diminuição dos gastos com a gestão estatal da força de trabalho, também há um controle diferenciado sobre essa força de trabalho. Embora, a gestão estatal precise continuar possibilitando condições mínimas para que a mão-de-obra não absorvida se reproduza, o perfil e a forma de assisti-los muda.

Diante da falta de perspectiva, que é real, a disciplina que se assegurava pela insegurança do emprego também se modifica, e como o controle não pode mais ser mantido apenas pelo critério da insegurança, porque há um rompimento da perspectiva de ingresso no mercado, se torna preciso instaurar novas formas de controle sobre esse contingente que está fora do mercado formal e busca alternativas de sobrevivência.

Com a nova fronteira da pobreza o tratamento que lhe era dedicado de “guerra contra a pobreza” muda para “guerra contra a escalada de criminalidade” e, nesse sentido, existe a ampliação da função política de ordem do Estado, através da ideologia e do ramo judiciário.

Na “guerra contra a criminalidade” torna-se fundamental o papel ideológico desempenhado pela mídia, responsável pela disseminação do espectro do medo, através do discurso da escalada da criminalidade e violência para despertar o clamor público pela intensificação das políticas de segurança de ação preventivas, pela repressão ao “crime”, “aos suspeitos”, “aos menores infratores”, ou seja, àqueles que estariam ameaçando a ordem pública. O papel ideológico da mídia é de fundamental importância, uma vez que ela trabalha por meio de sutilezas, daquilo que é vexatório do ponto de vista daquele “outro” que é apresentado e representado através de associações entre pobreza e criminalidade.

Como exemplo destas sutilezas podemos citar uma matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo por ocasião da ocupação que ficou conhecida como Novo Pinheirinho realizada pelo MTST em Embu das Artes-SP, o título da matéria era “*Invasão avança em área de preservação*” seguida de subtítulo “*Maior ocupação do Movimento dos Sem-Teto no País soma 3 mil barracos em mata de Embu*”, a matéria lança dados sobre a área de preservação associando a ação dos sem teto ao “crime” de preservação ambiental. Através da sentença ‘*invasão avança...*’ no título da matéria, o jornal utiliza o termo *invasão* para nominar o sujeito da ação, concentrando a atenção do leitor no tema devastação ambiental. Ao descrever a organização interna da ocupação lê-se:

Os homens cortam as árvores, constroem os novos barracos e cuidam da distribuição dos alimentos. [...] Quatro desses espaços coletivos têm computadores com acesso à internet. [...] O lixo e o entulho são queimados em clareiras abertas no meio do mato.<sup>78</sup>

De maneira sutil a matéria deixa implícito que existe na ação dos “invasores” um sentido de atraso, de falta de civilidade, afinal eles “cortam árvores”, “jogam lixo e entulho a céu aberto e ainda os queimam no meio da mata”. Tais ações “injustificáveis” em tempos de desenvolvimento sustentável, só poderiam “evidenciar” o “atraso” “ameaçador” dessas pessoas. No meio de pessoas “atrasadas” também poderia existir

---

<sup>78</sup> O Estado de São Paulo, C4, Cidades/Metrópole, publicada em 06 de Maio de 2012.

oportunistas, uma vez que em alguns desses espaços coletivos existem computadores inclusive com acesso à internet. Existe um contraste entre a ideia de atraso, evidenciado por ações que supostamente estariam causando “danos ambientais”, e a ideia de avanço, que a presença da tecnologia representa (computadores e internet).

Outra questão explorada pelo jornal seria o fato de os sem-teto denominados pelo jornal de “invasores” não serem “cidadãos” do município de Embu das Artes:

A maioria dos invasores de Embu das Artes esteve em alguma ocupação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto na última década<sup>79</sup>.

O jornal intensifica a noção de perigo que seria oferecida por aqueles que são de fora, de quem não têm vínculos, evidenciando a ideia de que os sem-teto estariam “invadindo e ameaçando” não apenas uma área de preservação ambiental como o próprio município, uma vez que os “invasores” seriam de outros lugares.

No mesmo caderno do jornal também foi publicada uma matéria com título: “*Ocupação atrai até coreano sem-teto*”. A noção de uma ocupação realizada por forasteiros carregada com um tom de oportunismo também foi bastante explorada no caso da ocupação Chico Mendes pelo jornal local, como observamos no capítulo 2.

Um mês antes da publicação desta matéria houve uma determinação judicial, que destacaremos adiante, na qual a juíza julgou o MTST como criminoso e afirmou ter sido ameaçada por membros dos sem-teto. Esta suposta ameaça também foi muito explorada tanto pelos jornais de grande circulação como Folha de São Paulo, onde lemos na chamada: “*Eu quero minha liberdade de volta*<sup>80</sup>”, quanto em jornais locais como O Taboanense: “*Juíza que determinou desocupação de área diz receber ameaças*<sup>81</sup>”. Nesta última matéria o jornal busca relacionar o caso com o histórico de “invasões” do MTST em Taboão da Serra e na região.

Assim, podemos observar que esse processo ideológico vai embasando e justificando a necessidade de maior atuação do ramo judiciário como forma de refrear a

---

<sup>79</sup> Idem.

<sup>80</sup> Matéria publicada em 13 de Julho de 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/54198-eu-queiro-minha-liberdade-de-volta.shtml>> Acesso em 27/05/2013.

<sup>81</sup> Matéria publicada em 23 de maio de 2012. Disponível em: <<http://www.otaboanense.com.br/noticia/7211/ju%C3%ADza-que-determinou-desocupa%C3%A7%C3%A3o-de-%C3%A1rea-diz-receber-amea%C3%A7as/>> Acesso em: 27/05/2013.

possível escalada da criminalidade e desordens no espaço público, formas que deverão ampliar o enquadramento dos “suspeitos” em potencial.

### **3.3 Um fio contínuo entre a pobreza e as lutas sociais**

Como observamos no início do capítulo, a partir dos anos 1990 ocorreu um deslocamento nos debates públicos e também em meios acadêmicos do eixo da pobreza para o eixo da criminalidade, violência e ampliação do status de cidadania. Os direitos civis ganharam centralidade no contexto de crise urbana que foi marcada pela ampliação do processo de periferização, das favelas, da pobreza e violência. Em meio à crise urbana no Brasil, um dos argumentos para a Reforma do Estado era o aumento da governança e da capacidade de gerenciamento através do processo de descentralização das tarefas e decisões levando a uma maior participação da chamada “sociedade civil”. O entendimento sobre a denominada “sociedade civil” era amplo, desde as ONGs, associações empresariais, aos movimentos sociais de diversos matizes ideológicos.

Nesse contexto, estabeleceu-se uma nova fronteira da pobreza, a partir da noção ideológica de ampliação da cidadania centrada nos direitos civis. Tendo em vista o aumento da violência e criminalidade nas grandes metrópoles, o eixo do debate se deslocou das causas da pobreza para os mecanismos de diminuição dos índices da denominada escalada da criminalidade. O desenvolvimento desses mecanismos, tendo em vista a ampliação dos direitos civis, se centrou na expansão e aperfeiçoamento do ramo judiciário.

Nesse ínterim, não apenas se desencadeou um processo de judicialização das lutas sociais, conforme observou Pinheiro (2009), mas também da pobreza, na medida em que a solução para esta passou a ser apontada em termos de ampliação do status de cidadania. Nesse processo de obscurecimento das causas da pobreza e, assim, das razões dos movimentos, como o MTST que surgiu nesse contexto de contradições urbanas, o discurso sobre a pobreza operou transformando essas causas em uma questão moral e comportamental, uma vez que a solução para esta foi jogada para uma questão de adequação ao status de cidadania. Sendo assim, as lutas sociais também adquiriram um sentido aparentemente confuso, do ponto de vista de sua legitimidade, se empreendidas fora dos canais institucionais.

Assim, embora seja histórico o tratamento repressivo às lutas sociais, até a década de 60, os conflitos desencadeados por essas lutas eram reconhecidos como lutas

por direitos políticos e sociais; entre as décadas de 70 e 80, elas assumiram um sentido de busca pela democratização, mas, após esse processo, em que a participação popular passou a constar na Constituição de 1988, as ações dos movimentos sociais passam a se enquadrar nos canais previstos em lei (PINHEIRO, 2009).

A partir deste contexto, as lutas sociais deveriam se apresentar dentro e não fora dos canais de negociação previstos em âmbito jurídico, o que desencadeia uma confusão, pelo menos aparente, pois, na medida em que são previstos, os espaços e formas de lutas devem estar enquadradas institucionalmente para adquirirem legitimidade, de outro modo, extrapolar esses limites pode significar abrir precedência para suposta atividade ilegal.

Ilustrativo neste aspecto são as ações diretas dos movimentos sociais, como é o caso do MTST, que ao realizar ocupações e buscar negociação direta para sua demanda extrapola os canais institucionais de negociação, como os conselhos e fóruns nos quais os movimentos por moradia buscam se articular para disputar recursos dentro dos limites da política habitacional.

Nesse sentido, os movimentos sociais que não encontraram espaço efetivo e autônomo para discutir suas demandas nos canais institucionalizados, ou mesmo, que se colocam como críticos a essa forma de participação, ficam nos limites da legalidade/ilegalidade.

Esse processo de judicialização das lutas sociais ocorre de duas formas, aparentemente contraditórias do ponto de vista da política dos governos neoliberais para lidar com os movimentos sociais, contudo, “funcional do ponto de vista da dominação das classes trabalhadoras” (PINHEIRO, 2009). Por um lado, a institucionalização dos canais de participação popular que significou uma conquista dos movimentos sociais, por outro, os movimentos que outrora lutaram por esse processo, mas que se posicionaram de maneira crítica às formas que esse processo assumiu, ou mesmo, aqueles que já surgiram como críticos às políticas neoliberais passaram a sofrer ações repressivas (Idem).

Ou seja, o mesmo processo jurídico que incorporou uma forma de participação, e que significou uma conquista real para os movimentos sociais, é aquele que criminaliza, através de ações judiciais movidas contra militantes. Nesse sentido, “[...] a consagração dos direitos no sistema jurídico convive com a inefetividade de tais direitos e o enquadramento no código penal de muitos militantes que lutaram por incluí-los na

legislação e, no presente, continuam lutando por conferir-lhe efetividade.” (PINHEIRO, 2009, p. 118)<sup>82</sup>.

O fio contínuo que existe entre o processo de criminalização da pobreza e das lutas sociais está entre as mudanças que desencadearam uma nova forma de lidar com a pobreza e a nova forma de combate às lutas sociais. Ambas sob o fio de manutenção da ordem que articulada ao mote do discurso dos direitos civis informa o que vem a ser a criminalidade atual e as formas de combate a esta.

Ao discutir as dificuldades dos movimentos sociais na atualidade Atílio Boron (2010, p.92) observa que entre elas estão: “[...] a) a fragilidade organizativa; b) a falta de maturidade da consciência política; e c) o predomínio absoluto do espontaneísmo como modo normal de intervenção política” e deixa para a reflexão a seguinte questão: “[...] como fazer com que os movimentos desenvolvam o tipo de consciência que lhes permita superar os limites do imediatismo espontaneísta?”

Por outro lado, Andrea Galvão (2009, p. 15) ressalta que a novidade em analisar os movimentos sociais da atualidade não reside propriamente em seu sujeito, nem nas formas de luta e demandas, uma vez que estes, de alguma forma, já teriam se apresentado em outros momentos históricos, a novidade, segundo a autora, residiria na “conjunção de todos esses elementos numa nova conjuntura, marcada pelo neoliberalismo”.

Ao observarmos o processo de constituição do MTST no segundo capítulo, podemos afirmar que o movimento não se enquadra em um “predomínio absoluto do espontaneísmo”, diferentemente, na medida em que foi adquirindo amadurecimento político, o movimento não abandonou os problemas enfrentados em cada uma de suas experiências e constituiu sua própria questão na forma de pensar a solução do problema organizativo, o caso do Chico Mendes é ilustrativo deste processo.

Contudo, à medida que as lutas sociais dos trabalhadores sempre sofreram forte repressão do Estado sob o argumento de manutenção da ordem, e dentro da conjuntura atual se constata a existência de cooptação dos movimentos sociais a partir do processo de institucionalização, a crítica elaborada pelo movimento para dar resposta ao processo de criminalização se pauta nas denúncias de ações repressivas, sem articular este processo às categorias jurídicas elaboradas a partir do eixo da cidadania. Isso porque, se

---

<sup>82</sup> Pinheiro (2006) destaca que no período de 1989 a 2003 cerca de 2.016 militantes do MST foram presos, observando também o aumento da repressão contra os movimentos sociais urbanos.

tornou lugar comum nos debates públicos e meios acadêmicos falar em garantias fundamentais pautadas nos direitos civis, sem se discutir que as categorias elaboradas sob esse mote, pensadas abstratamente, é o que articula o processo de criminalização contra os movimentos sociais na atualidade.

Por fim, podemos observar que o MTST apresenta de maneira particular respostas a algumas das questões levantadas por Boron (2010), tanto no plano de uma elaboração reflexiva, quanto na prática, que não pode ser analisado sob a ideia de espontaneísmo no modo de intervenção política.

Nesse sentido, é necessário pensar as lutas dos movimentos a partir desta nova conjuntura que condensa de maneira diferente e interligada os discursos e as formas de criminalização da pobreza e dos movimentos sociais.

Quando nos referimos ao discurso da criminalidade e violência, não desconsideramos a existência de uma violência real que dá suporte ao medo e insegurança das pessoas que, aflitas, recorrem a atitudes conversadoras, para as quais o espaço público torna-se sinônimo de perigo e insegurança. Estas atitudes podem ser observadas, por exemplo, pelo o aumento do número de condomínios fechados, cada vez mais fortificados pelo excesso de sistemas e câmaras de vigilância que buscam oferecer nos limites intramuros o máximo de serviços possíveis, como academias, lojas para compras, entre outros, cada vez mais procurados por aqueles que buscam evitar a utilização dos espaços públicos, por acreditarem que nos espaços privados estariam mais seguros e menos expostos a violência <sup>83</sup>.

Nesse aspecto, o papel da mídia é fundamental no processo de alimentação desse medo, cujo resultado é o espectro do crime, produzindo uma ideia de simbiose espacial, no sentido de que relaciona todos os que convivem no mesmo espaço como suspeitos potenciais. Neste processo são relacionados no mesmo patamar desde pequenos delitos às redes de tráfico organizado.

Esse espectro do medo reforça o que Cláudia Koroll (2008) denominou de “Doutrina de Segurança cidadã ou Doutrina de Segurança Democrática” que se desenvolve em substituição a “Doutrina de Segurança Nacional” do período das ditaduras militares. Segundo a autora,

---

<sup>83</sup> Para um estudo sobre essas práticas ver “Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo”. Ed. USP: São Paulo, de Teresa Pires do Rio Caldeira.

A primeira perseguiu preferencialmente@s “subversiv@s”, ou seja, os que não aceitavam a “ordem” imposta pelas burguesias e pelo imperialismo para defender e reproduzir seu sistema. Hoje se perseguem “os criminosos”, entendendo por criminoso tanto um movimento social que se levanta para recuperar a terra, cuidar do território que habita, evitar a destruição da natureza, fazer produzir uma fábrica abandonada por seus patrões, como alguém que, empurrado violentamente ao desamparo, cata comida no lixo, ou papelão nas ruas para sobreviver penosamente. (KOROLL, 2008, p. 10. Grafado com @ no original)

As formas de “perseguir” mudaram, uma vez que o discurso se modifica, mas continua sendo em nome da ordem. Certamente o entendimento do que seja ordem também é alterado. Antes da Constituição de 1988, a compreensão da ordem estava na órbita da manutenção do regime militar, após a consolidação do processo de abertura democrática a ordem gira em torno da manutenção da órbita democrática, em nome da qual se passa a perseguir aqueles que não se enquadram nesta ordem, sejam estes os que por sua impossibilidade de manter-se dentro do padrão mínimo de consumo se encontram em situações limites de sobrevivência, sejam os que se organizam em movimentos sociais questionando suas condições de vida.

Como já destacamos no início, os governos neoliberais adotaram uma política paradoxal do ponto de vista das lutas sociais. Incorporaram a bandeira de participação reivindicada pelos movimentos sociais e realizaram uma mutação em seu significado. Esta incorporação acabou restringindo o potencial contestador dos movimentos sociais às esferas institucionais.

Como observa Koroll (2008, p.10),

A criminalização dos movimentos populares é um aspecto orgânico da política de controle social do capitalismo para garantir sua reprodução e ampliação. Articula planos diversos que vão desde a criminalização da pobreza e judicialização do protesto social até a repressão política aberta e a militarização.

A articulação não é simples e direta. No entanto, assim como não é adequado criminalizar o trabalhador (“de bem”) diretamente, também não é possível criminalizar um movimento social diretamente. Pois, se consta na Constituição o direito assegurado à participação popular, porque criminalizá-los?

O enquadramento “criminal” dos movimentos sociais é realizado por vias onde as ações desses movimentos são associadas a questões que possibilitem a “causa penal”,

como, por exemplo, o suposto “crime” de preservação ambiental, ou mesmo, o entendimento jurídico sobre uma suposta “desordem” causada por uma ocupação.

Para exemplificar, transcrevemos abaixo a determinação de despejo dada pela Juíza Bárbara Cardoso de Almeida, da Segunda Vara de Embu das Artes-SP em 02 de Maio de 2012, por ocasião de uma ocupação realizada pelo MTST em terreno da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano) na cidade de Embú das Artes – SP, que contou com cerca de 2.800 famílias, segundo dados divulgados no sitio do próprio movimento na rede. Nesta sentença lemos:

Por fim, resta a questão da invasão de área pelo tal “movimento popular”. Primeiro há de se ponderar que se trata de movimento espúrio, ilegal e totalmente estranho aos autos. Se por um lado é legítimo o anseio por moradia própria, assim como são legítimos outros anseios da população humana, a forma como se deu a consecução deste anseio se mostra ilícita, criminosa e ilegal. De fato, sob a desculpa de lutar pelo direito de moradia ou da reforma agrária, tais movimentos violam os princípios constitucionais e legais, invadem propriedades públicas ou particulares, no mais das vezes produtivas, causam graves danos ao patrimônio alheio e desobedecem leis municipais, estaduais e federais, a própria Constituição Federal e as ordens judiciais. Trata-se, na verdade, de verdadeira atividade de guerrilha, na qual se pretende a coação dos poderes constituídos a ceder aos desejos dos envolvidos ao arrepio da lei, da ordem e do Estado Democrático de Direito. Pretende-se, mediante a força física, a coação, a ameaça velada de morte, a violência desmedida, a imposição da vontade de certos grupos de pessoas que representam certos interesses escusos e velados e que raramente atendem os interesses dos verdadeiramente necessitados. (...) Julgo definitiva a ordem de desocupação da área e determino sua imediata desocupação sob pena de imposição de multa diária ao líder ou líderes do movimento, individualmente, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) até o limite de 500 milhões de reais. Determino que a Prefeitura Municipal, no prazo de 30 dias, imponha multa ao movimento invasor pela ocupação sob pena de imposição de multa diária no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) até o limite de 500 milhões, sem prejuízo da responsabilização do Prefeito Municipal por improbidade administrativa. Determino a extração de cópias dos documentos e petições juntadas a partir de fls.1306, bem como da petição desentranhada e grampeada na contra capa dos autos e seu envio a autoridade policial, Delegacia Seccional de Taboão da Serra, para instruírem o inquérito policial já instaurado e para as providencias pertinentes, ante a prática de inúmeros crimes por parte do movimento de invasores, inclusive ameaças contra a autora, esta magistrada e a promotora de justiça.<sup>84</sup>

---

<sup>84</sup> Disponível em: <[www.mtst.org](http://www.mtst.org)> Acesso em 04/12/2012.

A determinação da juíza afirma que o “anseio” por moradia, assim como, outros da “população humana” são legítimos, o que não é legítimo é a forma de reivindicar esse “anseio”. A ilegitimidade está, em primeiro lugar, em ferir o princípio considerado acima desses “anseios”, as “propriedades públicas e particulares”. Em segundo lugar, por tentar sanar este “anseio” fora dos canais institucionais previstos. Relacionado aos dois primeiros, a ação do movimento contrária o princípio da ordem pública que se articula à noção (abstrata) de cidadania: “*anseios da população humana*”.

Caracterizada como “atividade de guerrilha” a ação do movimento é relacionada a interesses “escusos” que não visaria atender aos “verdadeiramente necessitados” (ainda carentes do status de cidadania), embora essas ações, organizadas sob a bandeira de um movimento, sejam realizadas por trabalhadores imediatamente identificados como pobres e sem a utilização de armamento, que é o que se entende como atividade de guerrilha.

Nesta sentença, a Juíza opera com o discurso de desqualificação dos “verdadeiramente necessitados” como sendo infantis e irracionais, cuja ação seria intrinsecamente espontaneísta, uma vez que estes supostamente sempre carecem de tutela para se orientar.

Essa desqualificação ocorre na medida em que ao julgar o movimento criminoso, utilizando como um dos argumentos o fato de que o movimento não seria de “verdadeiros necessitados”, a Juíza deixa entrever em sua sentença que estes (os necessitados) não teriam racionalidade suficiente para se organizar.

A juíza utiliza a categoria *desocupação* para dar a sentença, podemos notar aqui a diferença na utilização de categorias, pois o movimento utiliza a categoria *despejo* quando os sem-teto são forçados a sair de uma área que foi ocupada por estar vazia de função social. A fala da Juíza expressa a conciliação entre a manutenção da ordem e a proteção do bem-propriedade, por isso, sua sentença é para que a área seja *desocupada*.

Os “verdadeiramente necessitados” não são criminalizados, pelo menos de maneira direta, pois para estes haveria alternativas possíveis (ampliar seu status de cidadania). É a forma de apresentar uma demanda questionando a ordem pública que os torna criminosos. Os sujeitos são os mesmos, mas a resposta do Estado muda conforme a aceitação ou não, por esses sujeitos, de seu lugar de inferiorização e resignação. Questionar esta inferiorização, impondo suas próprias demandas sob outra perspectiva, torna os trabalhadores pobres perigosos, sob o viés que os torna suspeitos em potencial,

na medida em que demonstram a possibilidade de romper com o discurso do indivíduo abstrato e com sua resignação.

### **3.4 A fala dos acampados: desvendando a ordem**

*Por que resistem embaixo da lona preta?* Com essa questão que será o norte para a discussão que se segue tentamos escapar à resposta aparentemente óbvia: *conquistar uma moradia*. A nosso ver, é necessário apreender questões que estão em jogo não somente quando se adere a um Movimento de grande proporção, mas, principalmente, quando se resiste nessa movimentação.

Desta forma, não iremos nos deter somente na condição de sem-teto, mas buscaremos outros elementos que nos permitam analisar razões que levam esses trabalhadores a permanecerem no movimento apesar das condições adversas.

Utilizaremos como fonte, depoimentos dos participantes do MTST através da produção audiovisual realizada pelo próprio movimento e entrevistas realizadas durante nossa pesquisa de campo.

Sobre a produção audiovisual estamos considerando que nela existe uma intencionalidade, cuja edição demonstra uma linha de pensamento dos autores. No entanto, existe ali o objetivo de retratar a condição dos “sem-teto”, a partir de uma condição de classe, assim como, as dificuldades enfrentadas pelo movimento para se organizar.

A primeira questão a ser considerada é que embora muitos dos trabalhadores sem-teto que participam de um acampamento retornem, após uma ação de despejo, à situação anterior a esse processo, entendemos que isso não é tarefa simples. Isso porque, as situações variam entre pagar um aluguel que não corresponde ao rendimento mensal, morar de favor ou em moradias de extrema precariedade.

Diante da possibilidade vislumbrada de sair de qualquer dessas situações, conquistando uma moradia através da adesão ao movimento, parte dos trabalhadores sem-teto vai para um acampamento levando consigo tudo o que lhes fazem parte: filhos, móveis e a esperança de sair da condição em que se encontram.

Outros se reorganizam ou tentam não perder o vínculo com a situação anterior de chegada ao acampamento, ou seja, ao mesmo tempo em que permanecem acampados, tentam não perder o vínculo com a situação de moradia em que estavam antes de aderir ao movimento. Isso demonstra que existe um cálculo com base nos riscos e custos que

um deslocamento nesse sentido pode gerar, ou seja, diferente do que se poderia argumentar sobre a ação dos sem-teto ser desordenada ou irracional.

O primeiro momento de uma ocupação é sempre marcado por rápida “*massificação*”, mas no decorrer do processo costuma ocorrer um esvaziamento que irá depender de fatores como: as dificuldades nos processos de negociação com o poder público e a capacidade organizativa do movimento em conseguir se articular para assegurar que as famílias não se dispersem.

Claro que há aqueles que, chamados pelos acampados de “andorinhas”, apenas vão para o acampamento com a intenção de conseguir moradia sem, no entanto, se envolver com o processo de organização e mobilização do acampamento, mas frequentemente esses rapidamente se dispersam, ou, rapidamente “batem voo” na linguagem dos sem-teto, mesmo porque não são bem vistos aos olhos de quem participa de maneira efetiva no processo de lutas.

Estamos interessados em apreender as razões que levam esses trabalhadores a continuarem vinculadas ao movimento, uma vez que, pelas situações muitas vezes precárias somadas aos desgastes que envolvem processos de *despejos*, essas famílias também poderiam desistir de lutar e tentar se realocar em uma situação de moradia precária, as quais, supostamente, já estariam acostumadas. Trabalhamos com a hipótese de que a resistência dos trabalhadores do MTST está articulada ao processo de construção de uma confiança que não se restringe a uma promessa de moradia.

Este processo está relacionado a tencionar a noção de naturalização e à quebra da resignação desses trabalhadores com sua condição de pobreza. À medida que o MTST consegue avançar na organização interna dos acampamentos e envolver de forma mais orgânica os trabalhadores no processo de militância, através de atividades que atribuem outro sentido para além da conquista da moradia, ele tenciona para uma quebra da resignação, porque dá instrumentos para que os trabalhadores, qualificados pela estrutura jurídico-política do Estado para serem sujeitos jurídicos, possam qualificar sua ação a partir da inserção em outra coletividade na qual se torna praticável lutar por melhores condições de vida e, portanto, contra sua resignação, conforme a reflexão que desenvolvemos no primeiro capítulo.

Ao criar condições materiais e ideológicas para que os trabalhadores possam encontrar o sentido de pertencimento ao coletivo MTST, o movimento interpela os trabalhadores para uma ação significativa sobre o que é justo e praticável, neste caso, lutar e resistir ao processo de resignação e inferiorização atribuídas pelo discurso sobre

os “verdadeiramente necessitados” em que está pressuposto a ideia de esforço para adquirir o status civilizatório da cidadania.

Ao analisar o vídeo *Chico Mendes: a dignidade não se rende*, gravado no dia da ocupação Chico Mendes, em que aparecem diálogos entre as pessoas que estavam acampadas e das lideranças do movimento com policiais e com a Secretária de habitação do município, podemos obter elementos para examinar de que maneira os sujeitos ali envolvidos atribuíam sentidos para sua ação. Estamos utilizando trechos longos, porque não queremos perder de vista a forma como alguns diálogos foram travados. O interessante deste vídeo é que ele retrata uma situação que acontecia naquele momento, e assim, a maneira como as pessoas ali envolvidas se colocavam e dialogavam com a situação.

A primeira fala do vídeo é um registro da manhã seguinte da ocupação. Nele, uma trabalhadora do município, participante da ocupação, se dirige à Secretária de habitação:

Nós tamos lutando por uma moradia, nós num tamos brigando, nós num tamos roubando, nós não estamos desrespeitando, nós num tamos invadindo! Nós queremos uma moradia, digna! Porque eu já trabalhei, nunca tive condições de te(r) nada<sup>85</sup>.

Em seguida há um recorte no vídeo que mostra o diálogo de um policial com as lideranças do acampamento, na noite da ocupação:

Policial: [...] tem uma comissão? É invasão né?!

A<sup>86</sup>: ocupação, invasão é diferente.

Policial: a comunidade aqui revoltada com a situação dessa área... [comunicação com outros policiais, provavelmente via rádio]. Não sei de quem é esse prédio, esse prédio ta embargado por causa do local ai. Começaram a construção, começou a erodir. Então é até perigoso pra esse pessoal, se eles entrarem no prédio ai, certo? Agora, sua cabeça é seu guia, você tem uma cerca delimitando o espaço particular e o espaço público, que é a via. Está de noite, não sei o que tem ai dentro, não sei se nós entrarmos e invadirmos ou coisa parecida o que vamos encontrar, tá. As atitudes podem ocorrer de acordo com a agressão de partir pra cima da gente.

B: é uma ocupação consolidada...

---

<sup>85</sup> Nesses diálogos, estamos mantendo as falas no original para não perder de vista o sentido atribuído pelas pessoas no contexto em que se desenvolveram.

<sup>86</sup> Estamos utilizando letras para as pessoas que não foram identificadas no vídeo.

Policia: eu sei disso, to vendo tá, estou vendo. Vocês já vieram seguros com advogado e tudo o mais.

Estudante: Eu sou da UNE também. A UNE também ta presente. A União Nacional dos Estudantes, também ta aqui.

Policia: ta, ces tão montando uma escola aqui?

Estudante: também, também, muito mais do que isso.

Policia: ta, ta bom, deixa a gente conversar. Num quero facção política ta, eu não quero organizações políticas.

Estudante: Não, não é facção política é a sociedade civil organizada...

Policia: eu to aqui por causa da invasão

Estudante: não, mais essa não é uma invasão, a Constituição diz que a propriedade privada tem uma função social. E, a propriedade privada hoje, não ta cumprindo seu papel social aqui...

Policia: podemos conversar? Podemos conversar?

Estudante: não [mas] a gente ta conversando, a gente ta conversando

Policia: eu não vim pra ter uma aula de cidadania, nem pra dá aula pra ninguém, eu vim aqui pra manter um consenso, só isso

Estudante: lógico..., a constituição respalda essa ocupação, lógico... garantir a constituição, nossa intenção é essa

Policia: a minha também, a minha é a ordem pública.

Estudante: a soberania manda no povo e só nele ...[restante da fala incompreensível devido aos ruídos do entorno]

Policia: a minha é a ordem pública

Estudante: a soberania manda no povo

Policia: não vêm com jargão pra cima de mim, fica na sua meu...

Queremos traçar um paralelo entre a primeira fala, da trabalhadora, e as falas do estudante e do policial. Primeiramente, a trabalhadora ao se dirigir às autoridades fala com propriedade de sua condição de sem-teto, sabe com quem está falando, exatamente por isso, ela é clara e pontual: lutamos por moradia digna, não estamos roubando! Ela vai direto àquilo que a criminaliza, '*não somos aquilo que vocês dizem!*'. O sentido do termo dignidade atribuído por ela, parte de condições objetivas, a moradia enquanto condição essencial para que se possa existir, sendo assim, não é uma moradia em

condições precárias, mas aquela que efetivamente atenda às necessidades de um trabalhador urbano, por isso tem que ser “digna”.

O estudante utiliza um discurso que busca dar legitimidade à ocupação ao negar à ideia de que se trata de uma invasão e buscar ressignificar o argumento em defesa da ordem. No entanto, mesmo tendo outra intenção daquela do policial, segue o mesmo formato, “a soberania popular manda no povo...”, tão logo da ordem que a assegura. Nele, o argumento passa pelo espaço de negociação viável na perspectiva da ordem, ainda está colocando a discussão nos mesmos termos, embora com um significado mais progressista. O policial também procura assegurar a Constituição, sua função é a de ordem pública.

Embora, a intenção do estudante de apontar uma contradição, seja clara, pensamos que ele não a consegue explicitar, ainda que atribua um significado mais progressista que a do policial. Só para exemplificar como há diferenças na forma de explicitar esta contradição, vejamos outro discurso, dessa vez de uma das lideranças do movimento durante a Marcha realizada em 30 de Março de 2007 que foi impedida pela polícia de chegar ao Palácio dos Bandeirantes, neste caso a explicitação da contradição é mais clara:

Fomos impedidos pela Polícia Militar de chegar até o Palácio do Governo. O discurso do coronel Alaor e de outros oficiais é de que estão a serviço da ordem pública, pois a gente retruca, ordem pública é o povo com moradia, ordem pública é o governo fazendo política social para o povo. Com todo respeito Coronel, nós também estamos a serviço da ordem pública (Discurso de Jota, membro da coordenação estadual do MTST, na marcha do movimento que foi impedida de chegar ao Palácio dos Bandeirantes, no dia 30/03/07)<sup>87</sup>

Neste caso, o discurso da ordem é destituído do sentido atribuído pelas autoridades e lhe é atribuído outro. Ele atribui concreticidade à ideia de ordem, diferente daquela imposta. Há na fala dessa liderança uma relação orgânica com a fala da base, ou seja, com a fala daquela trabalhadora. Estas falas não deixam espaço para ambiguidades, pois não se trata tão somente de assegurar a Constituição, sob a qual a cada indivíduo é assegurado igualdade e liberdade (abstratas), se trata de colocar em questão um projeto coletivo dos trabalhadores.

Retomando a fala do estudante, podemos notar que o argumento do qual ele parte está amparado em uma ideia abstrata, “soberania popular”, portanto, incompatível

---

<sup>87</sup> Fonte: PINHEIRO, 2008.

com o que é vivido pelos trabalhadores. Esta abstração opera na mesma lógica daquela que o policial representa; ambos estão fundamentados no ideal do Estado Democrático de Direito ou *Estado-popular-de-classe* representante do *povo-nação*, conforme desenvolveu Poulantzas (1967). Portanto, ainda que exista uma intencionalidade diferente daquela do policial, o estudante opera sobre a mesma estrutura.

Diferentemente, Jota e a trabalhadora argumentam a partir um plano concreto, recorrendo a experiências que expressam noções cotidianas sobre uma condição de vida que, quando colocadas em primeiro plano, tem o efeito de explicitar a contradição expressa no ideal abstrato de ordem pública.

É dessa relação concatenada entre base e lideranças que surgem possibilidades para a construção de um projeto coletivo no qual as experiências individuais possam operar de modo comprometido com interesses em comum.

A segunda produção audiovisual do MTST a ser analisada tem o título *2 meses e 23 minutos* e foi realizada em 2007 no Bairro de Valo Velho-SP, também pela Brigada de Guerrilha Cultural. O título do vídeo é em referência ao período de duração da ocupação conhecida como João Cândido. Foi editado quase integralmente a partir do depoimento das trabalhadoras sem-teto. Através da fala dessas mulheres trabalhadoras, podemos ter uma dimensão sobre o que elas pensam acerca de sua participação no Movimento<sup>88</sup>:

[...] ah, é bonito, é emocionante, porque você tá lutando ali pelo seu direito. É cansativo? As vezes fica lá na maior fome e você olha o pessoal fechando as portas, tudo. [...] É que aqui você..., é tão sem explicação..., você vê a vida com outros olhos sabe, você começa a vê as coisas diferente. Eu pelo menos aqui, nossa como mudou meu modo de pensar as coisas sabe! Quando a gente chega aqui a gente chega só, mas a partir do momento que você chega aqui, você cria uma família, você nunca tá só. (MARIA APARECIDA)

[...] Porque é osso! É difícil, difícil mesmo! [...] Quando eu vi esse monte de lona preta, eu falei assim, ai meu pai, quê que eu vou fazer aqui? O medo de dormir, o medo de ficar aqui, sempre a gente fica com medo né, a gente não tá acostumado. Acredito que as pessoas que não tá vindo pra cá, [...] quando a gente chegou aqui já tinha os líderes, a gente sabia que já tinha os líderes, se queria alguma coisa tinha que falar com o líder. Tem o coordenador geral, daí tem uma pessoa que é eleita pra limpeza, outra que é eleita pra ficar na cozinha, então, tem como os militantes de lá de cima saber como que tá o

---

<sup>88</sup> Os relatos não estão na ordem apresentada no vídeo. As marcações com reticências indicam momentos em que há uma pausa na fala. A marcação com chaves [...] indica que realizamos um recorte na sequência da fala.

andamento daqui. Então os líderes daqui eles conhecem todo mundo, eles conhece as pessoa que ta vindo, as pessoas que não estão vindo. As pessoas são cadastradas pra saber quantas pessoas tem no Movimento, ai as pessoas pensam que esse cadastro é pra ganhar casa. Só que com o cadastro você não vai ganhar a casa. Você vai ganhar casa, passando noite aqui ó, passando dia, marchando. Que nem a gente foi pra o Morumbi andando. (SHIRLEY)

[...] eu vim parar aqui porque eu vim lutar por um objetivo que é uma moradia pros meus filhos, saí fora do aluguel, que não ta tendo mais condições. Quanto mais a vida vai passando, mais a gente vai lutando, não tem como a gente pagar aluguel, sofrendo, todo mês é aquilo... [...] a situação da gente lá....sabe aquele nervoso que você tem no dia a dia? Quando você chega aqui é outra coisa, você começa a dar risada, brincar com um, brincar com outro. (GILDA.)

[...] o Movimento em si te faz bem já. Já da uma força assim...da um objetivo da vida da gente, já a nossa casa, e já se torna...as passeatas que tem, da uma melhorada na cabeça da gente. Num fica só naquela neura de preocupar com casa, com filho, com o que ta faltando. [...] mas a periferia lá embaixo, eles se acham bairro nobre e aqui a favela. Como se eles fossem melhor do que a gente. Ta no mesmo nível social e se sente melhor porque tem uma casa. Falam mesmo! Aí eu até falei assim, lá embaixo é o Morumbi, Valho Velho é o Morumbi e aqui é o Paraisópolis, é o que eles se sentem. O Movimento é muito bom, se eu não tivesse os meus cinco filhos, que dependessem, que são pequenos, que tem que ir pra escola, que depende de mim assim, eu entraria no Movimento assim de cabeça. [...] lutar mesmo, lutar, lutar, guerrear e fazer passeata, fechar rua, e provar que a gente ta aqui pra ter nossa casa, não ta aqui pra fazer baderna não! (LAURA)

Nesses relatos, medo, preconceito e cansaço não são elementos ignorados, e demonstram a clara percepção dessas trabalhadoras de serem tratadas como inferior, são percepções que perpassam o processo de participação dessas mulheres trabalhadoras no movimento. O medo em adentrar em um universo parcialmente desconhecido, porque o processo de ocupação e apropriação do solo urbano em periferias e favelas, embora já velho conhecido, ali, ganha outros contornos, e também medo de mais uma vez ser inferiorizado por uma condição de pobreza. Não se trata mais de ocupar ou de *chegar sozinho* e isso também gera medo dos preconceitos, pois *as portas se fecham* como observa Maria Aparecida, e até a periferia ganha ares de *bairro nobre*, como diz Laura.

Medo de quem não está *acostumado* e que precisa se haver com uma série de dificuldades, porque ninguém se engana “[...] é osso! É difícil, difícil mesmo!” (SHIRLEY), “é cansativo” (MARIA APARECIDA).

Dificuldades que são balizadas pelo objetivo de conseguir uma moradia, pois à medida que “a vida vai passando, mais a gente vai lutando, não tem como a gente pagar aluguel, sofrendo, todo mês é aquilo” (GILDA).

No entanto, outros elementos começam a compor o objetivo central que levou essas trabalhadoras a se depararem com “aquele monte de lona preta” (Shirley), na medida em que percebem que *ali* “você nunca ta só” (MARIA APARECIDA).

O olhar para o aparentemente caótico (*monte de lona preta*) começa a desvendar a ordem que impulsiona a ficar “só naquela neura de preocupar com casa, com filho, com o que ta faltando” (LAURA) e passa a encontrar outra que busca “provar que a gente [...] não ta aqui pra fazer baderna não” (LAURA).

A participação no coletivo do MTST, cuja forma de organização possibilita espaços nos quais essas trabalhadoras consigam atribuir outros sentidos para além daquela “neura”, é de fundamental importância. Quando Laura se refere a esta “neura”, ela movimenta os sentidos atribuídos entre as ideologias posicional-existencial (gênero) e posicional-histórica (classe), conforme a reflexão desenvolvida no primeiro capítulo a partir das análises de Therborn (1996), e demonstra a percepção dos limites impostos por essa posição existencial no mundo.

Pensamos que não é de modo direto o discurso transmitido pelo movimento que atribui esses sentidos, pois ainda existe um distanciamento entre base e lideranças: “os líderes lá em cima sabem [...]” (SHIRLEY), mas há na participação deste coletivo a confiança em uma promessa de romper a ideia imposta de inferioridade, que precisa ser sustentada pelo movimento e que está relacionada à forma organizativa do MTST.

A sensação de “não estar só” é alimentada pelo fato de estar com outros que compartilham das mesmas experiências anteriores, mas principalmente pela forma de organização dos acampamentos, coletivos de discussão, passeatas, “trancamentos” de rua, exercida sob a liderança do MTST. Nesses espaços, o movimento precisa reafirmar uma promessa, que não se restringe tão somente à conquista de uma moradia, mas inclui a confiança em construir uma ação coletiva, diferente daquela de quando a “gente ta só”.

Nesse sentido, a participação no coletivo MTST começa a ruir a sensação de “estar só” e a romper aquela “inocência pisada” (da qual falamos no início sobre Macabea), “lutar mesmo, lutar, lutar, guerrear” (LAURA).

No acampamento Chico Mendes, a experiência que nos chamou a atenção, e que pensamos estar relacionada a essa questão da construção de confiança foi a das cirandas, que descrevemos no segundo capítulo.

O que nos chamou atenção é o fato relatado pelas lideranças de algumas mães deixarem seus filhos na ciranda para irem trabalhar. Em primeiro lugar, o município de Taboão da Serra faz divisa com a capital, muito provavelmente, parte das mães trabalhava realizando este deslocamento diário. Isso significa que passavam um tempo relativamente longo fora do acampamento e longe de seus filhos.

Em segundo lugar, esse acampamento permaneceu na mesma área durante 8 meses, o que quer dizer que o tempo que essas pessoas tiveram para construir relações de confiança foi relativamente curto.

Diferentemente do que se possa pensar sobre as mulheres pobres das periferias, que têm muitos filhos e que, portanto, pelas próprias condições, acabariam deixando os filhos em qualquer lugar, pensamos que isso não corresponde à realidade. Pois, mesmo sem condições financeiras ou em condições limites que restringem a possibilidade de escolha, essas mães optam por buscar alternativas que diminuam os riscos que possam ser oferecidos aos seus filhos. Inclusive nos acampamentos existem mães que aderem ao movimento, mas acabam deixando seus filhos em casas de parentes ou conhecidos para lhes garantir uma situação de maior estabilidade.

Desta maneira, quando nos reportamos à importância de se pensar na experiência das cirandas nos referimos a elementos que demonstram a construção da confiança em um coletivo, construção que passa por uma compreensão cultural sobre segurança, risco e responsabilidade.

Nesse sentido, podemos analisar esse elemento com base na formação histórica e social da mulher ocidental, que se deu a partir do papel que lhe foi atribuído através da maternidade. Historicamente, a mulher é, em última instância, a responsável pelos filhos. Se esse papel histórico é atributo que constituiu a mulher ocidental, as mulheres não se desfazem dele sem controvérsias, justamente porque ele informa um modo de operar no mundo. Quando este elo é interrompido existe a destruição de um sentido.

A título de maior compreensão, existe uma interessante pesquisa realizada a partir de 154 entrevistas com mulheres encarceradas nos presídios femininos do estado do Rio de Janeiro - *No Ventre da Cadeia: Um estudo sobre os projetos futuros de mulheres encarceradas*, (2006). Nela, a pesquisadora Neilza Alves Barreto demonstrou como o distanciamento dos filhos afetava diretamente as vidas das mulheres dentro do

presídio. Para autora, quanto maior esse distanciamento, causado, por exemplo, pela perda da guarda ou de contato com os filhos, mais as mulheres se tornavam agressivas dentro do presídio; a quebra deste vínculo lhes trazia a compreensão de que não havia mais nada a perder. Da mesma forma, os projetos futuros para uma vida pós-presídio estavam relacionados à perspectiva de restituir os laços com os filhos. (BARRETO, 2006).

Quando são presas, essas mulheres recorrem a diversas estratégias, redistribuem os filhos em casas de parentes, vizinhos e amigos, e em último caso, acabam assinando a doação, quando entendem que desta forma possam possibilitar um destino melhor aos filhos, como meio de evitar que eles sejam entregues para casas de abrigo de menores do Estado. Essa distribuição dos filhos é realizada dentro daquilo que possa oferecer aos mesmos uma situação de vida e de segurança melhor dentro das possibilidades que estas mães podem oferecer a partir da condição em que se encontram.

Desta maneira, Barreto (2006) observou como a construção do feminino sob a perspectiva da mulher-mãe, ou seja, da maternidade, é o cerne que dá sentido à existência dessas mulheres como o “lugar de existência possível na sociedade” ocidental. Como destacou a própria autora, “questionar esta construção? Sim, muito”. Contudo, o fato é que esta construção informa um lugar e uma subjetividade. Ou ainda, de acordo com a análise de Therborn (1996) uma subjetividade constituída a partir de uma ideologia posicional-existencial que fornece às mulheres um significado sobre uma posição existencial no mundo, conforme a reflexão do primeiro capítulo.

Estamos destacando este ponto, porque entendemos que ele diz respeito a um entendimento cultural sobre como se constrói vínculos de confiança, ou seja, existe um cálculo sobre segurança, risco e responsabilidade para aderir ao movimento.

Se observarmos sob a perspectiva da “ilustração” que destacamos para ressaltar a construção social da mulher-mãe, podemos concluir que o fato de as mulheres do acampamento deixarem seus filhos nas cirandas, não apenas para participarem das atividades no acampamento, mas também para realizarem deslocamentos diários ao trabalho, demonstra que havia este cálculo. Sendo assim, experiência da ciranda aponta a construção de confiança nos coletivos organizados pelo MTST. Construção esta, que passa por princípios de um projeto político, pois a ciranda enquanto espaço coletivo foi

organizado com a finalidade de articular educação e cultura, conforme nos foi relatou Jota<sup>89</sup>

[..] foi um trabalho muito interessante que foi feito lá com as crianças. O setor de educação do Chico Mendes avançou bastante. Que na verdade ele se transformou no setor de educação e cultura. Era um setor de formação, educação e cultura. Ali, amadureceu essa questão da educação também. Em termos organização, avançou bastante também por isso. Conseguimos entender que o problema da educação estava ligada também ao problema da formação política. Educar para transformar. E no ensino convencional, eles não educam pra transformar. Eles tem uma cartilha estabelecida, educam para formar para o mercado, desde a creche à pós-graduação, é assim que funciona a coisa, pelo menos como a gente vê. Gostaríamos que fosse diferente. Então, lá, a gente conseguiu levar isso às últimas circunstâncias e muita coisa melhorou dentro da comunidade [...]

Desse modo, os laços de confiança que foram estabelecidos a partir desse coletivo, pautados em uma perspectiva política do movimento, diz respeito ao grau de organização do MTST no acampamento Chico Mendes, quando se consegue através de experiências como esta criar um sentido de coletividade que, se não rompe, ao menos tenciona para ruir a ideia do “cada um por si”.

Sendo assim, ao mesmo tempo em que existe um processo de criminalização que se desenvolve não apenas através de ações pontuais como as jurídicas e/ou policiais que visam desestabilizar a organização do movimento, mas de uma produção discursiva em que à pobreza desses trabalhadores é atribuído um sentido vexatório que busca conduzir esses trabalhadores a uma inferiorização relacionada à ideia de desordem e incapacidade de “vencer na vida” pelas vias “normais”; também existem as respostas que o movimento busca dar com sua organização, tanto interna aos acampamentos, como externa, para desmistificar a ideia de desordem atribuída aos sem-teto.

---

<sup>89</sup> Entrevista que nos foi concedida em Janeiro de 2013.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise apresentada neste trabalho buscou examinar uma das formas de manter e atualizar a dominação de classe: a criminalização dos movimentos sociais e da pobreza. A criminalização no contexto atual se configura principalmente sob a força ideológica do tema cidadania, pensado abstratamente a partir da categoria dignidade humana. Sendo assim, uma forma de criminalização que se desenvolve sob o manto do aperfeiçoamento das instituições democráticas, nas quais, a ação dos movimentos sociais supostamente precisariam se enquadrar.

O tema criminalização dos movimentos sociais, apesar de presente nas pesquisas acadêmicas, tem pouca publicação em periódicos ou livros.<sup>90</sup> As teses e dissertações sobre o MTST são poucas e muito recentes<sup>91</sup>. Entre estas podemos dizer que não há um estudo direcionado às especificidades da criminalização produzida sobre o MTST, embora as pesquisas sobre o movimento chamem atenção para o processo de criminalização e forneçam muitos elementos para analisar este processo.

Tal questão nos levou a concluir que há necessidade de ampliar as pesquisas sobre a temática da criminalização e que não se restringissem aos exemplos mais sugestivos (Estado *versus* movimentos sociais = criminalização), mas que tomassem pontos de partida por meio de “escalas” mais sutis em que este processo se desenvolve.

Com efeito, a criminalização produzida sobre o MTST não pode ser analisada apenas a partir de exemplos que demonstrem o grau de arbitrariedade policial contra os sem-teto e processos jurídicos movidos contra militantes, mas acreditamos ser relevante que se dê a partir do exame dos modos de operar para que estas ações sejam articuladas em diversos níveis sob um modelo hegemônico.

De tal maneira, observamos que o modelo de cidadania atual é um eixo que aciona diversos *modus operandi* para legitimar as políticas de controle sobre os movimentos sociais de base popular e, assim, sobre os pobres.

---

<sup>90</sup> Consultar Referências e Bibliografia consultada.

<sup>91</sup> As teses e dissertações produzidas sobre o MTST de São Paulo são: “O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto”, de Débora Cristina Goulart (Tese, 2011); “Metamorfoses na luta por habitação: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto”, de Sonia Lúcio Rodrigues Lima (Tese, 2004); Luta de classe na cidade neoliberal: uma análise sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), de Elton Rafael Lorena (Dissertação, 2012); “A contribuição do cinema militante em processos de construção de identidades e territórios no contexto da metrópole: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto na periferia de São Paulo”, de Marina Cavalcante Tedesco (dissertação, 2009). Há outras teses e dissertações que tratam dos movimentos sem teto de São Paulo e, entre eles, examina o MTST, mas não como objeto direto de análise, que utilizamos ao longo de nosso trabalho.

Ao longo de nosso trabalho, apontamos como a categoria dignidade deu forma à cidadania atual e que a concepção desta cidadania é geradora de mecanismos acionados para criminalizar o MTST. No nível das políticas públicas existe uma articulação entre o discurso da cidadania, o discurso de combate à criminalidade e à violência e categorias jurídicas elaboradas para julgar as ações de indivíduos abstratamente livres e iguais, que não se enquadram ao ideal dos termos que investe a noção de cidadania.

Portanto, se é no nível das políticas de Estado que os compromissos de classe são selados, como indica a reflexão do primeiro capítulo, [*O Estado se torna o lugar de disputa das práticas políticas de classe, devido à própria incapacidade da burguesia, fragmentada internamente, de fazer prevalecer diretamente seus interesses econômicos e de se organizar hegemonicamente através de seus próprios partidos políticos*], é de fundamental importância examinar os diversos níveis de elaboração ideológica das políticas públicas que contribuem para o processo de criminalização. Nesse sentido, analisar toda uma produção anterior que sutilmente vai legitimando essa criminalização.

Outro ponto importante para a análise deste processo se relaciona à principal estratégia de organização do MTST: a estratégia de territorialização. Conforme demonstra a análise de Souza e Teixeira (2009, p. 33), a territorialização envolve a ação de diferentes agentes sociais, ou seja, a ação do movimento sobre o território implica em atribuir significados e constituição de uma imagem coletiva entre o grupo e, de forma conseguinte, influir e interagir com o entorno que envolve o território.

Desse modo, a territorialização enquanto prática de controle espacial faz parte de relações de poder. Sendo a territorialização a principal estratégia do MTST, o entendimento sobre as relações de poder entre os agentes sociais para conferir diferentes usos ao espaço urbano é de fundamental importância, pois tais relações envolvem disputas ideológicas sobre como os agentes devem orientar suas práticas neste espaço.

Entretanto, essas práticas enquanto relações de poder não se dão ao acaso, pois como observa Pinheiro (2013, s/p) “[...] toda territorialização, enquanto uma forma particular de apropriação do espaço urbano, tem por referência o lugar ocupado pelos agentes nas relações sociais de produção. [...]”, nesse sentido, a capacidade de projetar relações sociais no espaço é determinada pela capacidade dos grupos em mobilizar recursos materiais, jurídicos e simbólicos.

A capacidade de mobilização dos diferentes recursos aponta uma dinâmica de territorialização no espaço urbano na qual o MTST está inserido e da qual participa. Por um lado, esta inserção se dá em um ambiente construído segundo relações sociais

determinadas, em que “[...] o espaço urbano é produzido como mercadoria para um mercado específico: o imobiliário [...]” (PINHEIRO, 2013, s/p). Por outro, a participação do MTST nesta dinâmica, tendo em vista sua ação política, busca uma territorialização diferente daquela para a qual o espaço urbano é produzido.

Sendo assim, é no interior de dinâmicas de territorializações diferentes e requeridas sobre um ambiente produzido e organizado segundo a divisão social do trabalho que a criminalização sobre o MTST é realizada, pois existe uma lógica territorial imperante, na qual a capacidade dos agentes do mercado imobiliário na mobilização de recursos para lutar por seus interesses é crucial. Esta capacidade envolve poder de influência e, para tanto, o apoio de outros agentes, como políticos locais (prefeitos e vereadores), empresários locais e mídia local.

No caso do acampamento Chico Mendes um conjunto de ações adversas esteve relacionado às dificuldades que o MTST enfrentou, principalmente, ao lutar pela ampliação das ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), que fere os interesses imobiliários da região, pois o terreno em que ocorreu a ocupação é localizado em uma área de crescente valorização imobiliária, próximo ao Shopping Center da cidade e com um entorno cercado por oito condomínios fechados voltados à classe média<sup>92</sup>.

Entre esse conjunto de ações, as notícias veiculadas pela mídia local, ao retratar a ação dos sem-teto como violenta, incivilizada e cunhar a ideia de “origem-não-cidadã” das famílias, demonstrando seu apoio aos interesses imobiliários da região.

Assim, apreender as formas particulares em que relações são projetadas no espaço implica em considerar de que maneira se desenvolvem as disputas político-ideológicas entorno dessas territorializações. Questão que envolve também discutir em que medida os próprios movimentos carregam elementos de ordenamento ao *modus operandi* hegemônico ao incorporarem ao seu próprio discurso categorias que operam no centro de sua criminalização.

Nesse sentido, as categorias elaboradas pelo MTST demonstram os avanços na apreensão desta dinâmica de territorializações e sua autonomia em não cair na institucionalização dos movimentos sociais.

A recusa do MTST à institucionalização tem muitas implicações quanto à sua criminalização, pois muitos mecanismos podem ser acionados ao mesmo tempo para

---

<sup>92</sup> Dois dos condomínios são da cooperativa habitacional Vida Nova, de propriedade do vereador José Aprígio da Silva, que tem uma imobiliária em frente a um dos condomínios. De acordo com um dos moradores desses condomínios os apartamentos custam em média de R\$ 230 mil a R\$ 270 mil.

desarticulá-lo. Além disso, o fato de o MTST estar fora do processo de institucionalização pode, inclusive, levar outros movimentos sociais, que estão inseridos nos espaços institucionalizados, a olharem para o MTST como um movimento que não segue as “regras do jogo”. Assim, estes movimentos podem incorporar o discurso que leva a sua própria criminalização.

Isso porque, a reflexão realizada leva a afirmar que os mecanismos sociais criados para criminalizar o MTST e sua base social extrapolam a utilização de violência direta, ou mesmo, o discurso direto contra o movimento. Fundamentalmente, estes mecanismos são criados a partir daquilo que é mais atual, e, portanto, “menos impactante” para a manutenção da “ordem democrática”, como sugere, por exemplo, o discurso de combate às mazelas sociais no contexto urbano a partir da ideia de elevação do status de cidadania. Portanto, existem escalas sutis e, por vezes, insuspeitas através dos quais estes mecanismos sociais são criados, e que podem passar despercebidos porque chegam a um nível de obviedade.

Relacionado a este aspecto, o que nos chamou a atenção é o fato de o próprio debate acadêmico ter contribuído indiretamente para a criminalização dos movimentos à medida que houve um deslocamento do tema da pobreza para o tema da criminalidade urbana, da violência e do aperfeiçoamento das instituições democráticas, como destacamos no terceiro capítulo. Neste sentido, entendemos que existe um senso comum acadêmico sobre temas atualizados e aparentemente fora de suspeita.

Para concluir, há três questões que consideramos relevantes para ampliar a pesquisa sobre o tema da criminalização. A primeira, qual o real impacto dos debates acadêmicos no processo de criminalização dos movimentos sociais na atualidade? A segunda, em que medida as categorias empregadas pelos próprios movimentos sociais, podem estar permeadas por categorias jurídicas e ideológicas utilizadas para criminalizá-los? Por fim, para aprofundar o debate sobre a criminalização da pobreza, qual a relação entre as políticas de segurança pública e outras políticas públicas, como as educacionais, por exemplo? Esta última questão se justifica pelo fato de o discurso de combate à criminalidade e violência não estar restrito ao encarceramento massivo, mas de estar presente em outras instituições como formas de prevenção “primária” à criminalidade e violência, entre estas a instituição escolar. Pois, diante do atual quadro de crescente violência no interior das escolas, uma série de medidas disciplinares tem sido tomada para tratar a questão. Entre estas, a intervenção da polícia no interior das escolas públicas, por meio de patrulhamentos, palestras, etc. Um exemplo desse tipo de

intervenção “primária” é o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) desenvolvido nas escolas públicas, uma adaptação brasileira do programa norteamericano Drug Abuse Resistance Education (D.A.R.E), que passou a ser implementado pela polícia militar do Estado do Rio de Janeiro desde 1992 e atualmente é adotado em todo o país. Entre os objetivos deste programa estão “parar o ciclo gerador do abuso de drogas, das condutas criminosas e das prisões relacionadas ao abuso de drogas”. As intervenções nas escolas se justificariam, pois se teria constatado que os “cidadãos infratores” tinham “pais e avós [que] haviam sido julgados na esfera criminal, repetidas vezes [...]”.<sup>93</sup> Nesse sentido, é um programa que visa a controlar “condutas criminosas” desde os primeiros anos da educação escolar dos “cidadãos” que apresentam um “histórico suspeito”, ou seja, nas escolas onde estão os filhos dos trabalhadores pobres.

---

<sup>93</sup> Fonte: <http://www.proerdbrasil.com.br/oproerd/oprograma.htm>. No site do PROERD há um histórico do programa desde sua implementação nos E.U.A na década de 1980. Entre as preocupações do programa estariam “[...] parar o ciclo gerador do abuso de drogas, das condutas criminosas e das prisões relacionadas ao abuso de drogas.”. Tendo em vista que “[...] estavam lidando com cidadãos infratores cujos pais e avós haviam sido julgados na esfera criminal, repetidas vezes, [...] foi designada uma força tarefa, composta por integrantes do L.A.P.D.(Departamento de Polícia de Los Angeles) e do L.A.U.S.D. (Distrito Escolar Unificado de Los Angeles), para desenvolver um programa de prevenção ao abuso de drogas destinado às crianças do Ensino Fundamental.” No Brasil, o programa é dividido em três etapas: 1) PROERD para educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental; 2) PROERD para 4ª série/5º ano do ensino fundamental e; 3) PROERD para pais e responsáveis.

## REFERÊNCIAS

2 MESES E 23 MINUTOS (parte 1, parte 2, parte 3) 2008. [online]. Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=npU1H1nTSsa0&feature=player\\_detailpage](http://www.youtube.com/watch?v=npU1H1nTSsa0&feature=player_detailpage)> Visto em: 2012.

A VOZ DAS VÍTIMAS, Relatório parcial do caso Pinheirinho. **CONDEPE** – Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – SP. Protocolado SJDC N° 00081/2012.

ALVES, Camila. Movimento dos trabalhadores sem-teto. **Revista Democracia Viva**. Rio de Janeiro, nº18, 2003. Entrevista concedida a Alfredo Boneff, Elaine Ramos, Geni Macedo, Iracema Dantas, Jamile Chequer e Marcelo Carvalho. Disponível em: <<http://www.ibase.br/site-antigo/modules.php?name=Conteudo&pid=892>> Acesso em 27/03/2013

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Petrópolis, Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ARANTES, Pedro. Interesse público, poderes privados e práticas discursivas na política de renovação do centro de São Paulo. (s/d) Disponível em: <[http://www.sp.unmp.org.br/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=42&Itemid=95](http://www.sp.unmp.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=42&Itemid=95)> Acesso em: 11/09/2010.

ARANTES, Pedro; FIX, Mariana. Eleições municipais: a velha república das empreiteiras e o novo capital imobiliário. **Brasil de fato**. Disponível em: <[www.brasildefato.com.br/v01/agencia/entrevistas/eleicoes-municipais-a-velha-republica-das-empiteiras-e-o-novo-capital-imobiliario](http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/entrevistas/eleicoes-municipais-a-velha-republica-das-empiteiras-e-o-novo-capital-imobiliario)>. Acesso em:05/09/2010.

ARANTES, Pedro. Interesse público, poderes privados e práticas discursivas na política de renovação do centro de São Paulo. (s/d) Disponível em: <[http://www.sp.unmp.org.br/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=42&Itemid=95](http://www.sp.unmp.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=42&Itemid=95)>. Acesso em: 11/09/2010.

BARRETO, Neilza Alves. **No ventre da cadeia**: Um estudo sobre os projetos futuros de mulheres encarceradas. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

BOITO JUNIOR, Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. Trabalho apresentado na edição de 2012 do **Fórum Econômico da FGV / São Paulo**. 2012. Disponível em: <<http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>> Acesso em: Maio de 2013.

\_\_\_\_\_. **Estado, política e classes sociais**: ensaios teóricos e históricos – São Paulo: Editora UNESP, 2007. 271p.

\_\_\_\_\_. As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil. IN *Sujetos sociales y nuevas formas de protesta*. 2006. Disponível em: <<http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>> Acesso em Janeiro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Política Neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Editora Xamã, 1999.

BOLAFFI, Gabriel. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, Ermínia (org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa-omega, 1982, p. 37-40.

BONDUKI, Nabil. Habitação popular: contribuição para o estudo da evolução urbana de São Paulo”. In: Valladares, Licia (org). **Repensando a Habitação no Brasil**. Rio de Janeiro: Iuperj/Zahar Editores, 1982, p. 135-168.

BORON, Atílio. Crise das democracias e os movimentos sociais na América Latina: notas para uma discussão. In: CASTELO, Rodrigo. **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010, p.81-97.

BRUNHOFF, Suzanne de. **Estado e Capital**: Uma análise da política econômica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.

CAPELA, Estela, *et al.* Relações de trabalho e flexibilização. In: MARQUES, Rosa Maria; FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen (org.). **O Brasil sob a nova ordem**: A economia brasileira contemporânea – uma análise dos governos Collor a Lula. São Paulo: Saraiva, 2010.

CARTILHA DO MILITANTE, nº 1, **Movimento dos trabalhadores SemTeto**, MTST, São Paulo, 2005. Disponível em: < [www.mtst.info](http://www.mtst.info)> Acesso em: 2009.

CARTILHA DE PRINCÍPIOS, **Movimento dos Trabalhadores Sem Teto**, MTST, São Paulo, 2013. Disponível em: <[www.mtst.org](http://www.mtst.org)> Acesso em: 2013.

CARTILHA número 1 da **Luta Popular**. Disponível em: <[http://lutapopular.sarava.org/sites/lutapopular.sarava.org/files/cartilha\\_leitura.pdf](http://lutapopular.sarava.org/sites/lutapopular.sarava.org/files/cartilha_leitura.pdf)> Acesso em: 2013.

CHICO MENDES: a dignidade não se rende. 2005. [CD] **Brigada de guerrilha** cultural do MTST.

DIFICULDADES E DESAFIOS DO MSTs. Documento de circulação interna, s/ano.

EU QUERO MINHA LIBERDADE DE VOLTA. Barbara Carola Hinderberger Cardoso De Almeida. **Folha de São Paulo**. Tendências/Debates. Publicado em 13/Julho/2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/54198-eu-queru-minha-liberdade-de-volta.shtml>> Acesso em: 27/05/2013.

FIX, Mariana. **São Paulo cidade global**: fundamentos financeiros de uma miragem. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. UMA PONTE PARA A ESPECULAÇÃO - ou a arte da renda na montagem de uma “cidade global. **Caderno CRH**, Salvador, v.22,n.55, p. 42-45, Jan./Abr. 2009.

\_\_\_\_\_ *et al.* **Notas sobre a Sala São Paulo** e a nova fronteira urbana da cultura. *Revista Pós*, 2001. n.9. p.192-209.

FLORSHEIM, David, BERLINCK, Manoel. **Freud explica?** – a Psicanálise entre o senso comum, a ideologia e a ciência. Disponível em: <[http://www.psicopatologiafundamental.org/uploads/files/v\\_congresso/mr\\_49\\_-\\_david\\_florsheim.pdf](http://www.psicopatologiafundamental.org/uploads/files/v_congresso/mr_49_-_david_florsheim.pdf)> Acesso em: 2013.

FON FILHO, Aton. Criminalização dos movimentos sociais: democracia e repressão dos direitos humanos. In: BUHL, Kathrin e KOROL, Cláudia. **Criminalização dos protestos e movimentos sociais**. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburg, 2008, p. 79-110.

GALVÃO, Andréia. Ideologia política nos movimentos sociais na América Latina. Paper preparado para apresentação no **Congresso de 2009 da Associação de Estudos Latino-Americanos (LASA)** - Rio de Janeiro, 11 a 14 de junho de 2009, p. 1-19.

GEERTZ, Clifford. O senso comum como um sistema cultural. In: GEERTZ, Clifford. **O saber local**. Petropolis: Editora Vozes, 2002.

GOMES, Ilse; COUTINHO, Joana A. Estado, movimentos sociais e ONGS na era do neoliberalismo. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 89, 2008, p. 1-6. Disponível em: <[www.espacoacademico.com.br/89/89gomes\\_coutinho.pdf](http://www.espacoacademico.com.br/89/89gomes_coutinho.pdf)> Acesso em: Mai/2009.

GOULART, Débora Cristina. **O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto - MTST**. Tese (doutorado em Ciências Sociais) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília, 2011. 275 f.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

INVASÃO AVANÇA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO. **O Estado de São Paulo**, C4, Cidades/Metrópole, publicada em 06 de Maio de 2012.

KOROL, Cláudia. Criminalização dos movimentos sociais na Argentina. In: BUHL, Kathrin e KOROL, Cláudia. **Criminalização dos protestos e movimentos sociais**. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburg, 2008, p. 18-78.

\_\_\_\_\_. Criminalização dos movimentos sociais na América Latina – **Classe - Revista da Associação dos Docentes da UFF**. Outubro, Novembro, Dezembro de 2008, p. 10 – 13.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. Introdução – As lutas sociais e a cidade. In: KOWARICK, Lúcio (coordenador). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado, presente e futuro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

\_\_\_\_\_. Escritos urbanos. São Paulo: 34, 2000.

KOWARICK, Lúcio, CAMPANÁRIO, MILTON, A. São Paulo, metrópole do subdesenvolvimento industrializado: do milagre à crise econômica. In: KOWARICK, Lúcio (coordenador). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado, presente e futuro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

JUÍZA É AMEAÇADA DE MORTE EM EMBU. 21 de maio de 2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,juiza-e-ameacada-de-morte-em-embu-,875588,0.htm>>

JUÍZA QUE DETERMINOU DESOCUPAÇÃO DE ÁREA DIZ RECEBER AMEAÇAS. Publicado em: 23/05/2012. Disponível em: <<http://www.otaboanense.com.br/noticia/7211/ju%C3%ADza-que-determinou-desocupa%C3%A7%C3%A3o-de-%C3%A1rea-diz-receber-amea%C3%A7as/>> Acesso em: 27/05/2013.

LEME, Maria Cristina da Silva - O impacto da globalização em São Paulo e a precarização das condições de vida - **Revista Eure** - v.29 n.87, Santiago ago/2003, p. 23-36.. Acesso: 15/Out/2009. Disponível em: <[www.scielo.cl/pdf/eure/v29n87/art02.pdf](http://www.scielo.cl/pdf/eure/v29n87/art02.pdf)>

LIMA, Sonia Lúcio Rodrigues de. **Metamorfoses na luta pela moradia**: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Tese (doutorado em Serviço Social) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro. Zahar Ed., 1967.

MARX, Karl. Parte segunda, como o dinheiro se transforma em capital. O Capital, Crítica da economia política, Livro I, v. I., Civilização brasileira, rio de janeiro, 28ª ed., 2011.

\_\_\_\_\_. Introdução à Crítica da economia política. Coleção os pensadores, Abril Cultural: São Paulo, 1974.

MIAGUSKO, Edson. **Movimentos de moradia e sem-teto em São Paulo**: experiências no contexto do desmanche. Tese (doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo, 2008. <<http://midiaindependente.org/pt/blue/2005/10/331891.shtml>>

MORALES, Lúcia Arrais. No ruído do mundo. **Revista Aurora**, v.07, n. 1, Revista dos discentes da Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp/Marília-SP, 2013. Disponível em:

<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/3402/2629>>  
Acesso em: 13/12/2013.

OLIVEIRA, Nathalia Cristina. **Os movimentos dos sem-teto da grande São Paulo (1995-2009)**. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2010.

OCUPAÇÃO ATRAI ATÉ COREANO SEM-TETO, Rapaz veio de prédio ocupado pelo movimento no centro de SP atrás de apartamento; vizinhos de terreno são veteranos neste tipo de ação. Publicado em 06 de maio de 2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,ocupacao-atrai-ate-coreano-sem-teto-,869217,0.htm>> Acesso em: 27/05/2013.

PERIFERIA DO CAPITAL E PODER POPULAR. **CONFERÊNCIA POLÍTICA**, 26, 27 e 28 de Outubro em Ribeirão Preto. Documento de circulação interna, s/ano.

PINHEIRO, Jair. Estado e classes no capitalismo contemporâneo: uma leitura poulantziana. In: PINHEIRO, Milton (Org.). **A reflexão marxista sobre os impasses do mundo atual**. São Paulo: Outras Expressões, 2012, p.265-301.

\_\_\_\_\_. Uma análise estrutural dos movimentos populares urbanos. In: **Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina**, Grupo de Estudos de Política da América Latina, Londrina, 2010.

\_\_\_\_\_. Direito e Política: uma relação mal-resolvida. In: **Lutas Sociais**, São Paulo, nº21/22, 2009, p. 111-121.

\_\_\_\_\_. As classes trabalhadoras em movimento: alguns aspectos teóricos. DOSSIÊ: Estado e trabalhadores (a)s em perspectiva histórica. In: **Lutas Sociais**, São Paulo, nº 17/18, p. 130-140, 2006.

\_\_\_\_\_. De frente para o Estado. In: **Lutas Sociais**, São Paulo, nº19/20, p. 39-52, 2008.

\_\_\_\_\_. **Ação Política, ideologias e interesses: O município de São Paulo – 1989/1996**. Tese (doutorado em Ciências Sociais) PUC-SP, 2000. São Paulo, 2000. 316p.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Tradução de Francisco Silva; revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PROTESTO do MTST termina em quebra-quebra na Câmara Municipal. Disponível em: <<http://www.otaboanense.com.br/noticia/8182/>> Acesso em: 31/05/2013.

QUEM SOMOS. Disponível em: <[www.mtst.org](http://www.mtst.org)> Acesso em: 2010.

Relatório da violência sofrida por integrantes do MTST, moradores da comunidade Carlos Lamarca, agredidos por policiais militares da polícia militar do estado de São Paulo, Município de Osasco, Estado de São Paulo, Janeiro de 2006. Disponível em: <[www.mtst.info](http://www.mtst.info)>. Acesso em: 2009.

ROLNIK, Raquel; SOMEK, Nadia. Governar as Metr6poles: dilemas da recentraliza73o. In: **S3o Paulo em Perspectiva**, 14 (4), 2000, p. 83-90.

\_\_\_\_\_. S3o Paulo, in3cio da industrializa73o: o espa7o e a pol3tica. In: KOWARICK, L3cio (coordenador). **As lutas sociais e a cidade**: S3o Paulo, passado, presente e futuro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

SAES, D3cio. Cidadania e capitalismo: uma cr3tica a concep73o liberal de cidadania. **Revista Cr3tica Marxista**, n16, 2003.

\_\_\_\_\_. **Estado e democracia**: ensaios te3ricos. 2.ed. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ci4ncias Humanas, 1998. (Cole73o Trajet3ria, 1).

\_\_\_\_\_. A quest3o da autonomia relativa em Poulantzas. **Revista Cr3tica Marxista**, n7, 1998b. Dispon3vel em: <[http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/critica7parte3.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/critica7parte3.pdf)> Acesso em: 2012.

SILVA, Ilse Gomes. Os desafios da participa73o popular no contexto da reforma do Estado brasileiro. In: **Lutas sociais. S3o Paulo**, n5, 1998, p. 35-45.

\_\_\_\_\_. **Participa73o popular e "reforma" do estado brasileiro nos anos 1990**: contradi73es e impasses. Tese (doutorado). Pontif3cia Universidade Cat3lica de S3o Paulo, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Fob3pole**. O medo generalizado e a militariza73o da quest3o urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes, TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. Fincando bandeiras, ressignificando o espa7o: territ3rios e "lugares" do movimento dos sem teto. In: **Revista Cidades**, volume 6, n3mero 9, 2009.

S3O PARANDO A RUA MESMO! publicado em 22/02/2006. Dispon3vel em: <[www.mtst.org.br](http://www.mtst.org.br)> Acesso em: Agosto de 2011.

WACQUANT, Lo3c. **As pris3es da mis3ria**. Tradua73o, Andr3 Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. Cast3gar a los parias urbanos. In: **Oficios terrestres**, 2005, a1o XI, n17. Publicaci3n de la Facultad de periodismo y comunicaci3n social, Universidad Nacional de la Plata. 2005. p. 10-14.

TASCHNER, Suzana P. ; B3GUS, Lucia.M. M. S3o Paulo: o caleidosc3pio urbano. In: **S3o Paulo em Perspectiva**. V. 15, n1, 2001, p. 31-43.

TEDESCO, Marina Cavalcante. **A contribui73o do cinema militante em processos de constru73o de identidades e territ3rios no contexto da Metr3pole**: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto na periferia de S3o Paulo. Disserta73o (mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niter3i, 2009.

THERBORN, Goran. A formação ideológica dos sujeitos humanos. Tradução de Jair Pinheiro e Lúcio Flávio de Almeida. In: **Revista Lutas Sociais**. Vol. 1 nov. 1996. Neils – PUC – SP. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/neils/downloads/v1\\_artigo\\_therborn.pdf](http://www.pucsp.br/neils/downloads/v1_artigo_therborn.pdf)> Acesso em: 02/09/2013.

THOMPSON, Jhon B. O conceito de ideologia. In: THOMPSON, Jhon B. **Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era da comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1995.

ÚLTIMO CLIQUE. **Revista Época**. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI39099-15228,00-ULTIMO+CLIQUE.html>> Acesso em: Dez./2012.

### **Bibliografia consultada**

BARASSA NETO, Julio. Da transformação ao gerencialismo: as metamorfoses da concepção de participação popular no Partido dos Trabalhadores (1988-2004). 2012. Dissertação (mestrado em ciências sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências- Universidade Estadual Paulista, 2012.

BENOIT, Héctor. “A luta popular pela moradia. Entrevista com Luis Gonzaga da Silva (GG)” In: *Crítica Marxista*, nº10. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

\_\_\_\_\_. “O assentamento Anita Garibaldi. Entrevistas com lideranças do MTST” In: *Crítica Marxista*, nº14. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

BOULOS, Guilherme. Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto. Prefácio de Plínio de Arruda Sampaio. São Paulo: Scortecci, 2012.

BUENO, Saud Isabela. Fundação Getúlio Vargas (Trabalho de Conclusão de Curso), Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10519/Isabela%20S.%20Bueno.pdf?sequence=1>> Acesso em: 2013.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (org.), *Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. S.Paulo: Editora Brasiliense, 1994, p. 103-115.

\_\_\_\_\_. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. (coord.) *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. 2004. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/venezuela/faces/mato/Dagnino.pdf>> Acesso em: 20/11/2009.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pos-70*. Rio de Janeiro : Relume-Dumara e ANPOCS, 1995.

FOSCARINI, Léia Tatiana. O discurso midiático nos meandros da Criminalização: Contemporaneidade e movimentos Sociais. (s/d); Disponível em: <

<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/journals/2/articles/33559/public/33559-43484-1-PB.pdf>>

HIDAKA, Renato. K. As políticas neoliberais dos Governos Covas e Alckimin (1995-2006) e o movimento sindical dos professores do ensino oficial do Estado de São Paulo. Marília, 2012. Dissertação (mestrado em ciências sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências - Universidade Estadual Paulista, 2012.

LORENA, Elton Rafael. Luta de Classes na cidade neoliberal: uma análise sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2012.

MARICATO, Ermínia Autoconstrução, a arquitetura do possível. In: MARICATO, Ermínia (org). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Editora Alfa-omega, 1982, p. 71-93.

RODRIGUES, C. M. L. *Daqui não saio, daqui ninguém me tira*: estudo de caso do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), para além da dicotomia entre identidade e estratégia. Recife: UFPE, 2002. (dissertação de mestrado em Sociologia – PPGS, UFPE). Disponível em: <[http://www.bdt.d.ufpe.br/bdt/d/tedeSimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=9725](http://www.bdt.d.ufpe.br/bdt/d/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=9725)> Acesso em 2011.

SANSON, Cesar. O caráter da criminalização dos movimentos sociais no Brasil. 2008. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal24/12sanson.pdf>> Acesso em 2011.

Setorial de movimentos sociais do PAD (Processo de Articulação e Diálogo) e Movimento Nacional de Direitos Humanos Luta pela Vida contra a Violência. “A criminalização dos movimentos sociais no Brasil: Relatório de Casos Exemplares”. 2006. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r\\_mndh/r\\_mndh\\_criminalizacao\\_mov\\_sociais.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r_mndh/r_mndh_criminalizacao_mov_sociais.pdf)> Acesso em: 2012.

TABOSA, Luciana Pereira; MARLIER, Rogério Martins. O sentido da criminalização: análise discursiva de uma manifestação indígena pelo jornal Folha de Londrina. In: Identidade Científica, Presidente Prudente-SP, v. 3, n. 1, jan./jun. 2012, p. 48-58. Disponível em: <[http://www.unoeste.br/facopp/revista\\_facopp/IC5/IC54.pdf](http://www.unoeste.br/facopp/revista_facopp/IC5/IC54.pdf)> Acesso em: 2012

VIEIRA, Lúcia Vera. “Criminalização das lutas sociais em estados autocráticos burgueses”. Projeto História: Revista do Programa de Pós-Graduados de História. PUC-São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2317/1409>> Acesso em 2012.

VOLANIN, Leopoldo. Poder e mídia: a criminalização dos movimentos sociais no Brasil nas últimas trinta décadas Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/760-4.pdf>> Acesso em: 2011.